

www.misericordiaalbufeira.com



2025

Relatório de Atividade e Contas

Santa Casa da Misericórdia de Albufeira



2505
2505
2505
2505



ÍNDICE

ÍNDICE	4
MENSAGEM DA PROVIDORA	9
ÓRGÃOS SOCIAIS	13
IRMANDADE DA MISERICÓRDIA	15
CARACTERIZAÇÃO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALBUFEIRA	16
APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	16
ORGANOGRAMA	20
POLÍTICA DE QUALIDADE	22
RESUMO DA ATIVIDADE 2025	23
MISERICÓRDIA E A COMUNIDADE	24
Relatório de Atividades	28
PARTE I	29
Desenvolvimento Estratégico e Operacional	29
DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL	30
1.1. ENVELHECIMENTO	33
1.1.1. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	39
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – O Roseiral	39
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – Olhos de Água.....	44
1.1.2. Centro de Dia	51
Centro de Dia – O Roseiral	51
Centro de Dia - Olhos de Água	56
1.1.3. Serviço de Apoio Domiciliário	61
Serviço de Apoio Domiciliário – O Roseiral e Serviço de Apoio Domiciliário - Olhos de Água.....	61
1.2. INFÂNCIA E JUVENTUDE	69
1.2.1. Creche	70
Creche dos Olhos de Água.....	71
Creche Tempos de Infância	74
Creche Quinta dos Pardais	78
1.2.2. Pré-Escolar Centro Infantil Quinta dos Pardais.....	82
1.2.3. Crianças e Jovens em Risco.....	84
Casa de Acolhimento - A Gaivota	84
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental.....	87
1.3. FAMÍLIA E COMUNIDADE	92
1.3.1. Gabinete de Inserção Social.....	92
1.3.2. Oficina Ecológica de Cooperação Social - ECOS.....	97
.....	101

1.3.3. Casa Abrigo	102
1.3.4. Aldeia do SANACAI	111
1.4. SAÚDE MENTAL	115
1.4.2. Unidade de Vida Apoiada	116
1.4.3. Fórum Sócio Ocupacional	118
1.5. DEFICIÊNCIA E REABILITAÇÃO.....	123
1.5.1. Lar Residencial	123
1.5.2. Unidade de Reabilitação Profissional	129
1.5.3. Centro de Recursos	133
1.6. FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE	139
1.6.1. Centro de Formação Profissional.....	139
1.6.3. Gabinete de Inserção Profissional	141
1.7. CULTO E CULTURA	145
1.7.1. A Capela e o Complexo Histórico	145
1.7.2. O Culto	147
2.1. PROVIDORIA, GESTÃO ADMINISTRATIVA E PATRIMÓNIO.....	150
2.1.1. Providoria e Gestão Administrativa	150
2.1.2. Património	151
Requalificação do Património	151
Parcerias Estratégicas e Visão Futura.....	152
2.2. MARKETING, COMUNICAÇÃO E IMAGEM	159
Contribuir para a Notoriedade da marca SCMA	160
Fortalecer as relações com os públicos-alvo.....	165
Harmonizar procedimentos internos	166
Fomentar e viabilizar a coesão interna	166
Promover a circulação rápida e eficaz de informação	166
2.3. RECURSOS HUMANOS, FORMAÇÃO INTERNA, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	169
Recrutamento e seleção.....	172
Processo administrativo e processamento salarial.....	173
Comunicação e Formação Interna	174
Valorização e Bem-estar dos colaboradores.....	175
Segurança e Saúde no Trabalho	177
2.5. GESTÃO ORGANIZACIONAL E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	180
2.5.1. Qualidade e Auditoria	180
2.5.2. Assuntos jurídicos e contencioso.....	181
2.5.3. Sistemas de Informação e comunicação.....	182
2.7. GESTÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS CENTRALIZADOS	185

2.7.1. Gestão Logística e Central de Compras	185
2.7.2. Manutenção e Obras de Requalificação	187
2.7.3. Gestão dos Espaços Verdes	189
2.7.4. Sistemas de Segurança e alarmista	191
2.7.5. Alimentação e Gestão das Cozinhas	191
2.7.6. Setor da Lavandaria	194
2.7.7. Setor dos Transportes e Gestão de Frota	197
2.9. GESTÃO DE PROJETOS.....	207
2.9.1 SQILLS.....	209
2.9.2. CAPACITAR	214
2.9.5. Contrato Local de Desenvolvimento Social – 5G	218
2.9.7. Privação Material.....	222
2.9.9. Arte pela Inclusão	226
2.9. CONTABILIDADE, FINANÇAS E AUDITORIA	229
2.9.1. Gestão de Utentes	229
Parte III	Erro! Marcador não definido.
Exercício Económico	Erro! Marcador não definido.
3.1. SINTESE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	234
Situação Financeira	234
Rendimentos	235
Gastos.....	236
Investimentos.....	237
Situação Financeira	238
Proposta para aplicação dos resultados.....	238
3.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	239
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	243
3.3. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR ESTRUTURAS	263
REFERÊNCIAS FINAIS.....	281
APROVAÇÃO DA MESA ADMINISTRATIVA	282
Parte IV.....	283
PARECERES E DELIBERAÇÕES	283
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	284
PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	287
PARECER DO CONSELHO FISCAL	290
DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL	292



Compromisso da Irmandade
da Santa Casa da Misericórdia
de Albufeira
2015



MENSAGEM DA PROVEDORA

Apresentamos à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira o Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2025. Fazemo-lo nos termos da legislação em vigor e em cumprimento das exigências desta.

O ano em causa revelou-se um novo momento para a gestão da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira com o necessário impulso que um novo quadro introduz na nossa atividade.

Quer no plano interno, quer no contexto internacional, os desafios continuam a ser imensos num mundo que se prepara para enfrentar uma nova ordem internacional. Em Portugal assistimos a mais um ciclo de eleições, neste caso quer para as autarquias locais quer para a Presidência da República. A articulação da nossa Instituição com os organismos do Estado ou com as instituições da sociedade civil desenvolveu-se nos moldes naturais de parceria ativa e de acrescentarmos valor às linhas de atuação.

Perante as mudanças demográficas, há uma busca por inovação nos modelos organizacionais da Ação Social, com ênfase na cooperação entre instituições sociais e de complementaridade das responsabilidades estatais na proteção social.

Passados 50 anos sobre o Compromisso de cooperação entre o Estados e as IPSS é imperativo rever a forma de financiamento, que por um lado possibilite a previsibilidade dos orçamentos com valores que cubram o custo do utente. E por outro, promovam a construção de um contrato coletivo para o setor social e solidário, adequado às necessidades atuais e de valorização de uma carreira profissional que motive os profissionais qualificados para reter talento, com equipas motivadas e estáveis, que se traduzirá em aumento da qualidade na prestação de serviço, aos desafios do envelhecimento, assim como, nas outras áreas de atuação.

A Misericórdia apresenta-se, com uma forte vontade de continuar a cumprir e superar os objetivos planeados no âmbito do plano estratégico a 2030, com o propósito de adequar a intervenção da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira às necessidades provenientes dos novos tempos que vivemos.

O ano de 2025, foi extremamente exigente, e iniciámo-lo com a obrigação de controlar a evolução da despesa e promover o aumento da receita, com o objetivo de promover a sustentabilidade e inverter o resultado líquido negativo pesado do ano transato. E estamos a consegui-lo, os resultados apresentam uma curva de recuperação aproximada a cinquenta por cento, mesmo num cenário de grande adversidade com redução de utentes por força das obras em curso. De realçar o impacto negativo da não concretização do contrato com a empresa Breugma,

S.A. nos prazos previstos, por falta do licenciamento camarário aos dois alvarás. Esperamos que esta situação fique resolvida até ao final do primeiro semestre de 2026.

O ano fica marcado pelo investimento, com capitais próprios, em obras de adaptação de um espaço quase devoluto, que estava a servir de arrecadação, transformando-o em uma residência sénior para acolher 28 pessoas da ERPI Roseiral e 12 utentes para a casa Pirlampos, obras no Espaço Bússola para poder acolher os serviços centralizados da lavandaria e cozinha Roseiral. Assim como, o início de duas empreitadas com financiamento do PRR: a requalificação e ampliação do equipamento Roseiral, e requalificação do edifício Rainha D. Leonor com a requalificação de 11 To e adaptação de 12 apartamentos para uma nova resposta social de Habitação Colaborativa, para dar resposta a mais 28 pessoas seniores.

Estes acontecimentos são de grande relevância para o futuro da Instituição, e os curtos prazos para o realizar, até final de junho de 2026, data imposta pelo PRR, estão a colocar uma grade pressão na tesouraria e em toda a atividade da Misericórdia de Albufeira.

A par destes acontecimentos, mantivemos toda a atividade da Misericórdia de Albufeira com enfoque numa prestação de cuidado humanizado, aposta na inovação e qualificação dos processos internos, na comunicação interna e externa, reforço das parcerias com e na comunidade e ainda iniciámos mais um projeto no final do ano, o Contrato Local de Desenvolvimento Social-5G.

Queremos deixar uma nota positiva e de otimismo sobre o futuro, a exemplo de outras gerações, acreditando no cumprimento das 14 Obras de Misericórdia lidas, como sempre, à luz da moderna doutrina social da Igreja e quando nos preparamos para concretizar estes grandes investimentos que irão reforçar a capacidade de resposta da Misericórdia de Albufeira, até ao final do ano de 2026, com previsão de aumentar em mais 11% a capacidade instalada.

Às pessoas que trabalham na Misericórdia de Albufeira, dizer que foram essenciais para todos os desafios superados, e para todos os que ainda virão. Por todo o trabalho realizado, pelo profissionalismo e pela dedicação, a nossa gratidão.

Aos nossos parceiros, fornecedores e prestadores de serviço a nossa gratidão pela resiliência e compreensão ao longo do ano, foram essenciais e imprescindíveis para que a Missão da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira se cumprisse.

Ao Município de Albufeira agradecemos a confiança depositada e o apoio regular que nos confia em prol da comunidade de albufeira, e afirmamos que estamos disponíveis para os desafios que entenderem necessários

para melhorar as condições de vida dos albufeirenses, pelo que continuaremos a contar com o vosso inestimável apoio.

Os dois próximos anos ainda serão de grande exigência e dificuldade, mas a Nossa Senhora das Misericórdias irá pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, para que em conjunto com toda a comunidade, com o apoio dos parceiros, da Irmandade e de todos os colaboradores, consigamos concretizar estes grandes investimentos estruturais. Os quais são essenciais para consolidar a estabilidade financeira, e proporcionar serviços de qualidade e conforto a todos aqueles que mais precisam.

Despedimo-nos de um ano que fica tristemente marcado, pelo desaparecimento do Papa Francisco, essa constante referência de amor e de solidariedade que a todos nos marcou ao longo do seu generoso pontificado, e esperançosos damos as boas vindas, o Papa Leão XIV, a quem intercedemos pela paz no mundo.

Albufeira, 09 de março de 2026

A Provedora



Patrícia Maria Arez Dias de Cintra Seromenho



ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA

PRESIDENTE Paulo Alexandre Figueiredo Freitas

VICE PRESIDENTE Fernando Manuel Sousa Gregório

SECRETÁRIA Ana Cristina Neves Pinto Oliveira

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE Marco Paulo Rodrigues Matos

VICE PRESIDENTE Rui Miguel de Sousa Seródio Bernardo

SECRETÁRIO Luciano Silva Atanásio

SUPLENTE Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos

SUPLENTE António Gonçalves Carapinha

MESA ADMINISTRATIVA

PROVEDORA Patrícia Maria Arez Dias de Cintra Seromenho

VICE PROVEDORA Ana Maria da Graça Rosa

TESOUREIRO Carlos Manuel Conceição Oliveira

SECRETÁRIA Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis

VOGAL Maria Margarida Santos Feiteira

VOGAL Jorge Miguel Sousa

VOGAL Carla Maria Gonçalves da Ponte

SUPLENTE Valentina Cabrita Catuna

SUPLENTE Delfina Rosa Caeiro Leitão Santos

SUPLENTE Ana Paula Silva Santos



Esta é a equipa que assumiu o compromisso, para o triénio de 2023-2026, de saber manter o diálogo necessário com as instituições do Estado, da Igreja e da Sociedade Civil, o esforço coletivo de elevar o papel da Misericórdia de Albufeira na vida da cidade, da região e de Portugal, sempre em prol das pessoas.

Em outubro de 2025 a secretária do Conselho Fiscal, irmã Maria Cristina Monteiro Rasquilha Corado, apresentou o pedido de renúncia do cargo, em virtude de ter sido eleita nas últimas Eleições Autárquicas. Por este motivo o irmão António Gonçalves Carapinha foi chamado a assumir o cargo, que prontamente aceitou.

IRMANDADE DA MISERICÓRDIA

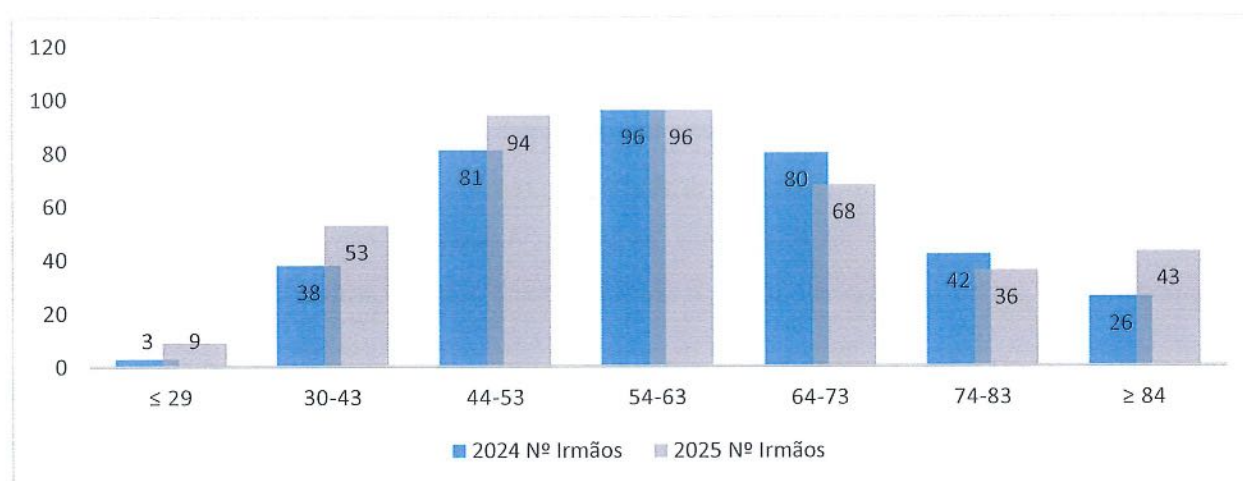
Durante o ano de 2025, a Irmandade da Misericórdia registou com agrado um crescimento no seu corpo associativo, passando de 397 para 399 irmãos ativos. Este aumento, embora quantitativamente modesto, é um reflexo significativo da credibilidade da nossa Instituição e da confiança que a comunidade nela deposita, bem como nos seus valores e missão.

Mantemos o compromisso de dar continuidade à admissão de novos irmãos, procurando integrar pessoas de diversas áreas do saber e com variada experiência profissional. Acreditamos que este pluralismo é fundamental para que possam contribuir ativamente na vida diária e na sustentabilidade da nossa missão.

Tabela 1 – Caracterização dos Irmãos em 2025

	2024	2025
IRMÃOS ATIVOS	366	397
IRMÃOS ADMITIDOS	39	10
IRMÃOS QUE SAÍRAM	-6	-1
IRMÃOS FALECIDOS	-2	-7
TOTAL	397	399

Gráfico 1 – Evolução da Irmandade face à idade entre 2024 e 2025



Com a chegada de 10 novos irmãos, a nossa Irmandade ganha uma nova energia! O futuro das Misericórdias Portuguesas depende da nossa capacidade de inspirar os jovens a abraçarem as causas da economia social. É através deste rejuvenescimento que projetamos os próximos 500 anos de história, mantendo viva a chama das 14 Obras de Misericórdia. Juntos, renovamos hoje o compromisso de servir quem mais precisa, ontem, hoje e no amanhã.

CARACTERIZAÇÃO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALBUFEIRA

APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira foi fundada em 1499, sendo uma das primeiras Misericórdias a ser criada, depois da Misericórdia de Lisboa. Atualmente é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sediada na cidade de Albufeira, registada na Direção Geral de Segurança Social, pelo averbamento n.º 1 à inscrição n.º 29/ 83, fls. 116 e 116 verso, do Livro n.º 1 das Irmandades das Misericórdias, efetuado em 25 de maio de 2016.

Com mais de 5 séculos, a atividade da Misericórdia de Albufeira apresentou um grande desenvolvimento, nas últimas quatro décadas. Durante muitos anos, a atuação da Misericórdia centrou-se no auxílio a pessoas socialmente desfavorecidas, na qual se incluía a prestação de cuidados básicos e de cuidados de saúde, nos antigos Albergue e Hospital de Albufeira.

Após a revolução de 1974, o âmbito da sua ação alargou-se substancialmente e passou a incluir outras formas de intervenção, específicas de grupos-alvo, como as pessoas com deficiência e incapacidade, as pessoas com doença mental, os idosos, as crianças, as pessoas seropositivas, as pessoas com toxicodependência, as mulheres vítimas de violência, as famílias e as pessoas em situação de vulnerabilidade social ou de outras dificuldades pontuais.

A SCMA dispõe atualmente de 33 Estruturas ou Respostas Sociais, organizadas em 16 estabelecimentos ou instalações, que lhe permitem assegurar uma intervenção abrangente no concelho de Albufeira e, em alguns serviços, no Distrito de Faro. Entre estas respostas, destacam-se creches, casas de acolhimento, serviços para pessoas com deficiência, estruturas de apoio a idosos, programas de apoio alimentar, formação profissional, unidades de reabilitação, projetos de inserção social, entre outras iniciativas de carácter social e comunitário.

A sua missão mantém-se fiel aos princípios fundadores das Misericórdias: servir o próximo em situação de vulnerabilidade social ou em outras dificuldades, praticando as tradicionais Obras de Misericórdia, corporais e espirituais, que refletem os valores humanistas e solidários da instituição. Esta matriz de atuação continua a orientar o quotidiano da SCMA, garantindo uma resposta ética, inclusiva e centrada nas necessidades reais da comunidade.

Com um percurso pautado pela proximidade, solidariedade e adaptação contínua às necessidades emergentes, a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira assume-se como uma instituição de referência no setor social, contribuindo decisivamente para o bem-estar e inclusão das populações que serve.

O crescimento gradual do número de Respostas Sociais e/ou projetos em curso ao longo dos anos, traduz-se atualmente em 33 Estruturas ou Respostas Sociais, como podem verificar na listagem abaixo, a qual constitui a realidade no final do ano de 2025.

Estruturas ou Respostas Sociais:

1. Provedoria e Serviços Centrais
2. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) Olhos de Água
3. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) Roseiral
4. Centro de Dia (CD) Olhos de Água
5. Centro de Dia (CD) Roseiral
6. Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) Olhos de Água
7. Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) Roseiral
8. Habitação Colaborativa Rainha D. Leonor
9. Creche Olhos de Água
10. Creche Tempos de Infância
11. Creche Quinta dos Pardais
12. Jardim de Infância Quinta dos Pardais
13. Casa de Acolhimento a Gaivota
14. Casa de Acolhimento os Pirlampos
15. Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)
16. sQIlls – Parcerias para o Impacto com dois Investidores Sociais: a Câmara Municipal de Albufeira e a Caixa de Crédito Agrícola de Albufeira
17. Gabinete de Inserção Social (GIS)
18. Ajuda Alimentar (PO APMC, 3As).
19. Cantina Social – O Manjar
20. Aldeia do SANACAI
21. Casa Abrigo Cegonha
22. ECOS – Oficina Ecológica de Economia Social
23. Contratos Locais de Desenvolvimento Social: CLDS-5G GerAção
24. Unidade de Vida apoiada (UVA) Casa da Paz
25. Fórum Sócio Ocupacional (FSO) Casa da Paz
26. Lar Residencial S. Vicente
27. Ateliers Ocupacionais - Arte pela Inclusão
28. Unidade de Reabilitação Profissional a Bússola
29. Centro de Formação Profissional a Bússola
30. CAPACITAR
31. Centro de Recursos
32. Gabinete de Inserção Profissional (GIP)
33. A Capela e o Complexo Histórico MUSEUM

Estas estruturas ou respostas sociais estão distribuídas por 19 estabelecimentos ou instalações, espalhadas pelas quatro freguesias do concelho de Albufeira, como pode ser verificado na listagem abaixo. Este património resulta de contrato de comodato com o ISS, de protocolos de colaboração com a CMA, de contrato de comodato com a Diocese, de contratos de arrendamento e de edificada propriedade da Misericórdia de Albufeira.

Estabelecimentos ou Instalações

1. Aldeia do SANACAI - Paderne
2. Armazém de Ajuda Alimentar - Ferreiras.
3. Capela e Complexo Histórico – Albufeira e Olhos de Água
4. Casa A Cegonha – Albufeira e Olhos de Água
5. Casa da Paz - Paderne
6. Centro Nossa Senhora de Fátima– Albufeira e Olhos de Água
7. Espaço Bússola – Albufeira e Olhos de Água
8. Espaço ECOS - Ferreiras.
9. Espaço Em Con_tato – Albufeira e Olhos de Água
10. Gaivota – Albufeira e Olhos de Água
11. Olhos de Água – Albufeira e Olhos de Água
12. Pavilhão anexo à Provedoria – Albufeira e Olhos de Água
13. Pirlampos – Albufeira e Olhos de Água
14. Quinta dos Pardais– Albufeira e Olhos de Água
15. Rainha D. Leonor– Albufeira e Olhos de Água
16. Roseiral – Albufeira e Olhos de Água
17. São Vicente – Albufeira e Olhos de Água
18. Serviços Centrais e Provedoria – Albufeira e Olhos de Água
19. Tempos de Infância - Guia

No último trimestre do ano de 2025, procedeu-se a uma reorganização dos serviços partilhados e corporativos, criando 7 departamentos, como pode ser verificado na listagem abaixo. Foram também atribuídas as responsabilidades inerentes aos coordenadores gerais afetos a cada departamento, e atribuídas equipas para cumprirem com os objetivos definidos para o PAO de 2026.

Os seis departamentos que compõem os Serviços Partilhados e Corporativos:

1. Provedoria e Serviços Administrativos - PSA
2. Departamento de Planeamento e Desenvolvimento Organizacional – DPDO
3. Departamento de Comunicação, Marketing e Imagem - DCMI
4. Departamento Financeiro e Contabilidade – DFC
5. Departamento de Gestão do Património e Manutenção – DGPM
6. Departamento de Compras e Suporte Operacional – DCSO
7. Departamento da Saúde e Bem Estar - DSBE

Todos os serviços partilhados e corporativos são transversais a toda a Misericórdia de Albufeira, centralizados por áreas e setores de intervenção e prestam serviços a todas as respostas sociais ou unidades operacionais que compõem a área operacional.

No que concerne à área operacional, também foi clarificada no último trimestre do ano de 2025, para ter aplicação a partir de janeiro de 2026, e que consiste em manter as 6 primeiras áreas de atuação operacional. Em cada uma destas áreas de atuação, serão desenvolvidos as respostas sociais e os projetos que dão resposta a cada problemática e que visam os seus destinatários. A última área de atuação foi alterada para a designação de Património e Cultura, e irá englobar toda a atividade de exploração relacionada com o património da Misericórdia de Albufeira, em virtude de este constituir uma fonte de rendimento que promove a sustentabilidade de uma atividade social deficitária.

As sete áreas de atuação operacional:

1. Envelhecimento
2. Infância e Juventude
3. Família e Comunidade
4. Saúde Mental
5. Deficiência e Reabilitação
6. Formação e Empregabilidade
7. Património e Cultura

A Misericórdia de Albufeira esta a tentar tornar-se mais eficiente e eficaz para responder aos novos desafios impostos pelo crescimento verificado desde 2023, e que vai exponenciar a partir de 2026 com a conclusão das obras em curso, por isso era urgente esta reestruturação organizacional. Temos que responder ao aumento do número de utentes e seus familiares, aos desafios das novas problemáticas associadas a cada área de atuação, às exigências legislativas e da tutela, e acima de tudo à falta de financiamento público para fazer face ao custo do utente.

Esta reestruturação implicou: **Redefinição de Hierarquias**, com alteração de quem reporta a quem para agilizar a tomada de decisão. **Otimização de Recursos**, para garantir que cada chefia está no local onde as suas competências são mais úteis. **Melhoria da Comunicação**, pretendeu-se eliminar "ruídos" entre a direção e as equipas operacionais, pelo que também se irá alterar toda a estrutura de organização documental no servidor e processos de comunicação.

Posteriormente, iremos rever o manual de descrição de funções e do acolhimento de novos trabalhadores, e posteriormente implementar o sistema de avaliação, para valorização pela positiva do desempenho profissional.

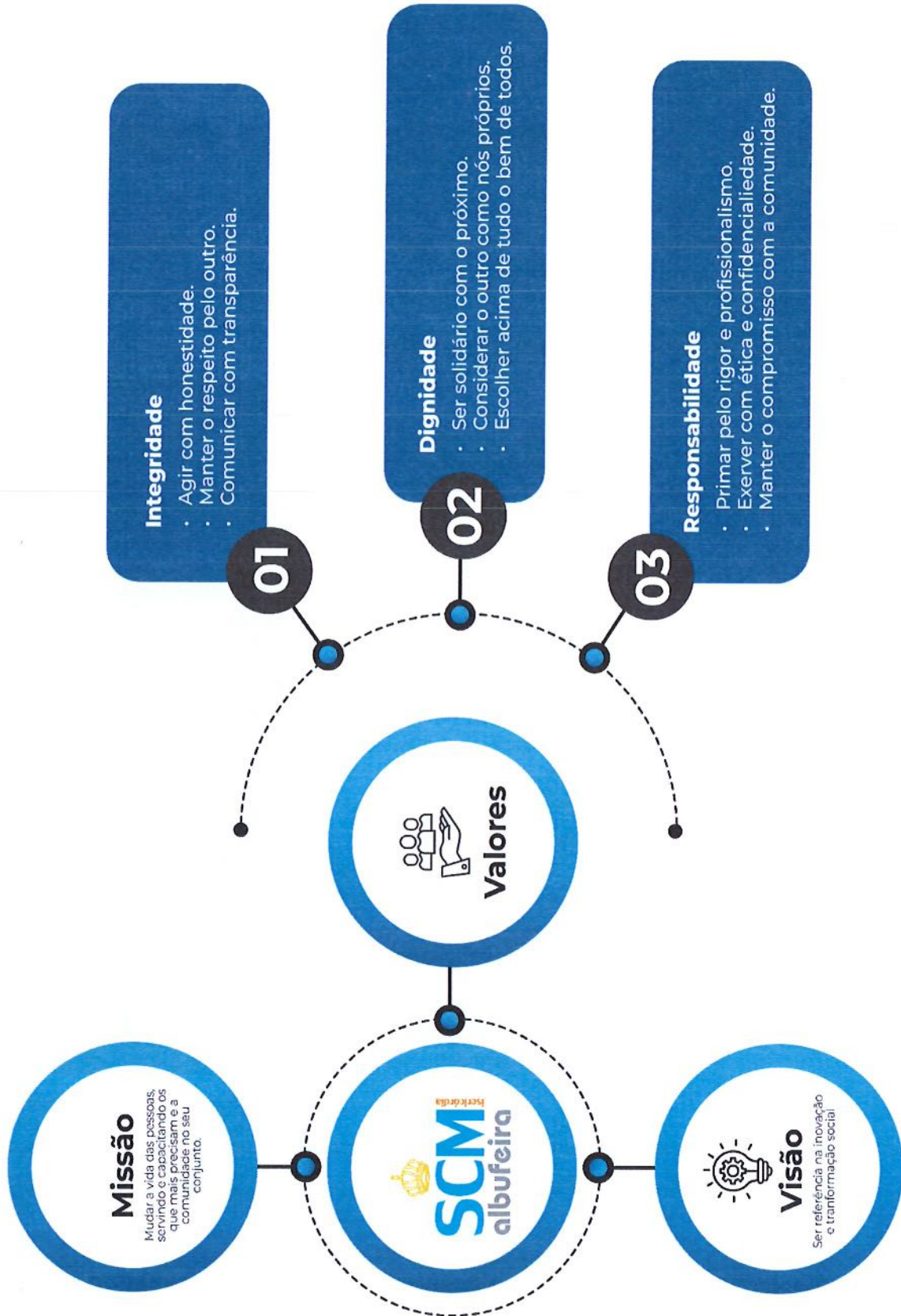
ORGANOGRAMA

SERVIÇOS PARTILHADOS





POLÍTICA DE QUALIDADE



Misericórdia de Albufeira

Resumo de Atividade 2025



MISERICÓRDIA E A COMUNIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira manteve, ao longo do ano de 2025, uma profunda articulação com o Estado, com a Igreja Católica e com a sociedade civil, afirmando-se como um agente ativo de proximidade, cooperação e desenvolvimento social no território.

Numa perspetiva política, importa realçar a relação de elevada funcionalidade com a autarquia de Albufeira e as quatro Juntas de Freguesia. Esta proximidade tem permitido um diagnóstico político-social mais imediato a nível técnico, possibilitando, por um lado, o desenvolvimento de respostas mais céleres e ajustadas às diferentes necessidades sociais e, por outro, a criação de espaços de intervenção e reflexão em múltiplos contextos, essenciais para uma crescente concertação entre decisores políticos e agentes sociais.

Destaca-se, neste âmbito, a presença da SCMA nos núcleos executivos da Rede Social de Albufeira (CLAS), no Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA), na Comissão Restrita da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), bem como nos Conselhos Municipais de Segurança, de Educação e de Saúde do Município de Albufeira. Salienta-se ainda a participação nos Conselhos Gerais do Agrupamento de Escolas Albufeira Poente e do Agrupamento de Escolas de Ferreiras, assim como no Conselho Económico e Social da Universidade do Algarve.

Ao nível nacional, importa igualmente referir a participação nos órgãos sociais da União das Misericórdias Portuguesas, onde a Senhora Provedora exerce funções como vogal efetiva do Secretariado Nacional desde 2020, reforçando o posicionamento institucional e a capacidade de influência da SCMA no setor.

No plano interno, e em conformidade com os estatutos, realizaram-se, em 2025, duas assembleias gerais ordinárias — em março e em novembro — ambas com forte participação e elevado sentido de compromisso por parte dos irmãos. Na assembleia de março, com a presença de 31 irmãos, foram aprovados por unanimidade o Relatório de Atividades e Contas do Exercício Económico de 2024, bem como outros assuntos de interesse institucional. Já na assembleia de novembro, com 30 irmãos presentes, foram deliberados e aprovados, também por unanimidade, o Plano de Atividades e Orçamento para 2026, a análise de assuntos institucionais relevantes e a aprovação de um empréstimo de curto prazo para reforço de tesouraria.

A Mesa Administrativa assume a responsabilidade de assegurar a execução destas deliberações, enquanto o Conselho Fiscal garante o acompanhamento, fiscalização e apoio necessários, contribuindo para a sustentabilidade e continuidade da missão da Instituição.

Neste enquadramento de proximidade e articulação com a comunidade, destaca-se, como evento estratégico, a realização do III Encontro de Responsabilidade Social, que se afirmou como um dos momentos mais relevantes da agenda institucional e um marco na consolidação do trabalho em rede desenvolvido pela SCMA.

Dando continuidade a um percurso iniciado em 2012 e consolidado em 2015, a terceira edição deste Encontro voltou a afirmar a sua relevância, evidenciada por uma forte adesão e por uma expressiva diversidade de entidades envolvidas. A participação revelou-se amplamente representativa dos três setores — público, social e empresarial — refletindo um equilíbrio consistente e uma crescente maturidade na articulação entre diferentes atores do território. Importa ainda salientar o envolvimento sólido e harmonioso dos patrocinadores, cuja parceria contribuiu de forma determinante para a concretização e qualidade da iniciativa.

O programa integrou contributos de entidades de referência a nível nacional e regional e estruturou-se em torno de temáticas centrais e atuais, como a responsabilidade social, a sustentabilidade, a ética, a inovação social e os enquadramentos fiscais associados ao investimento nesta área. A diversidade e pertinência dos conteúdos abordados proporcionaram um espaço qualificado de reflexão e partilha, potenciando novas perspetivas e estimulando o desenvolvimento de abordagens mais integradas.

ENCONTRO RESPONSABILIDADE SOCIAL
GARANTIR O FUTURO!

BONDIÁ E BEM-VINDOS! SCMA ALBUFEIRA
VAMOS FICAR MAIS RÍOS EM CONHECIMENTO.
RECONHECIMENTO AOS APOIOS DA CM ALBUFEIRA, E A TODOS QUE PERMITI A REALIZAÇÃO DE ALBUFEIRA.

MUITAS ENTREGAS NUM EVENTO DO SETOR SOCIAL!
A ORGANIZAÇÃO DO EVENTO DESTACA-SE.

TEMOS QUE OLHAR O DIA DE AMANHÃ!
SUSTENTABILIDADE, RESPONSABILIDADE SOCIAL, ÉTICA!

VOTOS DE UM PROVEITOSO DIA DE TRABALHO!

RECONHECIMENTO
FUNDOS EUROPEUS → USÁ-LOS BEM É FUNDAMENTAL!
É PRECISO PRODUIZIR INFRAÇÃO!
QUAL A ESTRATÉGIA? PARA ONDE VAMOS?

ORGANIZAÇÃO: SCMA albufeira
APOIO: Albufeira, Câmara Municipal de Albufeira

ABERTURA E ENCERRAMENTO

ALINHAR COM OS ODS 2030 É CHAVE!
• MAIS QUE ALGAS ANUAIS
• SAÍDO PLANIFICATIVO
ALINHAR COM AS DIRETIVAS ESG!
• OPORTUNIDADE PARA O SETOR SOCIAL
• ALINHAR SÓCIS EXCELENTE
• REG. SOCIAL PARO

DADOS VARIADAS RESPOSTAS, A TODAS AS PESSOAS COM NECESSIDADES DE APOIO

ASINDOS VÁRIOS SETORES, DE FORMA ARTICULADA.
COMPROMISSO TAMBÉM COM A SUSTENTABILIDADE

A SEGURANÇA SOCIAL PROMOVE A RESPONSABILIDADE SOCIAL
TRABALHAMOS COM PARCEIROS!

DESAFIOS NÃO FICAM PERDIDOS

BEI-VINDOS A ALBUFEIRA!
O!
ME DRA!
O QUE QUEREMOS PARA O FUTURO?
MAIOR DESAFIO DO DIA: CAPACITARNOS!
TEMOS QUE TRABALHAR PARA OS QUE CUIDAM!
OS BENEFÍCIOS FISCAIS SÃO UMA GOMA DE ÁGUA.
COPIAR E MELHORAR É ÚTIL!
MUITO OBRIGADO A TODOS, EM ESPECIAL À EQUIPA DE ORGANIZAÇÃO.

GRANDES PARTILHAS!
DEVENOS APROVEITAR E LEVAR PARA AS NOSSAS CASAS
TEMOS QUE PENSAR NA PROFISSIONALIZAÇÃO, ENÃO CONTAR SÓ COM A BOA VONTADE!

16 Out. 2025
GRANDE REAL SANTA CECILIA RESORT & HOTEL SPA

Donatela Louça Pereira | Upsidemy.pt

Mais do que um momento de encontro, esta iniciativa destacou-se pela sua capacidade de fomentar ligações efetivas entre setores, reforçando a importância da cooperação na construção de respostas mais consistentes, sustentáveis e centradas nas pessoas. Neste contexto, o Encontro contribuiu para consolidar o papel da Misericórdia de Albufeira enquanto entidade mobilizadora, capaz de promover sinergias e dinamizar processos colaborativos com impacto no desenvolvimento social do território.

Globalmente, a atuação da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira ao longo de 2025 reflete uma estratégia assente na proximidade, na articulação e na responsabilidade partilhada, consolidando o seu papel enquanto instituição de referência no território e agente mobilizador de soluções sociais integradas.

3.898

pessoas apoiadas pela
Misericórdia de Albufeira

Em 2025, apoiámos quase 4 mil pessoas em Albufeira, reforçando o nosso compromisso com a comunidade.



≈ **1** em cada **10** residentes



População de Albufeira
40.700
habitantes



Impacto na comunidade
9,6%
da população apoiada
(3.898 pessoas em 2025)



ENCONTRO

RESPONSABILIDADE SOCIAL

GARANTIR O FUTURO!

**16
Out.
2025**

ENCONTRO

**GARANTIR
O FUTURO!**



Relatório de Atividades

Neste relatório gostaríamos de salientar as linhas de rumo que seguiram a orientação da Mesa Administrativa, assente em princípios de prudência e rigor, aliados à audácia para desenvolver toda a atividade da Instituição, incluindo a exploração do equipamento, cedido em 2023, pela Câmara Municipal de Albufeira para a exploração da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, com protocolos de colaboração com a Segurança Social, para responder às necessidades de mais 176 pessoas. E continuar a investir em novos projetos que permitirão assegurar as condições de sustentabilidade necessárias para o futuro da Instituição.

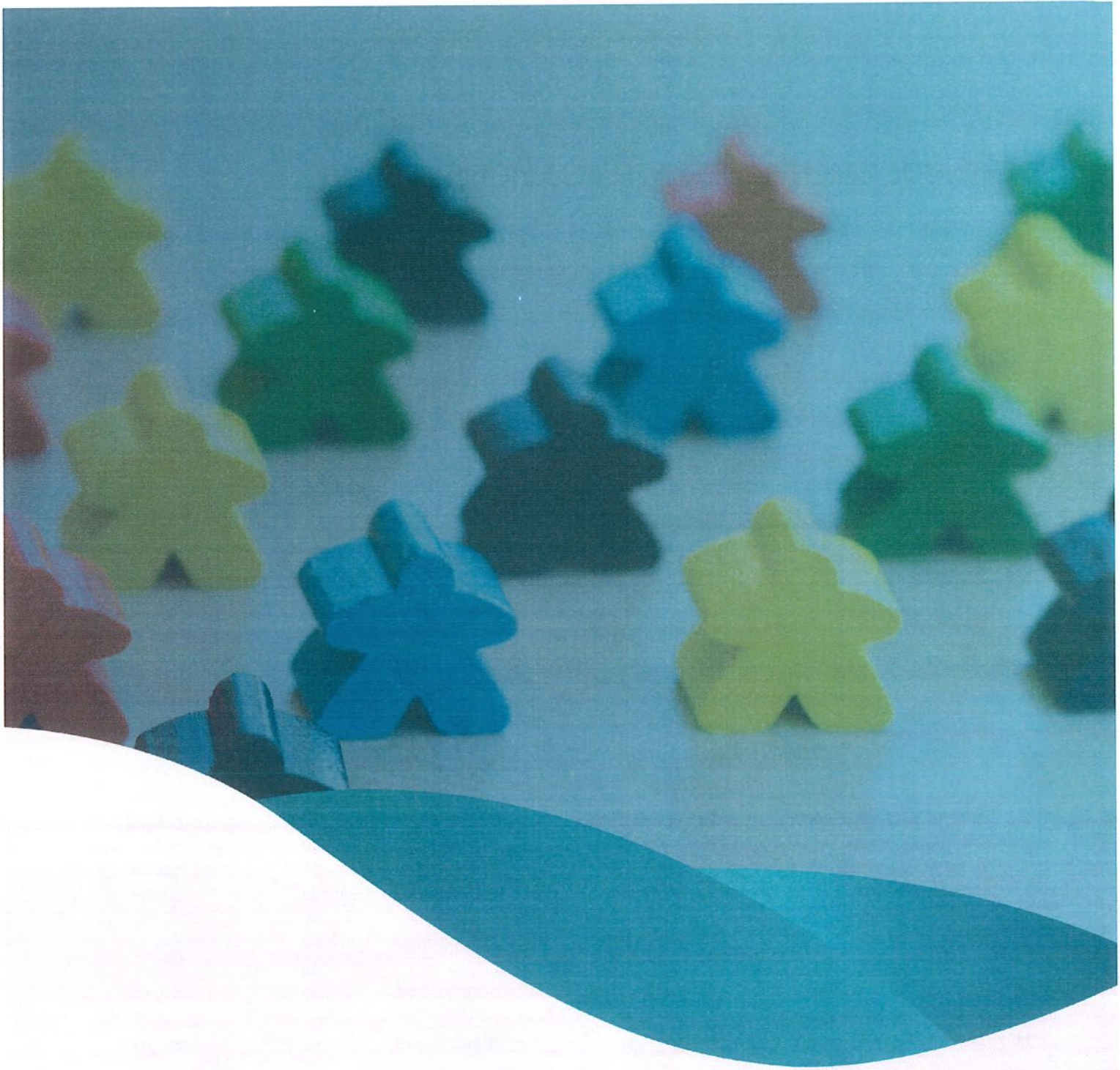
O desafio constante de uma atividade em crescimento é a de ter capacidade atrativa de recrutamento e de valorização de percurso profissional. Apostar nas pessoas, com um orçamento limitado obriga a engenho e desenvolvimento de parcerias no âmbito da responsabilidade social, para promover iniciativas que fortalecem o bem-estar e saúde mental dos trabalhadores.

Uma preocupação constante no sentido de dar resposta às grandes questões que resultam da introdução de princípios de responsabilidade social, preocupação ambiental e de transição digital. O rigor e a transparência são decisivos para assegurar a nossa reputação institucional, daí o recurso, cada vez mais, ao compliance e à segregação de funções.

Sabemos da necessidade de fixar talentos e de adquirir tecnologias que nos permitam enfrentar o futuro, a par do melhor aproveitamento do nosso património imobiliário como fontes de receitas.

A este propósito gostaríamos de salientar a constante preocupação de fazer executar o contrato com a Breugma e dar bom seguimento ao projeto em consórcio para a rentabilização dos Brejos, cujos rendimentos irão permitir responder aos próximos desafios da nossa instituição.

Uma instituição com 526 anos precisa de estar permanentemente a adaptar-se, e a modernizar-se perante os novos desafios e estar atenta perante as oportunidades que vão surgindo na sua conjuntura.



PARTE I

DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL

DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL

A Misericórdia de Albufeira, em 2025, desenvolveu a sua atividade em sete áreas de atuação operacional: Envelhecimento; Infância e Juventude; Família e Comunidade; Saúde Mental; Deficiência e Reabilitação; Formação e Empregabilidade; culto e Cultura.

A seguir, apresentamos quadro com a listagem dos equipamentos sociais, onde se desenvolvem as dezanove respostas sociais com acordo de cooperação, com a segurança social e respectivas participações financeiras por utente abrangido em acordo.

Tabela 2 – Listagem dos Acordos de cooperação

	EQUIPAMENTO	RESPOSTA SOCIAL	Nº ACORDO	UTENTES ABRANGIDOS ACORDO	COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS 2025
1	TEMPOS DE INFÂNCIA - Acordo – Creche Feliz	1103 - Creche	200900015679	45	515,90
2	QUINTA DOS PARDAIS - Acordo – Creche Feliz	1103 - Creche	200900015681	67	515,90
3	QUINTA DOS PARDAIS – Acordo suspenso	1104- Pré-escolar	200900017000	50	208,05
4	A GAIVOTA Sede - Acordo - SER+	1305 – Casa de Acolhimento	200900017020	46	751,90
5	SÃO VICENTE Sede - Acordo	2205 - Lar Residencial	200900017663	38	1595,15
6	A CEGONHA - Acordo	3402-Casa de Abrigo	200900017680	10	979,42
7	ROSEIRAL - Acordo	2107 – ERPI	201500050640	60	666,90
8	ROSEIRAL - Acordo - Privado	2101 - SAD	201700057561	36	362,49
9	ROSEIRAL - Acordo - Privado	2103 - Centro de Dia	201500049782	30	181,48
10	OLHOS DE ÁGUA - Acordo OLHOS DE ÁGUA – Creche Feliz	1103 - Creche	202300071220	37	515,90
11	OLHOS DE ÁGUA - Acordo - Privado	2107 -ERPI	202400072213	45	666,90
12	OLHOS DE ÁGUA - Acordo - Privado	2101 - SAD	202300071221	32	362,49
13	OLHOS DE ÁGUA - Acordo - Privado	2103 - Centro de Dia	202300071222	26	181,48
14	CASA DA PAZ - Acordo	2404- Unidade de vida Apoiada	200900017625	20	615,90
15	CASA DA PAZ - Acordo	2401 - Fórum Sócio-Ocupacional	200900017648	30	351,23
16	CAFAP - Acordo	1301- Preservação Familiar	201500049940	25	167,17
17	CAFAP - Acordo	1308- Ponto de encontro familiar	201800060524	22	264,71
18	CAFAP - Acordo	1307- Reunificação Familiar	201800060523	30	278,64
19	Protocolo colaboração Programa Emergência Alimentar	Cantina Social	2126103993	15	3,93
	TOTAL DE UTENTES			30 refeições 779	

Notas: Importa realçar que temos o acordo de cooperação suspenso no pré-escolar até realizarmos as obras de adequação e ampliação do CIQP. Por ocasião das obras de requalificação e ampliação a decorrer no Roseiral, fomos obrigado a reduzir a capacidade para quarenta utentes, assim como, na Gaivota, casa de acolhimento para crianças e jovens em risco temos

vindo a reduzir, ao longo do ano de 2025, o número de jovens integrados para podermos adequar esta resposta social á nova legislação. No Forum Socio Ocupacional da Casa da Paz não se verificaram encaminhamentos de utentes, pela ULS Algarve ao longo do ano de 2025, pelo que temos seis vagas em aberto.

De realçar a nova resposta social inovadora, em construção, com acordo de cooperação já assinado desde 2024 e que espera a conclusão das obras com financiamento do PRR, para poder iniciar a atividade.

20	Contrato de Participação Financeira para nova resposta social	Habitação Colaborativa	28 Pessoas
----	---	------------------------	------------

À semelhança dos anos anteriores, a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira pretende continuar a desenvolver esforços para se poder candidatar a projetos que tragam mais valia à população do concelho.

Trata-se de projetos que, não tendo como finalidade incrementar diretamente receitas, têm como objetivo promover as condições favoráveis à prosperidade e ao êxito dos projetos sociais, do ponto de vista específico e agregado, no âmbito do apoio social aos utentes, e como resposta às exigências legais e ao melhoramento da qualidade de vida das pessoas.

Estas candidaturas conduzem à Santa Casa da Misericórdia de Albufeira a um significativo aumento da capacidade de resposta social, no apoio aos utentes do concelho, como poderão verificar na tabela seguinte, com a lista dos vários projetos aprovados e em execução.

Tabela 3 – Listagem dos projetos com financiamento comunitário

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	DATA DE INICIO	DATA DE FIM	VALOR APROVADO CANDIDATURA	DURAÇÃO DO PROJETO EM MESES	PESSOAS ABRANGIDAS EM 2025
03/MQPDI/FI/FC/24	03/06/2024	15/10/2026	220 156,57 €	28	8
08/MQPDI/FI/FC/24	12/12/2024	26/11/2027	809 607,54 €	36	31
CENTRO DE RECURSOS (IAOQE; AC E APC)	01/01/2025	31/12/2025	25 327,80 €	11	51
17/GIP/2018	01/01/2025	31/12/2025	14 107,50 €	11	398
ALGARVE-FSE+-00465000 (SQILLS)	01/09/2024	31/08/2027	921 611,88 €	35	312
ALGARVE-FSE+-01311200 (CAPACITAR)	05/11/2024	20/11/2026	164 605,76 €	24	198
PESSOAS-FSE+-005323 (PRIVAÇÃO MATERIAL - DISTR. DIRETA)	27/11/2023	31/01/2027	79 748,64 €	39	1364
PESSOAS-FSE+-023557 (PRIVAÇÃO MATERIAL - DISTR. INDIRETA)	01/01/2025	31/03/2027	71 387,06 €	27	458
ALGARVE -FSE+-03019000 (CLDS 5G)	02/12/2025	02/12/2028	425 080,22 €	36	62
TOTAL			2 731 632,97 €		2882

Envelhecimento



1.1. ENVELHECIMENTO

O envelhecimento populacional está prestes a tornar-se numa das transformações sociais mais significativas do século XXI, com implicações transversais a todos os setores da sociedade. Tem particular relevância no mercado laboral e financeiro, na procura de bens e serviços como a habitação, nos transportes e na proteção social, e nas estruturas familiares e laços intergeracionais.

Estima-se que o número de idosos, com 60 anos ou mais, duplique até 2050 e mais do que triplique até 2100, passando de 962 milhões em 2017 para 2,1 mil milhões em 2050 e 3,1 mil milhões em 2100.

Em todo o mundo, a população com 60 anos ou mais está a crescer mais rapidamente do que todos os grupos etários mais jovens. A população com mais de 60 anos está a crescer a uma taxa de cerca de 3% ao ano. Atualmente, a Europa tem a maior percentagem da população com 60 anos ou mais (25%). O envelhecimento rápido também ocorrerá noutras partes do mundo e até 2050 todas as regiões do mundo, exceto África, terão quase um quarto ou mais das respetivas populações com mais de 60 anos. Globalmente, o número de pessoas com 80 anos ou mais deverá triplicar até 2050, passando de 137 milhões em 2017, para 425 milhões em 2050.

O Algarve é a região do país que mais tem crescido em população, com a população residente a crescer 18,3%, enquanto, no mesmo período, a população portuguesa decresceu 0,1%. Este valor ficou a dever-se ao saldo migratório (+81 769 pessoas), enquanto o saldo natural regrediu (- 9 512 indivíduos).

As evoluções em sentido inverso das componentes do crescimento populacional fizeram com que a pirâmide etária da região se alterasse profundamente, reduzindo a base e alargando o topo. A população acima dos 65 anos cresceu 50,7%, enquanto a população dos 15 aos 39 anos, decresceu 10,5%.

Um aspeto distintivo da demografia regional é a importância da população estrangeira no total dos residentes. No Algarve representam 22,5% do total de residentes, enquanto no resto do país esse peso é de 6,8%. Este fenómeno migratório inclui duas componentes contrastantes: por um lado, um grupo de imigrantes mais velhos, de rendimentos elevados, oriundos do Reino Unido, França, Itália e outros países da Europa desenvolvida que correspondem, essencialmente, a reformados que vem beneficiar da qualidade de vida na região; e, por outro lado, um grupo, constituído por uma imigração mais jovem, de baixos rendimentos e proveniente do Brasil, da Europa de Leste, de África e da Ásia, que vêm para a região, essencialmente, em busca de trabalho.

Esta realidade demográfica provoca constrangimentos na ação diária da Misericórdia de Albufeira, principalmente com a necessidade de mão de obra, mas também se traduz em desafios para a estratégia futura com particular enfoque na área de atuação do envelhecimento e da infância.

O aumento da esperança média de vida, com saúde e independência, o mais tempo possível, deve ser encarado como um objetivo a atingir e uma oportunidade em qualquer idade, constituindo um dos maiores desafios do nosso tempo, para que o **envelhecimento seja uma experiência positiva** e para que as pessoas e os poderes decisores invistam no potencial humano, para o bem-estar físico, social e mental ao longo do curso da vida.

Se ter saúde significa um bem-estar físico, mental e social, a palavra ativo veio contribuir para um enorme progresso na forma dinâmica como encaramos as pessoas mais velhas, referindo-se à participação contínua nas questões sociais, económicas, culturais, espirituais, religiosas e ao reconhecimento pela sociedade como cidadãos de pleno direito, e não apenas à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho.

As pessoas não devem ser consideradas como “inativas” ou “improdutivas” só porque se reformam. Pelo contrário, devem ser estimuladas e poder ter oportunidades para se manterem num contexto de interdependência, complementaridade e solidariedade entre gerações, que vai muito para além das trocas de bens, mais ou menos recíprocas.

As pessoas mais velhas são muito diferentes entre si e não são apenas agentes passivos e recetores de cuidados. Têm direito à sua individualidade, ao respeito e consideração da sua vontade, e são uma enorme força de apoio, de prestação de cuidados aos mais novos e a outros mais velhos e de equilíbrio e sustentabilidade social e económica.

Grande parte das doenças crónicas como as doenças cardiovasculares, a hipertensão, a doença coronária, o acidente vascular cerebral, o enfarte, entre outras, como a diabetes e o aumento do colesterol, são passíveis em grande parte, de prevenção, através de hábitos de vida e condições de vida saudáveis e promotoras das capacidades, ao longo de toda a vida individual, social e na comunidade. Viver mais tempo com qualidade de vida, sem doença física ou mental, pode ajudar largamente a compensar os crescentes custos com pensões e reformas, assim como os custos com assistência social e cuidados de saúde, e contribuir mais tempo para as receitas públicas.

Os valores culturais e as tradições determinam muito como uma sociedade respeita as pessoas idosas e o processo de envelhecimento.

Com profundo conhecimento dos dados demográficos, do perfil do idoso residente em Albufeira e das necessidades da comunidade, a Câmara Municipal de Albufeira tem realizado projetos para construção de novos equipamentos sociais com o propósito de cedência para a exploração às Instituições Particulares de Solidariedade Social com atividade no concelho.

Em 2024 a Misericórdia de Albufeira, viu a sua atividade crescer com o início da atividade do Equipamento Social, Olhos de Água, destinado a desenvolver quatro respostas sociais: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Creche. A entrega formal do edifício e assinatura do protocolo de cedência para a exploração realizou-se a 20 de agosto de 2023, no dia do Município de Albufeira. Este gesto, do qual estamos muito gratos e muito nos honra, traduz-se num gesto de confiança na Irmandade da Misericórdia, nos Órgãos de Gestão e nos seus trabalhadores para a gestão deste enorme desafio.

A Misericórdia de Albufeira viu assim a sua intervenção junto da população sénior duplicar. O início de toda a atividade para a exploração do novo equipamento é extremamente exigente na planificação das atividades, do recrutamento e formação de uma equipa. Assim como a adaptação às características e exigências do novo edifício. Por outro lado, no equipamento Roseiral reduziu em 33,3% a sua capacidade para possibilitar a mudança dos utentes.

O maior desafio em 2025, foi termos conseguido dar início à empreitada para reabilitar e ampliar a edifício Roseiral, com a mudança dos utentes e serviços. Ainda não possível concluir o processo de licenciamento do edifício cedido em regime de comodato com a Paróquia de Albufeira, no qual já realizamos as obras de acordo com o parecer da Segurança Social, para a transferência do CD Roseiral.

A Misericórdia de Albufeira atenta ao fenómeno do envelhecimento, e respeitando os valores culturais e as tradições das gerações, tem apostado nesta área de atuação, através de projetos para qualificação de conhecimento e competências, como para credibilizar a imagem institucional do trabalho humanizado à população idosa.

Um dos propósitos da Instituição foi também promover a transdisciplinaridade em prol do olhar integral empregado ao envelhecimento nas várias respostas sociais que gere, tendo reforçado as equipas técnicas em dimensão e em multidisciplinariedade para conferir, uma abordagem integral na intervenção junto do idoso, ajudando nos aspetos biológicos, psicológicos, sociais e outros, e assim promover um envelhecimento ativo na comunidade de Albufeira. A consolidação da equipa técnica multidisciplinar difere conforme a necessidade do paciente, que pode contar com fisioterapeuta, psicomotricista, médico, enfermeiro, terapeuta ocupacional, farmacêutico, nutricionista, assistente social, psicólogo, animador sócio cultural, educador social, entre outros.

A Misericórdia de Albufeira está muito alinhada com as diretrizes europeias vertidas no Livro Verde para o Envelhecimento, e apostamos em cuidados humanizados e prevenção na saúde para promover uma longevidade com qualidade de vida.

Na área do envelhecimento, a Misericórdia de Albufeira desenvolveu em 2025, a sua atividade através das seguintes respostas sociais, que se traduzem em centros de custo individuais, de análise técnica, financeira e contabilística, a saber:

1. Estrutura Residencial Pessoas Idosas - Roseiral (encerrado para obras de requalificação e ampliação),
2. Centro de Dia - Roseiral,
3. Serviço de Apoio Domiciliário - Roseiral,
4. Estrutura Residencial Pessoas Idosas - Olhos de Água,
5. Centro de Dia - Olhos de Água,
6. Serviço de Apoio Domiciliário - Olhos de Água,
7. Equipamento de habitação sénior (acolheu temporariamente 28 utentes da ERPI Roseiral),
8. Equipamento de habitação - Pirilampos (acolheu temporariamente 12 utentes da ERPI – Roseiral),
9. Equipamento de Habitação Colaborativa - Rainha D. Leonor (projeto em desenvolvimento, já com acordo de cooperação assinado com o ISS)

As respostas ERPI, Centro de Dia e de SAD desempenham um papel fundamental na política social portuguesa, contribuindo para:

- ✓ A promoção do envelhecimento ativo e com dignidade.
- ✓ A redução do isolamento social e da vulnerabilidade das pessoas idosas.
- ✓ O apoio estruturado às famílias e cuidadores informais.
- ✓ A sustentabilidade do sistema de proteção social, reduzindo situações de urgência e institucionalização precoce.
- ✓ A dinamização do emprego local e da economia social, dada a forte presença das IPSS e das Misericórdias em todo o território nacional.

As Habitações colaborativas que estão a ser desenvolvidas e irão constituir-se como respostas habitacionais destinadas ao alojamento individual ou coletivo, com respeito pela individualidade e estarão direcionadas para as necessidades efetivas de cada pessoa, ajustando a prestação de serviço de forma individual. Serão de carácter permanente ou temporário, para pessoas com 65 ou mais anos que, por razões pessoais, sociais, familiares, económicas ou de saúde, não dispõem de condições para permanecer no seu domicílio.

Os serviços a serem prestados irão ao encontro da condição e vontade do cliente, em que a SCMA irá disponibilizar um conjunto alargado de serviços.

Neste sentido a SCMA viu crescer em 47,3%, a sua capacidade de respostas à população idosa em 2024, como consequência de um acordo de parceria com a Câmara Municipal de Albufeira em agosto de 2023 para a exploração de um novo equipamento social em Olhos de Água. Em 2025, a SCMA reduziu a sua capacidade de resposta em virtude do início das obras de reabilitação e ampliação do equipamento Roseiral, e tem expectativa que a partir de 2027 se verifique um aumento de 25,9% na sua capacidade de resposta a pessoas idosas, com a conclusão das obras das duas empreitadas, Roseiral e Rainha D. Leonor, bem como do licenciamento da Habitação Sénior.

De seguida apresentamos quadro comparativo com a capacidade instalada na área de atuação do envelhecimento por Resposta Social e capacidade atribuída em acordo de cooperação com o ISS, assim como a sua evolução expectável a partir de 2027.

Tabela 4 – evolução da capacidade instalada na área do envelhecimento

RESPOSTAS SOCIAIS	2024		2025		NOTAS	2026		2027 E SEGUINTE	
	Capacidade instalada	capacidade em acordo com ISS	Capacidade instalada	capacidade em acordo com ISS		Capacidade instalada	capacidade em acordo com ISS	Capacidade a instalar	capacidade em acordo com ISS
ERPI ROSEIRAL	60	60	12	12	1	12	12	78	62
			28	28	1	28	28		
ERPI OLHOS DE ÁGUA	57	45	57	45		57	45	57	45
CD ROSEIRAL	45	30	45	30	2	40	30	40	30
CD OLHOS DE ÁGUA	33	26	33	26		33	26	33	26
SAD ROSEIRAL	40	36	40	36		40	36	40	36
SAD OLHOS DE ÁGUA	40	32	40	32		40	32	40	32
HABITAÇÃO COLABORATIVA	-	-	Em construção	Em construção	3	Em Construção	Em Construção	28	28
HABITAÇÃO SÉNIOR	-	-	-	-	4	-	-	22	-
TOTAL	275	229	255	209	5	250	209	344	259

Notas:

1. A execução da candidatura PRR-RE-CO3- i01-02-000979, com o início da empreitada em setembro de 2025 e término previsto para junho de 2026, da obra de requalificação e ampliação da ERPI o Roseiral, requalificando as instalações existentes para 78 utentes no futuro. O período de 2024 a 2027 conduziu ao encerramento de todo o edifício, com a necessidade de transferir os utentes. Não existindo capacidade

para albergar os 60 utentes, desde 2024 que a MA decidiu não admitir utentes em caso de abertura de vaga, até atingir uma capacidade de 40 utentes. Foram transferidos 28 utentes para instalações remodeladas junto à Provedoria, e que iremos dar consequência para licenciamento de Habitação Sénior para o futuro. E foram transferidos 12 utentes para a Habitação Pirilampos, a qual iremos avaliar qual o destino a dar após o regresso dos utentes, ao equipamento Roseiral;

2. Redução da capacidade do Centro de Dia Roseiral para conseguir cumprir com as regras da portaria na execução do programa de reabilitação do espaço cedido em regime de comodato pela Paróquia, para o funcionamento do Centro de Dia;
3. A execução da candidatura PRR-RE-CO3- i01-10-000055, com o início da empreitada em agosto de 2025 e término previsto para junho de 2026, da obra de requalificação e adaptação dos Apartamentos Rainha D. Leonor para habitação colaborativa e mais onze apartamentos T0 para arrendamento urbano. De realçar que desde 2022, não temos receita proveniente do arrendamento dos 23 apartamentos por via da necessidade de obras. Vimos aprovada candidatura no âmbito do PRR para construção de resposta inovadora de Habitação colaborativa para 28 pessoas idosas, demos início à empreitada em agosto de 2025, e que se prevê concluída até junho de 2026.
4. Licenciamento para 8 apartamentos para habitação Sénior, no pavilhão anexo à Provedoria, para 22 utentes em vagas privadas.
5. Quando terminarem as empreitadas, teremos um aumento de 20% na capacidade instalada para a resposta na área do envelhecimento, com um aumento de 49% de camas disponíveis em estruturas residenciais. Um aumento muito significativo na quantidade e na qualidade, pois trata-se de respostas diversificadas e inovadoras para dar respostas as necessidades individuais da população idosa.

1.1.1. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Apresentamos de seguida o Balanço das atividades planeadas e executadas em 2025 em cada uma das estruturas residenciais para pessoas idosas geridas pela Misericórdia de Albufeira.

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – O Roseiral

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas O Roseiral tem como missão prestar cuidados integrados à população idosa, colocando a pessoa no centro da intervenção e promovendo a qualidade de vida, a saúde e os cuidados, assim como o bem-estar. Ao longo do ano de 2025, a ERPI deu resposta de acolhimento a 49 utentes, com uma média de idades de 81 anos. A avaliação funcional, realizada através da aplicação da Escala de Barthel, evidenciou um elevado grau de dependência da maioria dos utentes, num universo de 49 utentes, ao longo do ano tivemos apenas 2 utentes considerados autónomos, 10 ligeiramente dependentes, 8 moderadamente dependentes e 29 utentes que se encontravam em situação de dependência total ou severa.

No âmbito do planeamento de atividades para o ano de 2025, encontrava-se prevista uma intervenção prioritária e urgente na estrutura física da ERPI “O Roseiral”, com vista à reabilitação e requalificação do edifício, adequando-o às necessidades atuais e futuras dos utentes. Esta intervenção implicou a necessidade de realocação temporária dos idosos, o que constituiu um processo complexo, exigente e marcado por diversas incertezas. Foi desenvolvido um planeamento minucioso, articulado com a equipa multidisciplinar e com os diversos setores da Misericórdia de Albufeira, de forma a garantir que todo o processo decorresse de forma harmoniosa e segura, salvaguardando o bem-estar dos utentes, a estabilidade da equipa e a tranquilidade das famílias.

Este período revelou-se particularmente desafiante, exigindo resiliência e grande capacidade de adaptação por parte de toda a equipa, que manteve sempre como prioridade a prestação de cuidados humanizados, assentes na dignidade, no respeito e na individualidade de cada utente.

Foram readaptados dois espaços distintos para acolher os utentes, de acordo com o seu grau de funcionalidade. Um edifício, localizado junto à sede da Instituição, foi preparado para receber 28 utentes com maior grau de dependência, assegurando condições adequadas às suas necessidades específicas. Paralelamente, a Casa de Acolhimento “Os Pirlampos” foi adaptada para acolher 12 utentes com maior autonomia.

Concluído o processo de realocação e após o período de adaptação dos utentes e equipa aos novos espaços, foram retomadas as admissões, anteriormente suspensas, permitindo dar resposta à capacidade total de 40 utentes a partir do mês de outubro.

Em 2025 foi reforçado o envolvimento das famílias no quotidiano e na tomada de decisão relativa aos utentes, através do aumento dos atendimentos e reuniões, privilegiando uma comunicação clara e empática. Foram promovidas visitas regulares, o envolvimento de familiares e amigos em ações de voluntariado e a participação da comunidade nas atividades da resposta social, contribuindo para o combate ao isolamento, o fortalecimento dos vínculos afetivos, a promoção do convívio e da inclusão.

A estabilização da equipa constituiu um dos principais desafios ao longo de 2025, dado que a rotatividade e algumas ausências não programadas dificultaram a organização do trabalho diário. Perante este desafio, foi assumida uma estratégia centrada no acompanhamento próximo dos profissionais, apostando no reforço das ações de formação em contexto de trabalho, na promoção de relações de proximidade entre equipa e utentes e na presença regular da equipa multidisciplinar no terreno, com o objetivo de apoiar, esclarecer dúvidas e uniformizar práticas. Foram igualmente realizadas reuniões mensais, e sempre que necessário, como forma de promover a comunicação, a partilha e a consolidação do trabalho em equipa, garantindo a continuidade e a qualidade dos cuidados prestados.

Ao longo do ano, as ações desenvolvidas estiveram alinhadas com os objetivos estratégicos inicialmente propostos, com impacto direto no bem-estar, na participação ativa e na satisfação dos utentes, bem como na eficiência da gestão da ERPI. Foram criadas novas parcerias e reforçadas as já existentes, contribuindo para o alargamento da rede de apoio institucional e comunitário da ERPI. Estas colaborações permitiram diversificar respostas, potenciar recursos externos e enriquecer as atividades desenvolvidas. Com vista à promoção de cuidados individualizados e centrados na pessoa, foram disponibilizados 2 serviços especializados destinados a responder às necessidades específicas dos utentes, nomeadamente podologia e cabeleireiro. Estas respostas contribuíram para a melhoria do conforto e autoestima dos idosos. No âmbito da promoção da inclusão social e do combate ao isolamento, foram desenvolvidas iniciativas intergeracionais e comunitárias, nomeadamente 2 atividades com um jardim de infância do concelho e 10 atividades com a participação da comunidade, promovendo o convívio social, a cidadania e a participação ativa dos utentes. Relativamente à aposta na inovação e na modernização e monitorização dos processos e eficiência dos serviços prestados, foi implementada a utilização do programa Ankira, e deu-se continuidade à utilização do software Sioslife, adequado para potenciar o uso de ferramentas digitais na área sénior.

Quanto ao objetivo de promover uma gestão eficaz da Resposta Social, valorizando simultaneamente a sustentabilidade ambiental e financeira, ao longo de 2025 foram desenvolvidos vários esforços, tanto a nível da sustentabilidade ambiental, onde foram dinamizadas ações de sensibilização junto dos utentes e colaboradores, com enfoque na importância da reciclagem e da adoção de comportamentos ambientalmente responsáveis. Os utentes participaram ativamente na separação de resíduos, deslocando-se aos ecopontos para deposição de

materiais recicláveis, promovendo a autonomia e a consciencialização ambiental. Paralelamente, foram desenvolvidas atividades lúdicas de sensibilização para a poupança energética e privilegiado o uso de materiais recicláveis nas atividades diárias, contribuindo para práticas mais sustentáveis. Relativamente à sustentabilidade financeira, foram reforçadas internamente as estratégias de gestão e acompanhamento financeiro, através da articulação próxima com as famílias, promovendo o cumprimento dos prazos definidos para o pagamento das mensalidades. Foram ainda realizados esforços com vista à regularização de dívidas acumuladas, contribuindo para uma maior estabilidade financeira da resposta social. Simultaneamente, recorreu-se aos apoios previstos, nomeadamente aos complementos por dependência e por demência, bem como aos pedidos de apoio para atribuição de ajudas técnicas, adequando os recursos às necessidades dos utentes, sem prejuízo para a resposta social, contribuindo assim para o equilíbrio financeiro da Resposta Social.

Tabela 5 – Execução anual do Plano de Atividades

Objetivo estratégico	Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº de Famílias que participaram	Nº total de famílias	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Promover a humanização do cuidado aos utentes, respeitando a sua individualidade	Envolvimento do utente e família na elaboração do Plano Individual de Cuidados	Permitir ao utente e/ou família uma participação ativa na elaboração do Plano Individual de Cuidados, respeitando as suas necessidades e expectativas	% de familiares e utente envolvidos na elaboração do PIC	70% dos PIC'S sejam realizados em colaboração com o utente e familiares	49	49	100%	30%	
					Nº de PI cumpridos	Nº total de PI	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
	Garantir cuidados de saúde diferenciados e especializados de acordo com as necessidades do utente e fomentar o envelhecimento ativo	Avaliação e Acompanhamento do utente por profissionais das áreas da Saúde e Reabilitação	% Cumprimento do Plano Individual	80% dos cuidados prestados de acordo com o estabelecido em o Plano Individual	49	49	100%	20%	
					Nº de serviços disponibilizados por trimestre		Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
	Disponibilizar serviços diferenciados que vão de encontro às necessidades individuais e promovam a satisfação do utente	Serviço de podologia Serviço de cabeleireira	Nº de serviços disponibilizados	Disponibilizar pelo menos 1 serviço trimestralmente	2,5		250%	-1,50	
					Nº de PI cumpridos	Nº total de PI	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
	Garantir a realização de atividades que promovam estímulos cognitivos, manutenção da autonomia, interação social e qualidade de vida.	Desenvolver atividades socioculturais inclusivas e adaptadas às capacidades e interesses dos utentes.	% Cumprimento do Plano Individual	80% do Cumprimento do Plano Individual	49	49	100%	0,20	

Objetivo estratégico	Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº de Famílias que participaram	Nº total de famílias	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Promover o envolvimento da família e comunidade	Fortalecer os laços e a comunicação entre ERPI - utentes - famílias	Atendimentos aos familiares	Número de atendimentos	> 3 atendimentos por mês	69		69,00	-87,00	
		Atividades que potenciam a participação da família e amigos	nº de atividades em que os familiares participam	> 2 atividades por trimestre que envolva participação de familiares	10		10,00	2,00	
	Promover a interação e integração dos utentes com a comunidade em geral	Participação em atividades promovidas por entidades da comunidade	Nº de atividades	Desenvolver pelo menos 3 atividade em cada semestre	6		6,00	0,00	
		Organizar atividades na RS para promover o convívio e a inclusão dos utentes	Nº de atividades	Desenvolver pelo menos 1 atividade por semestre	4		4,00	2,00	
Manter a união e a estabilidade da equipa	Facilitar a comunicação e a coesão da equipa	Promover reuniões, nas quais são delineados objetivos e estratégias de melhoria.	Nº de reuniões	> 8 reuniões	18		18,00	10,00	
	Disponibilizar ferramentas e conhecimentos nas áreas do cuidado ao utente e da ergonomia no trabalho e prevenção de lesões	Ações de formação em contexto real de trabalho de acordo com as necessidades identificadas	Nº de ações de formação em contexto real de trabalho	6 ações de formação anuais	14		14,00	8,00	
Implementar práticas de forma a garantir a Sustentabilidade financeira e ambiental da ERPI	Garantir a liquidação das participações familiares e de descendentes no período estipulado	Monitorização mensal da agenda de dívida	% das participações familiares e de descendentes liquidadas no período	Liquidar pelo menos 70% das mensalidades do mês corrente	Nº de participações liquidadas	Nº total de participações a serem pagas	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
					29	40	73%	0,03	
	Redução do valor das dívidas existentes	Diligenciar com as famílias e departamento jurídico para uma boa cobrança dos valores em	% da dívida recuperada	Recuperar 5% da dívida	Valor de dívida recuperado	Valor total em dívida	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
13 580,30 €					28 745,04 €	47,24%	0,42	Janeiro de 2025 dívida de 28 745,04€ Dezembro de 2025 dívida de 15 164,74€	
Implementar práticas com o intuito de reduzir significativamente o consumo de papel e sensibilizar para a sustentabilidade ambiental.	Garantir a implementação de software de gestão de utentes	% de processos inseridos no software	100% dos processos individuais dos utentes inseridos no software no primeiro trimestre	Nº de processos individuais introduzidos no 1º trimestre	Nº total de processos	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados	
				42	42	100%	0,00		

Apesar de um ano marcado por desafios e incertezas, foi possível manter a qualidade dos serviços prestados, reforçando a centralidade do utente, a personalização dos cuidados e o envolvimento ativo das famílias, promovendo um envelhecimento digno, seguro e respeitador da individualidade de cada pessoa.

O futuro da ERPI Roseiral depende da boa concretização das obras de requalificação e ampliação do edifício Roseiral, para o retorno dos utentes, a esse equipamento, previsto para o fim do mês de junho de 2026. Mais um desafio que iremos concretizar e assim possibilitar a resposta a mais 38 pessoas idosas.



Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – Olhos de Água

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) Olhos de Água integra o Equipamento Social Olhos de Água, o qual engloba as respostas sociais de ERPI, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Creche. Constitui uma resposta social na área do envelhecimento, funcionando como um equipamento coletivo de alojamento permanente ou temporário, apoiado por uma equipa multidisciplinar, com o objetivo de prestar serviços à população com idade igual ou superior a 65 anos.

A ERPI dispõe de capacidade para 57 utentes, dos quais 45 são abrangidos pelo Acordo de Cooperação com o Instituto da Segurança Social, I.P.

Esta resposta social dirige-se preferencialmente a uma população cognitivamente mais funcional, promovendo igualmente o desenvolvimento de um projeto intergeracional em articulação com a Creche.

No decorrer do ano de 2025, foram desenvolvidas diversas ações com vista à promoção de um envelhecimento ativo e saudável, bem como à criação de um ambiente seguro que minimizasse riscos e promovesse a autonomia e a independência dos utentes. A prestação de cuidados pautou-se por uma abordagem humanizada e personalizada, respeitando a individualidade de cada utente.

Os utentes e/ou os seus responsáveis legais foram envolvidos na elaboração dos respetivos Planos Individuais de Cuidados, em articulação com a equipa técnica, de forma a garantir o respeito pelas suas crenças, vontades e necessidades. Foi promovida uma alimentação saudável, através da implementação de dietas equilibradas e ajustadas às especificidades individuais.

A prática regular de exercício físico adaptado foi incentivada semanalmente, contribuindo para a manutenção da mobilidade e da força muscular. Paralelamente, as sessões dinamizadas pela psicóloga favoreceram a promoção da saúde mental e emocional, através de atividades de estimulação cognitiva, oficinas de expressão artística, atividades lúdicas, grupos de leitura e tertúlias.

Foi igualmente incentivada a socialização entre pares e o fortalecimento das relações sociais, com o objetivo de combater o isolamento e a solidão, através de dinâmicas de grupo e saídas socioculturais. As tertúlias constituíram um espaço privilegiado de apoio na adaptação às mudanças inerentes ao processo de envelhecimento, nomeadamente a perda de capacidades, o luto e outras perdas significativas.

Ao longo do ano, no âmbito da promoção da individualidade e da personalização dos cuidados, procedeu-se à recolha sistematizada das histórias de vida, gostos, interesses e preferências dos utentes. A informação obtida

foi integrada no planeamento das intervenções, permitindo a organização de grupos de atividades mais homogêneos e adequados ao perfil funcional e psicossocial dos utentes, potenciando a sua adesão e participação.

Com vista ao reforço do envolvimento dos utentes e à promoção do seu sentido de utilidade, foi incentivada a sua participação no processo de decisão relativo às atividades de animação sociocultural. Nesse contexto, a equipa de animação procedeu à análise e reajuste do plano de atividades, adaptando e implementando respostas de acordo com as preferências e necessidades identificadas junto da população residente.

Em resultado deste processo de avaliação e adequação, o plano semanal de atividades foi revisto, tendo sido implementadas cinco novas atividades, em conformidade com os interesses expressos pelos utentes.

Paralelamente, no âmbito da promoção da integração social e comunitária, foram desenvolvidas atividades intergeracionais em articulação com a creche e a Escola EB1/JI de Vale de Pedras, contribuindo para o reforço das relações interpessoais, da participação social e do bem-estar dos utentes. Estas iniciativas incluíram eventos de partilha cultural, oficinas e ateliers, promovendo a transmissão de saberes e ofícios dos idosos às crianças. O voluntariado dos idosos na creche foi incentivado semanalmente, contribuindo para um envelhecimento mais ativo, autónomo e com maior qualidade de vida.

No âmbito da área da saúde e reabilitação, foi assegurado o acompanhamento contínuo dos utentes pela equipa de enfermagem, através da monitorização sistemática do seu estado de saúde. No quarto trimestre do ano, e no contexto de um protocolo estabelecido com uma farmácia, foi implementada a preparação quinzenal da medicação, com vista a garantir uma administração mais rigorosa, segura e controlada da terapêutica.

Esta medida contribuiu igualmente para a otimização dos recursos humanos, ao reduzir a carga associada à preparação da medicação por parte da equipa de enfermagem, permitindo uma maior disponibilidade para a prestação de cuidados diretos e para o acompanhamento das necessidades diárias dos utentes.

Os utentes da ERPI beneficiaram igualmente da intervenção da psicóloga, através da realização de sessões individuais e de grupo, orientadas para a estimulação cognitiva e para a abordagem de temáticas psicossociais relevantes, nomeadamente a depressão, o luto e a ansiedade.

Paralelamente, foi assegurada a intervenção da fisioterapeuta, através de sessões individuais ajustadas às necessidades específicas de reabilitação e/ou manutenção funcional de cada utente. Estas áreas de intervenção, fundamentais no contexto do envelhecimento, contribuíram de forma significativa para a promoção do bem-estar físico, psicológico e funcional dos utentes integrados na resposta social.

SESSÕES INDIVIDUAIS DE FISIOTERAPIA

SESSÕES INDIVIDUAIS DE PSICOLOGIA

SESSÕES DE GRUPO TEMÁTICAS DE
PSICOLOGIA

266

85

130

A comunicação com as famílias foi reforçada através da realização de reuniões, contactos telefónicos regulares, da celebração do Dia da Família, S. Martinho, Festa de Natal entre outros convívios. Paralelamente, promoveu-se a integração dos idosos na comunidade, mediante a participação em eventos e atividades comunitárias, como piqueniques, sardinhas e visitas a exposições.

No âmbito da gestão de recursos humanos, componente estratégica para a prestação de serviços de qualidade, centrados no utente e humanizados, foram implementadas reuniões semanais de coordenação entre a equipa técnica, as encarregadas e a equipa de enfermagem, permitindo uma atuação integrada, articulada e eficiente junto dos utentes, bem como a otimização do funcionamento global do equipamento.

Adicionalmente, realizaram-se reuniões mensais e reuniões pontuais sempre que necessário, envolvendo as ajudantes de lar e de centro de dia, bem como as equipas de refeitório e serviços gerais, com o objetivo de promover o alinhamento de procedimentos, a uniformização de práticas e a adequação das respostas institucionais às necessidades do quotidiano.

Esta política de coordenação e comunicação interna contribuiu para a valorização das competências individuais, a partilha de informação relevante, o fortalecimento do trabalho em equipa e a consolidação de um ambiente laboral saudável, colaborativo e orientado para a melhoria contínua da prestação de cuidados.

Ainda neste contexto, no último trimestre do ano, a instituição acolheu uma estagiária de Psicologia do Trabalho, que desde então tem vindo a desenvolver e implementar um Programa de Intervenção Psicossocial – Promoção do Bem-Estar e da Inclusão no Contexto Ocupacional que tem assumido um papel essencial no apoio aos colaboradores, contribuindo para a promoção do bem-estar emocional, da saúde mental e do equilíbrio psicossocial no contexto de trabalho. Através de intervenções estruturadas e ajustadas às necessidades identificadas, o programa favorece o desenvolvimento de competências pessoais e relacionais, reforça o sentimento de pertença e valorização profissional e promove um ambiente laboral mais saudável, inclusivo e cooperativo, com impacto positivo no desempenho e na qualidade dos serviços prestados.

No âmbito da sustentabilidade económico-financeira da ERPI, foi desenvolvido um trabalho sistemático e articulado com a tesouraria, com vista à monitorização da liquidação atempada das mensalidades, à gestão e recuperação de dívida e à atualização regular das comparticipações familiares nos períodos legalmente definidos. Foram ainda desenvolvidas ações de sensibilização junto de utentes e colaboradores para a adoção de práticas sustentáveis, nomeadamente ao nível da conservação da água e da poupança de energia.

Foi implementado o software de gestão de cuidados Ankira, destinado à monitorização das atividades e dos cuidados prestados, estando atualmente em período de adaptação. O foco da intervenção tem sido a melhoria contínua da qualidade de vida dos utentes, o bem-estar dos colaboradores, a otimização do funcionamento da resposta social e o reforço da confiança e satisfação dos idosos e respetivas famílias.

Destaca-se também a intervenção do departamento de Logística na ERPI, nomeadamente na gestão metódica de compras e encomendas mensais e no controlo orçamental, promovendo a organização interna e a eficiência operacional do equipamento.

Em termos de intervenção direta, o ano de 2025 evidenciou a consolidação e a melhoria contínua das práticas desenvolvidas pela ERPI de Olhos de Água, traduzida na adequação das atividades às necessidades e interesses dos utentes e na implementação de uma intervenção integrada e centrada na pessoa idosa.

A adoção de medidas de gestão rigorosa — incluindo a monitorização e atualização das participações familiares, a cobrança sistemática de mensalidades, a contratualização de serviços complementares e a otimização dos recursos humanos, logísticos e operacionais — contribuiu para o reforço sustentado da sustentabilidade financeira da resposta social.

A coordenação eficaz entre as áreas de saúde, animação, recursos humanos, logística e gestão financeira permitiu responder de forma equilibrada aos desafios institucionais, assegurando a qualidade dos serviços, a promoção do bem-estar físico, psicológico e social dos utentes, e consolidando práticas orientadas para um envelhecimento ativo, participativo e digno. Desta forma foi reforçado o papel da ERPI na comunidade e estabelecidas bases sólidas para a continuidade do trabalho, com enfoque na inovação, no desenvolvimento de parcerias estratégicas e na implementação de práticas cada vez mais sustentáveis, garantindo a excelência do serviço e a melhoria contínua da qualidade de vida da população idosa.

Tabela 6 – Execução anual do Plano de Atividades

Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº total de Participantes	Nº de participantes previstos	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Proporcionar um ambiente seguro que minimize riscos e promova a independência e autonomia	Desenvolver dinâmicas que promovam o estreito reconhecimento do equipamento, dos diferentes espaços e a sua boa utilização	% de frequência nas dinâmicas	90% de participação	10	10	100%	10%	Foi realizado a todas as novas admissões.
Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº total de PIC elaborados com utentes e/ou famílias	Nº total de PIC elaborados	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Proporcionar cuidados humanizados e personalizados, de forma a perceber as suas crenças e vontades;	Implicar o utente e/ou representante legal na construção do seu plano individual de cuidados	% de realização de PIC's com utente e/ou família	100% de realização de PIC's em conjunto com o utente e ou/representante legal	57	57	100%	0%	

Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº de utentes satisfeitos ou muito satisfeitos	Nº total de respostas	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Promover uma alimentação saudável através de dietas equilibradas	Realizar questionários de satisfação periódicos aos utentes	% de satisfação dos utentes	90% de satisfação dos utentes em relação à alimentação	45	50	90%	0%	
Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº total de Participantes	Nº de participantes previstos	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Incentivar a prática de exercício físico adaptado à população idosa	Promover de atividades ligadas ao exercício físico	% de frequência	75% de participação	20	25	80%	5%	
Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº total de Participantes	Nº de participantes previstos	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
	Desenvolver atividades de estimulação cognitiva e estimulação	% de frequência	90% de participação	14	15	93%	3%	
Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº total de Sessões	Nº total de sessões previstas	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Fomentar a saúde mental e emocional dos idosos	Concretizar ações para auxiliar o utente nas grandes mudanças inerentes ao envelhecimento	Nº de sessões	pele menos 3 por trimestre	12	12	0	0	
Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº total de Participantes	Nº de participantes previstos	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Estimular a socialização entre pares e promover o fortalecimento de laços sociais	Desenvolver atividades lúdicas	% de frequência	80% de participação	20	25	80%	0%	
Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº de momentos realizados	Nº de momentos previstos	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Fortalecer a comunicação com as famílias	Promover momentos de partilha com as famílias	Nº de momentos	Pelo menos 3 por semestre	8	6	2	2	
Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº de atividades realizadas	Nº de atividades previstas	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Promover a integração do idoso na comunidade	Participar em eventos e atividades da comunidade	Nº de atividades/ eventos	Pelo menos 3 por semestre	18	6	12	12	
Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº total de Reuniões	Nº total de reuniões previstas	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Estabilizar a equipa de recursos humanos	Promover reuniões periódicas de equipa	Nº de reuniões realizadas	Pelo menos 1 reunião por mês	58	12	46	46	
Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº de ações realizadas	Nº de ações previstas	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Fomentar a interação entre gerações	Incrementar a hora do recreio intergeracional	Nº de ações	Pelo menos 1 vez por semana	20	52	-32	-32	Nem sempre foi possível a realização da atividade devido às condições climáticas
Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº de atividades realizadas	Nº de atividades previstas	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Maximizar a partilha de conhecimentos entre idosos e crianças	Diligenciar atividades que promovam a partilha de conhecimentos e ofícios dos idosos às crianças	Nº de atividades	Pelo menos 3 por trimestre	12	12	0	0	
Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº de voluntários	Nº de voluntários previstos	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Fomentar o voluntariado dos idosos na creche	Ser voluntário com amor	Nº de voluntários	Pelo menos 3 por trimestre	12	12	-6	-6	
Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº de ações realizadas	Nº de ações previstas	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Realizar ações de sensibilização sobre os benefícios da intergeracionalidade	Ações de sensibilização	Nº de ações	Pelo menos 1 por trimestre	4	4	0	0	

Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº de ações realizadas	Nº de ações previstas	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Promover ações de sensibilização para utentes e colaboradores para adotar práticas de conservação da água e energia	Ações de sensibilização	Nº de ações	Pelo menos 1 por trimestre	4	4	0	0	
Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº de Ecopontos colocados	Nº de Ecopontos previstos	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Implementar programas de reciclagem	Construção e distribuição de Eco pontos	Nº de Eco Pontos	5	1	5	-4	-4	Apenas foi construído 1 mais direccionado para a sala de atividades. No entanto no decorrer de 2026 serão construídos os restantes e distribuídos pelo equipamento.
Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº de atividades realizadas	Nº de atividades previstos	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Promover a manutenção dos espaços verdes e atividades ao ar livre	Criação da Horta ODA	Nº de atividades	Pelo menos 1 por mês	0	12	-12	-12	A atividade não foi iniciada. Foi solicitado uma parceria a duas empresas para a criação de uma horta vertical, bem como a preparação do espaço da horta para cultivo, no entanto não foi iniciada a parceria até ao final do ano.
Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº famílias com as participações liquidadas no mês correspondente	Nº total de famílias	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Incentivar a liquidação atempada das participações familiares	Controlo da agenda de dívida através da verificação mensal da mesma em software de gestão de utentes	% das participações familiares liquidadas no mês correspondente	100% das participações familiares liquidadas no mês correspondente	53	57	93%	-7%	As restantes famílias já foram devidamente notificadas para regularizarem os valores em atraso.

Este balanço constitui não apenas uma análise do trabalho desenvolvido, mas também uma perspetiva sobre as oportunidades e responsabilidades futuras. Cada utente que confia na ERPI Olhos de Água traz consigo um percurso de vida único, que merece ser respeitado e valorizado. Nesse sentido, é responsabilidade da resposta social assegurar um ambiente seguro, estruturado e promotor do bem-estar.

Para os próximos anos, a prioridade será a consolidação e melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, a implementação de práticas inovadoras no cuidado e o reforço da articulação com as famílias, a comunidade envolvente e as entidades parceiras, promovendo uma resposta social integrada, ajustada às necessidades identificadas e sustentável.

O futuro da ERPI Olhos de Água assenta numa gestão responsável e sustentada, na promoção da participação ativa dos utentes na comunidade e no planeamento das atividades do quotidiano, fomentando a sua autonomia, sentido de utilidade e inclusão social, bem como na valorização das relações familiares.

Com o envolvimento de toda a equipa e em articulação com a rede de parceiros locais, a ERPI Olhos de Água continuará a afirmar-se como uma resposta social de referência, orientada para a melhoria contínua, o desenvolvimento organizacional e a prestação de cuidados de qualidade.



1.1.2. Centro de Dia

A Misericórdia de Albufeira dispõe de dois Centros de Dia, o Centro de Dia O Roseiral e o Centro de Dia Olhos de Água, ambos localizados na freguesia de Albufeira e Olhos de Água. Em conjunto dispõem de uma capacidade total de 78 utentes, dos quais 56 abrangidos pelos Acordos de Cooperação celebrados com o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS).

Centro de Dia – O Roseiral

O Centro de Dia é uma resposta social na área do envelhecimento cujo objetivo principal é colmatar o isolamento social dos idosos. Com a prestação de um conjunto de serviços e atividades, favorece a permanência dos idosos no seu meio sociofamiliar, e contribui para a conciliação entre a vida pessoal e laboral dos seus cuidadores.

Através de uma intervenção que visa, acima de tudo, promover a dignidade, o sentido de utilidade e o poder de decisão do utente sobre o seu projeto de vida, contribui para a saúde psicomotora dos seus utentes através da oferta de atividades diversificadas levadas a cabo por equipas multidisciplinares que vão ao encontro das suas expectativas e interesses.

O Centro de Dia “O Roseiral”, dispõe de uma capacidade para 45 utentes, dos quais 30 se encontram abrangidos pelo Acordo de Cooperação celebrado com o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS). Ao longo do ano de 2025, o Centro de Dia deu resposta a um total de 33 utentes, com uma média de idades de 84 anos, dos quais 14 evidenciavam perda significativa da funcionalidade, associada a limitações físicas e cognitivas. Durante os 12 meses foram realizadas cerca de 38 visitas domiciliárias, que resultaram na efetivação de 15 admissões, tendo-se registado a saída de 11 utentes no mesmo período. A taxa de ocupação das vagas abrangidas pelo Acordo de Cooperação oscilou entre 60% e 83%, atingindo o seu valor máximo entre os meses de agosto e outubro, refletindo uma elevada rotatividade de utentes, fator que dificultou o preenchimento integral das vagas em acordo de cooperação e condicionou, igualmente, a utilização das vagas extra acordo.

Tabela 7 – evolução da taxa de ocupação no Centro de Dia Roseiral

MÊS	NÚMERO DE UTENTES	TAXA DE OCUPAÇÃO DAS VAGAS EM ACORDO DE COOPERAÇÃO
JANEIRO	19	63%
FEVEREIRO	18	60%
MARÇO	21	70%
ABRIL	20	67%

MAIO	20	67%
JUNHO	20	67%
JULHO	22	73%
AGOSTO	25	83%
SETEMBRO	25	83%
OUTUBRO	25	83%
NOVEMBRO	24	80%
DEZEMBRO	23	77%

Verificou-se uma procura reduzida pela resposta social de Centro de Dia, apesar das ações de divulgação desenvolvidas. Paralelamente, uma parte significativa dos candidatos, apresentava níveis elevados de dependência física e/ou cognitiva, não compatíveis com o perfil funcional dos utentes, verificado ao longo do ano de 2025, bem como com as condições físicas e organizacionais da resposta social concebida para um público-alvo autónomo ou ligeiramente dependente. A acrescentar a este facto, algumas candidaturas não tiveram seguimento após a visita domiciliária, destacando-se como principais causas a não entrega da documentação necessária para a efetivação da inscrição, a discordância do candidato com o valor da mensalidade apresentado, ou a incompatibilidade com os horários de transporte disponibilizados.

No âmbito da promoção de um envelhecimento ativo e saudável, a equipa multidisciplinar constituída por animadora sociocultural, fisioterapeuta e psicóloga, desenvolveu ao longo de todo o ano um conjunto de atividades orientadas para a prevenção e o retardamento do declínio psicomotor, promoção da funcionalidade e o reforço dos processos de socialização, contribuindo para o combate ao isolamento social. As atividades, planeadas em função dos interesses e histórias de vida dos utentes, promoveram o seu envolvimento num total de 816 atividades lúdico-recreativas, lúdico-terapêuticas, ocupacionais e socioculturais, realizadas. Paralelamente, foram realizados 278 acompanhamentos individuais, nomeadamente 266 sessões de fisioterapia e 12 atendimentos de psicologia, com o objetivo de dar resposta a necessidades específicas e individuais de cada utente, quer por solicitação dos próprios, quer por indicação da Equipa Técnica, sempre que identificados sinais de alerta.

Como forma de acompanhar o projeto de vida do utente e famílias, ao longo do ano de 2025, foram realizados 67 atendimentos que permitiram a identificação, resposta e encaminhamento das necessidades sinalizadas, reforçando a articulação entre o utente, família e equipa, e promovendo um acompanhamento mais próximo, colaborativo e ajustado às suas necessidades individuais.

Para 2025, definiu-se a realização de um programa de atividades intergeracionais, destinado a promover a troca de experiências, saberes e tradições entre gerações, reforçando o sentido de identidade e a autovalorização dos

utentes, bem como valores como empatia, solidariedade e respeito. A iniciativa previa a criação de um campo de férias intergeracional no Centro de Dia, contudo, a sua execução no período inicialmente previsto não se concretizou devido à necessidade de alocação de recursos humanos à mudança de instalações da ERPI “O Roseiral”. Considerou-se a realização da iniciativa durante as férias escolares de Natal, porém, face ao aumento de casos de Gripe A em contexto escolar no concelho, a sua execução foi adiada para o ano de 2026.

Entende-se que a qualidade do serviço prestado depende diretamente da equipa responsável pela prestação dos cuidados, assim, ao longo de 2025, para além das reuniões de equipa em contexto de gabinete, realizou-se um acompanhamento diário próximo, no terreno, que permitiu a resolução ou o encaminhamento das situações identificadas, assim como a reflexão conjunta para a definição de soluções. A comunicação eficaz constituiu um desafio diário, mas esta proximidade contribuiu para fortalecer o diálogo interno e valorizar as sinalizações em tempo útil. A estabilidade da equipa, sem rotatividade ao longo do ano, reforçou a coesão e a melhoria contínua do desempenho, promovendo a eficiência da intervenção.

Relativamente ao processo de licenciamento de utilização do espaço em articulação com a Paróquia de Albufeira, foram desenvolvidos, no decurso do ano de 2025, diversos esforços com vista à sua regularização. Neste âmbito, realizaram-se contactos regulares com os responsáveis pelo processo de licenciamento das alterações efetuadas ao espaço físico, com vista à verificação da conformidade legal das mesmas, e foram dados os primeiros passos na implementação das Medidas de Autoproteção (MAP). Apesar do trabalho desenvolvido, não foi possível concluir o processo no período em análise, mantendo-se a sua finalização como um dos objetivos prioritários a transitar para o ano de 2026.

No âmbito da sustentabilidade financeira da resposta social, procederam-se às revisões necessárias ao quadro de recursos humanos e respetivas afetações à resposta social, em conjunto com o departamento de Recursos Humanos, com vista à otimização de custos e adequação dos recursos às necessidades. Foi assegurado um acompanhamento rigoroso da agenda de dívida, promovendo a cobrança das mensalidades dentro dos prazos regulamentados, bem como a faturação e cobrança criteriosa dos serviços extra prestados. Em colaboração com o departamento de logística, foi assegurada uma gestão cuidada dos recursos materiais e consumíveis, através do controlo rigoroso de stock e otimização dos processos de aquisição, como forma de evitar gastos desnecessários.

Tabela 8 – Execução anual do Plano de Atividades

Objetivo Estratégico	Objetivo Operacional	Atividades	Indicador	Meta	Licença Emitida	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Regularização do espaço físico	Concluir o processo de licenciamento de utilização do espaço em articulação com a Paróquia de Albufeira	Dar entrada do processo na CMA com os respetivos pareceres	Não existir inconformidade no relatório da visita de acompanhamento da Segurança Social	Emissão da licença	Não	Objetivo não alcançado.		Foram desenvolvidos esforços, mas não foi possível concluir o objetivo. (Justificação completa no texto)
					Nº de Edições Realizadas	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Fomentar as relações intergeracionais entre idosos e crianças	Implementar um programa de atividades intergeracionais.	Criação de um campo de férias intergeracional no Centro de Dia.	Número de edições anuais realizadas.	Realizar o Campo de Férias em pelo menos uma das interrupções letivas.	1	0,00	-1,00	Impossibilidade de realização nas datas previstas. (Justificação completa no texto.)
Fomentar a prática de atividades significativas, para os utentes, no espaço físico exterior do Centro de Dia	Criar um espaço exterior para prática de atividades de jardinagem e horticultura.	Preparação dos canteiros e construção de vasos.	Data de conclusão do projeto.	Concluir o espaço até ao final do primeiro semestre.	Não foi concluído.	Objetivo não alcançado.		Apesar de ter sido planeado de acordo com os interesses demonstrados, os utentes não demonstraram disponibilidade na concretização deste objetivo. Tentámos estabelecer uma parceria externa para a sua concretização, contudo tal não foi possível ao longo do ano de 2025.
					Data de conclusão do projecto	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Implementar práticas que melhorem a eficiência operacional	Operacionalizar de forma eficaz o software de gestão de utentes.	Iniciar os registos de cuidados de utentes no software.	Data de início dos registos.	Iniciar os registos até ao final do primeiro trimestre.	02/01/2025	Parcialmente atingido.		Não foi dado início ao registo de cuidados por não dispormos de equipamento informático para o efeito. No entanto, deu-se início aos restantes registos, nomeadamente de atividades e de sessões individuais.
					Data de início dos registos	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Implementar práticas que melhorem a eficiência operacional	Operacionalizar de forma eficaz o software de gestão de utentes.	Informatizar os processos individuais dos utentes.	Taxa de processos informatizados.	90% dos processos dos utentes informatizados até ao final do primeiro semestre.	20	20%	0%	Todos os processos dos utentes estão informatizados, apesar de numa fase inicial mantermos em formato físico.
					Nº total de processos	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados

Apesar de ter sido um ano exigente, considerámos que 2025 foi um ano de consolidação. Neste contexto, encaramos o futuro com confiança, perspetivando melhores resultados, nomeadamente no alicerçar de boas práticas que visam a sustentabilidade da resposta social, na melhoria contínua dos processos e na concretização de novos objetivos, com especial enfoque no preenchimento pleno das vagas e na qualidade do serviço prestado.

A satisfação dos utentes, a coesão da equipa e a sustentabilidade da resposta social permanecem como prioridades fundamentais, exigindo um equilíbrio contínuo entre a qualidade dos serviços prestados e a viabilidade financeira da resposta social. O compromisso assumido, reflete-se na dedicação e melhoria contínuas, garantindo que os desafios enfrentados contribuirão para um crescimento saudável das suas diversas dimensões.



Centro de Dia - Olhos de Água

O Centro de Dia é uma resposta social destinada à população idosa que proporciona cuidados, apoio e atividades estruturadas durante o período diurno, permitindo que as pessoas idosas permaneçam no seu meio familiar e comunitário. Esta resposta visa assegurar a satisfação das necessidades básicas, promover o bem-estar físico, psicológico e social, bem como estimular a autonomia e a participação ativa. Ao mesmo tempo, o Centro de Dia desempenha um papel fundamental no combate ao isolamento social, favorecendo a manutenção dos laços sociofamiliares e contribuindo para um envelhecimento mais ativo, digno e integrado na comunidade.

O Centro de Dia de Olhos de Água encontra-se integrado no Equipamento Social Olhos de Água e dispõe de capacidade para acolher 33 utentes, sendo 26 deles abrangidos pelo Acordo de Cooperação com o ISS, IP.

No decorrer do ano de 2025, o Centro de Dia de Olhos de Água registou o acompanhamento de 41 utentes, com idades compreendidas entre os 65 e os 97 anos. Durante este período, foram efetuadas 23 admissões e registadas 16 saídas.

Ao longo do ano, foram realizadas 52 visitas domiciliárias para admissão em vaga de centro de dia, no entanto, a elevada rotatividade de utentes representou um desafio constante, dificultando a manutenção de uma taxa de ocupação estável das vagas abrangidas pelo Acordo de Cooperação com o ISS, I.P. Registou-se, durante o ano de 2025 uma procura reduzida pelo Centro de Dia, apesar das ações de divulgação realizadas, sendo ainda de salientar que muitos candidatos apresentavam níveis de dependência incompatíveis com o perfil funcional e as condições da resposta social, dirigida a utentes autónomos ou ligeiramente dependentes. Acresce que algumas candidaturas não avançaram após a visita domiciliária, sobretudo por falta de documentação, discordância quanto ao valor da mensalidade ou incompatibilidade com os horários de transporte.

No que respeita à ocupação das vagas, verificou-se, no primeiro semestre do ano, uma taxa máxima de ocupação de 88%. No segundo semestre, foi atingida uma taxa de ocupação de 100%, como se pode verificar no quadro seguinte, assegurando a totalidade das vagas contratualizadas e contribuindo positivamente para o equilíbrio financeiro da resposta social.

Tabela 9 – evolução da taxa de ocupação no Centro de Dia Olhos de Água

MÊS	NÚMERO DE UTENTES QUE FREQUENTARAM O CENTRO DE DIA	TAXA DE OCUPAÇÃO DAS VAGAS EM ACORDO DE COOPERAÇÃO
JANEIRO	19	73%
FEVEREIRO	20	77%
MARÇO	21	81%

ABRIL	21	81%
MAIO	23	88%
JUNHO	23	88%
JULHO	24	92%
AGOSTO	26	100%
SETEMBRO	26	100%
OUTUBRO	26	100%
NOVEMBRO	26	100%
DEZEMBRO	26	100%

Foram delineados alguns objetivos estratégicos que conduziram a ação do Centro de Dia em 2025. Para esse efeito, as ações programadas foram concebidas numa perspetiva de promoção da melhoria contínua dos serviços prestados, colocando o bem-estar do utente no centro da intervenção e assegurando a promoção de um envelhecimento ativo e saudável com enfoque em atividades Intergeracionais bem como uma gestão eficiente e de sustentabilidade financeira e ambiental da resposta social.

Durante o ano, por forma a favorecer a identidade pessoal de cada utente, promoveu-se a recolha de histórias de vida de todos os utentes admitidos bem como os seus gostos e interesses. Desta forma, foi possível criar grupos de trabalho mais homogéneos e cativar os utentes para a participação nas atividades. Com o objetivo de resgatar o sentido de utilidade do utente, através da participação do mesmo na tomada de decisão das atividades a desenvolver, foi solicitado à equipa de animação, um olhar atento sobre as atividades planeadas e, com o recolhido junto dos utentes, adaptar/implementar atividades que fossem de encontro aos gostos da população idosa. O plano semanal foi ajustado e foram ainda criadas 5 novas atividades, em concordância com o referido pelos utentes. Ainda no âmbito das atividades de animação, foram colocadas em prática atividades Intergeracionais com as crianças da creche e da escola EB1 JI de Vale de Pedras.

A promoção de um serviço de qualidade, centrado no acompanhamento do projeto de vida do utente, constituiu uma prioridade ao longo de 2025. Para esse efeito, foi assegurado um contacto próximo, regular e contínuo com os utentes e respetivos familiares, através de reuniões presenciais, contactos telefónicos e comunicação por correio eletrónico, permitindo identificar atempadamente situações que exigiam intervenção e garantir respostas adequadas e ajustadas a cada situação, contribuindo assim para o bem-estar dos utentes.

No que respeita aos recursos humanos, peça imprescindível para a prestação de um serviço de qualidade, humanizado e centrado no utente, foram implementadas reuniões semanais entre a equipa técnica, encarregadas e equipa de enfermagem, permitindo uma atuação mais concertada e eficaz junto dos utentes, bem como uma melhor articulação do funcionamento do equipamento. Realizaram-se ainda, com o mesmo propósito, reuniões

mensais e reuniões pontuais sempre que se revelou necessário, envolvendo as ajudantes de lar e centro de dia, bem como as equipas de refeitório e serviços gerais, com vista ao ajuste de procedimentos. Esta dinâmica promoveu momentos de partilha, valorização do trabalho individual e fortalecimento do trabalho em equipa, assegurando não só uma resposta eficaz às situações do quotidiano, mas também a promoção de um ambiente de trabalho saudável.

Ainda neste enquadramento, no último trimestre do ano, a instituição integrou uma estagiária de Psicologia do Trabalho, que passou a conceber e implementar um Programa de Intervenção Psicossocial – Promoção do Bem-Estar e da Inclusão no Contexto Ocupacional. Este programa tem desempenhado um papel relevante no apoio aos colaboradores, promovendo o bem-estar emocional, a saúde mental e o equilíbrio psicossocial no local de trabalho. Assente em intervenções estruturadas e adequadas às necessidades identificadas, contribui para o desenvolvimento de competências pessoais e relacionais, reforça o sentimento de pertença e valorização profissional e fomenta um ambiente laboral mais saudável, inclusivo e colaborativo, refletindo-se positivamente no desempenho das equipas e na qualidade dos serviços prestados.

No que respeita à área da saúde e reabilitação, manteve-se o acompanhamento contínuo dos utentes por parte da equipa de enfermagem, através da monitorização regular do seu estado de saúde. No quarto trimestre do ano, no âmbito de um protocolo estabelecido com uma farmácia, iniciou-se a preparação quinzenal da medicação, permitindo assegurar uma administração mais rigorosa e controlada da terapêutica. Esta medida contribuiu ainda para a otimização do trabalho da equipa de enfermagem, ao libertá-la da tarefa de preparação da medicação, possibilitando uma maior disponibilidade e atenção às necessidades diárias dos utentes.

Os utentes do centro de dia beneficiaram igualmente da intervenção da psicóloga, através da realização de sessões individuais e de grupo, focadas não só na estimulação cognitiva, mas também na abordagem de temáticas relevantes como a depressão, o luto e a ansiedade. Paralelamente, contaram com a intervenção da fisioterapeuta, mediante sessões individuais orientadas para as necessidades específicas de reabilitação e/ou manutenção funcional de cada utente. Estas áreas de intervenção, fundamentais no processo de envelhecimento, contribuíram de forma significativa para o bem-estar físico e psicológico dos utentes integrados nas atividades.

No que respeita à sustentabilidade, foi desenvolvido um trabalho articulado com a técnica administrativa, com vista à promoção da liquidação atempada das mensalidades e à cobrança de dívida, bem como à atualização das participações familiares no mês correspondente. Relativamente ao acordo de cooperação com o ISS, IP, durante o primeiro e segundo semestre do ano, as vagas protocoladas não se encontravam preenchidas na totalidade, contudo, em agosto de 2025 foi possível alcançar o preenchimento integral do acordo, atingindo os 100% e contribuindo para a sustentabilidade financeira do centro de dia.

Ao longo de 2025, dos 41 utentes que frequentaram o Centro de Dia, 75% contrataram serviços extra mensalidade. Entre estes, destacam-se o serviço de transporte, sendo o mais requisitado, e as sessões de fisioterapia, tendo sido realizadas cerca de 200 sessões ao longo do ano a utentes do Centro de Dia. Estes serviços adicionais constituíram um reforço significativo da receita da resposta social. No que diz respeito à transição digital, a plataforma Ankira foi implementada no centro de dia, tendo sido informatizados todos os processos dos utentes da resposta social.

Destaca-se ainda a intervenção do departamento de Logística no equipamento, nomeadamente na gestão de compras e encomendas mensais e no controlo de orçamentos, o que contribuiu para uma maior organização e fluidez no trabalho diário. Paralelamente, as rotas de transporte dos utentes do Centro de Dia foram ajustadas de forma regular, permitindo a otimização dos recursos disponíveis e o aumento da eficiência operacional.

Tabela 10 – Execução anual do Plano de Atividades

Objetivo Estratégico	Objetivo Operacional	Atividades	Indicador	Meta	Nº de atividades desenvolvidas	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados	
Fomentar a prática de atividades significativas, para os utentes, no espaço físico exterior.	Desenvolver atividades de jardinagem e horticultura.	Criação e manutenção da horta no espaço destinado ao efeito.	Número de atividades desenvolvidas na horta.	Desenvolver pelo menos uma atividade semanal na horta.	0	0,00	-52,00	Atividade não foi iniciada. Foi solicitada uma parceria a duas empresas para a criação de uma horta vertical, bem como a preparação do espaço da horta para cultivo, no entanto não foi iniciada a parceria até ao final do ano. Prevê-se o seu início no primeiro trimestre de 2026.	
					Nº de atividades desenvolvidas	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados	
		Implementação da hora do recreio intergeracional	Número de Atividades realizadas.	Atividade realizada pelo menos uma vez por semana.	20	20,00	-32,00	O objetivo foi atingido no entanto a meta não foi alcançada na sua totalidade devido ao clima não propício para a realização de atividades do exterior e por sobreposição de atividades em plano.	
Fomentar as relações intergeracionais entre idosos e crianças.	Reforçar o programa de atividades intergeracionais interno.	Criação de um espaço de partilha de saberes.	Número de atividades realizadas.	Realizar, pelo menos 2 atividades por trimestre.	12	12,00	4,00	Objetivo atingido e meta superada. Durante o ano, foram dinamizadas várias atividades entre crianças da creche ODA e utentes de Centro de dia.	
					Nº de voluntários	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados	
					Implementação do programa de voluntariado na creche.	Número de voluntários alcançados pela atividade.	Pelo menos 3 voluntários alcançados por trimestre.	12	12,00
					Nº de processos informatizados	Nº total de processos	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Implementar práticas que melhorem a eficiência operacional.	Operacionalizar de forma eficaz o software de gestão de utentes.	Conclusão da informatização dos processos individuais dos utentes.	Taxa de processos informatizados.	90% dos processos dos utentes informatizados até ao final do primeiro trimestre.	100%	100%	100%	10%	Objetivo atingido e meta superada. Todos os processos dos utentes que frequentaram o centro de dia foram informatizados na plataforma ankira

Em síntese, o ano de 2025 ficou marcado por um percurso de consolidação e melhoria contínua da intervenção do Centro de Dia de Olhos de Água, refletido no aumento progressivo da taxa de ocupação das vagas, na

adequação das atividades aos interesses e necessidades dos utentes e no reforço de uma intervenção integrada e centrada na pessoa idosa. Paralelamente, a implementação de medidas de gestão rigorosa — nomeadamente ao nível das participações, da cobrança de mensalidades, da contratualização de serviços extra e da otimização dos recursos humanos, logísticos e operacionais — contribuiu de forma consistente para o fortalecimento da sustentabilidade financeira da resposta social.

A articulação eficaz entre as áreas da saúde, animação, recursos humanos, logística e gestão financeira permitiu responder de forma equilibrada aos desafios existentes, garantindo a qualidade dos serviços, o bem-estar físico, psicológico e social dos utentes, promovendo um envelhecimento ativo, participativo e digno e reforçando o papel do Centro de Dia na comunidade, assente numa gestão eficiente e orientada para a autonomia financeira do serviço.

Assim, o percurso a seguir, passa por dar continuidade a este trabalho, apostando na inovação, no reforço de parcerias e no desenvolvimento de práticas cada vez mais sustentáveis, que consolidem a qualidade do serviço e a melhoria da qualidade de vida da população idosa.



1.1.3. Serviço de Apoio Domiciliário

Serviço de Apoio Domiciliário – O Roseiral e Serviço de Apoio Domiciliário - Olhos de Água

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira visa prestar cuidados adequados às necessidades específicas de cada utente no seu próprio domicílio. Através de uma equipa multidisciplinar, o SAD assegura a prestação de serviços essenciais, nomeadamente cuidados de higiene e conforto, apoio na alimentação, acompanhamento na gestão do quotidiano e apoio social, promovendo a permanência da pessoa no seu ambiente habitual com dignidade, segurança e qualidade de vida.

Atualmente, o serviço encontra-se organizado em duas valências que funcionam de forma articulada, de acordo com zonas geográficas: o SAD Roseiral, que abrange a área de Albufeira Centro – Guia, e o SAD Olhos de Água, responsável pela zona Olhos de Água – Ferreiras.

Em 2025, a capacidade instalada do Serviço de Apoio Domiciliário são para 80 utentes, sendo 68 vagas abrangidas pelos Acordos de Cooperação com o Instituto da Segurança Social, I.P.

Durante o ano de 2025, o SAD Roseiral e o SAD Olhos de Água, apoiaram 94 utentes, com idades compreendidas entre os 52 anos e os 99 anos. No que diz respeito à funcionalidade do universo total dos utentes que frequentam o SAD, 22 apresentaram dependência total, 25 dependência moderada, 29 dependência ligeira e 18 independentes.

Tem-se verificado, ao longo dos anos, uma evolução no perfil de funcionalidade dos utentes apoiados, evidenciando-se atualmente um maior equilíbrio entre os diferentes níveis de dependência. Se, em períodos anteriores, uma parte significativa dos utentes apresentava dependência total, observa-se hoje uma distribuição mais homogénea, ainda que este patamar continue a representar uma parcela relevante. Esta tendência reflete a diversidade de necessidades dos utentes acompanhados, bem como a capacidade de resposta do SAD face a diferentes graus de autonomia, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

Tabela 11 – Evolução do grau de autonomia

	INDEPENDENTE	LIGEIRAMENTE DEPENDENTE	MODERADAMENTE DEPENDENTE	TOTALMENTE DEPENDENTE
2022	29%		22%	49%
2023	27%	15%	26%	32%

2024	23%	24%	23%	30%
2025	19%	31%	27%	23%

Foram definidos 3 grandes objetivos estratégicos que orientam a ação do SAD em 2025, essas ações definidas foram planeadas numa perspetiva de resposta centrada no utente, garantindo a prestação de cuidados e serviços personalizados, adequados às necessidades individuais de cada pessoa apoiada.

Qualidade do Serviço

No ano de 2025, manteve-se o compromisso com a qualidade do serviço prestado, sustentado numa abordagem centrada na pessoa e na promoção de cuidados integrados e humanizados. O projeto +Próximo teve continuidade, dando seguimento aos objetivos definidos na sua fase piloto, nomeadamente a redução das dificuldades de acesso a cuidados de saúde, o combate ao isolamento social e a promoção da estimulação cognitiva e funcional dos idosos acompanhados.

Durante o período de implementação em 2025, o projeto continuou a beneficiar de utentes integrados, assegurando a realização de sessões de terapia ocupacional orientadas para a estimulação psicomotora, funcional e para a socialização, bem como atividades de participação na comunidade, contribuindo para a manutenção da funcionalidade, do bem-estar e da autonomia dos idosos. Paralelamente, manteve-se o acompanhamento regular do estado de saúde dos utentes, através da monitorização de parâmetros vitais, da gestão da medicação e do apoio no acesso a cuidados médicos, garantindo respostas ajustadas às necessidades individuais e promovendo a prevenção de complicações.

A definição de planos de intervenção individualizados continuou a ser realizada em articulação com os utentes e as suas redes de suporte, assegurando uma resposta integrada e adequada às condições de saúde, expectativas e preferências de cada pessoa, incluindo o fornecimento de refeições ajustadas às necessidades clínicas e nutricionais identificadas.

Contudo, no final de 2025, verificou-se uma alteração na equipa técnica, o que teve impacto direto na operacionalização do projeto +Próximo. Esta mudança conduziu à suspensão do projeto, impossibilitando a sua continuidade nos moldes inicialmente previstos. Apesar da sua suspensão, a equipa ficou sensibilizada para a importância deste modelo de intervenção, mantendo um olhar atento sobre as necessidades identificadas. Nesse sentido, foram preservados os kits de monitorização e mantiveram-se os procedimentos definidos. Acresce que a experiência adquirida e os resultados alcançados reforçam a pertinência deste projeto, evidenciando o seu contributo para a melhoria da qualidade de vida dos utentes.

Relativamente aos recursos humanos, em 2025 manteve-se um acompanhamento contínuo das equipas, com o objetivo de apoiar as dificuldades sentidas no terreno e promover um acompanhamento mais próximo e personalizado, garantindo a qualidade e a satisfação com os serviços prestados aos utentes. No último trimestre do ano, este acompanhamento foi reforçado através da realização de reuniões de equipa com uma periodicidade bissemanal, criando um espaço estruturado de partilha e reflexão conjunta. Estas reuniões permitiram a apresentação de novas sugestões, a discussão de necessidades específicas dos utentes, a análise de situações que requeriam intervenção e a definição de estratégias de atuação. Paralelamente, constituíram um momento privilegiado para o fortalecimento da união, da cooperação e do espírito de equipa, contribuindo para uma atuação mais articulada e consistente no terreno.

Gestão

O ano de 2025 continuou a evidenciar uma rotatividade significativa no que diz respeito à frequência dos utentes no SAD Roseiral e no SAD Olhos de Água. Esta característica, associada a esta resposta social, manteve-se presente, contudo, com a consolidação de dois serviços em funcionamento e um maior número de vagas disponíveis, a rotatividade tornou-se mais visível e impactante na gestão da resposta. Esta dinâmica refletiu-se tanto no número de admissões como no número de saídas ao longo do ano, conforme demonstrado no quadro abaixo, evidenciando a necessidade de continuar a desenvolver estratégias de captação e fidelização de utentes, de forma a assegurar a estabilidade e a sustentabilidade do serviço.

Tabela 12 – evolução dos fluxos de admissões e saídas nos SAD

		SAD ROSEIRAL	SAD OLHOS DE ÁGUA	TOTAL
2022	Admissões	21		21
	Saídas	24		24
2023	Admissões	23	5	28
	Saídas	20	2	22
2024	Admissões	21	22	43
	Saídas	24	13	37
2025	Admissões	22	30	52
	Saídas	27	19	46

Tendo em conta o volume de admissões e saídas registado ao longo de 2025, a estabilização dos dois Serviços de Apoio Domiciliário constituiu um desafio diário, refletindo-se na dificuldade em assegurar o preenchimento da totalidade das vagas disponíveis. Com o objetivo de dar resposta a esta realidade e face à inexistência de candidaturas diretas para o SAD, procedeu-se ao trabalho da lista de espera da ERPI para possíveis admissões, bem como à realização de diversas visitas domiciliárias.

Acresce que algumas candidaturas não avançaram após a visita domiciliária, sobretudo por falta de documentação, discordância quanto ao valor da mensalidade ou incompatibilidade com os horários de prestação dos serviços.

Durante todo o ano de 2025, foi desenvolvido um trabalho de proximidade com os utentes e respetivas famílias, em estreita articulação com o departamento financeiro da instituição, com vista a assegurar uma gestão eficaz das mensalidades dos utentes do SAD. Esta articulação permitiu garantir, na sua grande maioria, a liquidação das mensalidades no próprio mês a que diziam respeito e, nos casos de incumprimento, a identificação e regularização atempada das situações em atraso. Apesar de não ter sido possível o preenchimento total das vagas, foi assegurada uma gestão criteriosa das admissões, verificando-se que mais de metade dos utentes contribuíram com valores que cobriram o custo real associado à sua resposta, contribuindo, assim, de forma positiva para a sustentabilidade financeira da resposta social.

No que diz respeito à sustentabilidade financeira e ambiental, registou-se uma evolução muito positiva na utilização do sistema de gestão de utentes ao longo de 2025. A progressiva consolidação do novo software permitiu uma redução consistente do recurso a impressões em papel, bem como uma gestão mais eficiente, organizada e célere dos processos administrativos e operacionais. Esta melhoria contínua na utilização da ferramenta digital traduziu-se numa maior eficácia no acompanhamento dos utentes do SAD e na otimização do serviço diário, contribuindo de forma significativa para a modernização dos procedimentos e para a sustentabilidade futura da resposta social.

Interação com a Comunidade

Conscientes da relevância estratégica da interação com a comunidade, ao longo de 2025 foi reforçado o compromisso com a promoção de um envelhecimento ativo, participativo e integrado. Para além da prestação de cuidados essenciais, privilegiou-se a dinamização de iniciativas que fomentassem a autonomia, a interação social e o sentimento de pertença dos utentes, reconhecendo o impacto determinante destes fatores na qualidade de vida, no bem-estar emocional e no sentido de utilidade social.

Neste contexto, a participação dos utentes em atividades na comunidade manteve-se significativa ao longo do ano, refletindo um esforço contínuo na criação de oportunidades de convívio e envolvimento social. A integração dos utentes do SAD em atividades promovidas pelo Centro de Dia e pelas ERPI's revelou-se fundamental para o fortalecimento de relações sociais e para a redução do isolamento, proporcionando momentos regulares de partilha e socialização.

Paralelamente, foram desenvolvidas diversas iniciativas em articulação com entidades externas, incluindo passeios recreativos, idas à praia durante o período de verão, visitas a espaços comerciais, sessões de cinema e

encontros em espaços de convívio informais, como cafés. Estas atividades permitiram aos utentes usufruir de experiências diversificadas fora do seu contexto habitual, contribuindo para o estímulo cognitivo, emocional e social.

Para além da vertente recreativa, manteve-se o acompanhamento a serviços essenciais, nomeadamente deslocações ao supermercado, banco e farmácia, promovendo a autonomia e a manutenção da independência dos utentes nas atividades da vida diária. Estas ações reforçaram a importância do apoio próximo e continuado enquanto elemento facilitador da integração social e da permanência dos utentes no seu meio habitual de vida.

Tabela 13 – Execução anual do Plano de Atividades

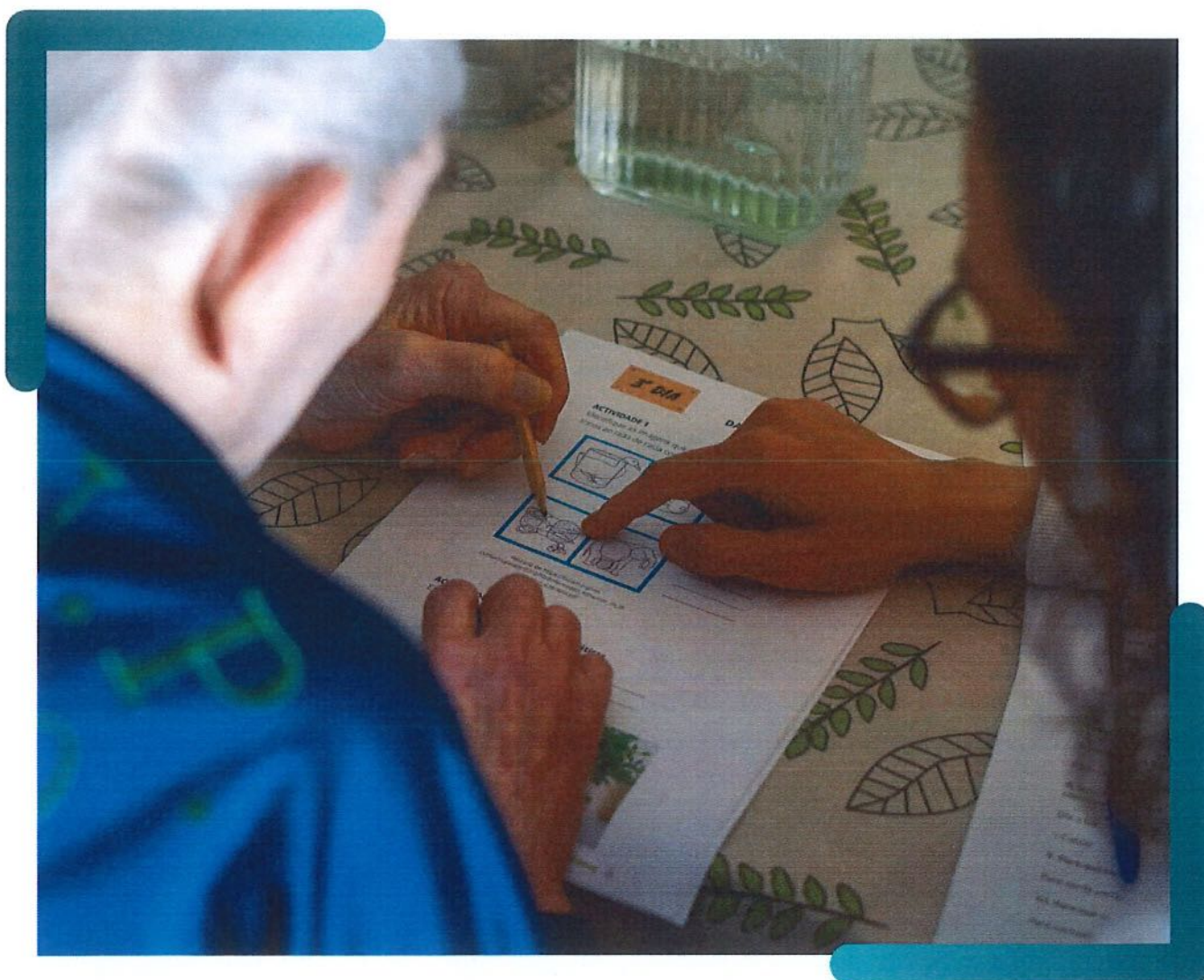
Objetivo estratégico	Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº de utentes satisfeitos	Nº total de utentes	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Garantir uma prestação de cuidados e serviços personalizados atendendo às necessidades individuais de cada utente.	Garantir a satisfação dos utentes com o serviço prestado	Desenvolver e implementar planos de cuidados personalizados para cada utente, baseados nas suas necessidades e preferências e monitorizar o cumprimento dos mesmos no terreno, pelas assistantes familiares	% de utentes satisfeitos com o serviço prestado	Atingir 80% de satisfação dos utentes com os cuidados pessoais no primeiro semestre do ano e 90% no segundo semestre	0	100	0%	-80%	A alteração da Direção Técnica, aliada à rotatividade de utentes, constituiu um fator desafiante; contudo, as medidas implementadas permitiram assegurar a execução das atividades previstas e o alcance dos objetivos estabelecidos.
					Nº de utentes encaminhados	Nº total de utentes com necessidade	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
	Permitir o acesso à saúde promovendo o envelhecimento ativo	Implementar planos de monitorização da saúde através da medição de sinais vitais, deteção precoce de situações anómalas e da comunicação com a unidade de saúde local e/ou familiares ou pessoas de referência.	% de encaminhamentos, avaliações por um profissional de saúde ou sinalizações de utentes a familiares ou pessoa de referência de utentes monitorizados, caso seja detetada alguma situação	5% dos utentes monitorizados sejam encaminhados, avaliados ou sinalizados no primeiro semestre do ano e 10% no segundo semestre.	10	10	100%	95%	Todas as situações identificadas foram devidamente encaminhadas
					Nº de formações realizadas	Nº total de famílias	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
	Garantir a prestação de cuidados de forma segura e prevenir lesões dos colaboradores	Proporcionar formação "on the job"	Nº de formações	1 formação por semestre	1		1,00	0,00	As formações tiveram o apoio da equipa de enfermagem
						Nº de ações de team building	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Proporcionar momentos de descontração e de união de equipa	Ações de team building	Nº de ações de team building	Realizar duas ações por semestre	2		2,00	-2,00	A instabilidade e rotatividade tanto equipa como da direção técnica dificultou a realização das mesmas	
					Nº de processos inseridos no software	Nº total de processos	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Promover estratégias que visem a sustentabilidade e financeira e ambiental da resposta social	Garantir a redução de custos associados ao gasto de papel bem como o impacto ambiental do mesmo	Redução do uso de papel através da digitalização dos processos individuais dos utentes do serviço de apoio domiciliário em software de gestão de utentes	% de processos individuais do utente totalmente inseridos em software.	80% dos processos individuais dos utentes inseridos em software de gestão de utentes no primeiro semestre do ano e 100% no segundo semestre.	100	100	100%	0%	Todos os processos foram digitalizados
					Nº de vagas ocupadas	Nº de vagas	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
	Garantir a ocupação máxima	Divulgação dos serviços na comunidade, com promoção de visitas domiciliárias aos candidatos em lista de espera para ERPI	N.º de vagas ocupadas	No mínimo o total do acordo preenchido	29	36	29,00	-7,00	Registou-se a rotatividade de entradas e saídas e, isso, acresce que algumas candidaturas não avançaram após a visita domiciliária, sobretudo por falta de documentação, discordância quanto ao valor da mensalidade ou incompatibilidade com os serviços
						Nº de participações liquidadas a tempo	Nº total de participações	Resultado	Desvio à meta
	garantir a liquidação atempada das participações familiares	Controlo da agenda de dívida através da verificação mensal da mesma em software de gestão de utentes	% das participações familiares liquidadas no mês correspondente	90% das participações familiares liquidadas no mês correspondente	89	100	89%	-1%	Registaram-se atrasos pontuais na liquidação das mensalidades, sem impacto significativo na sustentabilidade da resposta

Tabela 14 – Execução anual do Plano de Atividades

Objetivo estratégico	Objetivo específico	Atividade	Indicador	Meta	Nº de utentes satisfeitos	Nº total de utentes	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Garantir uma prestação de cuidados e serviços personalizados atendendo às necessidades individuais de cada utente.	Garantir a satisfação dos utentes com o serviço prestado	Desenvolver e implementar planos de cuidados personalizados para cada utente, baseados nas suas necessidades e preferências e monitorizar o cumprimento dos mesmos no terreno, pelas diferentes famílias	% de utentes satisfeitos com o serviço prestado	Atingir 80% de satisfação dos utentes com os cuidados pessoais no primeiro semestre do ano e 90% no segundo semestre	0%	100%	0%	-80%	A alteração da Direção Técnica, aliada à rotatividade de utentes, constituiu um fator desafiante. Contudo, as medidas implementadas permitiram assegurar a execução das atividades previstas e o alcance dos objetivos estabelecidos.
					Nº de utentes encaminhados	Nº total de utentes com necessidade	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
	Permitir o acesso à saúde promovendo o envelhecimento ativo	Implementar planos de monitorização da saúde através da medição de sinais vitais, deteção precoce de situações anómalas e de comunicação com a unidade de saúde local e/ou familiares ou pessoas de referência	% de encaminhamentos, avaliações por um profissional de saúde ou sinalizações de utentes a familiares ou pessoas de referência de utentes monitorizados, caso seja detetada alguma situação anómala	5% dos utentes monitorizados sejam encaminhados, avaliados ou sinalizados no primeiro semestre do ano e 10% no segundo semestre	10	10	100%	95%	Todas as situações identificadas foram devidamente encaminhadas
Garantir um ambiente de trabalho motivador e eficiente promovendo a capacitação contínua, a segurança e a comunicação eficaz, de modo a melhorar a qualidade dos serviços prestados e a satisfação dos colaboradores	Proporcionar um serviço individualizado contribuindo para um acolhimento e adaptação positivos à resposta social	Realizar visitas domiciliárias específicas no período de acolhimento	nº de visitas domiciliárias realizadas durante os 30 dias de acolhimento	3 visitas domiciliárias realizadas no período de acolhimento do utente	3		3,00	0,00	O acompanhamento foi realizado com partilha de informação e feedback junto da restante equipa, bem como contactos telefónicos com o utente e/ou família sempre que necessário.
					Nº de reuniões realizadas		Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
	Alinhar objetivos, resolver problemas e promover a comunicação interna entre elementos da equipa.	Realizar reuniões periódicas de equipa	Nº de reuniões de equipa realizadas	Realizar 1 reunião de equipa por mês	83		83,00	82,00	Com a antiga direção eram uma vez por semana, último semestre iniciou-se duas por semana com regularidade
					Nº de formações realizadas		Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
	Garantir a prestação de cuidados de forma segura e prevenir lesões dos colaboradores	Proporcionar formação "on the job"	Nº de formações	1 formação por semestre	1		1,00	0,00	As formações tiveram também o apoio da equipa de enfermagem
					Nº de ações de team building		Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Proporcionar momentos de descontração e de união de equipa	Ações de team building	Nº de ações de team building	Realizar duas ações por semestre	2		2,00	-2,00	A instabilidade e rotatividade tanto equipa como da direção técnica dificultou a realização das mesmas	
Garantir a redução de custos associados ao gasto de papel bem como o impacto ambiental do mesmo					Nº de processos inseridos no software	Nº total de processos	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
	Redução do uso de papel através da digitalização dos processos individuais dos utentes do serviço de apoio domiciliário em software de gestão de utentes	% de processos individuais do utente totalmente inseridos em software.	80% dos processos individuais dos utentes inseridos em software de gestão de utentes no primeiro semestre do ano e 100% no segundo semestre.	100	100	100%	0%	Todos os processos foram digitalizados	
					Nº de vagas ocupadas	Nº de vagas	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Promover estratégias que visem a sustentabilidade financeira e ambiental da resposta social	Garantir a ocupação máxima	Divulgação dos serviços na comunidade, com promoção de visitas domiciliárias aos candidatos em lista de espera para ERPI	Nº de vagas ocupadas	No mínimo o total do acordo preenchido	22	32	22,00	-10,00	Registou-se a rotatividade de entradas e saídas a isso, acresce que algumas candidaturas não avançaram após a visita domiciliária, sobretudo por falta de documentação, discordância quanto ao valor da mensalidade ou incompatibilidade com os serviços
					Nº de participações liquidadas a tempo	Nº total de participações	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
	garantir a liquidação atempada das participações familiares	Controlo da agenda de dívida através da verificação mensal da mesma em software de gestão de utentes	% das participações familiares liquidadas no mês correspondente	90% das participações familiares liquidadas no mês correspondente	89	100	89%	-1%	Registaram-se atrasos pontuais na liquidação das mensalidades, sem impacto significativo na sustentabilidade da resposta

De forma global, o ano de 2025 foi marcado por avanços consistentes na qualidade dos serviços prestados, pela consolidação de práticas centradas na pessoa e pela adaptação progressiva a novas tecnologias e rotinas de trabalho. O bem-estar do idoso, a eficiência financeira e a melhoria contínua da organização interna do SAD mantiveram-se como prioridades estratégicas.

Neste sentido, o futuro do SAD exige uma reflexão contínua e estruturada sobre o seu desenvolvimento, assegurando a manutenção dos princípios de qualidade, sustentabilidade e eficiência, mas também a capacidade de oferecer respostas flexíveis e ajustadas às necessidades reais de cada utente, garantindo um serviço personalizado e verdadeiramente centrado na pessoa.



Infância e Juventude



1.2. INFÂNCIA E JUVENTUDE

Esta área de intervenção é a de maior dimensão na Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, pelo número de respostas e sua diversidade, assim como pelo número de destinatários abrangidos.

Tabela 15 – Capacidade Instalada em resposta na área da Infância e Juventude

RESPOSTAS SOCIAIS NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	CAPACIDADE RESPOSTA SOCIAL	Nº UTENTES ABRANGIDOS ACORDO COOPERAÇÃO	Nº MÉDIO UTENTES / FREQUÊNCIAS 2025
CRECHE TEMPOS DE INFÂNCIA	66	66	64
CRECHE CIQP	108	108	108
CRECHE OLHOS DE ÁGUA	46	46	46
PRÉ-ESCOLAR CENTRO INFANTIL QUINTA DOS PARDAIS	75	50	-
CASA DE ACOLHIMENTO - A GAIVOTA	46	46	33
CAFAP - PRESERVAÇÃO FAMILIAR	100	25	33
CAFAP - PONTO DE ENCONTRO		22	28
CAFAP - REUNIFICAÇÃO FAMILIAR		30	18
TOTAL	441	393	330

Desde o ano de 2023 que se verificou alterações nesta área, com particular destaque para o aumento de vagas em creche por circunstância do aumento da capacidade instalada com a requalificação da creche Tempos de Infância, a abertura da nova creche Olhos de Água, a abertura de mais uma sala na creche Quinta dos Pardais, assim como o aumento da capacidade em sala ao abrigo da portaria n.º 190-A/2023 de 5 de julho.

Por outro lado, o Pré-escolar Quinta dos Pardais viu a sua atividade suspensa no último trimestre de 2024, devido à dificuldade de recrutamento de profissionais qualificados como educadores de infância. Pretendemos reabrir esta resposta social após as obras de requalificação e ampliação do Centro Infantil Quinta dos Pardais, promovidas pela entidade proprietária do prédio, a Câmara Municipal de Albufeira, através do PRR e quadro comunitário 2030. Gostaríamos que esta requalificação fosse concluída até agosto de 2028, com um aumento da resposta de creche de 108 para 176 crianças, e em pré-escolar de 50 para 100 crianças.

1.2.1. Creche

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira explora a atividade de creche em três equipamentos diferentes, que se situam em duas freguesias do concelho de Albufeira, na freguesia da Guia e na freguesia de Albufeira e Olhos de Água, ao abrigo da medida da gratuidade e creche feliz.

Na Creche, as salas de atividades estão organizadas de forma a permitir um ambiente que responda de modo particular às necessidades das crianças em cada grupo, e de, acordo com o projeto educativo em vigor.

De seguida, apresentamos a tabela com a distribuição de crianças por tipologia de sala nos três equipamentos de creche.

Tabela 16: Distribuição de Crianças pela tipologia de sala e de creche em 2024

TIPOLOGIA DE SALA	CRECHE QUINTA DOS PARDAIS		CRECHE TEMPOS DE INFÂNCIA		CRECHE OLHOS DE ÁGUA		
	N.º Salas	N.º Crianças	N.º Salas	N.º Crianças	N.º Salas	N.º Crianças	
BERÇÁRIO	2	20	1	10	1	10	(4) 40
SALA DE 1 ANO	2	28	1	16	1	16	(4) 60
SALA DE 2 ANOS	3	60	1	20	1	20	(4) 100
SALA HETEROGENEA	-	-	1	18	-	-	(1) 18
TOTAL EM CRECHE	7	108	4	64	3	46	(14) 218

As atividades decorreram ao longo do ano de 2025 conforme o planeado, com as devidas necessidades de adaptação a alguns imprevistos, mas sempre superados os constrangimentos como poderão constatar nas análises seguintes.

Creche dos Olhos de Água

O presente Relatório Anual de Atividades tem como objetivo apresentar, de forma sistematizada, as ações desenvolvidas ao longo do ano letivo na creche, destacando as experiências educativas, os cuidados prestados, o desenvolvimento das crianças e o trabalho realizado pela equipa pedagógica e técnica. Todas as atividades foram planeadas respeitando as necessidades individuais e coletivas das crianças, considerando as suas fases de desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social.

A Creche dos Olhos de Água está inserida no Equipamento Social Olhos de Água, sendo uma Instituição Particular de Solidariedade Social. Deste modo, dá resposta à implementação das medidas de gratuidade (Portaria n.º 198/2021) e ao apoio a famílias com baixos rendimentos (Portaria n.º 199/2021). A creche tem capacidade para 46 crianças, distribuídas por três salas: Berçário, com 10 bebés até aos 12 meses; sala de 1 ano, com 16 crianças dos 12 aos 24 meses; e sala de 2 anos, com 20 crianças dos 24 aos 36 meses.

No decorrer do ano de 2025, foi desenvolvido um conjunto de atividades assentes em três grandes objetivos estratégicos:

Sensibilizar para a importância do envolvimento de todos os intervenientes educativos

Neste sentido, foram realizadas atividades que contaram com a colaboração e participação ativa das famílias. No âmbito do Carnaval, sob o tema *Eco Fashion*, foi solicitado aos pais que construíssem fatos de passarela utilizando materiais recicláveis. Nesta atividade, esteve igualmente presente um dos eixos estratégicos abordados mais à frente — a sustentabilidade.

Em maio, celebrou-se o Dia da Família, com o convite aos familiares das crianças para a realização de uma caminhada conjunta, seguida de um lanche convívio no espaço exterior da creche. Esta atividade revelou-se um sucesso, uma vez que as famílias aderiram de forma significativa e demonstraram grande satisfação com a sua realização.

Contou-se ainda com a participação e envolvimento de algumas famílias aquando do lançamento do desafio de construção de cozinhas de brincar para o exterior, recorrendo a materiais recicláveis, reforçando novamente o eixo da sustentabilidade. As famílias aderiram à iniciativa e os projetos desenvolvidos valorizaram ainda mais a zona de brincar exterior.

Posteriormente, as famílias foram convidadas a estar presentes em dois momentos marcantes do final do ano letivo: a festa de final de ano e a bênção dos finalistas. Ambas as celebrações resultaram em importantes momentos de envolvimento e partilha familiar.

Por fim, no final do ano de 2025, e no âmbito das comemorações de Natal, as famílias foram convidadas a participar, juntamente com as crianças, na construção das figuras representativas do presépio. Este projeto deu origem a um trabalho muito significativo, que encheu crianças, famílias e equipa de orgulho. Ainda no âmbito das comemorações natalícias, realizou-se um evento conjunto entre as três respostas sociais de creche, no Palácio de Congressos do Algarve, nos Salgados.

No que diz respeito ao envolvimento de todos os intervenientes educativos, é possível afirmar que os resultados foram bastante positivos, tendo as famílias, a equipa e a restante comunidade envolvida demonstrado uma resposta muito participativa a todas as solicitações.

Promoção de atividades intergeracionais

Relativamente à promoção de atividades intergeracionais, importa referir que a atividade de convívio durante o recreio não atingiu a meta inicialmente definida, devido a diversos fatores, nomeadamente questões de saúde dos utentes seniores, condições climatéricas desfavoráveis e falta de recursos humanos. Neste sentido, pretende-se melhorar este indicador ao longo do ano de 2026.

No que respeita aos momentos de partilha de conhecimentos e ofícios, a meta foi alcançada, através da realização de diversos ateliês de culinária, jogos, brincadeiras e participação conjunta em festividades.

Por fim, relativamente ao projeto de voluntariado sénior, no qual os idosos auxiliam durante o momento do almoço das crianças, a meta foi alcançada. Este momento tem-se revelado especialmente significativo para ambos os utentes, constituindo uma importante atividade de apoio, partilha de afetos e enriquecimento mútuo.

Promoção da educação para a sustentabilidade

No que diz respeito à promoção da educação para a sustentabilidade, importa referir que as atividades diárias são planeadas com base neste propósito. São exemplos disso a utilização de materiais recicláveis na construção de roupas, mobiliário, adereços e cenários.

Relativamente às atividades pedagógicas com vista à sustentabilidade, destaca-se a realização de uma atividade de sensibilização para a importância da reciclagem, que incluiu a construção de ecopontos e a posterior deslocação a um ecoponto existente na proximidade da instituição, com o objetivo de realizar a correta separação dos resíduos.

Estava igualmente planeada a criação de uma horta pedagógica, com o intuito de promover o conhecimento dos processos de semear, plantar, cuidar e colher. Nesse sentido, foi realizada uma reunião com a empresa de

jardinagem SAMSIC Espaços Verdes, com vista à possibilidade de estabelecer uma parceria para a requalificação de um espaço destinado a este efeito. No entanto, a parceria não se concretizou, sendo ainda necessário criar condições de segurança no espaço, nomeadamente a sua vedação, de forma a garantir a segurança das crianças durante a realização das atividades.

Relativamente à adoção de atitudes e comportamentos responsáveis para a redução do consumo de água e energia, esta é uma mensagem transmitida diariamente tanto aos colaboradores como às crianças, incentivando a adoção de comportamentos responsáveis e alinhados com os valores da instituição. Ainda assim, não foi possível aferir resultados concretos, devido à falta de acesso aos dados de faturação relativos à água e à eletricidade.

O presente Relatório Anual de Atividades reflete parte do trabalho desenvolvido ao longo do ano na creche, evidenciando o empenho da equipa educativa na promoção do bem-estar, do desenvolvimento integral e das primeiras aprendizagens das crianças, respeitando os seus ritmos e necessidades.

O envolvimento de todos os intervenientes educativos, bem como o contacto intergeracional, assumiu um papel relevante, proporcionando experiências enriquecedoras que promoveram a empatia, o respeito, a partilha e o desenvolvimento social e emocional das crianças, reforçando simultaneamente os laços entre gerações.

A avaliação das práticas permitiu identificar progressos e áreas de melhoria, contribuindo para uma reflexão contínua sobre a ação educativa. Numa perspetiva de futuro, pretende-se consolidar as práticas pedagógicas, investir na formação da equipa, reforçar as metodologias implementadas e promover uma maior participação das famílias e da comunidade, mantendo o compromisso com a qualidade educativa e o bem-estar das crianças

Tabela 17: Distribuição de Crianças pela tipologia de sala e de creche em 2024

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO ESPECÍFICO	META	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Sensibilizar para a importância do envolvimento de todos os intervenientes educativos	Fomentar a comunicação, a participação e a colaboração entre a creche e a família	> 2 atividades por semestre que envolvam a participação da família	5,00	1,00	Superou a meta pretendida
		> 2 atividades por semestre que envolvam a participação da família	4,00	0,00	Alcançou a meta pretendida
		1 reunião por semestre	7,00	5,00	Superou o planeamento inicial
Promover atividades intergeracionais	Fortalecer vínculos intergeracionais	pelo menos 1 vez por semana	20,00	-32,00	Não atingiu a meta pretendida

	Promover encontros de saberes e valores de partilha e solidariedade entre idosos e crianças	1 atividade mensal	12,00	0,00	Alcançou a meta pretendida
	Implementar o voluntariado dos idosos na creche	pelo menos 1 voluntariado mensal	12,00	0,00	Alcançou a meta pretendida
Fomentar a importância da educação para a sustentabilidade	Educar para a sustentabilidade	pelo menos 2 atividades por semestre	4,00	0,00	Alcançou a meta pretendida
	Sensibilizar para a importância da conservação da natureza	2 vezes por mês	0,00	-24,00	Não atingiu a meta pretendida
	Contribuir para um ambiente sustentável	Reduzir 20% do consumo de água e luz			Água e luz
	Promover ações de sensibilização para utentes e colaboradores para adotar práticas de conservação da água e energia	Pelo menos 1 por trimestre	0,00	-4,00	Não atingiu a meta pretendida

Creche Tempos de Infância

A Creche Tempos de Infância integra a rede de respostas sociais dirigidas à primeira infância, assegurando um serviço educativo que acolhe crianças até aos 3 anos de idade, durante o período em que as famílias se encontram a desenvolver a sua atividade profissional. A sua intervenção centra-se no apoio às famílias e na promoção do desenvolvimento integral da criança, num ambiente seguro, acolhedor e pedagogicamente estruturado.

Enquanto resposta social, a creche desempenha um papel fundamental no acolhimento e na educação das crianças, proporcionando um contexto rico em aprendizagens, experiências e oportunidades. A ação educativa desenvolvida visa o bem-estar e o desenvolvimento global de cada criança, respeitando o seu ritmo individual e valorizando simultaneamente a sua integração no grupo, reconhecendo-a como protagonista do seu próprio processo de aprendizagem. Este trabalho é realizado em estreita colaboração com as famílias, numa lógica de corresponsabilidade educativa.

O ano de 2025 caracterizou-se pela continuidade e consolidação do trabalho educativo desenvolvido na creche, mantendo-se o foco na criação de um ambiente seguro, estimulante e adequado às necessidades das crianças. Apesar das alterações verificadas na equipa pedagógica ao longo do ano, foi assegurada a estabilidade do serviço prestado, dando continuidade às práticas pedagógicas e às rotinas estabelecidas, sem impacto na qualidade do acompanhamento às crianças.

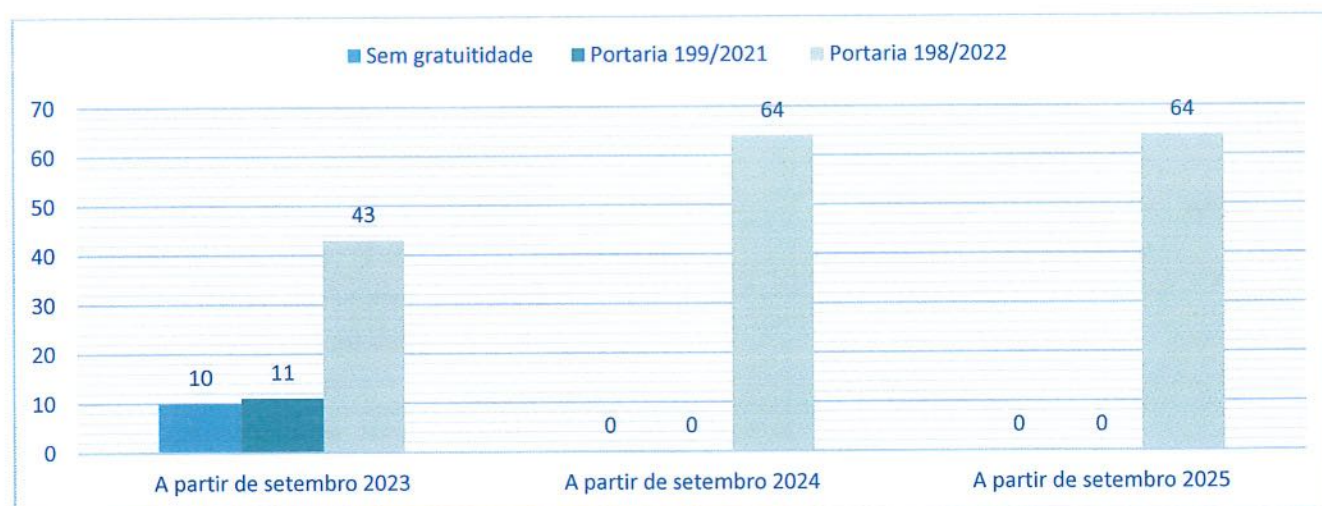
Ao longo do ano, destacou-se o forte envolvimento das famílias nas dinâmicas da creche, nomeadamente através da participação em atividades e momentos comemorativos, reforçando a relação de proximidade e confiança entre a instituição e os encarregados de educação. A comunicação regular e a colaboração com as famílias mantiveram-se como pilares essenciais da intervenção educativa.

No âmbito da sustentabilidade, foram promovidas práticas de sensibilização para a adoção de comportamentos responsáveis, quer ao nível da utilização de recursos, quer através da reutilização de materiais nas atividades pedagógicas. Embora nem todas as ações inicialmente previstas tenham sido concretizadas, as medidas implementadas contribuíram para uma maior consciência ambiental por parte da equipa educativa e das crianças.

Paralelamente, a creche continuou a apostar na melhoria da qualidade dos serviços prestados, quer através da formação das colaboradoras, integrada no plano anual de formação da instituição, quer através da reflexão contínua sobre as práticas educativas, assegurando o bem-estar, a segurança e o desenvolvimento integral das crianças.

Durante o ano de 2025, a creche manteve a sua capacidade de resposta, acompanhando um total de **64 famílias**, mantendo-se inalterado o enquadramento da medida **Creche Feliz**, nos termos da Portaria n.º 198/2022, garantindo a gratuidade da frequência para as famílias abrangidas.

Gráfico 2 – N.º de crianças abrangidas pelas medidas de gratuidade de 2023 a 2025.



Ao longo de 2025, a Creche Tempos de Infância reafirmou-se como uma resposta educativa de referência na freguesia da Guia, destacando-se pela qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças e pela forte ligação estabelecida com as famílias e a comunidade envolvente. A instituição manteve a sua capacidade de resposta às necessidades educativas da população, proporcionando um ambiente seguro, acolhedor e inclusivo, promotor do desenvolvimento integral das crianças, independentemente da sua origem social ou cultural.

Para além da sua função educativa, a creche continuou a assumir um papel ativo na dinâmica comunitária, participando em iniciativas, atividades e momentos de convívio que reforçaram a integração das crianças e das suas famílias na vida da freguesia. Esta presença consistente na comunidade contribuiu para o fortalecimento dos laços sociais e para o reconhecimento da creche como um espaço de proximidade, confiança e partilha.

O ano de 2025 evidenciou igualmente a capacidade da instituição em manter a estabilidade e a qualidade do serviço prestado, mesmo perante alguns desafios organizacionais, refletindo o empenho da equipa educativa e a solidez do projeto pedagógico. O envolvimento das famílias, a adesão às atividades propostas e a aposta na formação e qualificação da equipa foram fatores determinantes para os resultados alcançados.

Com base na avaliação efetuada, a Creche Tempos de Infância mantém o seu compromisso com a melhoria contínua, orientando a sua ação futura em torno de três eixos estratégicos fundamentais: o reforço do envolvimento das famílias, a promoção de práticas mais sustentáveis e a contínua melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Neste sentido, a instituição pretende continuar a afirmar-se como um espaço de excelência educativa, acolhimento e desenvolvimento humano, assumindo um papel ativo na construção de uma comunidade mais coesa, participativa e solidária, sempre em estreita colaboração com as famílias e os parceiros locais.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO Específico	META	Resultado	Desvio meta	Comentários aos resultados
Promover e fortalecer o desenvolvimento da criança e o envolvimento das famílias	Promover uma maior proximidade, interação e comunicação entre a creche e as famílias	3 atividades por trimestre que envolva participação de familiares	4,00	-8,00	As atividades realizadas permitiram promover o envolvimento das famílias nas dinâmicas da creche, nomeadamente através de momentos festivos e comemorativos. Apesar de o número de atividades realizadas não corresponder integralmente à meta definida, a adesão e participação das famílias foi significativa, contribuindo de forma positiva para o reforço da parceria família-creche.
		2 atendimentos por mês	10,00	-14,00	Embora o número de atendimentos realizados seja inferior à meta inicialmente prevista, esta situação deve-se ao facto de não se ter verificado necessidade de atendimentos formais com a periodicidade definida, uma vez que a comunicação com as famílias foi assegurada de forma contínua e eficaz no quotidiano da creche.

Relatório de Atividades e Contas 2025

			1 reunião por semestre	8,00	6,00	A meta definida foi ultrapassada, tendo sido realizadas reuniões regulares em todas as salas de atividades. Estes momentos permitiram o acompanhamento do desenvolvimento das crianças e o reforço da articulação com as famílias, contribuindo para uma comunicação clara e eficaz.
	Participar em atividades pedagógicas de entidades da comunidade	lúdico-atividades junto na comunidade	3 atividades por semestre	3,00	-3,00	As atividades realizadas em articulação com a comunidade permitiram promover a integração social das crianças e reforçar as parcerias existentes. Apesar de o número de atividades ser inferior à meta definida, as iniciativas concretizadas revelaram-se significativas e adequadas ao contexto e às idades das crianças.
Caminhar para a sustentabilidade	Educar para a sustentabilidade	a	> 1 atividade por trimestre	5,00	1,00	As atividades desenvolvidas no âmbito da sustentabilidade permitiram sensibilizar as crianças para boas práticas ambientais. Ainda que não tenham sido realizadas todas as atividades previstas, as ações concretizadas contribuíram para a promoção de comportamentos responsáveis e para a integração gradual de práticas sustentáveis no quotidiano da creche.
	Garantir a sustentabilidade ambiental e financeira	a	Vigilância semanal e			Apesar de estar prevista a criação de uma horta pedagógica, não foi possível concretizar esta atividade ao longo do ano, devido a constrangimentos de ordem logística e organizacional. Este objetivo será reavaliado e considerado no planeamento de atividades futuras, tendo em conta as condições necessárias à sua implementação.
			Redução anual de 15%			Não foi possível quantificar a redução do consumo de água e luz em termos percentuais, por inexistência de dados comparativos de consumo de anos anteriores. Ainda assim, foram promovidas atitudes e comportamentos responsáveis junto da equipa educativa e das crianças, nomeadamente a sensibilização para a poupança de água e energia no quotidiano da creche.
			90% das crianças			A promoção das atividades extracurriculares junto das famílias revelou-se bastante positiva, tendo-se verificado uma taxa de adesão muito elevada, próxima dos 100%, ultrapassando a meta inicialmente definida. Este resultado demonstra o interesse das famílias nas atividades propostas e contribui de forma significativa para o enriquecimento das experiências das crianças, bem como para a sustentabilidade financeira da resposta social.

		Melhorar a gestão e otimização dos recursos	50% de atividades realizadas com material reciclado			As educadoras foram sensibilizadas para a utilização de materiais recicláveis na realização das atividades pedagógicas, muitas vezes com o apoio das famílias. Esta prática contribuiu para a redução de custos, para a criatividade nas atividades e para a promoção de comportamentos ambientalmente responsáveis junto das crianças.
Melhorar a qualidade dos serviços	a	Promover ações de sensibilização para utentes e famílias	1 ação por trimestre	0,00	-4,00	Apesar de estarem previstas ações formais de sensibilização dirigidas a utentes e famílias, não foi possível a sua concretização ao longo do ano. Ainda assim, a transmissão de informações e a sensibilização para diversas temáticas foram asseguradas de forma informal e contínua no contacto diário com as famílias.
		Promover ações de sensibilização/formação para colaboradoras	2 ações por semestre	0,00	-4,00	As ações de sensibilização e formação dirigidas às colaboradoras foram integradas no Plano Anual de Formação da instituição, tendo sido concretizadas conforme o previsto. Estas ações contribuíram para o reforço de competências profissionais da equipa e para a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado.

Creche Quinta dos Pardais

A Creche Quinta dos Pardais é uma resposta social que tem como missão assegurar o acolhimento, cuidados e promoção de competências e capacidades das crianças, em cooperação com as famílias, promovendo o seu desenvolvimento integral em condições de segurança, igualdade de oportunidades e bem-estar, respeitando os direitos da criança, os seus ritmos individuais e a diversidade sociocultural, numa perspetiva de inclusão social e solidariedade. É uma resposta social que presta cuidados a crianças dos 4 meses aos 3 anos de idade, e permite dar resposta às famílias do concelho de Albufeira, durante o período em que se encontram a exercer a sua atividade profissional.

O presente relatório de contas tem como objetivo refletir sobre o trabalho desenvolvido na Creche Quinta dos Pardais ao longo do ano de 2025, tendo em conta os objetivos propostos em plano de atividades. Durante este ano, foi possível acolher no total 171 utentes até aos 3 anos de idade, 74 do género masculino e 97 do género feminino. Até agosto de 2025, 28 destas crianças que completaram os 3 anos em 2024 e que ficaram retidas na creche por inexistência de vaga no pré-escolar, não usufruíram da medida da Creche Feliz. Sendo que, a partir de setembro de 2025, todas as crianças integradas ficaram abrangidas pela medida da Creche Feliz (Portaria 198/2022), pois nasceram após o mês de setembro de 2021. Durante o ano de 2025, integramos 12 crianças que

foram identificadas com necessidades educativas especiais, e encaminhadas para o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância.

O plano de atividades de 2025 foi estruturado em torno de três objetivos estratégicos, sob os quais assentou a programação das atividades desenvolvidas ao longo do ano.

O primeiro centrou-se na **promoção do desenvolvimento integral da criança**, assegurando práticas pedagógicas adequadas à idade, aos ritmos individuais e às necessidades da criança valorizando o envolvimento da comunidade, a proximidade com as famílias e o reforço da articulação com respostas que intervêm na área da infância.

Dentro deste eixo desenvolvemos várias atividades que promoveram o envolvimento e a participação das famílias e da comunidade. Assim como, o carnaval, em que as crianças participaram no desfile promovido pela autarquia; o dia da família, em que criámos uma parceria com as atividades extracurriculares no sentido de melhor dar a conhecer às famílias estas atividades; a visita à escola de trânsito, a Festa Final do Ano Letivo, a Festa de Finalistas, a visita ao mercado municipal, o passeio pelo parque e a festa de Natal em conjunto com as duas creches da instituição em que todas as famílias foram convidadas a assistir a um espetáculo de Natal.

Durante o ano de 2025, a creche Quinta dos Pardais integrou 12 crianças que foram identificadas com necessidades educativas especiais, e encaminhadas para o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância. Pelo que, sempre que se mostrou necessário foram realizadas reuniões com a equipa do SNIPI e realizadas visitas regulares à creche no acompanhamento a estas crianças. No entanto, deparámo-nos com muitas dificuldades e desafios no acompanhamento de algumas destas crianças. No que diz respeito à alimentação, rotina do sono e comportamentos agressivos, havendo necessidade de uma formação especializada nesta área ou de um profissional especializado para intervir e acompanhar de forma individualizada, e a tempo inteiro com estas crianças. Desenvolvemos várias estratégias em parceria com as famílias, num caso específico foi necessário trazer alimentação e todos os objetos utilizados na refeição, de casa. Manter as rotinas de sono similares às de casa e utilização de músicas e objetos familiares.

O segundo objetivo visou a **implementação de estratégias de sustentabilidade financeira e ambiental**, promovendo uma gestão mais consciente e eficiente dos recursos, bem como a adoção de práticas sustentáveis no dia a dia, contribuindo para a responsabilidade ambiental e para a continuidade do serviço prestado.

Para este objetivo conseguimos garantir a ocupação total de vagas, embora a partir de janeiro de 2025 tenham havido constrangimentos a este nível com várias saídas por colocação no pré-escolar da rede pública. Até

setembro de 2025, a creche não apresentou lista de espera, e de setembro até dezembro encontravam-se 19 crianças em lista de espera.

Relativamente à frequência nas atividades extracurriculares, 80% das crianças inscreveram-se nas 3 atividades. Sendo que o principal motivo apresentado pelas famílias que não inscreveram os seus educandos, foi a falta de suporte económico.

Relativamente aos gastos com impressões e cópias conseguimos reduzir em 35% comparativamente a 2024, e diminuimos o consumo de água em 9% e eletricidade em 37%, sendo que, consideramos que parte desta poupança se deveu à suspensão do pré-escolar que funcionou até agosto de 2024.

No que diz respeito à reciclagem, não criámos os pontos de reciclagem na creche por inexistência de ecopontos exteriores nas proximidades.

Por fim, foi dada especial atenção à **promoção da coesão, da comunicação e do bem-estar da equipa**, reconhecendo o papel fundamental dos profissionais na qualidade educativa. Através do trabalho colaborativo, da partilha de práticas, da formação de acordo com as necessidades apresentadas e do reforço da comunicação interna, procurou-se criar um ambiente de trabalho positivo, estável e motivador.

Podemos observar na tabela em anexo que a maioria dos objetivos propostos foram atingidos. Embora não tenha sido possível promover mais do que uma ação de sensibilização na área da infância, pelo que será uma meta a alcançar com a colaboração do SNIPI e do CAFAP, e também não criámos os pontos de reciclagem na creche por inexistência de ecopontos exteriores nas proximidades. As atividades pedagógicas junto de entidades na comunidade foram realizadas de acordo com os meios apresentados e a disponibilidade.

Este ano foi marcado pela manutenção de uma equipa educativa recente, e ao mesmo tempo pela instabilidade de Educadoras de Infância, que optam por integrar os estabelecimentos de ensino da rede pública.

Paralelamente, a creche registou uma melhoria na qualidade dos seus serviços. A relação de confiança entre as crianças e a equipa fortaleceu-se, refletindo-se numa maior tranquilidade, autonomia progressiva e participação ativa nas rotinas diárias. O trabalho colaborativo da equipa revelou-se essencial para assegurar a coerência das práticas educativas, a reflexão pedagógica e o acompanhamento individualizado de cada criança. A parceria com as famílias manteve-se como um elemento central, promovendo uma relação de confiança e continuidade educativa entre a creche e o contexto familiar. Tendo-se refletido no número de atendimentos realizados e na taxa de adesão elevada nas atividades propostas com o envolvimento das famílias.

Para o futuro, pretende-se dar continuidade a este percurso, consolidando as práticas pedagógicas implementadas, aprofundando estratégias de sustentabilidade e fortalecendo ainda mais a coesão e o desenvolvimento da equipa. O compromisso mantém-se com a melhoria contínua, garantindo uma creche cada vez mais segura, acolhedora e de qualidade, centrada nas necessidades das crianças e das famílias.

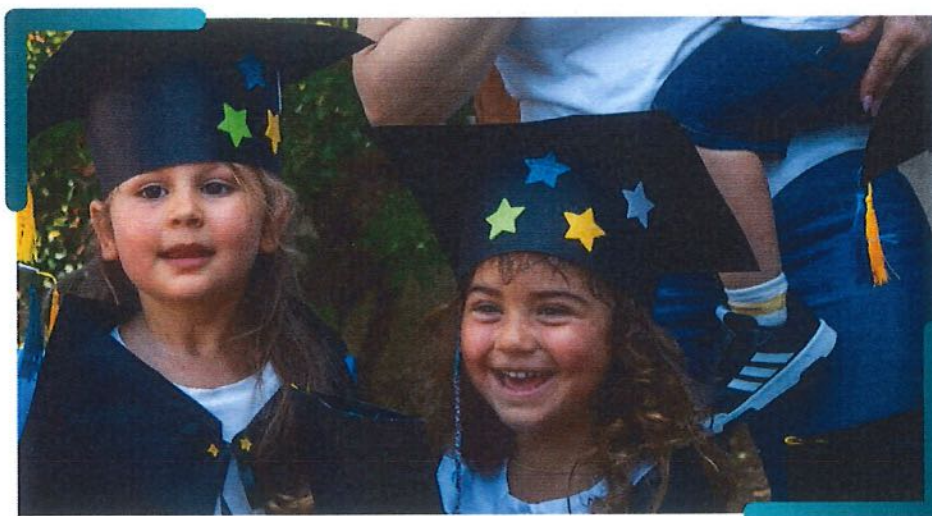
Tabela 18 – Execução anual do Plano de Atividades

Objetivo Estratégico	Objetivo Específico	Meta	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
Promover o desenvolvimento integral da criança	Reforçar os laços e comunicação entre as famílias e a creche	> 2 atividades por trimestre que envolva participação de familiares	8,00	0,00	Objetivo e meta atingidos, todas as atividades propostas com a colaboração das famílias, apresentaram uma taxa de adesão de quase 100%.
		> 4 atendimentos por mês	72,00	24,00	Objetivo e meta superados. Sempre que necessário foram realizados atendimentos às famílias, tendo sido sempre uma das principais prioridades.
	Desenvolver atividades pedagógicas junto de entidades na comunidade	Desenvolver pelo menos 3 atividades em cada semestre	4,00	-2,00	Estas atividades foram desenvolvidas de acordo com os meios apresentados e o nível de proximidade da creche que permitisse acompanhar as crianças. Não foi possível atingir esta meta na totalidade, pelo que será um objetivo para o próximo ano.
	Reforçar a articulação entre a creche e as entidades que atuam na área da Infância e da Intervenção Precoce	Participar em pelo menos 1 ação por semestre		1,00	-1,00
> 3 reuniões por trimestre			16,00	4,00	A creche quinta dos pardais acolhe várias crianças que são acompanhadas por estas entidades. Pelo que há uma comunicação regular e de proximidade com as mesmas.
Implementar estratégias de sustentabilidade financeira e ambiental	Consolidar a eficiência processual	100% dos processos informatizados	0%	-100%	Todos os processos foram informatizados.
	Garantir a sustentabilidade financeira	100% das vagas ocupadas	0%	-100%	Embora durante o ano letivo tenham saído várias crianças na faixa etária dos 3 anos, por colocação no pré-escolar da rede pública, procurámos manter as vagas sempre ocupadas. Foi uma meta atingida.

		80% das crianças aderiram às atividades	-9%	-89%	A maioria das crianças que frequentaram a creche aderiram às atividades extracurriculares. As crianças que não se inscreveram apresentaram como principal motivo a falta de suporte económico.
	Melhorar a gestão e otimização dos recursos	100% dos pontos de reciclagem criados até ao primeiro trimestre	-100%	-200%	Esta meta não foi atingida por inexistência de ecopontos nas proximidades da creche.
		Reduzir em 50% das impressões e cópias	-34%	-84%	A sensibilização junto da equipa, para a diminuição de cópias e impressões, é diária. De 2025 para 2024 houve uma diminuição de 34%.
		40% de atividades realizadas com material reciclado	-38%	-88%	A maioria das atividades desenvolvidas na creche são realizadas com materiais recicláveis, materiais reutilizáveis e de desperdício. O objetivo e a meta foram atingidos quase na totalidade.
		Reduzir 20% do consumo de água e luz	-9%	-19%	água
			37%	-33%	No que diz respeito à eletricidade, o objetivo e meta foram superados. Será uma conduta a manter.
Promover a coesão, a comunicação e o bem-estar da equipa	Sensibilizar a equipa para a importância de uma comunicação clara e eficiente	Realizar pelo menos 1 reunião por mês	24,00	12,00	Sempre que possível e quando se mostra necessário, são promovidas reuniões com a equipa.
	Proporcionar atividades de lazer e convívio entre os colaboradores	Realizar 1 ação por semestre	2,00	0,00	
	Capacitar a equipa de ferramentas e novos conhecimentos, contribuindo para a atualização das práticas de trabalho	3 ações de formação anuais	8,00	5,00	As ações de formação dirigidas à equipa estão incluídas no plano anual de atividades da instituição. Como se pode observar pelos resultados, houve uma frequência regular ao longo do ano.

1.2.2. Pré-Escolar Centro Infantil Quinta dos Pardais

O pré-escolar manteve-se encerrado ao longo do ano de 2025, não tendo existido grande desenvolvimento no projeto para requalificação e ampliação do edifício do Centro Infantil. Estamos a aguardar por esclarecimentos por parte da Câmara Municipal de Albufeira sobre a concretização deste projeto que tanta falta faz ao concelho, o qual irá aumentar a resposta de pré-escolar para uma capacidade de 100 crianças a serem admitidas.



1.2.3. Crianças e Jovens em Risco

Casa de Acolhimento - A Gaivota

A Casa de Acolhimento A Gaivota destina-se ao acolhimento de crianças e jovens, em situação de risco ou perigo, para as quais foi aplicada uma medida de promoção e proteção de acolhimento residencial. Pretende-se que a intervenção seja o mais individualizada e personalizada possível, promovendo estratégias que visem o desenvolvimento físico, intelectual e moral, assim como a inserção dos jovens na comunidade. A intervenção com os jovens acolhidos desenvolve-se ao nível escolar, psicológico, familiar, pedagógico, de saúde e desportivo, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento e integração social.

Ao longo do ano de 2025, a casa de acolhimento registou 6 novos acolhimentos, 3 dos quais foram jovens que se dirigiram aos serviços competentes a solicitar apoio. Registaram-se 11 saídas da casa de acolhimento: 4 autonomizações, 6 reunificações familiares e transferência para fora do país.

Tem-se verificado ao longo dos anos a alteração das problemáticas observadas nos pedidos de acolhimento, a grande maioria são jovens com comportamentos disruptivos e forte absentismo escolar.

De referir que no ano em análise, registou-se um reforço da articulação entre a Casa de Acolhimento e as famílias dos jovens, através da realização de visitas domiciliárias, contactos telefónicos regulares, e visitas supervisionadas, quando assim determinado pelo tribunal. Estas ações contribuíram para o fortalecimento da ligação entre os jovens e as suas famílias, bem como para um acompanhamento mais próximo das dinâmicas familiares, promovendo condições mais favoráveis aos processos de reintegração familiar.

A intervenção desenvolvida assentou numa abordagem estruturada, consistente e centrada no bem-estar e na promoção da autonomia, com impactos visíveis nos resultados alcançados.

De forma a combater a problemática do absentismo escolar, foi necessário, numa fase inicial, proceder à reformulação e adaptação dos percursos formativos, nomeadamente ao nível dos cursos e áreas de estudo, de forma a melhor responder às necessidades, interesses e perfis individuais de cada jovem, uma vez que os modelos anteriormente frequentados não estavam a produzir os resultados desejados. Na sequência destas alterações, verificou-se uma evolução positiva, traduzida numa melhoria do desempenho académico, maior adesão ao contexto escolar, progressão nas aprendizagens e reforço do compromisso com atividades educativas. Este progresso reflete não só o ajustamento das respostas educativas, mas também uma crescente valorização da escola por parte dos próprios jovens.

No âmbito do acompanhamento psicológico, verificou-se que tanto na admissão como ao longo do período de acolhimento, as principais problemáticas incidem ao nível da saúde mental, destacando-se a presença de comportamentos autolesivos e outras manifestações de sofrimento psicológico (que remetem a vivências passadas). Este contexto evidencia a importância do papel da equipa técnica, educativa e do apoio psicológico especializado, que se revelou fundamental na promoção do bem-estar emocional, na gestão de crises e no desenvolvimento de estratégias de regulação emocional. Não obstante, importa salientar que a adesão dos jovens ao acompanhamento psicológico nem sempre é a mais adequada, constituindo um desafio contínuo para a intervenção, exigindo abordagens flexíveis, individualizadas e baseadas na construção de uma relação de confiança.

Em 2025 destacou-se um aumento significativo do envolvimento em iniciativas extracurriculares nomeadamente de carácter lúdico, desportivo e formativo. Estas atividades contribuíram de forma determinante para o desenvolvimento de competências sociais, emocionais e relacionais, promovendo a autoestima e sentimento de pertença.

A participação em eventos, visitas e iniciativas culturais reforçou a integração social e o contacto com diferentes realidades. As atividades lúdicas e culturais assumiram um papel central ao longo do ano, proporcionando experiências enriquecedoras e diversificadas, com impacto na ampliação dos horizontes culturais e no desenvolvimento pessoal dos jovens.

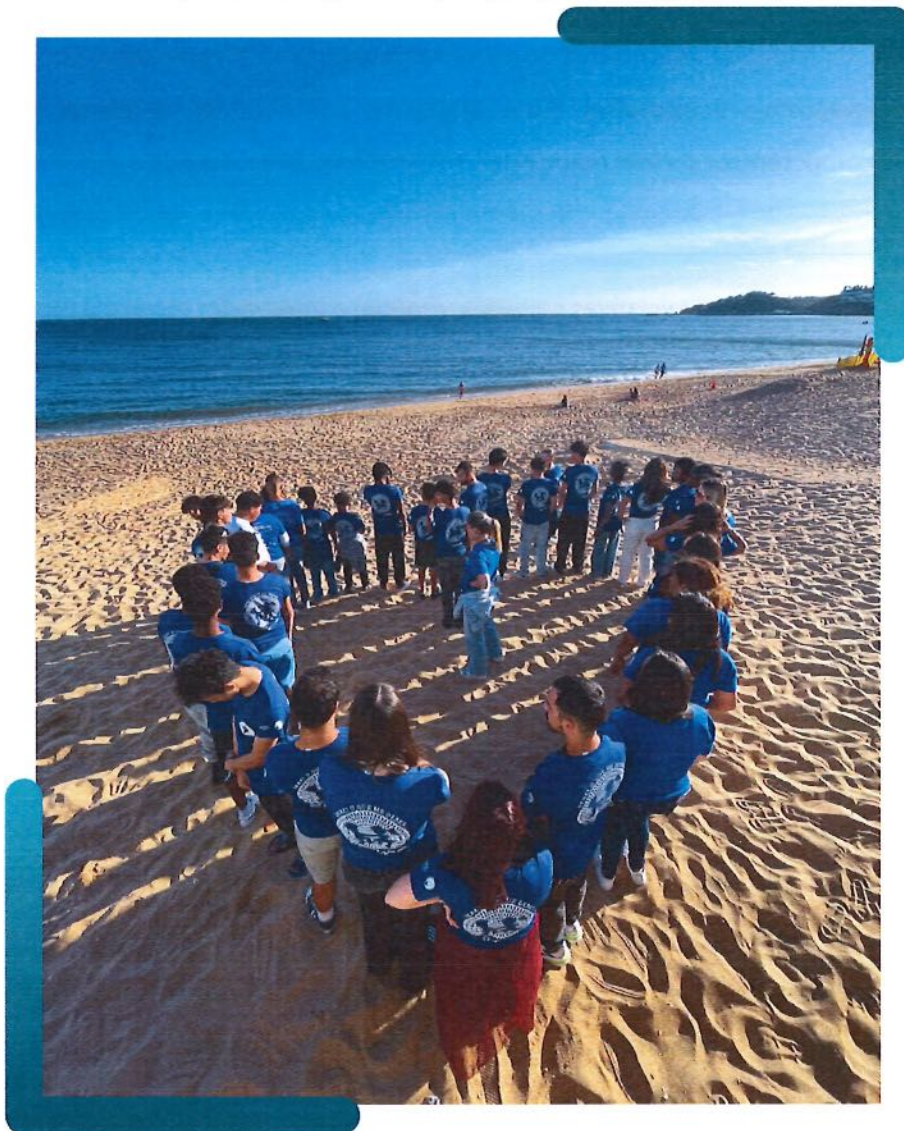
Relativamente à representação na comunidade, destacou-se a participação de uma jovem acolhida na Casa de Acolhimento A Gaiota, no Conselho Nacional Consultivo de Crianças e Jovens Acolhidos enquanto uma das representantes da região do Algarve. Esta distinção assume especial relevância, não só pelos reconhecimentos das competências pessoal e social da jovem, mas também pelo impacto positivo que representa para a Instituição, ao nível da sua credibilidade, projeção e envolvimento em estruturas de participação ativa. Importa salientar que esta participação se encontra plenamente alinhada com a estratégia institucional da casa de acolhimento, que privilegia a promoção da autonomia, da cidadania ativa e da participação efetiva das crianças e jovens nas decisões que impactam os seus percursos de vida. Neste sentido a representação ao nível Nacional constitui um reflexo concreto da operacionalização destes princípios, evidenciando capacidade da instituição em capacitar os jovens para o exercício de uma participação informada, responsável e socialmente relevante.

Para o próximo ano de 2026, perspetiva-se um caminho marcado por novos desafios com as alterações do funcionamento das Casa de Acolhimento com a nova portaria n.º 450/203 de 22 de dezembro.

Reafirma-se o compromisso da Casa de Acolhimento com a inclusão social, a promoção da dignidade e o apoio ao desenvolvimento pessoal e à autonomização dos jovens acolhidos,

Assumem-se como eixos prioritários a consolidação do sucesso escolar, através da continuidade de percursos formativos ajustados e acompanhamento individualizado; o reforço dos processos de autonomização, promovendo competências pessoais, sociais e funcionais essenciais à vida adulta; e a intensificação da articulação com as famílias e entidades parceiras, de forma a garantir uma intervenção mais integrada, consistente e centrada no superior interesse dos jovens.

Em síntese, pretende-se consolidar uma intervenção cada vez mais articulada, promotora de estabilidade, inclusão e preparação efetiva para o futuro dos jovens acolhidos.



Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

No período em análise, o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) desenvolveu a sua intervenção com base numa abordagem integrada, centrada na promoção do bem-estar das crianças e jovens e no reforço das competências parentais, tendo como princípios orientadores o superior interesse das crianças e jovens, a corresponsabilização parental e a valorização das dinâmicas familiares. A intervenção estruturou-se nos seguintes eixos: Preservação Familiar, Reunificação Familiar e Ponto de Encontro Familiar em articulação com as entidades parceiras.

No âmbito do eixo de Preservação Familiar, o CAFAP desenvolveu ações de acompanhamento psicossocial e aconselhamento parental dirigidas a famílias em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de prevenir situações de risco e evitar a separação da criança e/ou jovem do seu contexto familiar. As intervenções centraram-se no reforço das competências parentais, na melhoria das práticas educativas, na promoção de rotinas familiares estruturadas e no fortalecimento das relações intrafamiliares. Foram realizadas sessões individuais e familiares, visitas domiciliárias e articulação regular com as entidades da rede, nomeadamente Tribunais, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, escolas e serviços de saúde, garantindo uma intervenção articulada e coerente.

No eixo da Reunificação Familiar, o CAFAP acompanhou famílias com crianças e jovens em acolhimento, apoiando no processo de preparação, acompanhamento e consolidação do regresso ao meio familiar. A intervenção teve como foco a reconstrução dos vínculos afetivos, o aumento da capacidade de resposta dos cuidadores e a criação de condições de segurança e estabilidade para o retorno das mesmas, assegurando uma transição gradual e sustentada.

Relativamente ao eixo do Ponto de Encontro Familiar, o CAFAP assegurou um espaço neutro, seguro e estruturado para a realização de contactos entre crianças e/ou jovens com os progenitores e/ou outros familiares, quando estes não podem ocorrer de forma autónoma. Esta intervenção teve como objetivos principais garantir o direito da criança à convivência familiar, promover relações parentais positivas e seguras e contribuir para a redução do conflito familiar.

A intervenção do CAFAP estruturou-se em quatro áreas principais: no desenvolvimento de competências familiares; em apoios psicossociais e terapêuticos; em atividades inter e intrafamiliares e atividades de mediação familiar.

Podemos ver no descritivo abaixo o planeamento, execução e percentagens de realização das atividades desenvolvidas, destacando os resultados alcançados e a capacidade de adaptação que o CAFAP demonstrou, adaptando as mesmas às necessidades das famílias acompanhadas.

1. **Desenvolvimento de competências familiares**, neste âmbito, o CAFAP focou-se no fortalecimento de capacidades parentais, no reforço da autonomia familiar e na prevenção de situações de risco.
2. **Apoios psicossociais e terapêuticos**, nesta área de intervenção procurou responder às necessidades emocionais, sociais e terapêuticas de crianças, jovens e famílias, incluindo acompanhamento psicológico, orientação nutricional e desenvolvimento de competências pessoais e sociais.
3. **Atividades inter e intrafamiliares**, esta intervenção focou-se na promoção de relações familiares saudáveis, prevenção de maus-tratos e desenvolvimento pedagógico e lúdico das crianças e jovens.
4. **Atividades de mediação familiar**, nesta área de intervenção desenvolveu-se sessões de acompanhamento e apoio à resolução de conflitos familiares, garantindo a manutenção de vínculos afetivos seguros.

Em 2025, o CAFAP desenvolveu um conjunto abrangente de intervenções dirigidas a crianças, jovens e famílias, com o objetivo de promover o bem-estar familiar, reforçar competências parentais, prevenir situações de risco e proteger o superior interesse da criança e/ou do jovem.

Tabela 19 – Evolução do número de famílias acompanhadas por medidas e por ano

Nº TOTAL DE FAMÍLIAS ACOMPANHADAS POR ANO	Nº TOTAL DE FAMÍLIAS ACOMPANHADAS NO PONTO DE ENCONTRO FAMILIAR	Nº TOTAL DE FAMÍLIAS ACOMPANHADAS NA REUNIFICAÇÃO FAMILIAR	Nº TOTAL DE FAMÍLIAS ACOMPANHADAS NA PRESERVAÇÃO FAMILIAR	Nº TOTAL DE FAMÍLIAS EM LISTA DE ESPERA	
2022	115	39	17	57	13
2023	105	44	20	41	13
2024	102	42	21	39	20
2025	79	28	18	33	25

De formal global, como podemos ver na tabela abaixo, os dados de execução evidenciam que o CAFAP superou amplamente o planeamento inicial, em todas as áreas a que se propôs.

Tabela 20 – Execução anual do Plano de Atividades

OBJETIVO	ATIVIDADES	META	EXECUTADO	% DESVIO	OBSERVAÇÕES
DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS FAMILIARES	Atendimentos psicossociais	300	575	191,7%	Superou o planeamento inicial
	Visitas domiciliárias	132	148	112,1%	Execução superior ao planeado
	Sessões de competências parentais	60	72	120,0%	Execução superior ao planeado

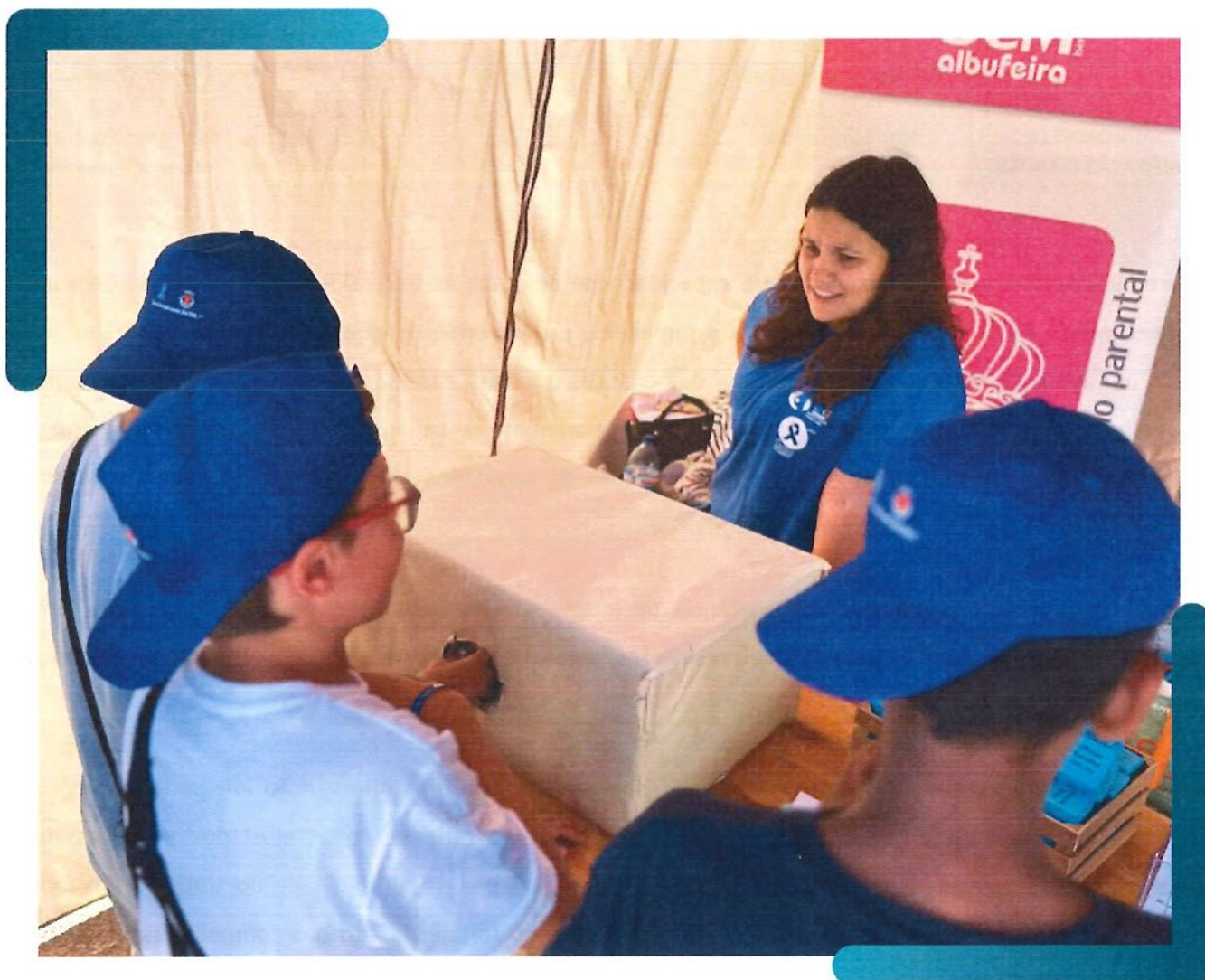
Relatório de Atividades e Contas 2025

APOIOS PSICOSSOCIAIS E TERAPÊUTICOS	Sessões de psicologia	180	452	251,1%	Forte procura das famílias
	Apoio à nutrição	2	2	100,0%	Executado conforme planeado
	Sessões de competências pessoais e sociais (crianças/jovens)	12	15	125,0%	Superou o planeamento inicial
ATIVIDADES INTER E INTRAFAMILIARES	Prevenção de maus-tratos	1	2	200,0%	Superou o planeamento inicial
	Prevenção de maus-tratos (não planeadas)	–	2	–	Atividades em resposta a necessidades emergentes
	Atividades pedagógicas e lúdicas	6	7	116,7%	Superou o planeamento inicial
ATIVIDADES DE MEDIAÇÃO FAMILIAR	Mediação familiar	150	177	118,0%	Procura significativamente superior ao planeado

Os resultados demonstram flexibilidade e capacidade de resposta às necessidades das famílias, bem como fortalecimento das competências parentais e familiares, promovendo relações mais equilibradas. Verifica-se ainda um aumento da proteção e bem-estar das crianças e jovens, assegurado através de acompanhamento psicossocial, terapêutico e pedagógico. Destaca-se igualmente a capacidade de adaptação às situações emergentes, nomeadamente por meio da implantação de atividades não planeadas, garantindo respostas imediatas e adequadas às necessidades identificadas.

O trabalho desenvolvido reforça a importância da intervenção integrada, contínua e centrada na família, contribuindo para contextos familiares mais resilientes, seguros e protetores do desenvolvimento das crianças e jovens acompanhados.

Perspetivando o futuro, o CAFAP manterá o seu compromisso com uma intervenção integrada, preventiva e centrada na família, reforçando práticas de acompanhamento cada vez mais ajustados às necessidades emergentes das crianças, jovens e respetivos agregados familiares. A continuidade do trabalho em rede, a qualificação permanente das respostas técnicas e a aposta no fortalecimento das competências parentais e relacionais constituem prioridades estratégicas, visando a promoção de contextos familiares mais seguros, estáveis e protetores. Desta forma, o CAFAP pretende consolidar os resultados alcançados, potenciar processos de mudança sustentada e contruir, de forma consistente, para o superior interesse e desenvolvimento integral das crianças e jovens acompanhados.



Família e Comunidade



1.3. FAMÍLIA E COMUNIDADE

Esta área responde à população que apresenta maiores fragilidades e que por variados motivos se pode encontrar numa situação de maior risco de pobreza e exclusão social. Propomo-nos, através de soluções de resposta imediata, atacar o problema para, em conjunto com as pessoas e as equipas multidisciplinares, construir soluções de autonomização. Esta área está dividida em duas subáreas, em função do público a que se destina, mais concretamente:

Pobreza e Exclusão Social, para a qual respondemos à comunidade mais vulnerável com necessidades básicas como alimentação, roupa, habitação e emprego, entre outras. Para levarmos a cabo a nossa missão assente nas 14 obras da Misericórdia trabalhamos em rede na Instituição e na comunidade com uma equipa multidisciplinar no **Gabinete de Inserção Social**, que se localiza na freguesia das Ferreiras e que presta os seguintes serviços: o **Serviço de Atendimento e Aconselhamento Social**, a **Ajuda Alimentar**, a **Aldeia do SANACAI**. Ainda nesta área terminámos a execução do projeto ECOS, resultante de uma parceria para o impacto da Inovação Social, e mesmo sem financiamento público demos continuidade a alguma atividade para continuar a prestar serviços de extrema necessidade para a população, e assim contribuir para a redução da pobreza e exclusão social.

Vítimas de violência doméstica, para o qual respondemos a nível nacional com uma **casa abrigo**, que se traduz numa resposta de acolhimento para mulheres e seus filhos vítimas de violência doméstica.

1.3.1. Gabinete de Inserção Social

A resposta social, Gabinete de Inserção Social (GIS), intervém no eixo de primeira linha na área da emergência e intervenção social, fornecendo meios e estratégias para combater ou minimizar situações de vulnerabilidade ou exclusão social da comunidade albufeirense. O GIS integra 2 serviços (ver tabela 21).

Tabela 21 - Serviços do GIS.

SERVIÇOS	DESCRIPTIVO	DESTINATÁRIOS
1. ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL	Fornecimento de suporte especializado pela equipa técnica sobre os direitos sociais e serviços públicos existentes.	Comunidade em geral.
2. APOIO ALIMENTAR	Disponibilização de programas alimentares que visam fornecer géneros alimentares ou refeições confeccionadas.	*Indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade socioeconómica.

Nota: * = Referenciados pelo Instituto de Segurança Social e pelo SAAS da Câmara Municipal de Albufeira.

O serviço de Apoio Alimentar abrange 3 tipologias (ver tabela 22).

Tabela 22 - Tipologias de Apoio Alimentar.

TIPOLOGIAS	TIPOLOGIA SUBDIVIDIDA	Nº DE PESSOAS/FAMÍLIAS PROTOCOLADAS
A. CANTINA SOCIAL – O MANJAR		15 pessoas (30 refeições diárias).
B. PROGRAMA ALIMENTAR 3 A'S		50 famílias.
C. PESSOAS 2030 – PRIVAÇÃO MATERIAL	Distribuição direta (cabaz alimentar mensal)	602 pessoas.
	Distribuição indireta (cartão social eletrónico)	417 pessoas.

Nota: * =.

Em 2025, o GIS apoiou mensalmente pessoas/famílias nos seus serviços (ver tabela 23).

Tabela 23 - Pessoas/Famílias apoiadas em 2025.

SERVIÇOS	TIPOLOGIAS	TIPOLOGIA SUBDIVIDIDA	Nº MÉDIO MENSAL DE PESSOAS/FAMÍLIAS APOIADAS
ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL			1218 pessoas
APOIO ALIMENTAR	a. Cantina Social – O Manjar		15 pessoas
	b. Programa Alimentar 3 A'S		30 famílias
	c. Pessoas 2030 – Privação Material	Distribuição direta (cabaz alimentar mensal)	744 pessoas
		Distribuição indireta (cartão social eletrónico)	*385 pessoas
TOTAL			

Nota: * = Somente em 10 meses, implementação a março de 2025.

Serviço Atendimento e Acompanhamento Social

A equipa técnica atendeu e acompanhou outros cidadãos do concelho de Albufeira que não faziam parte das medidas de apoio alimentar existentes, fornecendo suporte e orientação nas suas variadas situações de vulnerabilidade, encaminhando-as para outras entidades, como o Instituto de Segurança Social, departamentos da Câmara Municipal e juntas de freguesia. Também encaminhou cidadãos residente fora do concelho de Albufeira para as entidades competentes.

Apoio Alimentar

Cantina Social “O Manjar” – É um programa de emergência alimentar participado pelo Instituto de Segurança Social, que assegurou apoio a 15 pessoas que não têm meios para confeccionar refeições nas suas habitações, permitindo assim entregar 30 refeições diárias. Para a concretização deste programa alimentar manteve-se a parceria com as duas entidades, a Câmara Municipal de Albufeira e o Centro de Apoio aos Sem-Abrigo (CASA).

Pessoas 2030 – Privação Material (distribuição direta e indireta) – É um programa alimentar do Instituto de Segurança Social, financiado pelo Fundo Social Europeu, que substituiu o antigo FEAC, que está presente na Misericórdia de Albufeira desde do ano 2017, anteriormente designado de Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC). No mês de março de 2025, o programa Pessoas 2030 – Privação Material subdividiu-se em duas tipologias, a distribuição direta e indireta. A direta manteve-se a entrega de cabaz alimentar mensal. A indireta é a nova modalidade, composta por um cartão social eletrónico que é carregado mensalmente para ser utilizado em supermercados aderentes dando uma maior variedade na escolha de produtos alimentares por parte dos destinatários. A capacidade estipulada para a distribuição direta é de 602 destinatários e 417 destinatários para a distribuição indireta.

No que concerne a distribuição direta apoiou-se cerca de 744 pessoas com idades com maior incidência entre os 35 e os 49 anos, com uma grande diversidade de nacionalidades.

Na distribuição indireta apoiamos cerca de 385 pessoas com idades com maior incidência entre os 35 e os 49 anos, com uma grande diversidade de nacionalidades. O GIS manteve as parcerias com o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) do Município de Albufeira e com o Instituto de Segurança Social, no que concerne ao encaminhamento e avaliação dos destinatários.

Programa Alimentar – 3 A’S – É um programa alimentar em parceria com Câmara Municipal Albufeira que está presente na Misericórdia de Albufeira desde da situação pandémica SARS-COV19, em 2020. Desde de 2023 até ao presente ano, tem uma capacidade de 50 famílias. Apoiou-se mensalmente cerca de 30 famílias, que não possuem critérios de elegibilidade para ser inseridas no programa alimentar Pessoas 2030 – Privação Material. A caracterização destes destinatários a nível da faixa etária tem maior relevância entre 35 e 49 anos e a nível de nacionalidades denota-se uma grande diversidade.

Para o funcionamento em pleno do GIS, trabalha-se em parceria interna com profissionais de nutrição, psicologia, gestão, contabilidade e recursos humanos.

No ano de 2025, o GIS propôs-se dinamizar atividades de acordo com os três objetivos estratégicos de forma a ir de encontro com as necessidades identificadas.

A nível da **gestão sustentável**, foram executadas e cumpridas todas as atividades propostas.

Na **qualidade do serviço**, somente duas atividades que iam de encontro com a formação interna da equipa técnica e operacional que foram executadas e cumpridas parcialmente. As restantes atividades propostas foram executadas, uma vez que houve um reforço do plano de atividades de 2025, que se implementou a distribuição indireta de Pessoas 2030 – Privação Material (entrega de cartões sociais eletrónicos).

Por último, o **envolvimento da comunidade**, contou com a participação da comunidade de Albufeira, da equipa e dos destinatários do GIS para a realização das atividades. A atividade planeada em parceria com EAPN teve de ser substituída a temática, tendo sido feito um Mercadinho Solidário de peças de vestuário a baixos custos no sentido de comemorar o Dia Internacional da Erradicação da Pobreza. Somente uma das atividades não foi executada nem cumprida, Ação de sensibilização “Desperdício Alimentar” por impossibilidade técnica da realização da mesma. Neste objetivo estratégico, contou-se ainda com sete atividades que reforçaram o plano de atividades de 2025:

- Implementação de voluntariado para auxílio no trabalho desempenhado pela equipa operacional;
- Ação de sensibilização “Regras de utilização de cartão social eletrónico” os destinatários da medida Pessoas 2030-Privação Material (distribuição indireta);
- Ação de sensibilização “Seleção de Géneros Alimentares” os destinatários da medida Pessoas 2030-Privação Material (distribuição indireta);
- Celebração do Dia Internacional da Mulher com os destinatários das medidas de Pessoas 2030 – Privação Material (direta) e Programa Alimentar 3 A’S;
- Celebração do Dia de São Valentim com os destinatários das medidas de Pessoas 2030 – Privação Material (direta) e Programa Alimentar 3 A’S;
- Celebração do Dia da Páscoa, com os destinatários das medidas de Pessoas 2030 – Privação Material (direta) e Programa Alimentar 3 A’S;
- Mercadinho de Natal para a comunidade, com o objetivo de angariação de fundos para a sustentabilidade financeira.

Em suma, o Gabinete de Inserção Social ao longo do ano de 2025 enfrentou vários desafios e superou as expectativas daquilo que se tinha proposto a elaborar, o que permitiu adquirir novas aprendizagens.

Para o ano 2026, prevê-se um futuro repleto de novos desafios e novas conquistas, garantindo a inclusão social, dignidade e autonomização das dificuldades socioeconómicas sentidas por todas as famílias acompanhadas, garantindo o funcionamento e o tipo de apoio prestado pelo GIS.



1.3.2. Oficina Ecológica de Cooperação Social - ECOS

O ECOS é uma resposta da Misericórdia de Albufeira que se destina à prestação de serviços de emergência social, designadamente de Lavandaria, de Balneário e de Doações de roupa e outros artigos de primeira necessidade. Também se destina ao fornecimento à população em geral de produtos e serviços de Costura, de Tecelagem em tear manual e de Loja Social. Por conseguinte, o ECOS constitui-se como uma resposta integrada que agrega e gere 8 respostas diferenciadas (ver a Tabela 24).

Tabela 24 - Respostas tipificadas do ECOS.

Resposta	Produtos e serviços	Destinatários
1. Balneário	Disponibiliza serviços de balneário para os destinatários tomarem banho, incluindo o fornecimento de produtos de autocuidado, num equipamento em separado para homens e para mulheres.	Sem-abrigo de Albufeira. *
2. Lavandaria	Disponibiliza serviços de lavagem e secagem de roupa, em equipamentos industriais, para lavar e para secar a roupa pessoal.	Sem-abrigo de Albufeira. *
3. Doações	Recebimento de doações de roupa, calçado, mobiliário, brinquedos e outros artigos pontuais, para posterior triagem, tratamento, reciclagem e realocação ou doação social.	Sem-abrigo ou outras pessoas em situação de vulnerabilidade. *
4. Reciclagem	Tria-se roupas, calçado e brinquedos, sendo os resíduos enviados para uma empresa especializada em reciclagem têxtil e outros subprodutos colocados nas devidas reciclagens clássicas e reciclagem municipal.	Empresa de reciclagem têxtil e outras de reciclagem.
5. Loja Social	Disponibiliza a baixo custo artigos de roupa, calçado, acessórios e mobiliário, a pessoas que se dirijam ao ECOS, incluindo os utentes da instituição e, sem custo, pessoas em situação de sem-abrigo ou em outras situações pontuais.	Pessoas em geral e sem-abrigo do concelho.
6. Armazém	Recolha, triagem, armazenamento e recolocação de artigos e mobiliário destinado às respostas da instituição, a parceiros e à Loja Social.	Instituição.
7. Tecelagem	Produz e comercializa artigos em tear manual tradicional, tais como individuais, tapetes, mantas e outros artigos individualizados.	População em geral.
8. Costura	Presta-se de serviços de costura profissional, quer um amplo leque de arranjos quer modelagem com o fabrico de peças de costura personalizadas.	População em geral.

Nota: * = pessoas em situação de sem-abrigo acompanhadas pela Rede Social do concelho ou em outras situações pontuais.

O ECOS nasceu de um projeto ou iniciativa de inovação e empreendedorismo social que teve como objetivo reduzir a pobreza ou exclusão social no concelho de Albufeira. Depois de terminar o projeto, o equipamento do ECOS foi requalificado e reajustado de modo a funcionar as respostas já descritas e a funcionar o Projeto sQIIs. Em 2025, foi disponibilizado um amplo conjunto de produtos e serviços no ECOS (ver a Tabela 25).

Tabela 25: Produtos e serviços fornecidos em 2025.

Resposta	Descritivo	Quantidade*
1. Balneário	Acessos a tomar banho	82 (16 pessoas)
2. Lavandaria	Máquinas de lavar e de secar efetuadas	66 (16 pessoas)
	Máquinas de secar efetuadas	67 (16 pessoas)
3. Doações	Peças de roupa e calçado doadas	463 (10 pessoas)
	Outros artigos de primeira necessidade doados	5
4. Reciclagem	Resíduos têxteis enviados para reciclagem	6417 kg
5. Loja Social	Artigos em 2.ª mão vendidos a baixo custo	> 3014 unidades
6. Armazém	Capacidade ocupada	100 %
7. Tecelagem	Produtos vendidos ou disponibilizados internamente	> 303
8. Costura	Serviços prestados	> 904

Nota: * = quantidades que foram contabilizadas, pelo que poderão nalguns casos ser superiores.

Em 2025, a gestão das suas respostas do ECOS foi alterada, na sequência do início em pleno da operação do Projeto sQIIs. A gestão da Lavandaria, Balneário, Doações, Armazém e Loja Social passou a ser efetuada pela direção do GIS, enquanto a Tecelagem e a Costura ficaram com a mesma direção do Projeto sQIIs. A seguir, apresenta-se um breve descritivo da execução das respostas do ECOS de 2025.

Lavandaria, Balneário e Doações

Em 2025 os serviços de Lavandaria, de Balneário e de Doações continuaram a dar uma resposta a 100% às solicitações das pessoas em situação de sem-abrigo de Albufeira. Sempre que tal foi solicitado pela primeira vez por uma pessoa em situação de sem-abrigo, foi dado o acesso, logo que possível, a tomar duche, a lavar e a secar a roupa e a receber roupa e calçado doado, mais uma muda de roupa. Depois, foi solicitado, caso ainda não

estivesse, para ser seguido pela Rede Social de Albufeira, de modo a continuar a usufruir dos serviços. Por sua vez, o ECOS solicitava à Rede Social a informação necessária para atestar a elegibilidade de cada destinatário e também fornecia a informação sobre os serviços prestados aos destinatários, em parceria e estrita articulação do a mesma.

Desde setembro de 2025, com a nova direção, foram facultados cacifos aos destinatários dos serviços de Balneário, para guardar a roupa doada e para que nas próximas deslocações tivessem a sua própria roupa lavada em condições. Constatou-se que cada vez que se deslocavam ao serviço para fazer a sua higiene pessoal não usavam a lavandaria e deitavam fora a roupa doada que levavam. Deste modo evitou-se o desperdício de roupa e a consequente escassez de tamanhos de roupa masculina. Por sua vez, com o elevado número de doações de vestuário recebidas e o pouco espaço de armazenamento, implementaram-se os mercadinhos solidários, de modo a mais facilmente fornecer roupa a baixos custo à população em geral e a contribuir para a economia circular.

Armazém, Reciclagem e Loja Social

O Armazém tem sido um precioso recurso da instituição, nesta altura que se tem a decorrer obras de requalificação muito importantes das suas instalações, tal como é o caso da ERPI O Roseiral. O Armazém tem recebido uma parte considerável dos equipamentos do Roseiral, de modo a se conseguir efetuar a respetiva requalificação. Mesmo nestas circunstâncias, foi efetuada uma reorganização do armazém, de modo a se conseguir satisfazer as necessidades de armazenamento e, ao mesmo tempo, se conseguir efetuar os serviços de triagem e de reciclagem. Em 2025, continuou-se a enviar para a reciclagem têxtil quantidades muito apreciáveis de produtos.

Por sua vez, a Loja Social sofreu uma remodelação muito profunda. A nova equipa recorreu à sua experiência acumulada na antiga Loja Social Baú dos Mimos no Espaço Em Con_tato e transformou profundamente a Loja Social dando-lhe um aspeto de loja de roupa, muito mais funcional e agradável. Também realizaram vários mercadinhos, tal como o Mercadinho de Natal, que dinamizou em muito as visitas e a aquisição de produtos. Vieram à loja funcionários e utentes da instituição e muitas outras pessoas da lista de contactos do GIS e da antiga Loja Social. Os mercadinhos foram efetuados no antigo espaço da carpintaria do ECOS e tiveram a colaboração de outras Respostas Sociais da instituição que fabricam produtos sob a marca Arte pela Inclusão. No seu conjunto, pode-se afirmar que a Loja sofreu uma grande remodelação e uma muito importante dinamização.

Tecelagem

A área da tecelagem é uma área com valor identitário para a Misericórdia de Albufeira, sendo os produtos de tecelagem uma marca Arte pela Inclusão da Misericórdia de Albufeira. Os produtos são fabricados em tear manual, com o recurso a um tecelão experiente. São produzidos artigos variados, tais como tapetes, individuais

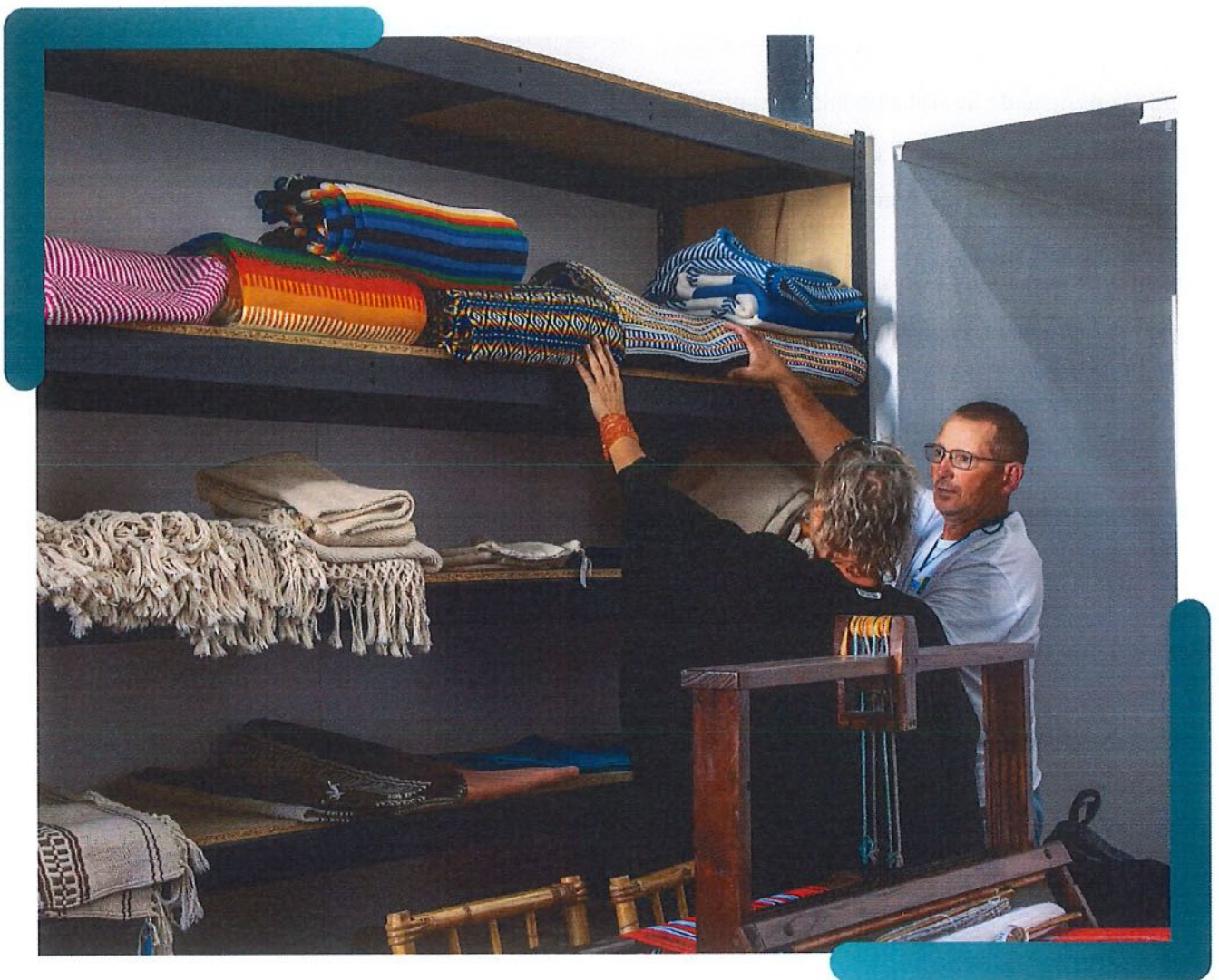
e mantas, em tirela, fio, trapilho ou outros materiais. Por vezes, são encomendados artigos originais, que são efetuados à medida no Atelier de Tecelagem. Os produtos encontram-se colocados em locais do concelho de Albufeira, tais como, no Centro de Artes e Ofícios e no Posto de Turismo, ambos do Município de Albufeira.

No ano de 2025 procurou-se dinamizar e a desenvolver a área. Foram produzidos e colocados mais de 303 artigos de tecelagem, através aquisição direta no ECOS ou com recurso aos parceiros, tais como nos locais de exposição do Município e nas visitas de clientes do parceiro Portimar à instituição, e através da doação de artigos a pessoas e entidades de relevo, como foi exemplo nos encontros e palestras organizadas pela instituição.

Costura

A instituição disponibiliza serviços de costura para o exterior, a preços sociais, para além de os efetuar para a própria instituição. No ano de 2025 a oferta dos serviços de costura diversificou-se e a procura cresceu muito, passando a existir sempre pessoas em lista de espera. No atelier de costura efetuaram-se arranjos tradicionais e peças novas originais, através da modelagem. Efetuaram-se, igualmente, inúmeros serviços a pedidos internos. Neste ano efetuaram-se pelo menos 904 arranjos ou produtos de costura, dos quais 208 para a instituição.

Em suma, o ECOS passou por um período de transformação e de redefinição, com um novo projeto em curso e uma nova gestão de uma boa parte dos serviços, o que levou a uma maior alocação de recursos e a uma melhoria dos respetivos serviços, como é evidente na Loja Social. Em 2025 o ECOS continuou a prestar um serviço de âmbito social muito relevante à comunidade, procurando sempre **ajustar os seus serviços de âmbito social às necessidades das pessoas em situação de maior vulnerabilidade do concelho, em articulação com a Rede Social de Albufeira.**



1.3.3. Casa Abrigo

A Casa Cegonha é uma resposta social certificada, designada como Casa de Abrigo e integrada na Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica e consiste numa alternativa habitacional temporária segura, a vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos e/ou dependentes, quando não existe uma rede sociofamiliar de suporte, capaz de apoiar no momento em que a saída se torna iminente.

A Cegonha tem capacidade para 14 vítimas, estando no acordo de cooperação definidas dez vagas

Dando continuidade ao trabalho iniciado anteriormente, os objetivos desta resposta social, para a ano de 2025, estiveram não só ligados à promoção da qualidade de vida dos/as utentes, através do incentivo ao seu empoderamento, mas também da sua reabilitação emocional, com vista à autonomização de forma mais plena;

A promoção de uma gestão sustentável, procurando equilibrar os resultados financeiros, foi também um dos objetivos fundamentais para 2025. Não tendo sido concretizado totalmente no ano em balanço, perspetiva-se a revisão ao acordo de cooperação e a requalificação do edificado para 2026/2027.

Tabela 26 – Execução dos objetivos estratégicos

Objetivo estratégico	Objetivo Específico	Atividades	Metas	Indicadores	Recursos	Execução
Promover a qualidade de vida dos/as utentes	Incentivar o empoderamento das utentes Fomentar a reabilitação emocional e a saúde física Contribuir para a autonomização das utentes	Atividades de autoconhecimento, organização, resolução de problemas, inteligência emocional, autocuidado e de fortalecimento do vínculo familiar (Acompanhamento na aquisição de competências parentais, jurídico, saúde, psicológico, social, empregabilidade, integração habitacional)	6 atividades/ações Toda/os as/os utentes acompanhadas e empenhadas no projeto de vida	nº de atividades desenvolvidas Execução dos planos individuais e de atividades	Equipa técnica Utentes	Executado - atividades realizadas diariamente com as utentes, individualmente e ou em grupo. Foram autonomizadas 4 utentes com sucesso

Relatório de Atividades e Contas 2025

Promover uma gestão sustentável	Impulsionar uma cultura de sustentabilidade e financeira e ambiental. colaborar na preparação para revisão do acordo de cooperação.	Otimização de recursos e estabelecimento de parcerias (alimentação, mobiliário, entre outros); Climatização do edifício; Acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida; Aquisição de alguns equipamentos; reorganização da equipa e dos horários; Reaproveitamento de refeições; Reciclagem	Candidatura a subvenção de benfeitorias; resultado da candidatura PRR; diminuição gastos com pessoal; diminuição de gastos e desperdício	Candidaturas realizadas e aprovadas; nº de reaproveitamentos de refeições, nº de reciclagens; organização da equipa	Equipa técnica	Executado parcialmente - foram reorganizados os horários e a equipa (menos 1 elemento do que no ano anterior); foi realizada a gestão de desperdício alimentar e reciclagem
Melhorar qualidade dos serviços	Fomentar a capacitação continua da equipa Atualizar o Regulamento Interno	Participação em ações de formação específicas para a intervenção Atualização do RI	Todas as técnicas com formação especificam em TAV; Participação de toda a equipa em ações específicas para a área de intervenção e outras RI atualizado conforme legislação	nº de ações de formação participadas regulamento interno atualizado	Equipa técnica Equipa auxiliar	Executado parcialmente - todos os elementos da equipa técnica com formação TAV; conclusão do processo de atualização do RI
Participar na comunidade	Apoiar a integração das/os utentes na comunidade	Apoio na integração profissional; Integração escolar; Estimulação da participação em iniciativas na comunidade	Todas as utentes integradas profissionalmente; Todas as crianças integradas em estabelecimentos escolares; Participação em 2 eventos na comunidade;	nº de utentes integradas profissionalmente e nº de crianças integradas; nº de atividades ou eventos participados	Equipa técnica Utentes	Executado na totalidade

Melhorar a qualidade dos serviços prestados continua também a ser foco de ação desta resposta social, fomentando a capacitação continua da equipa e a atualização de instrumentos de trabalho. No ano de 2025 foi possível cumprir os normativos no que respeita à formação específica de toda a equipa técnica na especialização em Técnico de Apoio à Vítima. Foi ainda possível concluir o processo de atualização do Regulamento Interno, de acordo com as recentes alterações legais.

A participação na comunidade através do apoio na integração das/os utentes, a procura de novas parcerias e a articulação com as diversas entidades foi também um objetivo cumprido, embora não se encontrem firmadas parcerias formais.

A articulação próxima com as entidades da comunidade, não só com a comunidade local, permitiu apoiar sobretudo na integração escolar das crianças (Agrupamentos Escolares), nos processos de acompanhamento ao nível da saúde das vítimas e seus filhos (Centros de Saúde, Hospitais, RAP), na integração profissional, na contribuição para a sustentabilidade através de doações e no acompanhamento de processos jurídicos e de menores (CAFAPs, CPCJs, Tribunais).

Todas as vítimas e seus filhos puderam participar no dia da família, organizado pelo Município e algumas utentes assistiram a palestras, também organizadas pela mesma entidade.

Na análise comparativa seguidamente apresentada, é possível perceber a evolução dos acolhimentos nesta resposta social e do trabalho desenvolvido na mesma, bem como a caracterização da população acolhida.

Importa ainda referir que a gestão de vagas na resposta social é efetuada através de uma plataforma da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVD). As vagas são atualizadas 3 vezes por semana e, por norma, apenas são rececionados pedidos de acolhimento no caso da existência de vaga (s).

No ano de 2025 foram rececionados 65 pedidos de acolhimento, dos quais 33 referentes a vítimas isoladas (sem dependentes a acompanhar), 29 com 1 filho dependente e 2 com 2 filhos dependentes.

Tabela nº 27 – Nº de vítimas a frequentar a resposta social por ano

	2025	2024	2023	2022
Nº TOTAL DE VÍTIMAS	20	24	23	20
Nº DE ADULTOS	11	12	13	11
Nº DE CRIANÇAS	9	12	10	9

O quadro apresentado fornece uma visão global do número de vítimas que frequentaram a resposta social ao longo dos últimos quatro anos. A análise dos dados evidencia uma relativa estabilidade no número de vítimas acolhidas, verificando-se apenas pequenas oscilações anuais. Em termos médios, foram acolhidas cerca de doze mulheres adultas por ano, bem como aproximadamente dez crianças por ano.

Tabela nº 28 – Nº de vítimas adultas com/sem filhos a cargo

	2025	2024	2023	2022
Nº TOTAL DE VÍTIMAS COM FILHOS A CARGO	9	12	9	9
Nº TOTAL DE VÍTIMAS SEM FILHOS A CARGO	2	0	4	2

Os dados evidenciam que o grupo de vítimas com filhos a cargo constitui a maior parcela, permanecendo relativamente constante, enquanto o grupo sem filhos apresenta maior variabilidade.

Tabela nº 29 – Nº de filhos a cargo

	2025	2024	2023	2022
Nº TOTAL DE VÍTIMAS COM 1 FILHO A CARGO	9	12	8	3
Nº TOTAL DE VÍTIMAS COM 2 FILHOS A CARGO	0	0	1	3
Nº TOTAL DE VÍTIMAS COM 3 OU MAIS FILHOS A CARGO	0	0	0	0

Nesta resposta social, o número de vítimas acolhidas com 1 filho a cargo aumentou de 3 em 2022 para 12 em 2024, mas recuou para 9 em 2025. Nenhuma vítima foi acolhida com 3 ou mais filhos ao longo do período.

Tabela nº 30 – Idades das vítimas adultas

	2025	2024	2023	2022
18 - 25	1	2	1	0
26 - 35	3	3	5	3
36 - 45	3	4	4	4
46 - 55	3	3	2	3
56 - 65	1	0	1	1

Verifica-se que a maioria das mulheres acolhidas se concentra nas faixas etárias dos 26 aos 55 anos, destacando-se os grupos dos 26 aos 35, dos 36 aos 45 e dos 46 aos 55 anos, cada um com três mulheres acolhidas. As faixas etárias dos 18 aos 25 e dos 56 aos 65 anos apresentam uma representatividade menor, com apenas um acolhimento em cada grupo.

Tabela nº 31 – Idades das crianças

	2025	2024	2023	2022
1 - 3	4	5	3	2
4 - 6	1	2	3	4
7 - 10	2	3	3	1
11 - 15	1	1	1	2
16 - 18	1	1	0	0

Observa-se que a maioria das crianças acolhidas se encontra na faixa etária dos 1 aos 3 anos. As faixas etárias dos 7 aos 10 anos apresentam dois acolhimentos, enquanto os grupos etários dos 4 aos 6, dos 11 aos 15 e dos 16 aos 18 anos registam apenas uma criança acolhida em cada faixa etária.

Tabela nº 32 – Nacionalidades das vítimas adultas

	2025	2024	2023	2022
PORTUGUESA	9	8	8	7
BRASILEIRA	1	3	3	2
OUTRAS NACIONALIDADES	1	1	2	2

Em todos os anos, a maioria das vítimas acolhidas são de nacionalidade portuguesa. Os números variaram de 7 em 2022 a 9 em 2025, indicando uma estabilidade no número de vítimas portuguesas, com ligeiro aumento ao longo do período e pequenas variações nas outras nacionalidades.

Tabela nº 33 – Nº de vítimas adultas, com doença associada

	2025	2024	2023	2022
FUNÇÕES MENTAIS E/OU DO DESENVOLVIMENTO	2	2	3	3
FUNÇÕES DA VISÃO	3	6	10	3
FUNÇÕES AUDITIVAS DA VOZ E DA FALA	0	0	3	1
FUNÇÕES DOS ÓRGÃOS OU APARELHOS INTERNOS	4	7	3	3
FUNÇÕES RELACIONADAS COM O MOVIMENTO	0	0	1	2

Tabela nº 34 – Tempo médio de acolhimento em dias

	2025	2024	2023	2022
Nº MÉDIO DE DIAS	265	236	251	398

O período analisado revela uma tendência de melhoria no tempo médio de acolhimento, caracterizada por uma redução significativa de 2022 a 2024, seguida de uma leve elevação em 2025.

Embora a diminuição do tempo médio seja geralmente considerada positiva, pois indica maior eficiência no atendimento, é importante contextualizar que essa redução também está relacionada a vítimas que permaneceram pouco tempo na resposta social e/ou retornaram à zona de risco, por vontade própria.

Tabela nº 35 – Nº vítimas adultas integradas no mercado de trabalho (das que frequentaram durante o ano)

	2025	2024	2023	2022
INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL	10	7	8	8

O processo de autonomização das vítimas pressupõe, na maioria das vezes, a sua integração socioprofissional. Esta integração é possível com envolvimento da utente em todas as fases do mesmo e, muitas vezes, através da articulação da equipa com outras entidades (IEFP, empresas).

Tabela nº 36 – Nº de Autonomizações/Saídas (adultas)

	2025	2024	2023	2022
TOTAL DE SAÍDAS	6	7	8	6
AUTONOMIZAÇÕES FORA DA ZONA DE RISCO	3	5	4	3
AUTONOMIZAÇÃO NA ZONA DE RISCO	2	1	2	2
REGRESSO À SITUAÇÃO DE RISCO	0	1	1	1
SAÍDA PARA OUTRA ALTERNATIVA	1	0	1	0

Registaram-se seis saídas de vítimas adultas da resposta social. Destas, três corresponderam a processos de autonomização fora da zona de risco, evidenciando percursos de saída considerados mais seguros e sustentados.

Verificaram-se ainda duas autonomizações na zona de risco, o que revela a existência de situações em que, apesar da saída, se mantêm fatores de vulnerabilidade.

Importa salientar que, em 2025, não se registaram regressos à situação de risco, o que constitui um indicador positivo face à eficácia do acompanhamento realizado. Registou-se ainda uma saída para outra alternativa de resposta, demonstrando a articulação com outros recursos da rede de apoio.

De um modo geral, os dados de 2025 evidenciam um predomínio de saídas associadas a processos de autonomização, maioritariamente fora da zona de risco, refletindo resultados favoráveis da intervenção desenvolvida.

Tabela 37 – Autonomizações com recurso à subvenção

	2025	2024	2023	2022
VALOR RECEBIDO	9.204,50€	6.240,52€	3.896,15€	7.657,54€
VALOR GASTO	2.685,55€	9.204,50€	6.240,52€	3.896,15€
AUTONOMIZAÇÃO/SAÍDA	6	7	8	6
COM APOIO VERBA	4	6	6	3
CONTRATOS DE ARRENDAMENTO E CAUÇÕES	0	4	2	2
MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS	4	4	3	3
BENS DE 1ª NECESSIDADE (GÉNEROS ALIMENTARES, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA)	4	4	4	3
TRANSPORTE VÍTIMA/BENS	3	3	3	0
OUTROS	0	2	0	0

Através da CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género), entidade coordenadora desta resposta social, é atribuída anualmente uma subvenção às entidades gestoras e detentoras das Casas de Abrigo, destinando-se à concretização dos processos de autonomização das vítimas. A atribuição deste apoio obedece a algumas rubricas, nomeadamente as que se apresentam no quadro acima.

A diminuição dos gastos relativos à subvenção de apoio à autonomização, que se verifica em 2025, justifica-se sobretudo pela existência de habitações sem contrato de arrendamento, às quais as utentes recorrem e que não são elegíveis para o apoio, como se verificou em duas situações. Das utentes autonomizadas, uma conseguiu integração habitacional pelo município da anterior zona de residência.

A IKEA juntou-se à CIG, através da campanha “Recomeços”, um fundo de apoio à autonomização, e, por meio deste fundo, apoiámos uma das vítimas com o pagamento de duas rendas e uma caução.

A equipa reconhece os seguintes principais constrangimentos à sua atuação, a saber:

Habitação: A concretização de novos projetos de vida, tem sido dificultada pelos constrangimentos causados pelos elevados custos habitacionais e a sazonalidade do mercado de arrendamento.

A subida significativa nos valores do mercado de arrendamento habitacional, especialmente nesta área geográfica, onde a sazonalidade dos arrendamentos agravada por fatores económicos, dificulta a autonomização plena das vítimas. Essa dificuldade leva ao desgaste emocional e à frustração, uma vez que, após abandonarem a zona de risco, enfrentam obstáculos para se autonomizarem nesta localidade.

Os apoios habitacionais disponíveis não são suficientes, na maioria dos casos os valores dos tetos máximos de apoio não cobrem os valores praticados no mercado de arrendamento. Como consequência, muitas vítimas não conseguem aceder a esses apoios, ou enfrentam arrendamentos mais acessíveis sem contrato, o que também limita o direito ao apoio.

Para além disso, a preferência por certos perfis nos critérios de seleção, como casais com dois rendimentos, prejudica sobretudo estas vítimas, que na sua maioria são mães solteiras, dificultando o acesso à habitação adequada.

A ausência de respostas eficazes às suas necessidades, leva muitas a retornarem às áreas de risco, onde possuem alguma rede de apoio.

Justiça: Os processos judiciais continuam a apresentar uma morosidade e complexidade consideráveis, nomeadamente os Processos Crime por Violência Doméstica, de Regulação das Responsabilidades Parentais, entre outros.

Esta situação tem, frequentemente, revitimizado as vítimas, devido às decisões que, por vezes, se revelam inadequadas às suas circunstâncias, às dos menores e ao seu novo projeto de vida. Como consequência, verifica-se uma descredibilização na justiça, questionando-se também a eficácia da apresentação das queixas. Na maioria dos casos, as vítimas têm conhecimento de desenvolvimento no processo crime já após a sua saída do acolhimento, sendo raros os processos criminais com resposta durante este período. Por outro lado, os processos de Regulação das Responsabilidades Parentais tendem a ser tratados com maior celeridade, refletindo uma maior eficiência nesta área.

No entanto, devido à demora do processo criminal, muitas vezes as decisões relativas às responsabilidades parentais acabam por se revelar inadequadas.

Integração socioprofissional: A ausência de vagas em creches e pré-escolares, aliada a horários de trabalho pouco flexíveis, tendo em conta as responsabilidades parentais, têm impactos significativos na vida das vítimas. Isso dificulta o desenvolvimento de seus projetos de vida, especialmente porque esta população está afastada das suas redes de apoio social e familiar. Esta situação faz com que as vítimas sejam obrigadas a recorrer a amas, o que aumenta as despesas económicas do agregado.

Outro desafio para a integração socioprofissional é a natureza sazonal do trabalho nesta região, visto que há menos contratações em época baixa.

Confidencialidade: A fragilidade na preservação do sigilo e da confidencialidade dos dados por parte de certas entidades, nomeadamente dos seus sistemas informáticos, como os próprios tribunais, o SNS, o portal de matrículas no sistema educativo, entre outros, compromete a proteção das vítimas e põe em risco o seu projeto de vida.

De salientar, como mais valia para a intervenção com este público-alvo, o acompanhamento por parte da Resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica no Algarve (RAP), assegurada pela APAV de Albufeira, de 3 crianças/jovens desta resposta social em 2025.

Da mesma forma, o Sistema Nacional de Intervenção Precoce (SNIPI) tem sido fundamental para o acompanhamento e apoio às nossas crianças. Em 2025 foram acompanhadas 3 crianças.

Sustentabilidade da Resposta Social: Esta resposta social tem acordo atípico com o Centro Distrital da Segurança Social de Faro para dez utentes, o qual deveria cobrir a 100% o custo do utente em virtude desta resposta social dispensar participação familiar, por se tratar de uma resposta de emergência social.



1.3.4. Aldeia do SANACAI

O projeto Aldeia do SANACAI tem como objetivos principais a promoção de competências pessoais e sociais e contribuir para a inclusão social dos cidadãos de etnia cigana.

Este projeto, conta com o apoio de uma equipa técnica especializada em serviço social, que em 2025 manteve os objetivos estratégicos de 2024, a gestão sustentável, a qualidade de serviços e o envolvimento da comunidade.

Na **gestão sustentável**, as atividades propostas foram cumpridas de acordo com a sensibilização para a redução de gastos, tanto de eletricidade como de água.

A nível da **qualidade do serviço**, os acompanhamentos sociais pela equipa técnica foram cumpridos dando apoio aos encarregados de educação nas matrículas e inscrições de transporte escolar das crianças e jovens. Houve um reforço do plano, tanto de reuniões e contactos telefónicos associados aos comportamentos dos menores nos transportes escolares.

No que diz respeito ao **envolvimento da comunidade**, somente a frequência de formação profissional foi cumprida. As restantes atividades propostas não foram executadas nem cumpridas por impossibilidade da equipa técnica da realização das mesmas.

Em suma, para 2026 para contribuir para a redução das desigualdades é necessário um diagnóstico social do panorama atual e realizar um levantamento das condições habitacionais, situação escolar e profissional dos agregados residentes. E redefinir o plano de intervenção, através da atualização do regulamento interno e renegociação dos contratos existentes, reforçando a importância da parceira com outras entidades.

Tabela 38 – Execução anual do Plano de Atividades

Objetivo estratégico	Plano de Atividades de 2025					Execução 2025
	Objetivo	Atividades	Indicador	Meta	Recursos Materiais	
GESTÃO SUSTENTÁVEL	Garantir a sustentabilidade de ambiental	Sensibilização para a redução de gasto de eletricidade, através da entrega da leitura mensal	Redução do consumo eletricidade	>10% de redução de eletricidade	Material de desgaste	Cumprido
		Sensibilização para a redução de gasto de água, através da leitura mensal	Redução do consumo água	>10% de redução de água	Material de desgaste	Cumprido

Relatório de Atividades e Contas 2025

QUALIDADE DE SERVIÇOS	Acompanhar as situações pessoais e sociais dos habitantes	Acompanhamento s sociais Reuniões e contactos telefónicos com departamento de transportes escolares	Garantir acompanhamento s sociais sempre que necessário	>50 acompanhamento s sociais	Computador , dossiê e material de desgaste	Cumprido Superado, foi uma atividade não programada
ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE	Reunir com a direção da turma para saber situação escolar de cada aluno	Monitorização e acompanhamento periodical das atividades escolares	Reforçar as parcerias com os agrupamentos escolares	Reunir 1 vez por período com os docentes	Computador , dossiê e material de desgaste	Não cumprido
	Reunir com os encarregados de educação	Acompanhamento social para a consciencialização da importância da frequência da escolar	Garantir que as crianças completem o ensino primário e básico	>2 reuniões com cada encarregado de educação por período escolar	Material de desgaste	Não cumprido
	Frequentar formação profissional e integrar no mercado de trabalho	Contacto com entidade empregadora e formadora	Capacitar e promover a inclusão social	40% em frequência em formação profissional e 10% em integração no mercado de trabalho	Material de desgaste	Cumprido parcialmente



Saúde Mental



1.4. SAÚDE MENTAL

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira integra o equipamento Casa da Paz, que agrega duas respostas sociais direcionadas para a área da saúde mental.

A Unidade de Vida Apoiada (UVA) orienta a sua intervenção para pessoas portadoras de doença psiquiátrica, com elevado grau de incapacidade psicossocial, sem autonomia suficiente para as atividades da vida diária e sem suporte familiar adequado, mas clinicamente estabilizados. Apresenta uma capacidade de vinte utentes segundo o Acordo de Cooperação. Esta resposta social presta serviços de alojamento, alimentação, cuidados de higiene e imagem, enfermagem, e um conjunto de atividades socioculturais e lúdico terapêuticas dirigidas à população alvo. A média de idades é de 55,4 anos com uma predominância do sexo masculino.

O Fórum Sócio-Ocupacional (FSO) dirige a sua atuação para indivíduos com moderado grau de incapacidade e que apresentam disfuncionalidade na área relacional, ocupacional e de integração social. A resposta social apresenta uma capacidade de 30 utentes segundo o Acordo de Cooperação, contudo é frequentada apenas por vinte e quatro utentes. O incumprimento deste Acordo deve-se ao fato de não serem encaminhados utentes, maioritariamente por se encontrarem fora da área de atuação abrangida pelo nosso transporte. No sentido de dar cumprimento ao Acordo de Cooperação, em 2025 demos continuidade à ação de divulgação da resposta social através de contactos diretos e via email com os Departamentos de Psiquiatria e Saúde Mental dos Hospitais de Faro e Portimão. Esta resposta social presta serviços de alimentação, reabilitação e atividades ocupacionais dirigidas à população acolhida. Têm uma predominância do sexo masculino e uma média de idades de 53,5 anos.

De acordo com a Carta Social de 2025, em ambas as respostas sociais, todos os utentes têm uma incapacidade permanente, sendo na sua maioria independentes nas atividades da vida diária.

A média de idades dos utentes reflete um processo de envelhecimento da população acolhida em ambas as respostas sociais, o qual requer cada vez mais o reajuste do trabalho desenvolvido com os utentes, tendencialmente mais personalizado e adaptado às exigências de cada um.

Relativamente aos acolhimentos na Casa da Paz, salientamos que no ano de 2025 foi acolhido 1 utente do gênero masculino em UVA, sendo a sua zona de origem Faro.

Em 2025, a Casa da Paz manteve a vontade expressa na requalificação da resposta social com vista a uma integração na RNCC em saúde mental, esforço que se iniciou há já alguns anos. Enquanto este objetivo não é efetivo, a Casa da Paz mantém a sua intervenção no âmbito do Despacho Conjunto nº 407/98, de 18 junho, com Acordos de Cooperação Atípicos Tripartidos entre a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, o Instituto da Segurança Social I.P. e a ULS Algarve E.P.E.

O Balanço tem como finalidade analisar a Taxa de Execução do Plano de 2025 e respetivos desvios, verificando o grau de cumprimento das ações planeadas, os fatores que influenciaram o desempenho e os principais desafios enfrentados.

1.4.2. Unidade de Vida Apoiada

Dar continuidade à reestruturação dos espaços físicos da Resposta Social – No Plano de 2025 estabeleceram-se diretrizes para a reestruturação dos espaços do equipamento, especialmente aqueles que apresentam sinais evidentes de desgaste ou inacabados, com o objetivo de promover melhorias funcionais, de conforto e segurança dos utentes e colaboradores. No término de 2025, observa-se que estas ações ainda não foram concretizadas, sendo que das 6 fichas de obra remetidas ao departamento de manutenção foram concluídas apenas 2, comprometendo as metas para o período em análise. Foram identificadas como principais razões a ausência de intervenção, as limitações financeiras, a falta de mão de obra, a priorização de outras situações, bem como as consequentes faltas de manutenção preventiva e corretiva que levam à acumulação dos problemas, resultando numa maior degradação dos espaços e aumentando os custos de reparo, para além da perda da funcionalidade da Resposta Social.

Prosseguir as atividades promotoras de um melhor ambiente de trabalho – A promoção de um ambiente de trabalho saudável, participativo e motivado é um dos objetivos do Plano de 2025, sendo um fator estratégico para o alcance de melhores resultados no trabalho com o utente. O Plano propõe ações voltadas à melhoria das relações interpessoais, da comunicação interna e do desempenho profissional contínuo. Entre estas ações destacam-se a caixa de sugestões, a realização de reuniões mensais e a oferta de formação contínua, todas estas ações com metas cumpridas. Estas iniciativas visam criar um espaço de escuta ativa, diálogo e fortalecimento individual e coletivo dentro da Resposta Social.

Fortalecer a sustentabilidade – Este objetivo exige uma abordagem estratégica ao nível da preservação ambiental, da solidez financeira e da articulação com entidades externas. A articulação através de contactos telefónicos e presenciais com outras Respostas Sociais que desenvolvem a sua ação na recolha de donativos direcionados ao apoio social foi uma realidade, o que permitiu fazer face às necessidades sentidas no equipamento ao nível do vestuário e do mobiliário em prol da sustentabilidade.

A boa gestão de stocks, refletiu-se no estudo de uma amostra previamente definida ao nível de produtos de higiene pessoal e da roupa (2 produtos de cada), tendo-se convertido a realização destas encomendas ao sector da logística com uma frequência bimensal e não mensal. Esta alteração não comprometeu a normal prestação de cuidados aos utentes.

Relativamente à boa cobrança das comparticipações, existe 1 utente que apresenta valores em atraso, sendo que esta situação se encontra em via de resolução, contudo este fator comprometeu o cumprimento da meta definida.

Promover relações de proximidade entre os utentes e as suas famílias – O estabelecimento de uma relação afetiva entre os utentes e as suas famílias é um dos objetivos do Plano de 2025, devendo estas serem parte integrante do quotidiano dos mesmos. Esta meta é essencial para promover um desenvolvimento adequado e eficaz dos utentes ao longo do seu percurso de vida. Os contactos telefónicos estabelecidos e a realização de encontros/reuniões presenciais, promovem competências relacionais e facilitam a participação das famílias na elaboração do plano de desenvolvimento individual, tendo as metas traçadas em Plano sido superadas.

Tabela 39 – Execução anual do Plano de Atividades

Objetivo	Atividades	Indicador	Meta para 2025	Taxa de execução	Desvio
Dar continuidade à reestruturação dos espaços físicos da Resposta Social	Enviar ao departamento de manutenção as necessidades da RS	Nº de fichas de obra remetidas	≥10	6	- 4
	Executar as necessidades identificadas	Nº de fichas de obra concluídas	≥8	2	- 6
Promover melhor ambiente de trabalho	Manter a caixa de sugestões / reclamações	Nº de sugestões / reclamações rececionadas	≥10	11	+1
	Reuniões de trabalho com os colaboradores	Nº de reuniões realizadas	≥ 10	12	+2
	Promover formação contínua	Nº de formações efetuadas com assiduidade	≥6	17	+11
Fortalecer a sustentabilidade	Articulação com outras Respostas Sociais	Nº de contactos telefónicos e presenciais realizados mensalmente	≥2	2	0
	Fazer a boa gestão de stocks de 4 produtos de higiene e limpeza	Nº de encomendas efetuadas semestralmente	≤ 3	3	0
	Assegurar a boa cobrança das comparticipações	Nº de comparticipações pagas mensalmente	≥ 24	23	- 1
Promover relações de proximidade entre os utentes e as suas famílias	Realização de Atividades de proximidade familiar e estreitamento de laços	Nº de convívios realizados trimestralmente	≥1	1	0
	Reforçar contactos telefónicos dos utentes com a família	Nº de contactos telefónicos realizados mensalmente	≥ 30	48	+18
	Reuniões entre a RS e a família	Nº de reuniões presenciais realizadas anualmente	≥2	11	+9

1.4.3. Fórum Sócio Ocupacional

Promover a qualidade de vida dos utentes no encontro com a comunidade – O vínculo com a comunidade estimula a socialização, a melhoria da saúde mental, proporciona um aumento da autoestima e facilita o sentimento de pertença e inclusão. Estes contactos estabelecidos com a comunidade ampliaram a rede de apoio e serviços, facilitando o acesso a novos recursos, maior diversidade de atividades, fortalecendo o papel do Equipamento como agente social. Neste contexto, confirmamos as metas definidas para este objetivo, destacando a realização de 6 parcerias informais as quais nos permitiram superar a meta delineada em Plano.

Incentivar ao uso sustentável dos recursos naturais – Adotar práticas sustentáveis no dia a dia, tais como economizar energia, reduzir o uso do papel, separar os resíduos e reaproveitar os materiais, promove a consciência ambiental, a responsabilidade social e a viabilidade económica. Quanto às metas estabelecidas para este objetivo damos o mesmo como atingido.

Potenciar o empoderamento de capacidades e autonomia dos utentes – Este objetivo foi desenvolvido por meio de atividades diversas, experiências de vida diária com a realização de tarefas ao nível da lavandaria e refeitório e as saídas à comunidade, dinâmicas fundamentais no desenvolvimento da autonomia, responsabilidade e estrutura pessoal. O incentivo de escolhas pessoais possibilitou aos utentes escolher o que vestir ou realizar uma atividade a seu gosto, reforçando autoconfiança e expressão da sua individualidade. Com os resultados obtidos, consideram-se atingidas as metas definidas.

Relativamente ao número de atividades realizadas, a meta não foi atingida por ausência de técnico na área da psicomotricidade/terapia ocupacional, mantendo-se em fase de contratação pelo Departamento de Recursos Humanos.

Tabela 40 – Execução anual do Plano de Atividades

Objetivo	Atividades	Indicador	Meta para 2025	Taxa de execução	Desvio
Promover a qualidade de vida e a autonomia dos utentes no encontro com a comunidade	Contatos interpessoais que favoreçam ações de inclusão	Nº de saídas dos utentes à comunidade realizadas anualmente	≥30	33	+3
	Estabelecer novas parcerias	Nº de parcerias informais realizadas	≥4	6	+2
	Reduzir o consumo diário de energia na RS	Nº de aparelhos elétricos ligados à corrente (24)	Reduzir em 1/5 (4 aparelhos) o nº de aparelhos	4	0

Relatório de Atividades e Contas 2025

Incentivar ao uso sustentável dos recursos naturais	Diminuir o uso de papel de impressão	Nº de resmas de papel utilizadas nas atividades	≤5	4	+1
	Proceder à separação do lixo e colocação nos ecopontos	Nº de deslocações aos ecopontos	≥10	10	0
	Reaproveitamento de materiais nas atividades	Nº de atividades realizadas	≥145	146	+1
Potenciar o empoderamento de capacidades e autonomia dos utentes	Atividades lúdicas, sociais, culturais e pedagógicas; apoio social e psicológico	Nº de atividades realizadas	≥ 2080	1560	- 520
	Integrar tarefas diárias na rotina dos utentes, diminuindo a sensação de dependência de terceiros	Nº de tarefas realizadas mensalmente na lavandaria e refeitório	≥65	89	+24
	Escolhas diárias controladas, atividades de seleção de vestuário a usar	Nº de escolhas mensais realizadas pelos utentes	≥18	21	+3
	Promover a continuidade das saídas à comunidade	Nº de saídas dos utentes à comunidade	≥53	49	- 4

Mais do que o balanço das atividades referentes ao ano de 2025, importa refletir sobre a continuidade destas duas respostas sociais. Estamos perante uma encruzilhada no que consiste sobre o futuro de duas respostas sociais no âmbito da saúde mental, que deveriam ter sido convertidas em respostas da rede nacional dos cuidados continuados de saúde mental, e que não se verificou por ser uma obra de grande envergadura e não existir financiamento público para esse fim.

Com os resultados líquidos, reiteradamente negativos ao longo dos últimos anos, como se pode verificar no quadro seguinte, e todos os investimentos atuais a decorrer na Instituição, não é possível assumir mais compromissos financeiros.

Tabela 41 – Execução anual do Plano de Atividades

Casa da Paz	Realizado 2025	Realizado 2024	Realizado 2023	Realizado 2022	Realizado 2021
Resultado líquido do período	-103 777	-96 782	-102 148	-93 833	-53 541

Realçar que o acordo de cooperação atípico assinado entre a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, o Centro Distrital da Segurança Social e a Administração Regional de Saúde do Algarve, em que o valor pago fica muito aquém do custo do utente como podemos verificar no quadro a seguir:

Tabela 42 – Comparticipação mensal do ISS por utente face ao custo do utente

Equipamento	Resposta Social	Capacidade	Comp. Financ. Seg. Social	Valor médio Comp. Fam. Utente	Comp. Fam. Seg. Social + Utente	Custo Utente 2025
2004 - Casa da Paz	2404- Unidade de vida Apoiada	20	615,90	376,36	992,26	1 613,98
2004 - Casa da Paz	2401 - Fórum Sócio-Ocupacional	30	351,23	58,51	409,74	484,23
			967,13	434,87	1 402,00	2 098,20

A este valor acresce a comparticipação mensal da Administração Regional de Saúde do Algarve, a qual não efetuou nenhum pagamento desde janeiro de 2025.

Tabela 43– Comparticipação mensal da ARS

Administração Regional de Saúde do Algarve	Nº Meses	Valor Mensal pelo acordo para 20 utentes	Total
Valor em Divida a 31/12/2025	12	461,47	5 537,64
		461,47	5 537,64

A negociação do acordo atípico não é possível por não estarem reunidas as condições para submissão de candidatura no PROCCOOP, o qual obriga a licença de utilização emitido pela CMA e que não é exequível. Manter o acordo de cooperação como está, tem como consequência agravar os resultados negativos, não ter capacidade para garantir a qualidade da prestação de serviço e não conseguir garantir as condições de trabalho para a equipa, nem as condições de habitabilidade para os utentes.

Posto isto, a Mesa Administrativa não assume as responsabilidades e coloca a decisão da decisão do futuro destas respostas sociais para decisão de Assembleia Geral da Irmandade.



Deficiência e Reabilitação



1.5. DEFICIÊNCIA E REABILITAÇÃO

1.5.1. Lar Residencial

O **Lar Residencial de São Vicente** constitui-se enquanto resposta social destinada ao alojamento de jovens e adultos com 16 anos ou mais, portadores de deficiência, que se encontrem impossibilitados, temporária ou permanentemente, de permanecer no seio familiar. Esta resposta encontra-se com a sua capacidade máxima totalmente ocupada (38 utentes), todos abrangidos por acordo com o Instituto de Segurança Social, IP, mantendo ainda, incluídas neste número, 4 vagas reservadas, num total de 21 elementos do género masculino e 17 do género feminino.

O presente balanço reporta-se ao ano de atividade do Lar Residencial, com base no plano anual e nas atividades desenvolvidas, mantendo como principais linhas orientadoras, a promoção da qualidade de vida, a autonomia, a inclusão social e bem-estar dos residentes.

Ao longo do ano de 2025, a composição dos residentes sofreu alterações em duas ocasiões devido ao falecimento de utentes, o que levou a duas novas integrações (de uma lista de espera que contava com 31 elementos ao dia 31-12-2025, representando um aumento de 82% relativamente a 2024), sendo que decorreram de forma harmoniosa, sem intercorrências relevantes, com boa adaptação ao contexto residencial. Neste sentido, foi possível realizar 14 visitas domiciliárias, registando-se constrangimentos ao nível das moradas e contactos de vários candidatos. Deste modo, no final do ano, a população residente do lar apresentava uma **idade média situada nos 59 anos**, com idades compreendidas entre os 24 e os 67 anos, evidenciando assim uma tendência para o envelhecimento da população residente. A distribuição etária revela que a maioria dos utentes se concentra nos grupos etários intermédios, sendo que uma percentagem significativa apresenta idade superior a 50 anos, reforçando a necessidade de cuidados continuados, vigilância do estado de saúde e adequação progressiva das respostas de apoio.

Relativamente ao diagnóstico clínico, verifica-se que **a deficiência intelectual representa a condição predominante**, correspondendo à maior percentagem dos utentes residentes. No entanto, em muitos casos, esta encontra-se associada a outras patologias, nomeadamente perturbações do neuro desenvolvimento, doenças neurológicas e perturbações do foro psiquiátrico que culminam em situações de duplo diagnóstico. Esta caracterização implica uma intervenção integrada e individualizada, envolvendo acompanhamento clínico regular, apoio psicossocial e suporte funcional nas atividades de vida diária, evidenciando-se que, a análise global da população residente reflete a necessidade de uma resposta residencial especializada, com uma equipa

multidisciplinar capacitada para responder às especificidades associadas à deficiência e ao envelhecimento, promovendo a autonomia possível, a inclusão e a qualidade de vida dos utentes.

Ao longo do ano foram desenvolvidas atividades que se distribuíram por diferentes áreas de intervenção, nomeadamente:

- Atividades de vida diária, com enfoque no desenvolvimento e manutenção da autonomia pessoal;
- Atividades sociopedagógicas, orientadas para o reforço de competências pessoais, sociais e funcionais;
- Atividades socioculturais, recreativas e de lazer, promovendo a ocupação estruturada do tempo e o bem-estar emocional;
- Atividades de inclusão comunitária, favorecendo a participação social e a inclusão;
- Ações de promoção da saúde e estilos de vida saudáveis.

A generalidade das atividades planeadas foi executada, registando-se uma participação regular dos residentes e adequação das atividades às capacidades, interesses e ritmos individuais.

A execução das atividades contou com o empenho da equipa técnica, auxiliar e monitoras (num total de 25 colaboradoras, 27 na reta final do ano, devido a duas situações de baixa prolongada), cuja intervenção foi fundamental para garantir a continuidade, segurança e qualidade do serviço prestado. Os recursos materiais disponíveis revelaram-se globalmente adequados às atividades desenvolvidas, embora se tenha identificado a necessidade de melhorias pontuais. À generalidade referida relativamente à execução, obstam apenas a eleição do funcionário do mês e a organização de um evento conjunto com outra instituição local.

De acordo com os dados apurados, o plano anual de atividades apresentou um grau de execução global positivo, tendo sido concretizada a maioria das atividades planeadas. As adaptações realizadas ao longo do ano permitiram manter a continuidade das respostas, garantindo o cumprimento dos objetivos definidos, mesmo perante constrangimentos pontuais.

Como parte integrante deste trabalho, reportamo-nos aos **Ateliers ocupacionais** desenvolvidos no Lar, onde o projeto “Arte pela Inclusão”, uma iniciativa transversal a toda a instituição, que promove a expressão artística como ferramenta de desenvolvimento pessoal, social e emocional, ganha vida. Este projeto nasce da convicção de que a arte é uma linguagem universal, capaz de ultrapassar barreiras, valorizar competências individuais e reforçar a participação ativa de cada pessoa na comunidade.

Através de diferentes práticas artísticas — como pintura, desenho, trabalhos manuais, empreita, estimulação cognitiva e outras formas de criação — o projeto proporciona aos residentes, oportunidades de aprendizagem, experimentação e descoberta das suas potencialidades. As atividades são adaptadas às capacidades e interesses

de cada participante, respeitando os seus ritmos e promovendo a autonomia, a autoestima e o sentimento de pertença.

Durante o ano em análise, o Lar Residencial prestou apoio contínuo aos seus residentes, assegurando respostas adequadas às necessidades individuais, com especial atenção às dimensões da saúde, autonomia pessoal, ocupação estruturada do tempo e inclusão social.

A avaliação dos resultados evidencia, desta forma, um cumprimento global dos objetivos operacionais, destacando-se:

- Resultados maioritariamente positivos ao nível da satisfação e envolvimento dos residentes;
- Manutenção e reforço das competências de autonomia pessoal e social;
- Impacto favorável das atividades no bem-estar emocional;
- Relações interpessoais mais estáveis e participativas.

Considera-se assim refletida a eficácia das intervenções realizadas em conformidade com a missão da instituição e com os normativos aplicáveis às respostas sociais. No entanto, apesar dos resultados positivos, foram identificados alguns constrangimentos, nomeadamente limitações de recursos, necessidades de reforço de materiais específicos e desafios na gestão de algumas dinâmicas individuais e grupais.

Com base na avaliação efetuada, foram definidas propostas de melhoria que visam:

- Aperfeiçoar a planificação das atividades;
- Reforçar recursos materiais e/ou humanos em áreas específicas;
- Diversificar as atividades de inclusão comunitária;
- Continuar a promover a formação e capacitação da equipa.

Em síntese, o presente documento, evidencia um ano de trabalho consistente, marcado pelo compromisso da equipa e pela evolução global positiva dos residentes, que culminam em algumas conquistas significativas. As aprendizagens e melhorias identificadas constituem, deste modo, uma base sólida para o planeamento do próximo ano, reforçando a qualidade da resposta social prestada pelo Lar Residencial São Vicente.

Tabela 44 – Execução anual do Plano de Atividades

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO Específico	ATIVIDADES	INDICADOR	META	Nº DE REALIZADAS	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados		
Gestão sustentável e ambiental	Requalificar e/ou Reabilitar espaços físicos do LRSV	Dar continuidade às obras de melhoria já iniciadas	N.º de intervenções concluídas	2 intervenções completas	6	6,00	4,00	n.º superado através do apoio de parceiros		
		Diligenciar a procura de novas parcerias	N.º de parcerias alcançadas	3 novas parcerias	3	3,00	0,00			
		Promover a sensibilização colaboradores para a importância da conservação dos espaços	N.º de ações desenvolvidas	2 ações.	2	2,00	0,00			
	Sensibilizar para as questões ambientais					Nº de realizadas	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados	
		Ação de sensibilização destinada a colaboradores	N.º de ações desenvolvidas	3 ações	3	3,00	0,00			
		Ação de sensibilização destinada a utentes;								
		Participação no Plano de Atividades de Educação Ambiental promovido pela CMA								
	Qualidade no serviço	Estabilizar a Equipa Colaboradores					Nº de realizadas	Resultado	Desvio à meta	Comentários aos resultados
			Eleição do funcionário do mês;	N.º de eleições;	12 eleições;	0	0,00	-12,00	Mudança de direção técnica a meio do ano	
			Formações em diversas áreas de atuação pertinentes à resposta social	N.º de formações disponibilizadas	4 ações de formação	17	17,00	13,00	Execução superou o planeado	
Realização de jantar de Natal entre colaboradores			N.º de atividades	1 jantar	1	1,00	0,00			

Relatório de Atividades e Contas 2025

	Contratação de 1 auxiliar de fisioterapia	N.º de contratações;	1 Contrataç ão	1	1,00	0,00	Em conjunto com outras respostas sociais	
	Aceitação de um Estágio na área da Psicologia	N.º de acordos para estágio	1Estágio	1	1,00	0,00	Transferência de recurso interno	
				Nº de realizadas	Resultad o	Desvio à meta	Comentários aos resultados	
Envolvimento na comunidade	Prosseguir com a integração de utentes na comunidade	Garantir a permanência das parcerias já existentes;	N.º de parcerias que se mantém;	4 parcerias existentes	4	4,00	0,00	
		Promover a procura de novas parcerias	N.º de novas parcerias	2 novas parcerias	2	2,00	0,00	
		Estimular a participação em iniciativas na comunidade	N.º de atividades na comunidade	10 atividades	18	18,00	8,00	Execução superada relativamente ao planeado
				Nº de realizadas	Resultad o	Desvio à meta	Comentários aos resultados	
Envolvimento na comunidade	Promover e incentivar a acessibilidade da instituição na comunidade	Organizar, em colaboração com outra instituição local, um evento conjunto	N.º de eventos	1 evento	0	0,00	-1,00	Transferido para 2026



1.5.2. Unidade de Reabilitação Profissional

A URP - Unidade de Reabilitação Profissional, integrada no Centro de Formação Espaço Bússola, desenvolve ações de qualificação profissional destinadas a pessoas com deficiência e incapacidade. Estas ações visam a aquisição e o desenvolvimento de competências transversais e específicas, permitem ingressar e permanecer no mercado de trabalho de forma sustentável e, por esta via, aceder à inclusão social e, consequentemente, a uma cidadania plena.

A intervenção da Unidade de Reabilitação Profissional (URP) em 2025 orientou-se para o cumprimento dos Objetivos Estratégicos de Gestão, Sustentabilidade, Qualidade de Serviços e Interação com a Comunidade. Pretendeu-se uma gestão integrada e consciente ao alinhar a eficácia operacional, a sustentabilidade financeira e a responsabilidade ambiental. Para os resultados contribuiu a articulação com o Centro de Recursos para as Pessoas com Deficiência e Incapacidade na gestão de recursos humanos, materiais e físicos.

Em 2025, foi desenvolvida atividade formativa no âmbito de duas operações com tutela e financiamento do Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, ao nível da Delegação Regional do Algarve. Neste âmbito, foram realizadas sessões de formação teórica e prática em 4 ações de formação profissional inicial de dupla certificação (duração total do percurso de 3600 horas), nomeadamente Cozinheiro/a, Empregado/a de Andares, Operador/a de Armazenagem e Operador/a de Jardinagem. Apenas a ação de Cozinheiro/a não foi iniciada em 2025. Além destas ações, a URP desenvolveu 1 ação de formação profissional contínua (duração de 400 horas), cuja conclusão permitiu a certificação, integral ou parcial, da totalidade dos participantes.

As 5 ações realizadas abrangeram 41 pessoas com deficiência e incapacidade, a maioria das quais com deficiência das funções intelectuais e das funções psicossociais globais, com idades entre os 18 e os 40 anos, residentes nos concelhos de Albufeira e Silves. No universo das pessoas abrangidas, 8 concluíram a ação de Formação Contínua com aproveitamento e 4 desistiram devido a condicionamentos pessoais. Permanecem 29 pessoas nas 4 ações em curso.

O desenvolvimento formativo decorre em conformidade com Referenciais Adaptados inseridos no Catálogo Nacional das Qualificações, de nível 2, correspondente ao 3º ciclo do Ensino Básico.

A formação foi desenvolvida em três componentes do percurso, nomeadamente Formação para a Integração, Formação de Base (correspondente ao Referencial de Competências-chave para a Educação e Formação de Adultos, nível básico, nas áreas de Cultura, Linguagem e Comunicação; Cidadania e Empregabilidade; Matemática, Ciências e Competência Digital /Tecnologias da Informação e Comunicação) e Formação Tecnológica. Além destas, na ação de Cozinheiro/a, teve início a formação em contexto real de trabalho, em empresas da área de

alojamento e restauração do concelho, sendo para o efeito estabelecidas parcerias e celebrados protocolos de colaboração.

Na totalidade, durante 2025, foram realizadas 4665 horas de formação a que corresponde um volume de formação de 32015 horas.

Além do desenvolvimento das competências técnicas e profissionais, a abordagem integrada, centrada na especificidade individual, é fundamental para preparar os formandos para os desafios do mercado de trabalho atual e para uma postura assertiva na comunidade. Neste sentido, a ação da URP incluiu o apoio psicológico individual e dinâmicas de grupo que atuam em vetores essenciais como a Inteligência Emocional (suporte individual que contribui para a gestão de expectativas, ansiedades e no autoconhecimento), Soft Skills (comunicação, o trabalho em equipa e a resolução de conflitos) e a Resiliência (capacidade de adaptação a situações, transformando experiências negativas em aprendizagem e recuperação). Estas ações complementares garantem que o formando não possui apenas as competências instrumentais do "saber-fazer", mas também a maturidade comportamental necessária para uma integração sustentada.

A ação da URP abrangeu ainda o apoio psicossocial diverso, de iniciativa do/a utente ou, quando a avaliação da equipa técnica o determina, no uso de sinergias com outras respostas sociais da entidade, nomeadamente fornecimento de vestuário e de bens não alimentares e, também articulação com serviços sociais da comunidade.

A capacitação profissional direcionada para a empregabilidade é o objetivo da atividade da URP. Em 2025, foi concluída apenas uma ação de Formação Contínua de Empregado/a de Andares. A maioria dos formandos, optou por dar continuidade ao seu processo de qualificação profissional ao frequentar um percurso de formação mais completo. Dois dos formandos, no âmbito da ação de Apoio à Colocação do Centro de Recursos, integraram o mercado de trabalho no setor hoteleiro.

No âmbito desta vertente da Qualificação e Empregabilidade, prevê-se que a taxa de integração no mercado de trabalho de formandos da única ação a ser concluída em 2026, Cozinheiro/a, seja no mínimo de 72%, ao abrigo de um contrato de trabalho ou de uma medida ativa de emprego.

Quanto ao objetivo estratégico da Interação Comunitária, em 2025 a URP participou novamente no OPTO, Fórum de Educação e Formação, realizado em Albufeira, com um stand com material de divulgação e demonstração culinária realizada pelos formandos do curso de cozinheiro/a.

Noutra dimensão deste objetivo, foram estabelecidas 6 novas parcerias com empresas do setor da restauração com atividade no concelho de Albufeira, com o objetivo de proporcionar formação prática em contexto real de trabalho aos formandos do curso de Cozinheiro/a.

A avaliação da atividade realizada na Unidade de Reabilitação Profissional ao longo do ano, expressa na tabela, permite verificar que a maioria das metas definidas para 2025 foram alcançadas, o que atesta o bom funcionamento da Unidade de Formação Profissional.

Tabela 45 – Execução anual do Plano de Atividades

Objetivo	Atividades/ações	Indicador	Meta	Resultados	Taxa de execução	Desvio
Qualificar profissionalmente/formação de dupla certificação destinada a pessoas com deficiência e incapacidade	Formação Profissional Inicial, 4 ações:	Nº de ações realizadas.	4 ações	4	100 %	--
	- Cozinheiro/a; - Operador/a de Armazenagem; - Empregado/a de Andares; - Operador/a de Jardinagem					
Qualificar profissionalmente/formação contínua de pessoas com deficiência e incapacidade	1 Ação de Formação Profissional	Nº de ações realizadas	1 ação	1	100 %	--
	Contínua de Empregado/a de Andares					
Divulgar a atividade formativa. Promover a empregabilidade das pessoas com deficiência.	Formação de Empregado/a de Andares	% de formandos certificados	de 90% dos formandos que concluem a ação	8 formandos certificados/8 formandos que concluíram a ação	100%	--
	OPTO - Fórum de Educação e Formação do Algarve					
Promover o desenvolvimento de competências psicológicas e psicopedagógicas (Inteligência emocional, soft skills e resiliência) dos formandos	Sessões individuais de apoio psicológico e psicopedagógico e dinâmicas de grupo	Nº de sessões realizadas	130	197	152%	Realizadas mais sessões devido ao diagnóstico de necessidades efetivas
Dotar os/as formando/as de conhecimento sobre o contexto socioeconómico e ambiental da região	Visita de estudo a Salinas	Nº de visitas de estudo	0	0	0	Não foi realizada por dificuldades logísticas

Promover o desenvolvimento pessoal e dotar os/as destinatários/as de conhecimento para prevenir situações de risco para a saúde física e mental.	Sessões de sensibilização temáticas: - Prevenção da violência no namoro. - Planeamento familiar e DST. - Cyberbullying.	Nº de ações de sensibilização realizadas	3 ações	1 ação	33%	Foram realizadas as sessões de Prevenção da violência no namoro. As outras ações previstas foram adiadas.
---	--	--	---------	--------	-----	---

No que concerne ao objetivo da sustentabilidade, mantiveram-se as medidas anteriormente implementadas para redução de custos, nomeadamente a afetação dos recursos humanos a várias operações e /ou estruturas com financiamento público como o Centro de Recursos para as pessoas com deficiência e incapacidade. Para a obtenção do objetivo da sustentabilidade ambiental e redução da pegada ecológica, deu-se continuidade a ações de reutilização de materiais (suportes didáticos, material de arquivo e similares), redução de consumo (energia, toner e papel) e reciclagem de materiais.

Quanto aos recursos humanos, ao longo do ano verificou-se um fluxo de algumas saídas e entradas de colaboradores, mantendo-se, no entanto, a qualidade do serviço reforçada pela participação em ações de formação contínua, a maioria das quais integrada no plano de Formação Interna da entidade.

Em 2026 perspectiva-se a continuidade da ação da Unidade de Reabilitação Profissional, com a conclusão da ação de Cozinheiro/a, desenvolvimento da atividade formativa nas ações iniciadas em 2025 e início de novas ações no âmbito de uma nova candidatura. Pela primeira vez, na sua longa história, prevê-se que a ação da URP irá ser desenvolvida no âmbito de três candidaturas diferentes, situação que irá constituir um desafio em termos de organização, gestão e desenvolvimento formativo.

1.5.3. Centro de Recursos

Em 2025, a intervenção do Centro de Recursos pautou-se pelo cumprimento dos Objetivos Estratégicos de Gestão, Sustentabilidade, Qualidade de Serviços e Interação com a Comunidade. As atividades foram desenvolvidas em articulação com a Unidade de Reabilitação Profissional, assegurando complementaridade na qualificação profissional e empregabilidade das pessoas com deficiência, na gestão de recursos humanos, materiais e físicos, contribuindo para a sustentabilidade financeira. Todas as ações seguiram princípios de sustentabilidade ambiental, aplicando as regras de reduzir, reutilizar e reciclar, em continuidade das práticas já implementadas.

A intervenção centrou-se na satisfação das necessidades dos utentes, desde a orientação para qualificação profissional, passando pela obtenção, manutenção, requalificação ou progressão no emprego, até à atribuição de produtos de apoio que aumentem a funcionalidade.

O Centro de Recursos apoiou 54 pessoas encaminhadas pelos Centros de Emprego do Barlavento e de Loulé. A intervenção decorreu em 3 áreas de atuação, nomeadamente IAOQE, incluindo Prescrição de Produtos de Apoio e Avaliação da Capacidade de Trabalho, Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós Colocação.

A execução global das atividades do Centro de Recursos em 2025 corresponde a 85% do previsto no Plano de Atividades, com distribuição diferenciada por medida: IAOQE – 24 utentes (80%), Apoio à Colocação (AC) – 25 utentes (125%) e Acompanhamento Pós-Colocação (APC) – 5 utentes (50%). O desvio registado deve-se, sobretudo, a um número de encaminhamentos abaixo do previsto e a fatores externos, como a dependência de solicitações das entidades empregadoras e a morosidade de alguns processos.

No âmbito da ação IAOQE, estavam previstas 30 intervenções, tendo sido encaminhados 24 utentes e abrangidos 21. Não foi possível concretizar 3 Pedidos de Intervenção, devido à não comparência reiterada e injustificada às convocatórias, resultando numa taxa de execução de 80%. A maioria dos/as utentes foi encaminhada para ações de qualificação profissional inicial, desenvolvidas na própria entidade e adequadas ao seu perfil cognitivo e funcional, com vista à aquisição de competências transversais facilitadoras da empregabilidade. Adicionalmente, 4 utentes foram encaminhados para outras entidades com oferta formativa ajustada às suas necessidades, nomeadamente formação em competências básicas, e 2 utentes para ações de apoio à colocação no mercado de trabalho.

No âmbito da Prescrição de Produtos de Apoio, 5 utentes foram avaliados quanto à sua funcionalidade e necessidades, sendo prescritas as respetivas próteses através da plataforma SAPA: 1 prótese auditiva bilateral e 4 próteses para membros inferiores (transtibiais, exoesquelética e unidades tornozelo-pé).

O Centro de Recursos realizou a Avaliação da Capacidade de Trabalho de um utente no âmbito de uma candidatura à medida EAMA por parte de uma empresa do setor da hotelaria. A avaliação apurou uma capacidade de trabalho de 47 %.

No âmbito da medida Apoio à Colocação (AC), prevista para 20 utentes, foram abrangidos 25, correspondendo a uma taxa de execução de 125%. Do total de utentes acompanhados, 18 concluíram a ação. Entre os resultados alcançados, 5 utentes integraram o mercado de trabalho com contratos de trabalho, 5 foram encaminhados para ações de formação no âmbito da Medida de Qualificação para Pessoas com Deficiência e Incapacidade, e 3 integraram medidas de apoio do IEFP, nomeadamente Estágios de Inserção e CEI+. Dois utentes concluíram a ação e aguardam colocação devido à morosidade dos procedimentos, enquanto 3 não foram integrados por limitações do perfil ou agravamento do estado de saúde. Nesta ação, transitam para 2026, 7 utentes.

Na medida Acompanhamento Pós-Colocação (APC), estavam previstas 10 intervenções, tendo sido realizadas 5, correspondendo a uma taxa de execução de 50%, condicionada pela dependência das solicitações das entidades empregadoras. Entre os utentes acompanhados, 3 mantiveram-se integrados no mercado de trabalho e 2 foram apoiados em medidas complementares (Estágio de Inserção e CEI+). Todos os utentes concluíram a intervenção, mantendo-se integrados, não havendo transição para o ano seguinte.

No âmbito da interação com a comunidade, o Centro de Recursos manteve e consolidou boas práticas que contribuem para a empregabilidade de pessoas com deficiência e incapacidade, incluindo atendimentos conjuntos com técnicos dos Serviços de Emprego, apoio às entidades empregadoras na contratação e gestão de processos das medidas CEI+, Estágio de Inserção e Emprego Apoiado em Mercado Aberto, bem como a divulgação de apoios financeiros para adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas.

Foram também promovidas ações de sensibilização junto da comunidade e das empresas, reforçando a importância da responsabilidade social, da integração profissional e do cumprimento do Sistema de Quotas ao Emprego. Estas atividades resultaram numa maior dinâmica de articulação com a comunidade, permitindo ultrapassar o número inicialmente previsto de ações de sensibilização, atingindo 68 iniciativas realizadas em 2025, refletindo o compromisso do Centro de Recursos com a inclusão e empregabilidade.

Em 2025, o Centro de Recursos manteve a parceria com a Valor T, agência de empregabilidade para pessoas com deficiência e incapacidade, sem registo de intervenções devido à ausência de encaminhamentos.

Em síntese, o Centro de Recursos cumpriu as atividades previstas, assegurando respostas personalizadas, promovendo a empregabilidade e a integração profissional, e ajustando os processos às necessidades individuais dos utentes, às condições externas e aos princípios de sustentabilidade ambiental e financeira.

Relatório de Atividades e Contas 2025

Tabela 46 – Execução anual do Plano de Atividades

AÇÕES	ATIVIDADES	INDICADOR	META	EXECUÇÃO O 2025	TAXA DE EXECUÇÃO O	RESULTADO S	DESVIOS	TRANSIÇÃO O 2026
IAOQE	Ações de Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego.	Nº de Pedidos de Intervenção/ações de avaliação e orientação concluídas.	>= 30	24	80%	20 conclusões 3 desistências	- 3 ações não concluídas por falta de comparência; - Não encaminhados: 6 utentes.	1 processo
PRESCRIÇÃO DE PRODUTOS DE APOIO	Avaliação da funcionalidade e prescrição de ajudas técnicas na plataforma SAPA.	Nº de Prescrições de Produtos de Apoio efetuadas.	>= 3	5	167%	1 prótese auditiva bilateral; 4 próteses membros inferiores	Um pedido concluído em janeiro 2026 (relatório final)	1 processo
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE TRABALHO – EMPREGO APOIADO EM MERCADO ABERTO	Avaliação da Capacidade de Trabalho. Determinação do coeficiente de capacidade para o trabalho.	Nº de processos de Avaliação da Capacidade de Trabalho.	>=2	1	50%	1 avaliação da Capacidade de Trabalho	Não realizada: 1 avaliação – sem candidatura	0
APOIO À COLOCAÇÃO	Avaliação do perfil do/a utente, apoio à integração no mercado de trabalho, com ou sem recurso às medidas de apoio ao emprego.	Nº de ações de Apoio à Colocação.	>= 20	25	125%	18 ações concluídas	Execução acima do previsto devido a maior número de encaminhamentos	7
ACOMPANHAMENTO PÓS-COLOCAÇÃO	Promover a manutenção do emprego.	Nº de ações de Acompanhamento Pós-Colocação.	>= 10	5	50%	3 mantiveram emprego; 2 em medidas de apoio	Execução abaixo do previsto devido à dependência das solicitações de empregadores	0

DIVULGAÇÃO DAS MEDIDAS DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE, NO MERCADO DE TRABALHO.	Ações de sensibilização a Entidades Empregadoras.	Nº de ações de sensibilização realizadas.	>= 10	37	370%	Maior articulação com empresas e comunidade; reforço do Sistema de Quotas e divulgação de medidas de apoio do IEFP.IP	Execução acima do previsto devido a alteração de metodologia	Não se aplica
--	---	---	-------	----	------	---	--	---------------

Para o ano de 2026, o Centro de Recursos encontra-se numa fase de transição e reforço da sua intervenção, em virtude da candidatura à credenciação da nova rede de Centros de Recursos para a Qualificação e Emprego (CRQE). A candidatura visou os Centros de Recursos de Loulé e Portimão, para os níveis 1 e 2, sendo que:

- Nível 1 – abrangência territorial local, ligado diretamente aos serviços de emprego;
- Nível 2 – abrangência territorial alargada, com atuação a nível regional no Algarve.

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira foi selecionada para Centro de Recursos Nível 1, prestando serviço ao Centro de Emprego de Portimão, e igualmente reconhecida no Nível 2, com intervenção de âmbito territorial alargado.

Esta credenciação permitirá ao Centro de Recursos ampliar a sua capacidade de atuação, fortalecer a articulação regional e local, e consolidar a prestação de serviços de apoio à empregabilidade e qualificação profissional de pessoas com deficiência e incapacidade, garantindo maior cobertura e consistência na implementação das medidas de qualificação e emprego.

Para o ano 2026, o Centro de Recursos continuará comprometido em inovar, integrar e ampliar oportunidades, promovendo a qualificação e reforçando a empregabilidade e a inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade, rumo a um futuro mais inclusivo e sustentável para toda a comunidade.



Formação e Empregabilidade



1.6. FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE

Nesta área de atuação a Santa da Misericórdia de Albufeira desenvolve a sua atividade de forma interna e externa à Instituição através do Centro de Formação Profissional A Bússola, a Unidade de Reabilitação Profissional e do Centro de Recursos para a população com deficiência (ver secção anterior) e o Gabinete de Inserção Profissional.

1.6.1. Centro de Formação Profissional

O centro de formação, com uma grande experiência na área da formação profissional e com certificação da DGERT em 17 áreas de educação e formação, apresenta um potencial bastante vasto e diversificado de atuação, no que respeita a formação, nas suas diferentes tipologias de intervenção.

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira tem aprovado um plano de formação financiada no âmbito do Programa Algarve 2030, que integra ações na área da agricultura, cuja frequência possibilita a habilitação por parte da entidade competente (Ministério da Agricultura) dos profissionais para a aplicação dos Produtos Fitofarmacêuticos. Neste contexto, os interessados nesta formação setorial foram encaminhados para inscrição nessas ações financiadas, com a duração de 50 horas, englobadas na tipologia de formação profissional inicial.

O plano de atividades da Formação Profissional para 2025, previa a realização de 4 ações de formação profissional de curta duração, desenvolvidas em conformidade com referenciais integrados no Catálogo Nacional de Qualificações e nos Programas da DGADR, Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, para o setor do uso dos produtos fitofarmacêuticos. No decurso do ano verificou-se procura de formação na área de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos e foram realizadas duas ações de Atualização em Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos, em parceria com uma das Cooperativas Agrícolas da região. As ações, com a duração de 14 horas cada, tiveram a participação de 31 pessoas, a maioria com atividade profissional principal na agricultura. Todas tiveram aproveitamento, obtiveram a respetiva certificação e, em consequência, a renovação da habilitação de aplicador.

A ação do Centro de Formação consistiu na planificação, organização, desenvolvimento, avaliação da formação e certificação dos/as participantes.

A avaliação da qualidade da formação, comprova que nos vários parâmetros, esta foi considerada “muito boa” pela maioria dos participantes.

Os recursos humanos afetos ao desenvolvimento das ações, foram 2 formadoras externas devidamente habilitadas nas áreas específicas e técnicas do quadro de pessoal da entidade, comuns a outros projetos, visando o objetivo da sustentabilidade financeira.



1.6.3. Gabinete de Inserção Profissional

Ao longo do ano de 2025, o GIP procurou contribuir para a melhoria do perfil de empregabilidade dos utentes acompanhados, facilitar o acesso a medidas de emprego, formação e requalificação profissional, incentivar estratégias mais ativas e autónomas na procura de emprego e reforçar a articulação com entidades empregadoras e parceiras do território. A intervenção dirigiu-se a utentes em situação de desemprego, residentes no concelho de Albufeira, apresentando perfis e necessidades diversificados. Desenvolveu-se um conjunto diversificado de atividades orientadas para a promoção da empregabilidade, requalificação e inserção profissional dos utentes, privilegiando uma intervenção próxima, contínua e ajustada às necessidades identificadas.

Foram dinamizadas sessões coletivas de informação sobre direitos e deveres do candidato a emprego e medidas ativas de emprego, e sessões de divulgação de ofertas de emprego e planos formativos. Estas sessões contribuíram para o reforço do conhecimento dos utentes e para uma participação mais informada nos seus percursos de inserção. Realizaram-se, também, sessões de técnicas de procura de emprego, complementadas pela tutoria individual, com enfoque no apoio à construção de *Curriculum Vitae*, à procura de emprego e na preparação para processos de recrutamento. Efetuaram-se encaminhamentos para ofertas de emprego e para ações de formação, promovendo o aumento das qualificações ou a requalificação dos utentes, em articulação com entidades formadoras e o IEFP. Foram ainda promovidas sessões individuais de apoio à utilização do lefponline, bem como atendimentos individuais de apoio geral para prestação de informações, atualização de dados e receção de documentação. Estabeleceu-se e reforçou-se contactos, presenciais e à distância, com entidades tendo em vista a captação de ofertas de emprego.

Os resultados alcançados em 2025 evidenciam um elevado nível de concretização das metas definidas, com superação significativa em vários indicadores, conforme se pode verificar na tabela apresentada. No entanto, à semelhança do ano de 2024, não foi atingida a meta relativa às sessões de apoio ao IEFPonline. Esta situação justifica-se pelo facto de a concretização deste indicador depender da solicitação de apoio por parte dos utentes e pela existência de constrangimentos ao nível da literacia digital, que levam alguns utentes a não manifestar interesse na utilização do portal.

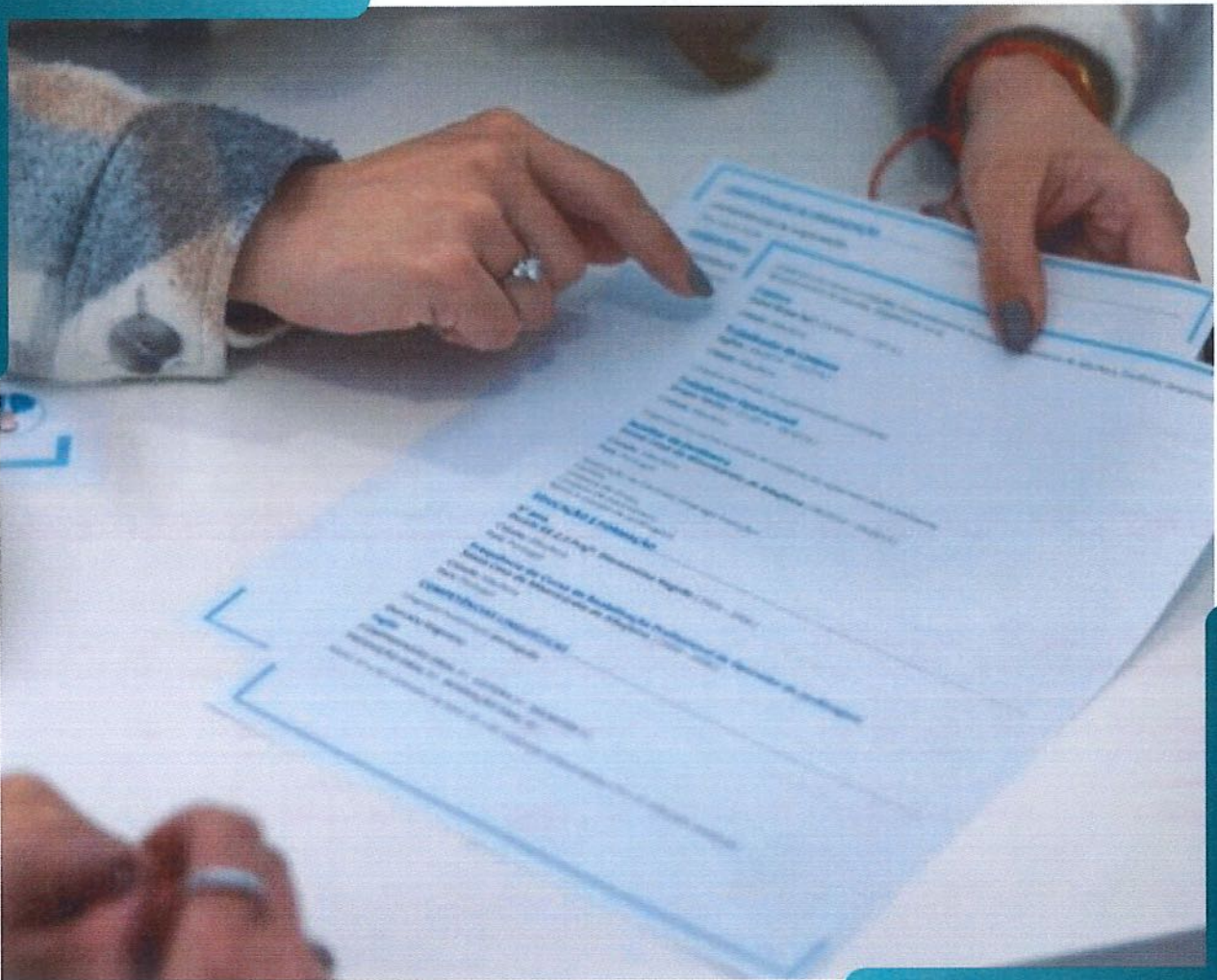
De forma global, os indicadores quantitativos demonstram um impacto positivo da intervenção do GIP, apesar de alguns constrangimentos na utilização de serviços digitais, evidenciando a importância do GIP como valência da Instituição para o apoio à inserção profissional.

Para o futuro, é expetativa da instituição dar continuidade a este trabalho de proximidade junto da comunidade, considerando a necessidade de apresentação de candidatura a uma nova edição do GIP. A continuidade do GIP

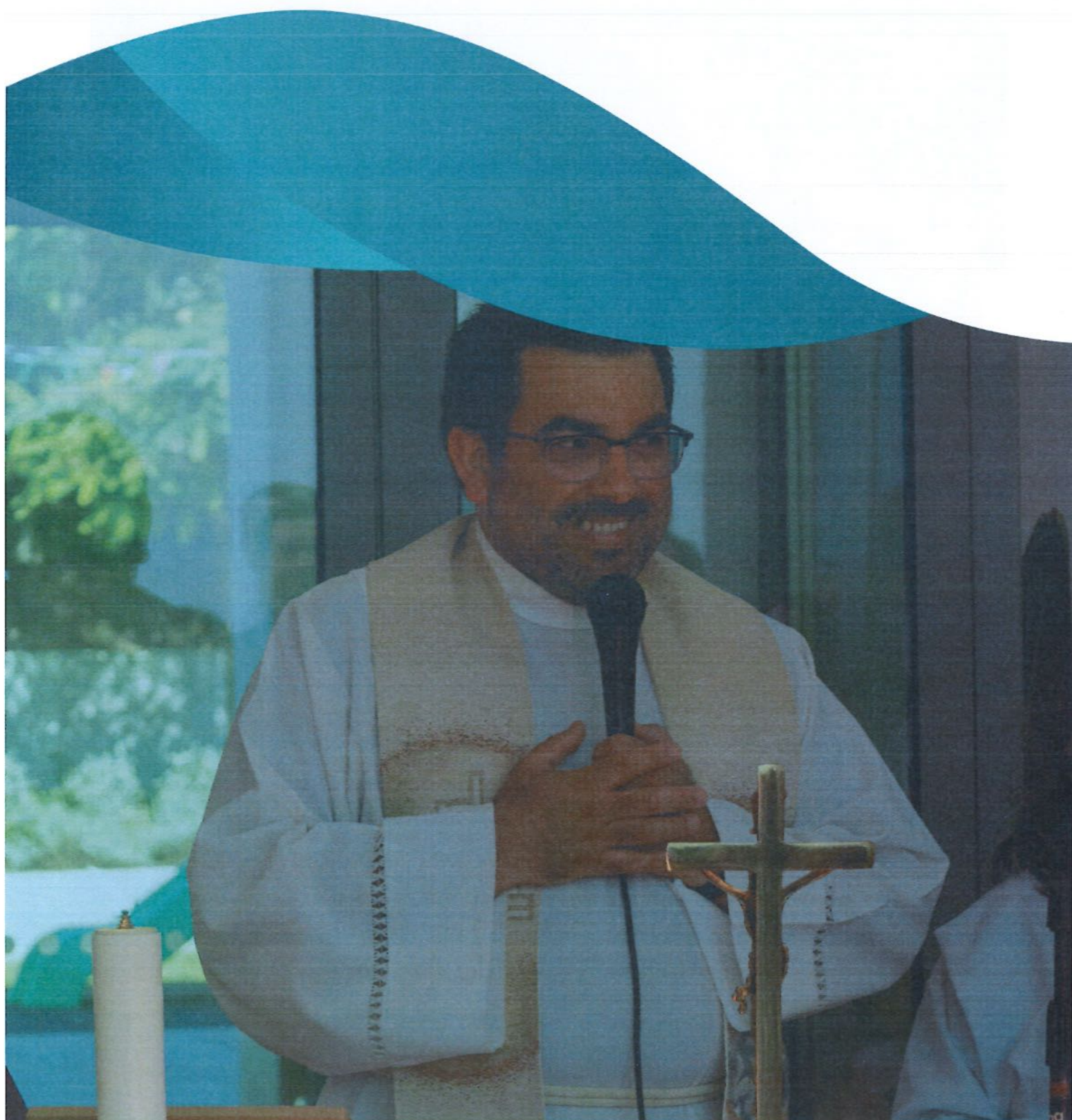
permitirá dar resposta às necessidades identificadas e apoiar, de forma consistente e inclusiva, quem mais precisa, em estreita articulação com a missão e os valores da Instituição.

Tabela 47 – Execução anual do Plano de Atividades

Objetivo	Atividades	Indicador	Meta	Resultado
Dinamizar sessões para aumentar a capacidade de empregabilidade	Sessões coletivas de informação sobre direitos e deveres do/a candidato/a ao emprego e medidas de emprego; Sessões de divulgação de ofertas de emprego e planos formativos.	n.º de sessões realizadas	>= 40	Atingido 82
Efetuar encaminhamentos para a requalificação ou o aumento das qualificações	Encaminhamento de utentes para ações de formação.	n.º de utentes encaminhados	>= 50	Atingido 146
Desenvolver ações para incentivar a adoção de estratégias mais ativas na procura de emprego	Sessões de técnicas de procura de emprego e tutoria individual na procura de emprego.	n.º de sessões realizadas	>= 40	Atingido 68
Estabelecer contactos com entidades empregadoras para captar ofertas de emprego	Articulação com entidades empregadoras e angariação de ofertas de emprego.	n.º de contactos presenciais ou à distância (e-mail ou telefone) efetuados e n.º de ofertas de emprego captadas	>= 25	Atingido 63
Encaminhar para ofertas de emprego	Atendimentos individuais com os utentes	n.º de encaminhamentos	>= 35	Atingido 44
Integrar utentes no mercado de trabalho	Sessões individuais	n.º de colocações	>= 20	Atingido 47
Realizar sessões de tutoria para a utilização autónoma de serviços online do IEFP	Sessões individuais de apoio na utilização do Iefponline	n.º de sessões realizadas	>= 55	Não atingido 11
Efetuar atendimentos para o apoio de utentes.	Atendimentos individuais de apoio geral para informações gerais, declarações, atualização de dados ou receção de documentação.	n.º de atendimentos realizados	>= 45	Atingido 104



Culto e Cultura

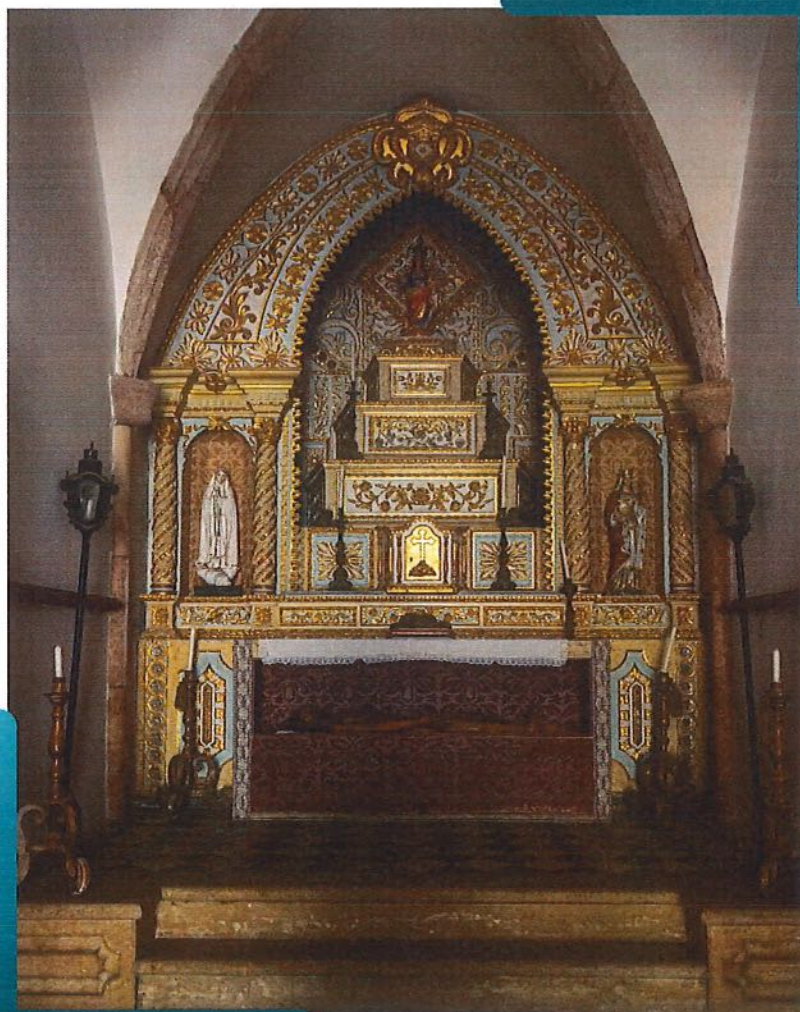


1.7. CULTO E CULTURA

1.7.1. A Capela e o Complexo Histórico

Dar a conhecer a vertente histórica e as raízes fundacionais da nossa Instituição é um dos desafios abraçados desde o ano de 2022 com a concretização do projeto para todos este edificado, o qual ainda não teve consequência por falta de financiamento. Em 2023 foi concretizada a abertura ao público, acompanhada de visitas guiadas, da Capela da Misericórdia. Desde 2024, com continuidade em 2025, que tivemos um retrocesso nesta dinâmica, contudo é nossa intenção com a abertura dos espaços da Sacristia, da Casa do Despacho e da Antiga Albergaria apenas para visitas agendadas.

Na semana de comemoração dos Monumentos e Sítios abriram-se as portas a toda a comunidade, onde a Sacristia foi reaberta como espaço contemplativo, com exibição de um vídeo sobre as 14 Obras de Misericórdia, permitindo a Reflexão.



A Casa do Despacho, outrora o local de reuniões da Irmandade, também esteve aberta e foi possível observar as Bandeiras da Misericórdia, as opas e os esquifes e os instrumentos médicos utilizados no antigo Hospital Concelhio estarão também em exposição. Neste espaço e em sala própria, também o projeto de requalificação do antigo Hospital Concelhio foi divulgado, através de um vídeo ilustrativo.

A Antiga Albergaria, que ao longo dos séculos teve várias funções, teve em exposição não só inúmeros registos relacionados com os *expostos*, incluindo o Livro de Expostos de Albufeira e o Livro de Matrícula dos Expostos, como também antigos paramentos e missais e alguns instrumentos médicos utilizados no antigo Hospital Concelhio.

A promoção e a divulgação da abertura destes espaços foram feitas através das de brochuras com a indicação dos horários, que foram distribuídas por espaços culturais e turísticos, como o Museu Municipal de Arqueologia, o Museu de Arte Sacra, a Câmara Municipal e alguns dos hotéis e alojamentos locais do concelho. Os horários foram igualmente difundidos no site oficial da Santa Casa e respetivas redes sociais.

Também foi promovida a divulgação através das escolas e dos centros de dia, com o objetivo de focar como público-alvo os habitantes de Albufeira, abrangendo desde os jovens aos idosos, e que alcançamos com sucesso.

Os folhetos já elaborados acerca da Capela foram traduzidos e publicados na língua inglesa e francesa.

O site oficial da Santa Casa, no que respeita ao contexto histórico da Capela, Casa do Despacho e Antiga Albergaria, foi atualizado com os novos folhetos.



Ainda não foi possível dar continuidade ao levantamento da informação histórica sobre a Misericórdia de Albufeira, para compreendermos a sua fundação, dinâmica e evolução ao longo dos tempos, mas iremos dar início a este processo em 2026 com a formalização de protocolo com a Universidade do Algarve para esse fim.

Com o intuito de fazer uma ponte entre o passado e o presente, demonstrando a contínua preservação das tradições, foi dada continuidade ao trabalho em tecelagem para manter vivas artes e costumes do nosso povo.

1.7.2. O Culto

Durante o ano de 2025, a **Santa Casa da Misericórdia de Albufeira** honrou a sua génese católica, cumprindo com distinção a missão de estreitar os laços entre os seus utentes e a comunidade cristã. Com o propósito de promover o conforto espiritual, mantivemos a celebração da Eucaristia mensal nas respostas sociais do Equipamento dos Olhos de Água, no Centro de Dia e no Lar "O Roseiral", onde os utentes do S. Vicente também participam.

A participação da instituição estendeu-se a diversos momentos marcantes do calendário litúrgico, destacando-se:

- **Missa dos Doentes:** Com a presença dedicada dos utentes da Área Sénior, Lar Residencial S. Vicente e Casa da Paz.
- **Procissão de Domingo de Ramos:** Realizada no Centro Paroquial de Olhos de Água, unindo utentes e colaboradores.
- **Procissão das Velas:** Um momento de profunda devoção pelas ruas de Olhos de Água, que contou com a presença da Área Sénior e de membros da **Irmandade da Misericórdia**.

Em estreita parceria com a Paróquia, a Instituição promoveu ainda momentos de elevada carga simbólica para irmãos, funcionários e a comunidade em geral:

- **Tempo Pascal:** Participação da Irmandade na Procissão do Senhor dos Passos, organização da tradicional **Procissão dos Painéis** na Quinta-Feira Santa e presença na Procissão do Enterro do Senhor.
- **Via Lucís:** Celebrada no Equipamento dos Olhos de Água.
- **Aniversário da Instituição:** Comemorado a 31 de maio com uma Eucaristia solene e a cerimónia de acolhimento de novos membros da Irmandade.
- **Recitação do Terço:** Dinamizada quinzenalmente, de forma alternada, entre o Equipamento dos Olhos de Água e o Centro de Dia "O Roseiral".
- **Bênção de Finalistas:** Celebração eucarística realizada em todas as creches da Instituição (Tempos Infância, Quinta dos Pardais e Olhos de Água) onde se procede à bênção as crianças que terminam a sua caminhada na creche.

Reafirmamos o compromisso de cativar os jovens e a comunidade para uma participação ativa na vida religiosa da Paróquia. A Misericórdia de Albufeira continuará a trilhar este caminho, promovendo e realizando ações que dignifiquem a liturgia e a nossa identidade cristã.





PARTE II

SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS

2.1. PROVEDORIA, GESTÃO ADMINISTRATIVA E PATRIMÓNIO

Este departamento depende diretamente da Mesa Administrativa e gere toda a relação com a Irmandade, Serviços Administrativos, assessoria à Mesa Administrativa e restantes Órgãos Sociais.

Com a definição do estabelecido pela Mesa Administrativa para o quadriénio de 2023 - 2026, pretende-se uma Gestão eficiente, aposta na qualidade dos serviços e o fortalecimento da interação com o meio envolvente como os três pilares essenciais para uma Misericórdia sustentável no futuro. Este departamento prosseguiu a sua atividade no que concerne ao relacionamento com a Irmandade e com toda a envolvente dos serviços administrativos, fazendo ainda a Gestão do Património da Misericórdia de Albufeira.

2.1.1. Provedoria e Gestão Administrativa

A Provedoria e os Serviços Administrativos Centrais têm um papel fundamental na organização do expediente geral da instituição, assegurando a execução de tarefas administrativas e promovendo a relação entre os departamentos e com as demais respostas sociais, assim como com os parceiros, organismos e público externo em geral. Este serviço está diretamente relacionado com o Apoio aos Órgãos Sociais e tem como principal função a organização e disponibilização de diversos recursos nunca descurando a preparação do trabalho, políticas adotadas e práticas internas, sempre numa lógica de rentabilização dos recursos ao seu dispor.

Dada a dispersão das respostas sociais pelo concelho de Albufeira, o trabalho desta área é elementar, como porta de entrada para a Instituição, recebendo, analisando e direcionando para os devidos departamentos e respostas sociais toda a informação recebida e expediente geral.

No ano 2025 viu o seu serviço acrescido de maior complexidade com o encerramento do equipamento Roseiral, com início das obras de requalificação e transferências dos utentes para dois novos espaços adaptados para o acolhimento. Com o acréscimo do volume de obras em curso, existiu a necessidade de maior número de reuniões de Mesa Administrativa e conseqüentemente aumentou o trabalho administrativo.

As obrigações para com a tutela e a as visitas de acompanhamento e de inspeção proativa do ISS a todas as respostas sociais contribuiu como um dos fatores de maior sob carga administrativa e de necessidade de articulação entre a provedoria e respostas sociais.

2.1.2. Património

O Departamento de Gestão Administrativa e Património (DGAP), enquanto departamento estatutário dependente da Provedoria, consolidou em 2025 a sua atuação nos três eixos nucleares: Património Operacional, de Rendimento e Histórico / Cultural. Mantendo o foco na valorização contínua dos ativos, a gestão pautou-se pelo equilíbrio entre a sustentabilidade financeira e a missão social, priorizando a reabilitação de imóveis e a exploração de novas unidades de negócio para assegurar a autonomia da Instituição.

Requalificação do Património

O exercício de 2025 foi marcado pela fase preparatória e pelo lançamento de duas grandes empreitadas de requalificação, executadas sob o rigor do Código dos Contratos Públicos e com o apoio do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR – Medida RE-C03-I01).

A requalificação do edificado afeto ao Património Operacional foi a prioridade máxima do ano, destacando-se as seguintes intervenções:

ERPI Roseiral: Projeto de ampliação e modernização para elevar a capacidade de 60 para 78 utentes.

- *Investimento previsto:* 6.535.638,00 € (Comparticipação PRR de 16,38%).

Residência Sénior: Face ao início da empreitada no ERPI Roseiral, a Mesa Administrativa deliberou a requalificação de um espaço adjacente à Provedoria para o realojamento temporário dos utentes. Esta decisão permitiu não só solucionar a logística imediata, mas também dotar a Instituição de uma estrutura moderna com capacidade para 28 utentes, apta a responder a futuros desafios.

- *Investimento:* 1.076.723,00 € (100% fundos próprios).

São Vicente: Requalificação de uma área específica para acomodar o refeitório dos colaboradores (anteriormente no ERPI Roseiral).

- *Investimento:* 88.057,00 € (100% fundos próprios).

Espaço Bússola: Construção de raiz de uma cozinha e lavandaria industriais, garantindo a continuidade destes serviços vitais durante o período de obras no Roseiral.

- *Investimento:* 114.342,00 € (100% fundos próprios).

A **gestão do Património de Rendimento** focou-se em investimentos estratégicos aprovados em Assembleia Geral:

Apartamentos Rainha Dona Leonor (23 Frações): Requalificação integral para implementação de uma nova resposta de Habitação Colaborativa (12 frações) e reforço da oferta de alojamento à comunidade de Albufeira (11 frações).

- *Investimento:* 1.754.780,00 € (Comparticipação PRR de 48,39%).

Alienação de Ativos: Prosseguiram as diligências para a alienação de ativos não estratégicos (Centieira, Vale Verde, Sesmarias e Malhada Velha). As mais-valias geradas serão canalizadas para a amortização de passivo bancário, libertando capacidade financeira para o Plano de Investimentos.

Quanto ao **Património Histórico e Cultural** iniciou-se o procedimento de contratação pública para a recuperação da Capela, incidindo no soalho de madeira maciça, painel policromado e porta exterior. O projeto conta com o apoio do Fundo Rainha Dona Leonor (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e União das Misericórdias Portuguesas).

- *Investimento:* 24.598,00 € (Financiado a 83,1%).

Parcerias Estratégicas e Visão Futura

Mantivemos, ao longo de 2025, a Parceria Estratégica em Consórcio para o desenvolvimento do Plano de Pormenor dos Brejos.

Em suma, a atividade de 2025 foi pautada pelo rigor normativo e pela modernização administrativa. A Misericórdia de Albufeira mantém-se determinada na captação de investimento estruturante, com especial foco nos fundos do PRR, assegurando uma estratégia patrimonial que serve, primordialmente, as pessoas e a comunidade.

Tabela 48 - Caraterização do título de uso na gestão do edificado, da atividade operacional

PATRIMÓNIO	LEGITIMDE NA GESTÃO DO PATRIMÓNIO OPERACIONAL
O ROSEIRAL	Propriedade da Santa Casa de Albufeira
A CASA DA PAZ	Propriedade da Santa Casa de Albufeira
ESPAÇO EM CON_TATO	Propriedade da Santa Casa de Albufeira
ESPAÇO BÚSSOLA	Propriedade da Santa Casa de Albufeira
OS PIRILAMPOS	Propriedade da Santa Casa de Albufeira

CRECHE TEMPOS DE INFÂNCIA	Contrato de Exploração com a Câmara Municipal de Albufeira
EQUIPAMENTO SOCIAL OLHOS DE ÁGUA	Contrato de Exploração com a Câmara Municipal de Albufeira
CENTRO INFANTIL QUINTA DOS PARDAIS	Contrato de Exploração com a Câmara Municipal de Albufeira
S. VICENTE	Contrato de Comodato com o Instituto da Segurança Social, IP
GAIVOTA	Contrato de Comodato com o Instituto da Segurança Social, IP
A CEGONHA	Contrato de Comodato com o Instituto da Segurança Social, IP
A SEDE	Contrato de Comodato com o Instituto da Segurança Social, IP
CENTRO DE DIA O ROSEIRAL	Contrato de Comodato com a Diocese do Algarve- Paróquia de Albufeira
GABINETE DE INSERÇÃO SOCIAL	Contrato de Arrendamento com a SERVA, para exploração da atividade
OFICINA ECOLÓGICA DE COOPERAÇÃO SOCIAL - ECOS	Contrato de Arrendamento com a SERVA, para exploração da atividade
PARCELA DE TERRENO ENTRE O INATEL E A SCMA	Contrato de comodato com a Fundação para o acerto de extremas de terreno. Obra de ligação dos terrenos e construção do muro de suporte com a empreitada de requalificação dos espaços exteriores do Roseiral que vai permitir a circulação entre os terrenos do ISS, IP e da SCMA

Tabela 49 - Balanço da atividade do Património Operacional

PATRIMÓNIO OPERACIONAL	OBJECTIVO	BALANÇO
Roseiral	<p>Requalificação e Ampliação da capacidade da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - ERPI, que acresce mais 18 camas às 60 existentes, privilegiando a individualidade de cada idoso.</p> <p>Reorganização dos espaços comuns, por forma a especializar e a diferenciar a intervenção na área sénior, com um olhar sobre as demências, criando salas para promoção de terapias inovadoras, espaço de fisioterapia, gabinete, médico e alargamento do espaço de enfermagem, assim como, um jardim de estímulo terapêutico às demências.</p> <p>Ampliação da capacidade da lavandaria e da cozinha para fazer face ao aumento da capacidade em ERPI, SAD e CD.</p> <p>Aumento da resposta de Serviço de Apoio Domiciliário, para mais 15 utentes, passando a incluir pessoas com deficiência e/ou incapacidade.</p> <p>Deslocalização do Centro de Dia para um espaço autónomo.</p>	<p>Realização de Procedimento da Contratação Pública durante 2025 e início da empreitada a 1 de setembro de 2025 estando contratualizado o seu término para 30 de junho de 2026.</p>

Creche Tempos de Infância	Requalificação da creche pela CMA para adequação às alterações legislativas e fazer face á utilização intensiva há mais de 25 anos. A intervenção promoveu um aumento da capacidade para mais 18 crianças, com idade compreendidas entre 0 e 3 anos.	Obra finalizada em 2023, com inauguração feita em março de 2023 com a presença do Governo, por ter sido o primeiro Equipamento a ter comparticipação do PRR em território nacional.
Lar Residencial São Vicente	Requalificação dos espaços Interiores e Exteriores.	Continuação da reabilitação no interior da resposta social conforme o objetivo. Parte do trabalho transitou para 2026 dado o grau de intervenção necessária e todas as obras em curso na Instituição.
Centro Infantil Quinta dos Pardais	Ampliação, requalificação e reestruturação do edifício para o aumento da capacidade em Creche e pré-escolar.	Processo iniciado em 2014 e finalizado em 2023 com a atribuição do Alvará de Autorização de Utilização por parte da Câmara Municipal de Albufeira e todas as inspeções necessárias realizadas com sucesso. Em 2024, procedeu-se à clarificação da titularidade do prédio que nunca tinha sido registado o direito de superfície, ficando a Câmara Municipal como legítimo proprietário e que formalizou o Protocolo de Exploração por mais 33 anos com a Misericórdia de Albufeira. Em 2025 a CMA, desistiu da candidatura ao PRR para requalificação e ampliação do edificado existente, com duas respostas sociais em funcionamento e com acordo de cooperação com a segurança social: creche e pré-escolar. Aguardam outra fonte de financiamento.
Casa de Abrigo A Cegonha	Gestão de energia do estabelecimento, Apoio à Renovação e Aumento do Desempenho Energético dos Edifícios de Serviços.	Candidatura ao projeto de Eficiência Energética em edifícios de serviços, N.º 01/C13-i03/2022, PRR. Continua em fase de análise, tendo existido pedido de esclarecimentos em 2024. A SCMA continua a aguardar e está a preparar projeto para solicitação de apoio financeiro à CIG para melhoria dos espaços físicos para as utentes
Centro de Dia O Roseiral	Adaptar o espaço cedido pela Diocese do Algarve – Paróquia de Albufeira, aos normativos legais para licenciamento da atividade naquele espaço	Em 2024 ficou terminada a obra de adaptação do espaço, ficando em falta concluir o processo de licenciamento e de comodato.

Pirilamos	Adaptação do espaço para receber temporariamente os Utentes do ERPI Roseiral	Obras de adaptação finalizadas em 2025
Espaço Bussola	Construção de uma Cozinha e Lavandaria Industrial para garantir a transferência temporária destes serviços enquanto decorre a empreitada de requalificação do ERPI Roseiral	Obra de adaptação realizada em 2025





Tabela 50 - Balanço da atividade do Património de Rentabilização

PATRIMÓNIO	OBJECTIVO	BALANÇO
RENTABILIZAÇÃO		
Apartamentos Rainha D. Leonor	<p>Requalificação de todo o edifício composto por 23 apartamentos.</p> <p>Reabilitação das fachadas, áreas comuns, terraços, iluminação, caixilharia e arranjos exteriores bem como o interior de todas as casas de habitação ao nível da rede de água, eletricidade, cozinhas e casas de banho. Reabilitação do edifício por forma a cumprir com o regulamentado na norma NZEB, para a eficiência energética.</p> <p>Construção de uma nova resposta social de Habitação Colaborativa, e remodelação de 11 apartamentos T0</p>	Realização de Procedimento da Contratação Pública durante 2025 e início da empreitada a 1 de junho de 2025 estando contratualizado o seu término para 30 de junho de 2026.
Loja sita na Travessa da Liberdade	Prédio para arrendamento Comercial	Prédio em exploração de arrendamento desde 2025
Prédio da Rua 5 de outubro	Prédio em Arrendamento Comercial	Prédio em exploração de arrendamento.
Casa dos Brejos	Prédio em Arrendamento Habitacional	Prédio em exploração de arrendamento.
Apartamento Quinta da Palmeira	Prédio em Arrendamento Habitacional	Prédio em exploração de arrendamento.

Prédio sito Sesmarias	Alienação autorizada pela AG	Alienação em curso, com escritura prevista para 31 de março 2026.
Prédio do Eixo Viário	Alienação autorizada pela AG	Imóvel alienado em 2024
Prédio de Valverde	Alienação autorizada pela AG	Divulgada a oferta
Prédio da Centeira	Alienação autorizada pela AG	Divulgada a oferta
Prédio sito na Malhada Velha	Alienação autorizada pela AG	Divulgada a oferta
Prédio na rua Mouzinho de Albuquerque	Construção de habitação para arrendamento	A elaborar Projeto para empreendimento habitacional
Bússola	Alteração do uso do solo	Plano de Pormenor dos Brejos em consórcio, encontra-se em desenvolvimento



Marketing, Comunicação e Imagem



2.2. MARKETING, COMUNICAÇÃO E IMAGEM

O Departamento de Marketing, Comunicação e Imagem (DMCI), em articulação com a Mesa Administrativa, deu continuidade ao processo de evolução da comunicação institucional, consolidando o percurso iniciado nos anos anteriores. Se em 2023 o foco se centrou na organização de processos e, em 2024, no reforço da visibilidade e do posicionamento institucional, o ano de 2025 afirmou uma abordagem mais integrada e estruturante da comunicação.

Num contexto de crescente dinamismo organizacional e de aumento significativo das solicitações internas e externas, a atuação do DMCI centrou-se na capacidade de resposta, na reorganização interna do departamento e na garantia de uma comunicação rigorosa e fidedigna. Paralelamente, destacou-se a implementação de iniciativas de grande dimensão, com particular relevância para o Encontro de Responsabilidade Social, bem como o reforço da presença externa da Instituição, num contexto de crescente procura e reconhecimento por parte da comunidade.

Tabela 51 – Execução anual do Plano de Atividades

OBJETIVO	ATIVIDADES	META	RESULTADO OBTIDO	EXECUÇÃO	NOTAS ANALÍTICAS
Contribuir para a notoriedade da marca SCMA	Produção de documentos	90%	100% das solicitações	Cumprido	Garantida resposta integral às solicitações institucionais, assegurando consistência na comunicação
	Produção gráfica	90%	100% das solicitações	Cumprido	Elevado volume de produção gráfica, alinhado com as solicitações das diferentes áreas
	Produção audiovisual	90%	Aumento face a 2024	Superado	Crescimento significativo da produção audiovisual, reforçando a capacidade de comunicação visual da Instituição
	Upgrade do site	80%	Parcial	Parcial	Execução condicionada por alterações na equipa e saída de elemento com conhecimento técnico específico. Ação de melhoria: retoma do processo com reforço de capacitação técnica ou apoio especializado
Aproximar à comunidade local	Eventos institucionais	4	5	Superado	Meta ultrapassada, refletindo capacidade de resposta e dinamização institucional
	Eventos externos	4	16	Superado	Participação significativamente superior ao previsto, evidenciando forte presença institucional na comunidade
	Campanhas	3	12	Superado	Dinamização muito acima do planeado, reforçando a comunicação e sensibilização junto dos públicos
	Newsletter	4	4	Cumprido	Implementação e regularidade assegurada, contribuindo para o reforço da comunicação direta

Fortalecer a relação com públicos-alvo	Clipping	1	1	Cumprido	Sistema de clipping implementado e integrado na dinâmica do departamento, ainda em fase de consolidação enquanto ferramenta estruturada
Harmonizar procedimentos internos	Reuniões com respostas sociais	5	≥7	Superado	Realização de reuniões formais com diferentes respostas sociais, departamentos e projetos, complementadas por articulações informais decorrentes das necessidades operacionais
Fomentar e viabilizar a coesão interna	Criação de calendário colaborativo	1	1	Cumprido	Implementação de calendário partilhado, permitindo maior articulação e planeamento transversal das atividades
	Adoção de memorandos	1	0	Não realizado	Não implementado devido à priorização da resposta operacional contínua. Ação de melhoria: definição e formalização de procedimentos internos para uniformização dos fluxos de comunicação
Promover a circulação rápida e eficaz de informação	Realização de inquérito	50%	0	Não realizado	Não implementado no período em análise, em virtude da priorização de atividades operacionais. Ação de melhoria: desenvolvimento e aplicação de instrumento de avaliação da comunicação interna em 2026
SÍNTESE GLOBAL	—	—	—	Taxa de execução: 89%	Nível de execução elevado, com superação de metas em áreas-chave como eventos, campanhas e produção de conteúdos

Contribuir para a Notoriedade da marca SCMA

A resposta às solicitações de divulgação acompanhou de forma próxima a dinâmica institucional, contribuindo para uma presença consistente junto dos diferentes públicos. Foram registadas 142 solicitações de cobertura de iniciativas, tendo sido assegurada a cobertura de 84 ações (≈59%), valor a enquadrar pela ocorrência de cancelamentos e pela aplicação de critérios de relevância e enquadramento estratégico. Ao nível da produção gráfica, foi assegurada a totalidade das solicitações, com a concretização de 536 grafismos, a par de um crescimento muito expressivo da produção audiovisual, que passou de 9 para 76 peças (≈+744%).

Tabela 52 – Evolução da cobertura de iniciativas

INDICADOR	2024	2025	↗ VARIAÇÃO
SOLICITAÇÕES DE INICIATIVAS	141	142	↑0,7%
COBERTURA DE INICIATIVAS	110	84	↓ 23,6%
TAXA DE COBERTURA	78%	59%	↓ -24,4%
PRODUÇÃO AUDIOVISUAL (Nº PEÇAS)	9	76	↑744%

Em paralelo, foram desenvolvidas iniciativas estruturantes ao nível dos suportes de comunicação, com destaque para a implementação de uma nova linha gráfica transversal e atualização de materiais institucionais. Este trabalho traduziu-se na concretização de cerca de 20 projetos, incluindo merchandising, sinalética e projetos editoriais, assegurando consistência na imagem e nas mensagens, o que facilitou o reconhecimento da Instituição e reforçou a sua visibilidade junto dos diferentes públicos.

Tabela 53 – Execução da visibilidade da Instituição

PLATAFORMA	MÉTRICA	2023	2024	2025	RELAÇÃO COM O ANO TRANSATO
FACEBOOK	Alcance	122 900	166 400	---	¹
	Interações	23 200	32 700	34900	↑9,4%
	Cliques em ligações	1300	855	1100	↑26,4%
	Visitas	56 200	86 100	69000	↓16,11%
	Seguidores	8000	8539	9508	↑11,35%
	Novos Seguidores	539	707	740	↑4,7%
	Facebook	433	332	²	↑22%
INSTAGRAM	Alcance	---	6900	24 7000	↑260,7%
	Interações com conteúdos	---	1600	3100	↑100%
	Cliques em ligações	---	84	164	↑95,2%
	Visitas	---	2000	3600	↑84,2%
	Seguidores	---	271	473	↑81,23%
	Publicações	---	332	500	↓50,6%
	Impressões	---	14 947	12 003	↓19,70%
LINKEDIN	Usuários alcançados	---	7843	3835	↓51,1%
	Cliques	---	1376	438	↓68,2%
	Reações	---	170	130	↓23,53%
	Seguidores	---	232	297	↑28,02%
	Visitantes	---	450	189	↓58%
	Visualizações	---	470	441	↓6,17%
	Publicações	---	109	99 ³	↓9,17%
WEBSITE	Visualizações	69 468	54 000	4600	↓91,01, %
	Utilizadores	31 342	18 000 (Novos utilizadores)	3700	↓79,44%
	Artigos	256	160	259	↑61,88%

¹ O META não disponibiliza dados relativos a esta métrica.

² O META não disponibiliza dados relativos a esta métrica do período exato

³ Janeiro Fevereiro e março não estão contabilizados logo a relação é aproximada.

A presença digital da Instituição manteve-se como uma dimensão estratégica da comunicação, assegurada em articulação com entidade externa especializada e assente numa lógica orgânica, orientada para a consistência e regularidade dos conteúdos. Em paralelo, foi iniciado o processo de revisão do site institucional, com intervenção ao nível dos conteúdos e de alguns aspetos gráficos prioritários, tendo a sua execução ficado parcialmente condicionada por alterações na equipa e pela necessidade de recursos técnicos específicos.

Ao nível das redes sociais, os resultados evidenciam uma evolução global positiva, com destaque para o crescimento significativo do alcance e das interações, particularmente no Instagram, que registou um aumento expressivo em todos os indicadores. Também o Facebook apresentou evolução ao nível das interações, cliques e seguidores, consolidando-se como um canal relevante na ligação à comunidade, enquanto o LinkedIn reforçou o seu posicionamento institucional junto de públicos mais especializados, com crescimento no número de seguidores.

Relativamente ao website institucional, os dados de 2025 devem ser analisados com prudência, uma vez que se verifica uma quebra abrupta nos indicadores de tráfego face ao período anterior, não acompanhada por um padrão evolutivo consistente. Esta variação sugere possíveis limitações ao nível da recolha de dados, não sendo possível, nesta fase, concluir que corresponda a uma diminuição efetiva da procura pelo site.

Globalmente, a presença digital da Instituição manteve uma trajetória de consolidação, assente na produção regular de conteúdos e na adaptação às especificidades de cada plataforma, contribuindo para reforçar a visibilidade, a proximidade e o reconhecimento da SCMA junto dos diferentes públicos.

Aproximar à comunidade local

A organização e participação em eventos⁴ manteve-se como um dos pilares de atuação do DMCI, reforçando o seu papel na promoção da notoriedade institucional e na proximidade com a comunidade.

O ano de 2025 voltou a evidenciar a capacidade da Instituição em responder de forma ágil às dinâmicas e solicitações da comunidade. Neste contexto, a organização de eventos institucionais ultrapassou o número inicialmente planeado, tendo sido concretizadas 5 iniciativas face às 4 previstas. Paralelamente, a participação em eventos de organização externa registou um crescimento muito expressivo, com 16 participações face às 4

⁴ Importa ainda salientar que, em 2025, as ações de responsabilidade social passaram a ser contabilizadas de forma autónoma, permitindo uma leitura mais rigorosa da intervenção do departamento nesta área, nomeadamente nas iniciativas promovidas diretamente ou com participação significativa do DMCI.

inicialmente previstas, refletindo o reconhecimento da Instituição e a sua crescente projeção junto de entidades parceiras e da comunidade em geral.

Tabela 54 – Evolução dos eventos

INICIATIVAS	2023	2024	2025	RELAÇÃO COM O ANO TRANSATO
EVENTOS	29	16	23	↑43,75%
AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	---	---	7	---
CAMPANHAS	6	3	12	↑300%
TOTAL	35	19	42	↑121,05%

De igual modo, a dinamização de campanhas apresentou um desempenho particularmente relevante, tendo sido promovidas ou apoiadas 12 iniciativas, face às 3 inicialmente planeadas, o que representa uma quadruplicação da atividade neste domínio. Este resultado evidencia a capacidade do departamento em identificar oportunidades, responder a necessidades emergentes e reforçar a presença institucional junto dos diferentes públicos.

As iniciativas desenvolvidas afirmaram-se como espaços de encontro e partilha entre profissionais, parceiros, colaboradores e comunidade, contribuindo para o reforço do sentimento de pertença e para a valorização do papel da Misericórdia de Albufeira no território. Neste enquadramento, os resultados alcançados demonstram não apenas o cumprimento, mas a superação das metas definidas, traduzindo-se numa presença ativa, próxima e reconhecida pela comunidade. A elevada participação em iniciativas externas e a resposta a múltiplos convites evidenciam, de forma clara, o reconhecimento da Instituição como entidade de referência, bem como a confiança depositada na sua intervenção.

Este percurso de crescimento e consolidação encontra a sua expressão máxima na realização do III Encontro de Responsabilidade Social, iniciativa de referência na agenda institucional, que reforça o posicionamento da Misericórdia de Albufeira enquanto entidade promotora de reflexão, partilha e inovação no setor social.

III Encontro de Responsabilidade Social: aproximar, articular e afirmar — da comunidade às respostas integradas

A realização do III Encontro de Responsabilidade Social afirmou-se como um dos momentos mais relevantes da agenda institucional, traduzindo de forma clara o compromisso da SCMA com a aproximação à comunidade, a promoção do trabalho intersetorial e a construção de respostas integradas aos desafios sociais contemporâneos.

Este encontro dá continuidade a um percurso iniciado em 2012, com a realização da primeira edição, que lançou as bases para um movimento orientado para a partilha de boas práticas e para o envolvimento ativo da comunidade. Em 2015, a segunda edição evidenciou um crescimento significativo, consolidando o Encontro como um espaço de articulação entre o setor social, o setor público e o tecido empresarial.

Em 2025, a terceira edição manteve um nível de mobilização consistente com a edição anterior, envolvendo aproximadamente 350 participantes, o que evidencia a continuidade do interesse e relevância da iniciativa. Para além da dimensão quantitativa, destacou-se a elevada diversidade e representatividade das entidades presentes, com cerca de 25 entidades do setor público, aproximadamente 50 instituições do terceiro setor — com forte presença das Misericórdias e outras IPSS — e cerca de 40 empresas, refletindo uma participação equilibrada e abrangente.



O programa, marcado pela participação de entidades de referência nacional e pela diversidade de perspetivas, abordou temáticas estruturantes como a responsabilidade social corporativa, a sustentabilidade, a ética, a inovação social e os benefícios fiscais associados ao investimento social. Sob o mote “Garantir o futuro”, o Encontro constituiu um espaço privilegiado de reflexão e construção coletiva, evidenciando que a articulação entre diferentes setores é determinante para a criação de soluções mais eficazes, sustentáveis e centradas nas pessoas.

Para além do seu contributo direto para a dinamização da responsabilidade social, esta iniciativa reforçou de forma significativa o posicionamento da Misericórdia de Albufeira enquanto entidade de referência na promoção do diálogo intersetorial, na mobilização de parceiros e na criação de valor social. A elevada participação, aliada à diversidade e representatividade das entidades envolvidas, bem como ao reconhecimento por parte dos

diferentes intervenientes, evidenciam de forma clara a confiança depositada na Instituição e a sua capacidade de assumir um papel ativo na construção de soluções para o futuro.

Globalmente, o III Encontro de Responsabilidade Social consolida-se como um espaço de aproximação, articulação e impacto, contribuindo de forma consistente para o reforço da notoriedade institucional e para a promoção de respostas integradas no território.

Fortalecer as relações com os públicos-alvo

Neste âmbito, foi assegurada a execução das ações previstas, com destaque para a produção e envio de newsletters institucionais, a dinamização de ações de mailing segmentadas — internas e dirigidas a públicos específicos — e o desenvolvimento de campanhas de emailing ajustadas às temáticas e interesses dos destinatários. Paralelamente, garantiu-se a adequação dos conteúdos às diferentes plataformas digitais, tendo em conta as suas especificidades.

Tabela 55 – Evolução das publicações nas várias plataformas digitais

INDICADOR	2023	2024	2025	↗ VARIÇÃO FACE AO ANO ANTERIOR
NOTÍCIAS EM MÉDIA	≈ 50	≈ 55	> 30*	↓ (parcial / não comparável)
NOTAS DE IMPRENSA	Não contabilizado	Não contabilizado	7	—
NEWSLETTERS (Nº EDIÇÕES)	Não existente	Não implementado	4	↑ (implementado)
BASE DE ENVIO (NEWSLETTER)	—	—	≈ 280 destinatários	—
NOVOS INSTRUMENTOS	—	—	Newsletter institucional; Clipping; Mailing segmentado	↑

Ao nível da projeção mediática, foram produzidas e enviadas sete notas de imprensa, que originaram a publicação de mais de 30 notícias em diversos órgãos de comunicação social, assegurando uma presença consistente da Instituição. Foi igualmente implementado o processo de clipping, permitindo uma monitorização mais estruturada da presença mediática, ainda em fase de consolidação.

Destaca-se ainda a implementação da newsletter institucional, com a concretização das quatro edições previstas, dirigidas a cerca de 280 destinatários. As taxas de abertura, entre 41,2% e 75,5%, evidenciam um nível significativo de interesse, contribuindo para uma comunicação mais regular, estruturada e orientada para a proximidade. Globalmente, as ações desenvolvidas reforçaram a relação com os públicos-alvo e consolidaram uma abordagem mais estratégica da comunicação institucional.

Harmonizar procedimentos internos

As reuniões de trabalho realizadas superaram o número inicialmente previsto, refletindo uma dinâmica de articulação interna consistente ao longo do ano. Para além dos momentos formais planeados, registaram-se também articulações informais, decorrentes das necessidades operacionais e do acompanhamento contínuo da atividade institucional, contribuindo para reforçar a coordenação entre serviços, promover maior coerência na atuação das diferentes áreas e favorecer a harmonização de procedimentos internos.

Fomentar e viabilizar a coesão interna

A implementação de um calendário colaborativo partilhado permitiu reforçar a articulação e o planeamento transversal das atividades, contribuindo para uma melhor organização interna e maior visibilidade das ações desenvolvidas pelas diferentes áreas, promovendo o alinhamento entre serviços e a antecipação de necessidades operacionais. Por outro lado, a adoção de memorandos de práticas não foi concretizada, em virtude da priorização da resposta operacional contínua, prevendo-se a sua definição e formalização como ação de melhoria.

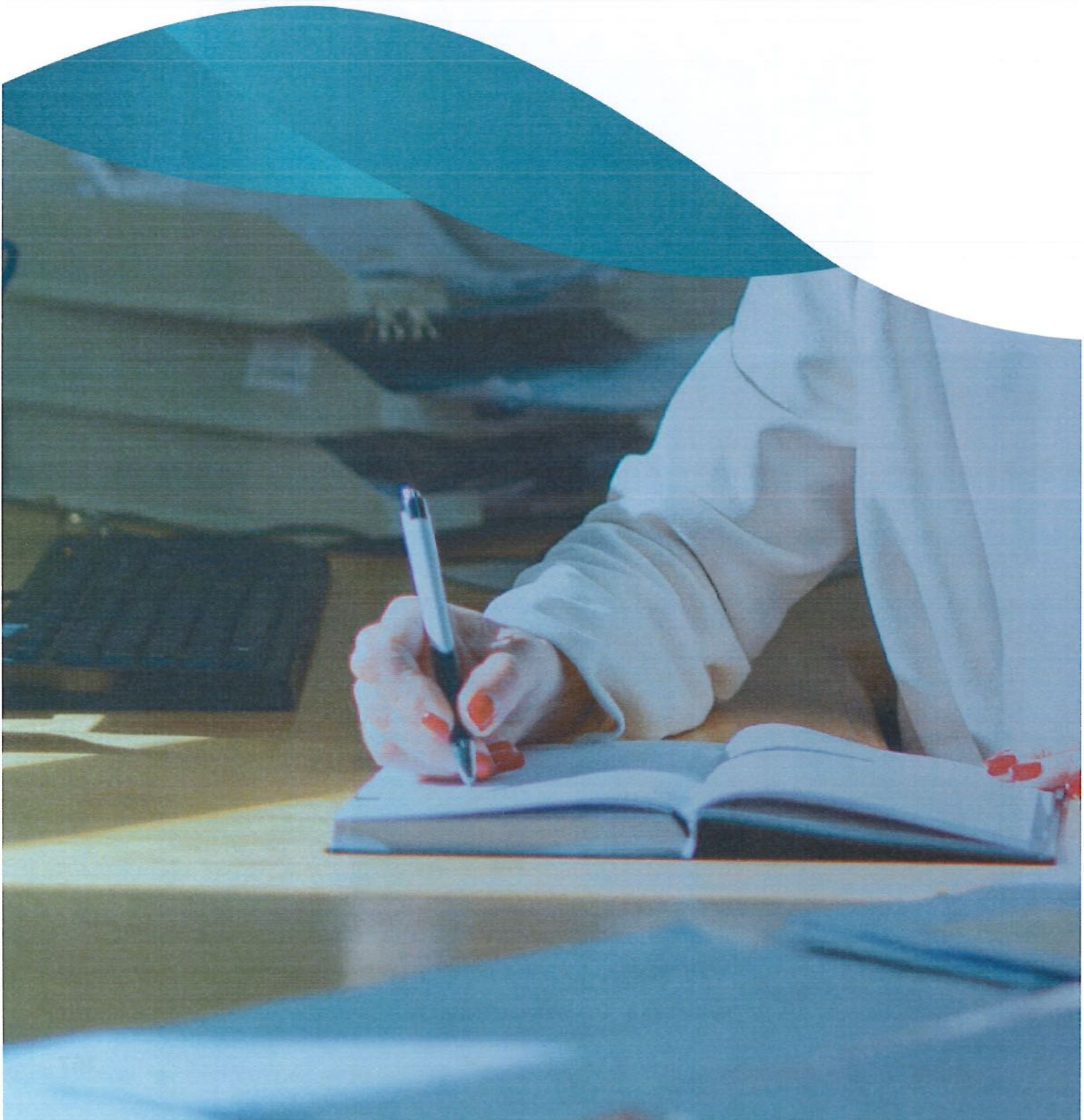
Promover a circulação rápida e eficaz de informação

A realização de um inquérito interno encontrava-se prevista como instrumento de apoio à avaliação dos fluxos de comunicação e à identificação de oportunidades de melhoria no contexto organizacional. Contudo, esta ação não foi implementada no período em análise, em virtude da priorização das atividades operacionais e da necessidade de resposta contínua às solicitações institucionais. Não obstante, reconhece-se a relevância deste instrumento, prevendo-se o seu desenvolvimento e aplicação em 2026, com vista ao reforço da eficácia e da qualidade da comunicação interna.

O DMCI afirma-se como um pilar estratégico da Instituição, evidenciando uma elevada capacidade de execução, adaptação e resposta num contexto exigente e em constante evolução. A superação de metas em áreas-chave, aliada à consolidação de práticas estruturantes e ao reforço da presença institucional, traduz-se num contributo efetivo para o fortalecimento da notoriedade da marca SCMA, para a proximidade com a comunidade e para a afirmação da Instituição como referência no território. Este percurso reflete uma comunicação cada vez mais intencional, consistente e orientada para o impacto, capaz de mobilizar, envolver e gerar valor social.



Recursos Humanos, Formação Interna e Segurança e Saúde no Trabalho



2.3. RECURSOS HUMANOS, FORMAÇÃO INTERNA, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

O ano de 2025 reflete um ciclo de renovação e compromisso acrescido da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira perante a sua comunidade e os seus colaboradores. Através de uma gestão focada na eficiência e na humanização, foram implementadas mudanças que reforçam a dinâmica institucional e a qualidade dos serviços prestados.

Cientes de que a qualidade do serviço passa pela dignidade dos espaços, a requalificação da Resposta Social ERPI Roseiral obrigou a uma readaptação temporária de funcionamento, dividida por dois espaços, o que obrigou a um alargamento da equipa para fazer face à garantia de uma prestação de cuidados em ambos os locais.

Numa ótica de maior proximidade e controlo de qualidade, foi efetuada uma alteração nas áreas de Cozinha do Equipamento de Olhos de Água e Limpeza do mesmo equipamento, assim como do Centro Infantil Quinta dos Pardais, tendo sido constituídas equipas internas para estas áreas anteriormente assumidas por serviços externos.

O início do Projeto CLDS 5G, o qual reforça a intervenção social no concelho, teve inerente a constituição de uma nova equipa para dar resposta aos objetivos traçados.

Os três fatores mencionados, tal como previsto em Plano, obrigaram a um alargamento e reforço do quadro de pessoal, aumentando o número de colaboradores na Instituição, tal como refletido na tabela que se segue.

Tabela 56 – Distribuição dos recursos humanos por área de intervenção

	INFÂNCIA E JUVENTUDE	FAMÍLIA E COMUNIDADE	ENVELHECIMENTO	DEFICIÊNCIA E SAÚDE MENTAL	SERVIÇOS COMUNS	TOTAL (ATIVOS A 31 DE DEZEMBRO)
2023	81	20	59	51	51	262
2024	76	20	93	49	53	291
2025	79	22	103	52	67	323

No que se refere ao fluxo de colaboradores, durante o ano de 2025, a taxa de saídas foi de 35.35%, sendo 5.54% inferior à de 2024.

Tabela 57 – Fluxo de colaboradores

ANO	ENTRADAS	SAÍDAS
2023	124	99
2024	145	119
2025	143	111

Por área de intervenção as taxas de cessações contratuais são refletidas no quadro que se segue:

Tabela 58 – Taxas de cessação contratual por área de intervenção

	INFÂNCIA E JUVENTUDE	FAMÍLIA E COMUNIDADE	ENVELHECIMENTO	DEFICIÊNCIA E SAÚDE MENTAL	SERVIÇOS COMUNS
2025	27%	21%	43%	34%	38%

Ao nível do número total de colaboradores, o ano de 2025 termina com 323 colaboradores com vínculo laboral, estando ativos 314 em 31 de dezembro de 2025, o que reflete um aumento de 11. % face a 2024 (comparativo entre número de trabalhadores com vínculo contratual).

Durante o ano de 2025, a instituição recorreu a apoios disponibilizados pelo IEF, tanto para estágios, como integração de pessoas desempregadas e com deficiência.

Nos Estágios Profissionais, Medida + Talento, foram concluídos em 2025, dois estágios na área de Gestão e Contabilidade, os quais tiveram início em 2024. Foram iniciados e concluídos em 2025, dois estágios na área de Nutrição e um na área de Gestão.

Através de Medidas de apoio a pessoas em risco de exclusão social, foram integradas duas pessoas: uma na Medida de + Inclusão e uma em Estágio Inserção. Estas medidas visam o desenvolvimento de atividades em contexto laboral por pessoas com deficiência.

Tabela 59 – Evolução das medidas de apoio à contratação

ANO	CEI'S	MEDIDA + INCLUSÃO	MEDIDA ESTÁGIO INSERÇÃO	ESTÁGIOS +TALENTO
2023	5			8
2024	5			3
2025	0	1	1	3

A caracterização das equipas, ao nível de Género, não sofre alteração face aos anos anteriores, continuando a ser dominada pelo género feminino, sendo que o aumento de número de colaboradores não fez variar esta predominância, a qual continua a ser de aproximadamente 90%.

Relativamente à faixa etária, em 2025, tal como pode ser verificado no quadro que se segue, a tendencia de aumento na faixa etária dos 18 aos 35 anos, verificada em 2024, mantém-se no ano em referência. Muito embora se verifique esta tendencia a faixa etária dominante continua a ser a correspondente ao intervalo entre os 46 e os 60 anos. Estes dados obrigam a uma reflexão que permita uma definição de medidas de adaptação das cargas de trabalho ao perfil dos profissionais ativos.

Tabela 60 – Caracterização dos trabalhadores por faixa etária

ANO	FAIXA ETÁRIA	%	FAIXA ETÁRIA	%	FAIXA ETÁRIA	%	FAIXA ETÁRIA	%
	18-35		36-45		46-60		>60	
2023	60	22.9%	73	27.86%	102	38.93%	27	10.31%
2024	76	26.1%	79	27.1%	108	37.1%	28	9.6%
2025	95	29.4%	77	23.8%	121	37.5%	30	9.3%

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira manteve, ao longo do ano, a sua política de acolhimento de estágios curriculares, reconhecendo esta prática como uma oportunidade de divulgar o trabalho desenvolvido pela Instituição e, simultaneamente, de contribuir para a formação de novos profissionais. Esta iniciativa permite reforçar conhecimentos, promover o desenvolvimento de competências e proporcionar uma componente prática essencial à população que procura consolidar a sua qualificação académica e profissional.

De realçar que a procura por parte de estudantes estrangeiros, aumentou fase ao ano de 2024, refletindo um balanço positivo alcançado com a experiência dos anos anteriores. Acolhemos ao longo de 2025 23 estagiários nas mais diversas áreas, como poerão ver na seguinte tabela.

Tabela 61 – Acolhimento de estagiários por área de formação e entidade formadora ou de ensino.

Nº DE PESSOAS	ÁREA DE ESTÁGIO	ENTIDADE
2	Informática	Agrupamento Escolas Poente

1	Contabilidade	UALG - ESGHT
4	Educação Social	UALG - Educação Social
2	Auxiliar Fisioterapia	SA Formação
3	Erasmus + - Auxiliar Ação Direta	Centro Formação Orense
4	Erasmus + - Auxiliar Ação Direta	Académir de Nancy Metz
2	Fisioterapia	Universidade do Algarve
2	Auxiliar Ação Direta	IEFP
1	Auxiliar Ação Direta	Cognos
1	Psicologia das organizações	ISMAT
1	Ajudante Ação Educativa	SA Formação

Recrutamento e seleção

No decorrer do ano, a área de Recrutamento e Seleção desenvolveu diversos processos de captação de candidatos, ainda que a divulgação das ofertas não tenha alcançado o nível de visibilidade inicialmente previsto, tal como demonstra o quadro que se segue.

Tabela 62– Evolução da divulgação das ofertas de emprego nas redes sociais

ANO	LINKEDIN		FACEBOOK E INSTAGRAM		
	Nº de Publicações	Partilhas	Nº de Publicações	Partilhas	Alcance
2024	44	65	52	1661	242700
2025	46	26	96	1094	232368

No âmbito da divulgação de oportunidades de emprego, verificou-se que a presença da Instituição nas redes sociais não estava a alcançar o impacto desejado. Com o objetivo de melhorar a visibilidade das ofertas, procedeu-se, no último trimestre, a uma reformulação do layout das publicações, em estreita colaboração com o Departamento de Marketing, Comunicação e Imagem.

Apesar desta atualização gráfica e estratégica, os resultados obtidos ficaram aquém do esperado, não se registando o aumento de alcance e interação inicialmente previsto. Esta constatação reforça a necessidade de redefinir a estratégia de comunicação e divulgação para 2026, de forma a garantir maior eficácia na captação de candidatos e na promoção da marca empregadora da Instituição.

Embora tenha havido menor alcance, o número de candidaturas recebidas, manteve-se semelhante ao registado em anos anteriores, demonstrando uma estabilidade na procura e no interesse pelos postos de trabalho

disponibilizados pela Instituição. Paralelamente, observou-se que o habitual acréscimo de candidaturas após o verão foi significativamente menos expressivo do que em anos anteriores. Esta redução sugere que o perfil e as características de quem procura trabalho na área social estão a sofrer alterações, refletindo novas motivações, expectativas e dinâmicas no mercado de trabalho.

Face a estes indicadores, torna-se evidente a necessidade de redefinir a estratégia de comunicação e captação de candidatos para 2026, de forma a garantir maior eficácia na promoção das oportunidades e no reforço da marca empregadora da Instituição.

No que respeita ao acolhimento de novos colaboradores, verificou-se uma melhoria significativa em várias Respostas Sociais, fruto da adoção de práticas mais estruturadas e acolhedoras no momento de integração. Contudo, esta evolução não se verifica de forma uniforme em toda a Instituição, evidenciando a necessidade de definir um procedimento transversal de acolhimento, que consolide e estenda as boas práticas já implementadas, o que se encontra previsto para o ano de 2026.

Processo administrativo e processamento salarial

Na área de processamento salarial registou-se uma melhoria significativa na eficácia dos procedimentos de verificação. Este progresso deve-se, sobretudo, à crescente organização documental apresentada por cada Resposta Social, área ou departamento, permitindo um fluxo de trabalho mais estruturado e rigoroso. A qualidade e consistência da documentação entregue refletem-se diretamente na redução do tempo necessário para análise, bem como na diminuição da probabilidade de erro, contribuindo para um processo mais eficiente e fiável.

Paralelamente, o reforço da formação Direções Técnicas e os esclarecimentos contínuos prestados ao longo do ano têm sido fundamentais para consolidar boas práticas e garantir maior uniformidade na preparação e entrega da informação necessária ao processamento salarial.

Apesar dos avanços alcançados, as constantes alterações na legislação laboral continuam a exigir um acompanhamento permanente e atualizado, tornando o apoio jurídico, um recurso essencial para assegurar o cumprimento das normas e a segurança dos procedimentos adotados.

Adicionalmente, mantém-se a necessidade de rentabilizar e otimizar o software atualmente utilizado, garantindo que este acompanha as obrigações legais que vão surgindo. A adaptação contínua das suas funcionalidades é indispensável para sustentar a eficiência dos processos internos e assegurar a conformidade legal da Instituição.

Comunicação e Formação Interna

Em 2025, a formação interna consolidou-se como um eixo estratégico para o desenvolvimento das equipas. A execução do Plano de Formação Anual integrou, para além das ações previstas, ações resultantes das necessidades identificadas no decorrer do funcionamento diário, nas diferentes áreas.

Ao longo do ano, verificou-se a continuidade da sensibilização dos colaboradores para a importância da formação, assim como dos responsáveis pelas diferentes áreas que, tem desenvolvido estratégias e esforços acrescidos para que, os serviços sejam sempre garantidos, independentemente do número de colaboradores em formação. Este esforço conjunto refletiu-se numa maior taxa de participação e numa atitude mais proativa na procura de atualização profissional. Esta evolução demonstra uma crescente consciência de que a formação contínua é essencial para garantir competências técnicas e humanas indispensáveis ao trabalho de cuidado a pessoas., como se pode verificar no quadro seguinte.

Tabela 63 – Evolução da formação interna

	Nº TOTAL DE AÇÕES REALIZADAS (PLANO DE FORMAÇÃO)	Nº DE AÇÕES FREQUENTADAS (EXTRAPLANO)	Nº TOTAL DE HORAS DE FORMAÇÃO MINISTRADAS	Nº DE SESSÕES DE SENSIBILIZAÇÃO	Nº DE COLABORADORES ENVOLVIDOS
2024	15	80	5780,3	12	281
2025	50	45	4898,9	12	311

Além dos resultados observados, tornou-se evidente que a formação interna teve um impacto direto na melhoria das práticas profissionais e na qualidade humana do trabalho desenvolvido. Para que este impacto seja corretamente avaliado, é fundamental que os colaboradores e responsáveis pelas diferentes áreas, estejam cada vez mais conscientes da importância de preencher os inquéritos de avaliação das ações de formação. Estes instrumentos permitem aferir a eficácia efetiva da formação, identificar áreas de melhoria e ajustar futuras iniciativas formativas às necessidades reais das equipas. Uma participação mais consistente nestes inquéritos reforça a capacidade da Instituição em monitorizar resultados, melhorar processos e garantir que a formação continua a ser um pilar essencial na excelência dos cuidados prestados, sendo este um dos grandes objetivos para 2026.

Neste balanço de 2025, será necessário reforçar a importância da Formação em Contexto Real de Trabalho, a qual teve, e tem, um papel determinante na integração dos novos colaboradores e no reforço das competências das equipas. Esta modalidade formativa, realizada diretamente nos locais e situações do quotidiano profissional,

permite uma adaptação mais completa e adequada às exigências de cada Resposta Social, facilitando a compreensão dos procedimentos, rotinas e especificidades do trabalho de cuidados. Paralelamente, possibilita identificar e colmatar necessidades de reforço de competências técnicas e comportamentais de forma imediata, garantindo que os colaboradores desenvolvem as capacidades essenciais para prestar um serviço seguro, humanizado e alinhado com os padrões de qualidade da Instituição.

Tabela 64 – Evolução da formação interna em contexto real de trabalho

Nº DE AÇÕES EM CONTEXTO REAL DE TRABALHO

2024	32
2025	80

A formação interna reafirmou-se, assim, como um instrumento fundamental de valorização profissional e humana, contribuindo para equipas mais preparadas, motivadas e alinhadas com a missão da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira. O investimento contínuo nesta área continuará a ser determinante para garantir a excelência dos cuidados prestados e a capacidade de resposta às exigências crescentes do setor social.

Valorização e Bem-estar dos colaboradores.

Ao longo de 2025, o Projeto CRIAR+ desenvolveu um conjunto abrangente de iniciativas destinadas a promover o bem-estar físico, emocional e social dos colaboradores, reforçando o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. A atuação do projeto continuou a centrar-se na valorização humana, reconhecendo que a qualidade dos cuidados prestados depende diretamente da qualidade de vida de quem cuida.

Tabela 65 – atividades desenvolvidas através do projeto CRIAR+, ao longo de 2025:

ATIVIDADE	Nº PARTICIPANTES
CAMINHADA DETOX II	11
CONHECE O TEU VIZINHO – REALIZADA NO ESPAÇO BÚSSOLA	4
ESCAPE ROOM	6
WORKSHOP DE MACRAMÉ	11
WORKSHOP DE COSTURA	3
MARÇO MÊS DA MULHER	14
HUNT ADVENTURE	
MARÇO - MÊS DA MULHER	13
SESSÃO FOTOGRÁFICA	
ROLE PLAY CASA ABRIGO	5
ROLEPLAY CASA DA PAZ	6
ROLEPLAY TEMPOS DE INFÂNCIA	16

ROLEPLAY ADAPTADO LRSV	10
TEAM BUILDING / DINÂMICA DE GRUPO - BOWLING	14
TEAM BUILDING / DINÂMICA DE GRUPO- PASSEIO DE BARCO	6
TEAM BUILDING / DINÂMICA DE GRUPO- PASSEIO DE JEEP	6
RECONHECIMENTO ANIVERSÁRIO INSTITUIÇÃO (25 ANOS DE DEDICAÇÃO)	1
RECONHECIMENTO ANIVERSÁRIO INSTITUIÇÃO (GESTANTES/ LACTANTES/PUÉRPERAS)	9
CATEGORIA DE RECONHECIMENTO – PASSEIO ÀS SALINAS	6
MINIGOLFE	5
TOTAL DE PARTICIPANTES	146

No domínio emocional, manteve-se a disponibilização de acompanhamento psicológico individual, sempre que solicitado, e foram reforçadas as sessões de partilha de experiências e reflexão em grupo, proporcionando espaços seguros de expressão emocional e compreensão que cada papel / função, implica um tipo de ação. Estas ações revelaram-se preponderantes para mitigar o desgaste emocional associado ao trabalho no setor social, assim como meios de minimização de conflitos nas equipas.

Foram igualmente promovidas atividades lúdicas e momentos de convívio, destinados a fortalecer relações sociais e a criar oportunidades de descontração entre equipas. Em paralelo, realizaram-se atividades de team building, orientadas para o reforço da cooperação, comunicação e espírito de equipa, aspetos fundamentais para o bom funcionamento das diferentes Respostas Sociais.

Dando continuidade ao trabalho iniciado em 2024, o projeto promoveu ainda ações de aproximação entre as diferentes Respostas Sociais, incentivando o conhecimento mútuo, o respeito pela multiculturalidade das equipas e o fortalecimento do sentido de pertença à Misericórdia de Albufeira.

O impacto percebido das atividades foi amplamente positivo. Os inquéritos de avaliação evidenciaram elevada satisfação com a atividade desenvolvida. De realçar que em 2025, os inquéritos tiveram apenas uma avaliação qualitativa de satisfação, estando previsto em 2026 que estes passem também a ter uma avaliação quantitativa que permita aferir não o grau de satisfação na participação, mas também a influencia da participação na melhoria do bem-estar emocional e ligação com a Instituição.

O CRIAR+ reforçou também o envolvimento do setor empresarial, promovendo parcerias que valorizam a responsabilidade social e contribuem para oferecer benefícios de bem-estar aos colaboradores. Esta colaboração

externa permitiu que dezoito novas parcerias fossem estabelecidas e reforça a importância de cuidar de quem cuida, reconhecendo o papel central dos profissionais do setor social na missão da Instituição.

Segurança e Saúde no Trabalho

Ao longo do ano de 2025, o Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho constituiu um marco relevante na estrutura organizacional da instituição, assumindo-se como um novo departamento, que dada a sua dimensão de intervenção passou a ser autónomo e transversal a todas as respostas sociais, em resposta à crescente dimensão da instituição. O seu principal objetivo passou pela estruturação, organização e sistematização dos procedimentos associados à segurança e saúde no trabalho.

No domínio da saúde no trabalho, foi assegurado o acompanhamento regular aos trabalhadores pela Medicina no Trabalho, de acordo com a periodicidade prevista.

Foram reforçadas as medidas de redução de riscos profissionais quer através de ações de formação, quer através de ações de sensibilização e divulgação gráfica informativa.

Ao nível dos acidentes de trabalho, como pode ser observado no quadro que se segue, muito embora o número de trabalhadores tenha aumentado, em 2025, o número de acidentes foi inferior.

Tabela 66 – Evolução do n.º de acidentes de trabalho e do n.º médio de dias de incapacidade permanente

	Nº DE ACIDENTES	Nº MÉDIO DE DIAS DE INCAPACIDADE PERMANENTE
2024	33	38,2
2025	22	37.95

Relativamente à segurança no trabalho, foram clarificadas responsabilidades relativamente as equipas de segurança, reforço na formação, realização de simulacros e adquirido novos EPI para os colaboradores. A articulação com o departamento da formação interna revelou-se fundamental para o desenvolvimento de ações de formação em boas práticas de segurança, ministradas por toda a instituição.

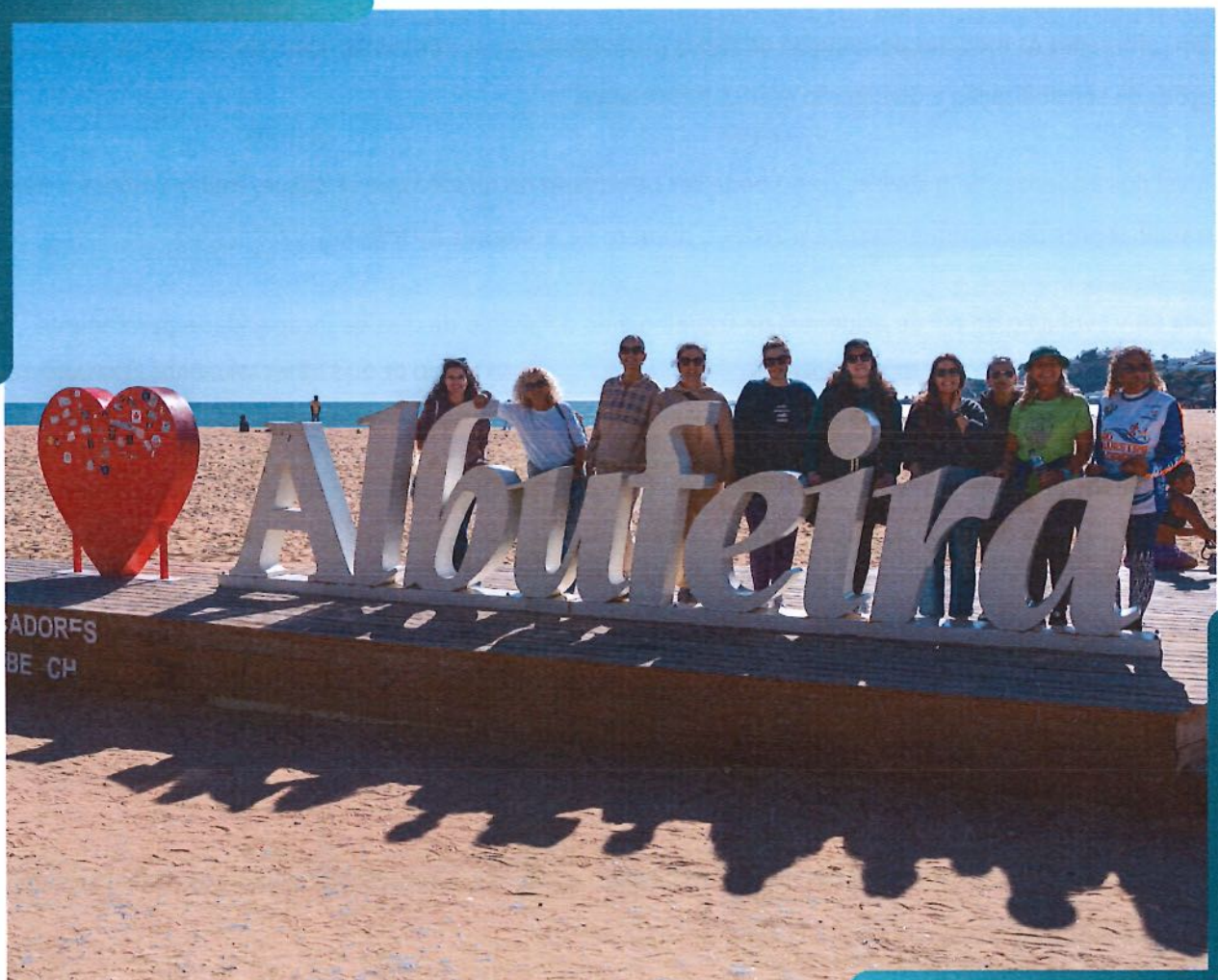
No domínio da segurança alimentar, foram realizadas ações de formação dirigidas aos trabalhadores das cozinhas, de forma a minimizar os riscos associados.

Foi realizado o acompanhamento constante às respostas sociais em matéria de segurança, bem como no apoio ao funcionamento temporário de novos espaços. Através de relatórios de auditorias, permitiu definir planos de melhoria, assim como mecanismos de verificação interna periódica das medidas corretivas adotadas. Foi

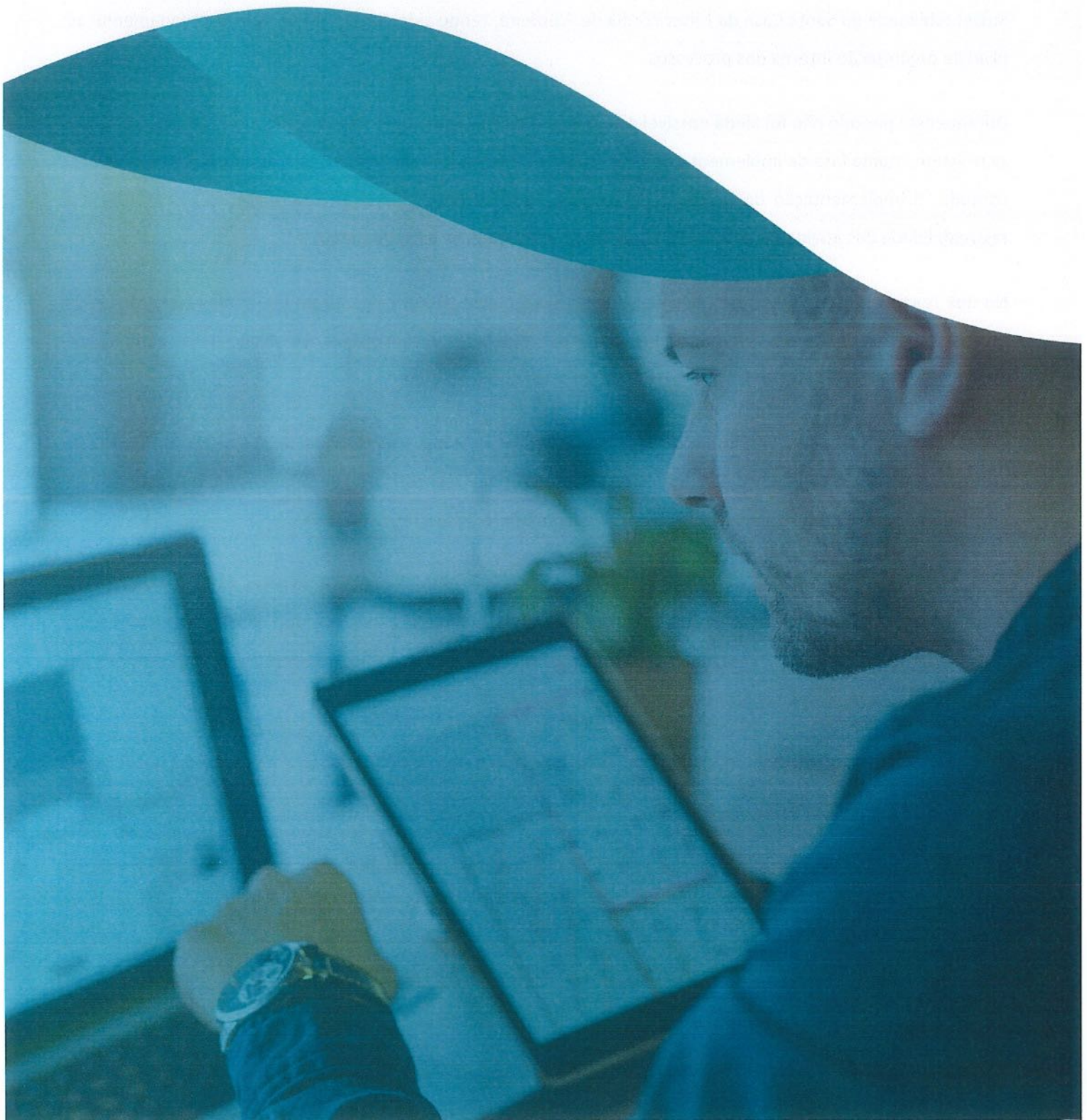
realizada a manutenção adequada em todos os edifícios, em conformidade com os planos de melhoria previamente definidos. Sempre que identificado, procedeu-se à aquisição de novos equipamentos, assegurando a execução correta e eficaz das intervenções.

Apesar de o departamento encontrar-se em consolidação, o balanço global permite ter consciência da sua importância e dimensão, sendo que 2025 foi, sem dúvida um ano de mudança positiva para esta área.

O trabalho desenvolvido em 2025 reforçou a importância de investir nas pessoas, de promover o seu bem-estar e de criar condições que valorizem o seu contributo diário. Com uma equipa que se pretende cada vez mais envolvida e alinhada com a missão da Instituição, o futuro apresenta-se como uma oportunidade para consolidar práticas, aprofundar estratégias e continuar a inovar na gestão das pessoas.



Gestão Organizacional e Sistemas de Informação



2.5. GESTÃO ORGANIZACIONAL E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

2.5.1. Qualidade e Auditoria

O ano de 2025 constituiu uma etapa de estruturação e preparação do Sistema de Gestão da Qualidade e Sustentabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, tendo sido desenvolvido trabalho fundamental ao nível da organização interna dos processos.

Durante este período não foi ainda possível concretizar a certificação de nenhuma resposta social, encontrando-se o sistema numa fase de implementação progressiva e de consolidação dos seus pilares essenciais. Destaca-se, contudo, a implementação do processo de Logística, que permitiu melhorar a organização, o controlo e a rastreabilidade das atividades associadas à gestão de recursos e aprovisionamento.

No que respeita aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estes foram integrados nas práticas da instituição, constituindo um referencial orientador das atividades desenvolvidas, em especial nos domínios da saúde e bem-estar, educação de qualidade e redução das desigualdades.

Relativamente à formação, não foram realizadas ações específicas nas áreas da Qualidade e da Sustentabilidade, tendo a formação em Segurança Alimentar sido assegurada pelo Departamento de Segurança, Higiene e Trabalho (SHT), garantindo o cumprimento dos requisitos legais e operacionais nesta matéria.

Registaram-se alguns avanços na gestão eficiente dos recursos, nomeadamente ao nível da racionalização de consumos e da adoção de boas práticas ambientais. Ainda assim, reconhece-se que este é um caminho em desenvolvimento, existindo margem significativa para aprofundar medidas estruturadas de redução do desperdício e da pegada ecológica da instituição.

Ao nível da sensibilização da comunidade, foram dados os primeiros passos, embora se identifique a necessidade de reforçar estratégias de comunicação e de envolvimento externo, de forma mais sistemática e consistente.

Face ao exposto, os objetivos definidos para 2025 serão revistos e reformulados para o ano de 2026, de modo a permitir uma monitorização mais eficaz, mensurável e alinhada com a capacidade operacional da instituição. O ano de 2026 será orientado para a consolidação dos processos implementados, o reforço da formação interna, a progressão rumo à certificação e o fortalecimento da integração da sustentabilidade na gestão diária.

A Misericórdia de Albufeira reafirma o seu compromisso com a melhoria contínua dos seus serviços, com a qualidade organizacional e com uma atuação responsável ao serviço da comunidade.

2.5.2. Assuntos jurídicos e contencioso

A Misericórdia de Albufeira tem contratos com gabinetes jurídicos para assegurar a assessoria jurídica a todos os Órgãos Sociais, Unidades Operacionais e Departamentos que compõem a Misericórdia de Albufeira, tratando das questões legais inerentes ao desempenho da atividade institucional, e, ainda, assegura o patrocínio judicial da Instituição, perante as várias instâncias judiciais e extrajudiciais, procurando, sempre, dar uma resposta organizada, especializada, célere e rigorosa, ao aumento das solicitações, agregando o máximo de áreas de atuação possível para atingir os objetivos pretendidos.

Tendo a Instituição um vasto leque de áreas de intervenção, as especificidades de cada Unidade operacional, exigem do apoio jurídico e contencioso um esforço para dar resposta a todas as solicitações diárias, o que se prevê que continue. Assim, considera-se que o apoio jurídico e contencioso foi essencial:

- Na prestação de assistência técnica-jurídica às Unidades Operacionais, Departamentos, Gabinetes e outros serviços da Misericórdia de Albufeira;
- Na organização e preservação do património e arquivo normativo da Misericórdia;
- Na gestão e monitorização da documentação com relevância vinculativa das diversas áreas de negócios, designadamente, contratos e protocolos;
- Na elaboração e preparação dos atos de autenticação e de registo, designadamente, procurações, termos de autenticação e reconhecimento de assinaturas, certificação de documentos; assegurar a legalidade dos processos e representação e patrocínio da Instituição em sede judicial.
- No patrocínio em processos judiciais, administrativos, de arbitragem e contraordenacionais;
- Elaboração, Validação e Monitorização de Contratos, Protocolos, Aditamentos, entre outros;
- Elaboração de pareceres e regulamentos;
- Na tramitação de processos de maior acompanhamento das Unidades Operacionais (U.O.):
- No início de processos judiciais, acompanhamento, monitorização, atualização de medidas de acompanhamento e, articulação com diversas entidades públicas;
- Na monitorização da legislação em vigor referente à respetiva área de atuação das U.O.;
- Nas cobranças dívida em Contencioso;
- No acompanhamento e Apresentação de contraditório de reclamações das U.O.

Pretende-se que o apoio jurídico e contencioso possa assegurar e promover, em estreita colaboração com as demais respostas sociais, a atualização e melhoria dos processos e contratos nas mais variadas áreas de intervenção da Instituição.

2.5.3. Sistemas de Informação e comunicação

O Departamento de Sistemas de Informação tem como missão assegurar o adequado funcionamento dos sistemas tecnológicos da instituição, prestando apoio técnico aos diversos serviços e garantindo a continuidade operacional das infraestruturas informáticas.

O ano 2025 foi um ano desafiante, muitas implementações e alterações de procedimentos. A instituição tem atualmente um parque informático muito grande, com aproximadamente 232 equipamentos informáticos utilizados diariamente. De modo a garantir a segurança e integridade dos equipamentos, foram implementadas plataformas de monitorização para o efeito, antecipando assim uma possível interrupção dos serviços informáticos e acessos indevidos à rede. Estas plataformas permitem também consultar o estado de equipamentos utilizados no dia a dia, gerando relatórios em tempo real, que permitem fazer um acompanhamento do estado da rede e recursos utilizados.

A manutenção periódica e preventiva tem contribuído para um menor investimento e reparação dos mesmos. A implementação de procedimentos é imperativa para garantir a eficiência, padronização e qualidade do suporte informático, desse modo também foi modernizada a plataforma de pedidos de suporte, permitindo assim um maior controlo e rastreabilidade dos trabalhos efetuados. Foram efetuados 413 pedidos de suporte no ano de 2025 ficando no mesmo número que o ano transato, mas houve um aumento considerável no número de horas realizadas na manutenção, monitorização de implementação da rede e serviços informáticos.

Tabela 67 – Pedidos de suporte realizados face ao projetado

	PROJETADO	REALIZADO
PEDIDOS DE SUPORTE (N.º PEDIDOS)	390	413
MANUTENÇÃO PARQUE INFORMÁTICO (HORAS)	180	513
MONITORIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA (HORAS)	180	298

A sensibilização dos colaboradores e equipas técnicas, para os perigos de ciberataques, não foi como desejado através ações de formação, mas foram enviadas informações sobre campanhas atuais e correntes de ataques diretos por meio de *smishing*, *vishing* e *phishing*. Esta campanha de informação permitiu que as equipas técnicas estivessem mais preparadas, para casos de ataques e como atuar nesses casos.

O investimento em equipamentos informáticos na instituição tem sido grande, uma melhoria e acondicionamento dos equipamentos existentes, aquisição de equipamentos a pensar no meio ambiente e poupança de energia, acrescentando assim mais condições que permitam uma maior produtividade.

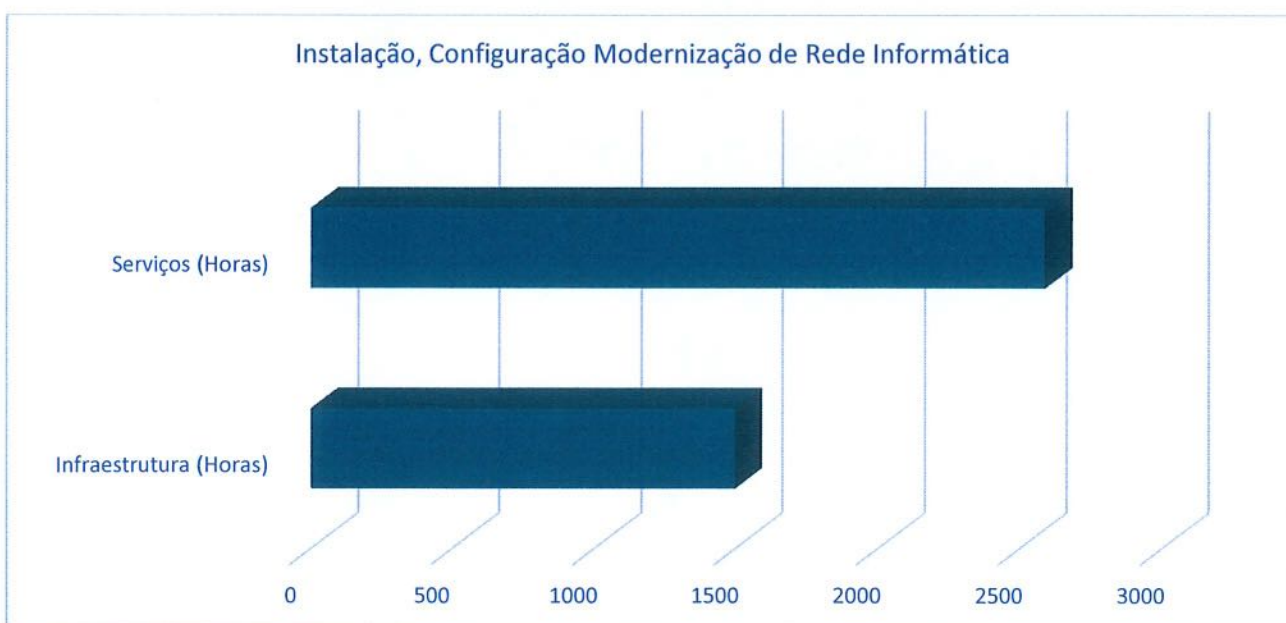
Tabela 68 – Aquisição e reparação de equipamento de acordo com o seu estado

AQUISIÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIP. INFORM.

EQUIPAMENTO NOVO	64
EQUIPAMENTO REPARADO	12

Foi efetuado um investimento em serviço de comunicações, que permite unificar as comunicações da/para a instituição, permitindo assim uma diminuição nos custos de equipamentos móveis e assinaturas. Com a criação de mais uma resposta social, a rede foi alargada e totaliza um total de 16 respostas sociais interligados entre si.

Gráfico 3 – N.º de horas gasto em instalação, configuração e modernização da rede informática.



Em 2025 o total de investimento em equipamentos ronda os 18 Mil Euros, onde a segurança continua presente e tem uma parte no investimento. A implementação de controlo de acessos em 2 respostas sociais foi de encontro da necessidade e plano de atividade, ficando assim um total de 5 edifícios com esta medida de segurança.

Gestão de Serviços Operacionais Centralizados



2.7. GESTÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS CENTRALIZADOS

Este Departamento desenvolve a sua atividade através de três áreas que articulam entre si: Compras, Gestão de Ativos e Stocks, e a Manutenção com Requalificações e Obras, assim como integrou os setores de Transportes e gestão de frota, da gestão de espaços verdes, da alimentação e gestão de Cozinha e da gestão de Lavandaria, serviços transversais a toda a instituição

A sua missão consiste em operacionalizar e apoiar todas as respostas sociais da Misericórdia de Albufeira, assegurando as diversas necessidades de logística e do património, assim como a gestão de contratos associados às categorias que lhe estão afetas.

2.7.1. Gestão Logística e Central de Compras

Em 2025, a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira assumiu como prioridade a otimização da logística interna de consumos, com especial foco na redução dos custos face a 2024, associados às aquisições a fornecedores, bem como na diminuição dos custos operacionais, através de uma utilização mais eficiente dos recursos e da melhoria dos processos internos de encomendas.

Redução dos custos associados à aquisição de bens, geridos pelo Departamento de Compras, face ao valor de 2024

A meta proposta de uma redução de 10% dos custos abrangidos por 3 contas contabilísticas chave e sob a gestão do DCSO (6233 – material de escritório, 6236 – material de limpeza e higiene e 6238 – outros materiais) face a 2024 foi superada. O departamento alcançou uma redução de aproximadamente 16%, diminuindo o encargo para a instituição de 173 271,69€ em 2024 para 145 897,22€ em 2025. De forma a atingir a poupança enunciada, diversas iniciativas foram implementadas ao longo de 2025:

Negociação ativa de preços com fornecedores chave de consumo regular de bens geridos pelo DCSO, resultando numa redução média dos preços unitários contratualizados de artigos específicos e de elevado consumo entre 5% a 10%. Adicionalmente, o departamento apostou fortemente no reforço das condições de rappel contratualizadas, alcançando um aumento de 7 pontos percentuais face a 2024.

Implementação de procedimentos de compras em acréscimo aos procedimentos logísticos já em vigor. Deste modo, através da estruturação clara e objetiva de responsabilidades, juntamente com a criação de repositórios informacionais centralizados de todos os gastos incorridos pelas respostas sociais obtendo uma maior visibilidade sobre os mesmos, foi promovida uma mentalidade de utilização mais racional dos recursos disponíveis, reduzindo e evitando aquisições e consumos desnecessários e excessivos.

Otimização do processo de *procurement* através de análises de mercado mais aprofundadas possibilitando uma identificação maximizada da melhor oportunidade para instituição, em termos de preço, antes do ato de aquisição.

Redução de horas afetas à organização e processamento de encomendas. A meta proposta de uma redução de 50% de horas alocadas à organização, agregação e processamento de encomendas de bens regularizados pelos colaboradores afetos a este departamento, face a 2024 foi superada. O departamento alcançou uma redução de aproximadamente 63%, diminuindo o encargo para a instituição de 28 horas em 2024 para 10,5 em 2025. De forma a atingir a redução enunciada, diversas iniciativas foram implementadas ao longo de 2025:

Implementação da “Minuta de Diversos” que consiste num mecanismo formal que permite a submissão estruturada de necessidades específicas não contempladas na listagem de produtos estandardizados, possibilitando a receção de encomendas com as necessidades totais das Respostas Sociais já devidamente discriminadas, contribuindo para a otimização do tempo de processamento, bem como para a redução de custos e de desperdício associados à aquisição de artigos indevidos ou desnecessários.

Centralização das compras de produtos de enfermagem no departamento de compras, alavancando a integração desta tipologia de artigos num fluxo centralizado, permitindo maior visibilidade sobre os consumos da instituição. Esta centralização promoveu sinergias operacionais, reduzindo o tempo de processamento das encomendas, uma vez que o departamento já assegura a aquisição das restantes categorias de produtos.

Otimização do ficheiro “Processo de Compras” enquanto ferramenta central de gestão das aquisições da instituição. Este ficheiro, através de alterações à respetiva estrutura e adição de componentes de ligação e agregação, passou a fornecer uma visibilidade imediata das compras totais mensais da instituição reduzindo consequentemente o tempo de processamento de encomendas. Adicionalmente, permitiu a redução substancial do tempo alocado a todas as necessidades de atualização dos ficheiros.

Conclui-se que, em 2025, o Departamento de Compras atingiu plenamente os objetivos a que se propôs, contribuindo de forma sustentada para a eficiência operacional e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira e reforçando uma lógica de gestão integrada e colaborativa entre as diferentes Respostas Sociais.

2.7.2. Manutenção e Obras de Requalificação

O ano foi definido por um desafio logístico sem precedentes, a atividade da área de Manutenção e Obras centrou-se em dois eixos fundamentais: a continuidade da manutenção de espaços e a requalificação de diversos equipamentos da Misericórdia de Albufeira, para o contínuo funcionamento de todas as estruturas sem interrupção e de forma autónoma.

Para viabilizar estas intervenções, a equipa de Manutenção, em estreita colaboração com as Respostas Sociais e Serviços Centrais, coordenou uma complexa operação logística. O objetivo foi assegurar a continuidade do serviço e o bem-estar dos utentes durante o período de obras, destacando-se:

Requalificação de Espaços de Apoio: Intervenção em 5 equipamentos — Pirilampos, Gaivota II, Casa do Páteo, Bússola e São Vicente — para realocação temporária de utentes, colaboradores e serviços partilhados.

Infraestruturas Críticas: Construção de raiz, de uma cozinha e lavandaria industriais no espaço "Bússola", garantindo a transferência temporária destes serviços vitais do Equipamento Roseiral durante o período de execução da empreitada.

Este plano de contingência e adaptação foi integralmente financiado por capitais próprios da Misericórdia, totalizando um investimento aproximado de 1,4 milhões de euros. A execução destas metas exigiu uma mobilização intensiva da equipa interna, conforme detalhado no quadro de ocupação de recursos humanos abaixo.

Gráfico 4 – N.º de horas da equipa da manutenção em obras e requalificação por resposta social ou serviço.



O ano de 2025 marca uma mudança de paradigma na gestão de ativos da Misericórdia de Albufeira. No segundo semestre, deu-se início de um desenvolvimento de um programa para a implementação de Manutenção Preventiva, uma ferramenta estratégica que passará a centralizar a programação de todas as atividades inspetivas, sejam elas executadas por recursos internos ou por entidades externas contratadas, que após o seu final de desenvolvimento terá o início no segundo trimestre de 2026.

Esta transição permite abandonar um modelo de gestão reativa para adotar uma postura proativa, focada em:

- Redução de Custos pela minimização de gastos com reparações de emergência e substituição prematura de equipamentos.
- Continuidade de Serviço com a antecipação de anomalias, evitando a interrupção das atividades nas Respostas Sociais.

Complementarmente à intensa atividade de requalificação, a equipa assegurou a gestão corrente com elevada eficácia, respondendo à totalidade das solicitações de manutenção corretiva provenientes das diversas valências. A gestão destes pedidos baseou-se num rigoroso critério de priorização, fundamentado na análise da gravidade e da urgência de cada intervenção. Este desempenho exigiu um equilíbrio constante entre a preservação das infraestruturas operacionais e o complexo apoio logístico às grandes empreitadas em curso, conforme se detalha na seguinte distribuição para a Manutenção.

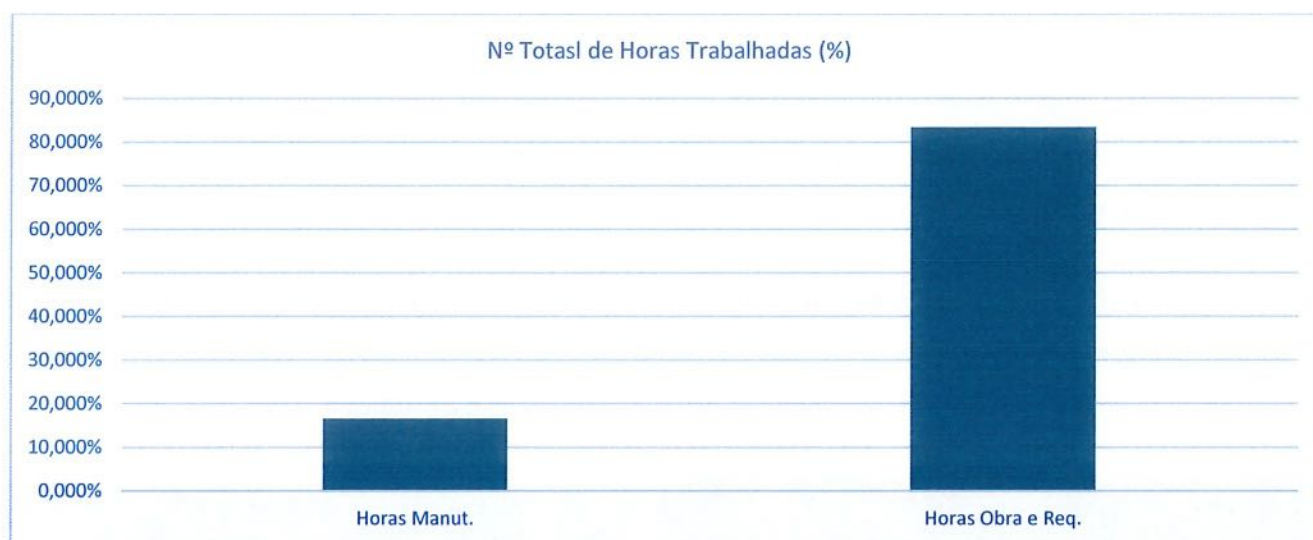
Gráfico 5 – N.º de horas da equipa da manutenção em trabalhos de manutenção por resposta social ou serviço.



O ano de 2025 consolidou-se como um período de transformação profunda para o setor de Manutenção e Obras da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira. Entre o rigoroso cumprimento da preparação para as empreitadas e

o começo da transição para um modelo de manutenção preventiva, já refletido no Plano de atividades para 2026 da Misericórdia de Albufeira.

Gráfico 6 – Percentagem do n.º de horas trabalhadas pela equipa da manutenção.



A execução bem-sucedida das logísticas de realocação, aliada à resposta integral às necessidades corretivas das valências, demonstra o empenho da equipa em garantir que a evolução das infraestruturas nunca comprometa o cuidado humano e a excelência do serviço. Com os investimentos realizados com fundos próprios e a implementação de novas ferramentas de gestão, a Misericórdia na área da Manutenção e Obras de Requalificação quer concretizar para 2026 um serviço com maior eficiência e com os instrumentos de gestão necessários para os desafios dos novos Equipamentos das Respostas Sociais.

2.7.3. Gestão dos Espaços Verdes

No âmbito da **Gestão de Espaços Verdes**, a Misericórdia deu continuidade à manutenção planeada do seu património paisagístico, com intervenções de relevo na Quinta dos Pardais, no infantário "Tempos de Infância", no Equipamento de Olhos de Água e no Espaço Bússola.

Dada a vasta extensão das áreas a intervencionar e a otimização dos recursos humanos internos, manteve-se a aposta estratégica na externalização de serviços para áreas específicas. Esta modalidade garante uma gestão integrada e eficaz, abrangendo não apenas a vertente vegetal, mas toda a envolvente infraestrutural: caminhos, portões, acessibilidades, iluminação e mobiliário urbano (bancos, pérgulas, mesas e bebedouros). A manutenção

rigorosa destes elementos é imperativa para assegurar a fidelidade ao projeto original e a integridade dos jardins a longo prazo.

Neste contexto, prosseguiram os protocolos estabelecidos com a Junta de Freguesia da Guia (Tempos de Infância), bem como os contratos de prestação de serviços relativos à Quinta dos Pardais e ao Equipamento de Olhos de Água. Estes serviços incluem tratamentos fitossanitários, podas de conservação, manutenção de sistemas de rega e limpeza geral. Esta abordagem permite a valorização do património natural e assegura que valências como campos de jogos e parques infantis permaneçam em excelente estado de conservação e segurança para os utentes.

No decurso de 2025, destacam-se ainda intervenções extraordinárias de limpeza e desmatção profunda num terreno na Rua Coronel Águas, onde se procedeu ao desbaste de arvoredo, arbustos e sebes que apresentavam um crescimento descontrolado, restabelecendo-se assim a salubridade e a estética do local.



(Trabalhos de limpeza do terreno na Rua Coronel Águas com a Travessa Coronel Águas)

Em 2025, o plano de manutenção dos espaços verdes foi executado com rigor, atingindo-se a meta de 96 intervenções contratualizadas no Património Operacional. Este cumprimento integral (desvio zero) serve de base para a continuidade da estratégia implementada para 2026, manter-se-á a execução dos trabalhos nos espaços verdes referidos, expandindo-os a outros locais. Adicionalmente, as ações serão alargadas a novas áreas da Misericórdia de Albufeira, como a sua frente mar, respeitando as diretrizes fixadas no Plano.

2.7.4. Sistemas de Segurança e alarmista

Nos **Sistemas de Segurança** em 2025, demos continuidade à instalação de sistemas de segurança física e de deteção de intrusão. Estas medidas visam garantir a integridade das infraestruturas e otimizar a gestão de acessos aos espaços.

Neste âmbito, a estrutura requalificada Gaivota II (ERPI Roseiral) foi dotada de um sistema de controlo de acessos destinado a restringir entradas não autorizadas, salvaguardando a segurança de colaboradores e utentes. Paralelamente, os edifícios 'Pirilampos' e 'Creche Tempos de Infância' receberam sistemas de alarme contra intrusão para prevenir atos de vandalismo.

Para 2026, a Misericórdia prevê concluir a implementação destas soluções noutras valências, nomeadamente nas requalificações da ERPI Roseiral e dos Apartamentos Rainha D. Leonor, onde serão integrados sistemas de controlo de acessos, deteção de intrusão e videovigilância (CCTV).

2.7.5. Alimentação e Gestão das Cozinhas

O crescimento expansivo da Misericórdia de Albufeira ao longo dos últimos anos tem vindo a lançar grandes desafios à área da alimentação e gestão das cozinhas. O ano de 2025 trouxe consigo grandes mudanças, as quais obrigaram a uma reorganização e reestruturação de todo o serviço.

No início do ano, a Instituição assumiu a gestão de toda a operação da cozinha do Equipamento Social de Olhos de Água, operação esta até então cedida a uma empresa externa, porém com resultados pouco positivos a nível da satisfação de utentes e funcionários. Foi formada uma nova equipa de cozinheiros e ajudantes de cozinha, todos eles pertencentes aos quadros de pessoal da Misericórdia, aos quais foi ministrada formação intensiva no âmbito da confeção alimentar destinada aos diferentes grupos alvo. Esta mudança veio trazer uma melhoria significativa na confeção alimentar com impacto direto no estado nutricional dos utentes.

Em fevereiro de 2025, a cozinha do Equipamento Social de Olhos de Água assumiu a confeção de todas as refeições destinadas a utentes e funcionários do Serviço de Apoio Domiciliário, confeccionando em média mais 4000 refeições mensais o que representou um aumento de produção de 23%.

No mês de junho de 2025, devido ao início das obras de requalificação da ERPI Roseiral, houve necessidade de efetuar a mudança de toda a cozinha central da Instituição para outro espaço. Tratou-se de um processo

complexo e muito exigente não só a nível do planeamento, como também da reorganização de serviços e equipas, mas com um balanço final muito positivo.

Fechamos o ano de 2025, com um **total de 540 312 refeições produzidas em ambas as cozinhas**: 334 234 refeições na cozinha central e 206 078 refeições na cozinha do Equipamento Social de Olhos de Água, e fazemos a análise dos objetivos traçados para 2025:

Promover a melhoria do plano de ementas

Todos os planos de ementas elaborados pela empresa concessionária foram avaliados. Após avaliação foram apresentadas sugestões de melhoria de forma a adaptar os planos propostos não só aos diferentes públicos-alvo, como também aos fluxos de produção das cozinhas.

Garantir o bom estado da palamenta e equipamentos.

Na cozinha do Equipamento Social de Olhos de Água, foram realizados ao longo do ano, quatro inventários o que representa uma taxa de cumprimento de 100% face ao proposto. O primeiro inventário foi realizado no mês de janeiro, logo quando a equipa da Misericórdia assumiu a confeção das refeições. Após a contagem, foi feita a comparação com material adquirido inicialmente, aquando da abertura da cozinha. Todo o material que se encontrava danificado ou em falta foi sinalizado e comunicado à antiga empresa responsável pela gestão da cozinha, sendo o mesmo repostado na totalidade pela mesma.

No decorrer do ano foram realizados três inventários com vista à monitorização rigorosa da palamenta existente. Nestes inventários foram sinalizados alguns materiais com desgaste devido à sua utilização prolongada, nomeadamente facas, tábuas de corte e caixas de descongelação, os quais foram devidamente substituídos.

Na cozinha central foram realizados dois inventários, sendo a taxa de cumprimento nesta cozinha de 50% face ao proposto.

Garantir o funcionamento eficaz dos equipamentos.

Com a intervenção da área da Manutenção conseguiu-se ter os equipamentos sempre aptos para a confeção dos alimentos e garantir-se desta forma a confeção conforme o programado nas diferentes ementas, tendo impacto direto na:

- **Aptidão Constante** dos equipamentos (como fornos de convecção, estufas e fogões, equipamento de conservação e congelação, diferentes robots de cozinha) que são mantidos no seu estado ideal de funcionamento, garantindo que a capacidade produtiva da cozinha esteja sempre a 100%;

- **Fidelidade à Ementa:** Com o funcionamento correto dos a equipa de cozinha consegue cumprir rigorosamente o planeamento das ementas. Não há necessidade de improvisar substituições de pratos por falhas técnicas, mantendo a satisfação dos Utentes e Colaboradores, assim como contribui para a estabilidade de todo o pessoal que faz a confeção dos alimentos.
- **Padronização da Qualidade:** Com os equipamentos a trabalhar de forma eficaz fica assegurado que os alimentos são confeccionados da mesma forma todos os dias e que respeitam os padrões de qualidade estabelecidos, assim como todas as normas do HACCP.
- **Redução do Desperdício:** O funcionamento contínuo e correto dos equipamentos garante a redução do desperdício alimentar, evitando quebras desnecessárias causadas por falhas técnicas.

Em suma, a estreita colaboração e o fluxo de comunicação contínuo entre as unidades de produção e a equipa de manutenção foram os pilares que permitiram consolidar, ao longo de 2025, um ambiente de trabalho pautado pela previsibilidade e segurança.

Esta sinergia foi determinante para que a operação decorresse sem interrupções e em estrita conformidade com o planeamento estabelecido. Como resultado direto desta articulação, foi possível maximizar a eficiência dos equipamentos disponíveis e elevar os padrões de serviço, garantindo uma resposta de excelência às necessidades dos nossos utentes e colaboradores.

Identificar e corrigir não conformidades.

As auditorias representam uma ferramenta essencial de avaliação das práticas, procedimentos e processos, com vista a garantir a sua conformidade com os padrões estabelecidos e o compromisso contínuo com a segurança alimentar, em todos os níveis da operação.

As não conformidades, identificadas foram corrigidas, com base nos relatórios de auditoria, que se revelaram fundamentais para a melhoria contínua do serviço.

Como resultado deste acompanhamento sistemático, verificou-se uma melhoria significativa das classificações obtidas, refletindo o reforço das boas práticas e da conformidade com os requisitos de segurança alimentar.

Monitorizar o estado nutricional dos utentes das diferentes Respostas Sociais.

A monitorização do estado nutricional dos utentes da Instituição é realizada de acordo com o estabelecido no plano individual de cada um, sendo realizada a todos semestralmente, com exceção de utentes sinalizados sejam eles casos de baixo peso ou excesso de peso, nos quais a monitorização é feita de forma mais regular dependendo do estabelecido para cada um.

Ao longo do ano de 2025, foram realizadas **677 avaliações antropométricas, mais 211 face ao objetivo traçado**. Este aumento significativo, face ao número proposto em plano de atividades, foi possível devido ao trabalho realizado por uma aluna em estágio curricular que, durante os meses de outubro e novembro reavaliou todos os utentes nas diferentes Respostas Sociais (Lar São Vicente, Unidade de Vida Apoiada Casa da Paz, ERPI Roseiral e ODA e Centros de Dia Roseiral e ODA).

Promover acompanhamentos nutricionais individuais.

Uma das grandes preocupações do serviço de nutrição é a sinalização precoce de utentes em risco nutricional, sejam eles devido a baixo peso, peso excessivo e/ou doença. No decorrer do ano de 2025 foram realizados **17 acompanhamentos individuais a utentes**, nas diversas Respostas Sociais: 8 utentes na ERPI Roseiral, 4 utentes na ERPI ODA, 2 utentes no Centro de Dia ODA, 2 utentes na Unidade de Vida Apoiada Casa da Paz e 1 utente no Lar São Vicente. Foram aplicados planos alimentares individualizados à condição clínica, agindo de forma a evitar agravamento do estado nutricional dos utentes sinalizados.

Promover a formação contínua dos colaboradores.

As ações formativas com as diversas equipas de colaboradores assumem um papel muito relevante no cumprimento dos objetivos e metas deste serviço. Ao longo do ano de 2025 foram realizadas **11 ações formativas com colaboradores**: 6 ações formativas com as equipas de ERPI e Centro de Dia ODA, com abordagem à temática da Diabetes, Insuficiência Renal e Empratmentamento de Refeições; 3 ações formativas com as equipas da ERPI Roseiral com abordagem à temática da Alimentação do Idoso; 2 ações formativas com as equipas do Lar São Vicente com abordagem ao tema do Empratmentamento de Refeições.

Cientes que o ano de 2026 irá trazer consigo inúmeros desafios, dada a escalada de crescimento da Instituição, seguimos confiantes, com uma reorganização interna do serviço. Iremos trabalhar fomentando o espírito de equipa, de forma a cumprir com a missão principal deste serviço: garantir um fornecimento alimentar de qualidade a todos os grupos populacionais da Instituição.

2.7.6. Setor da Lavandaria

Para 2025, o setor da lavandaria definiu dois eixos estratégicos prioritários: a maximização da eficiência operacional dos equipamentos e o reforço da articulação com as respostas sociais. Esta cooperação visa aperfeiçoar a triagem na origem, otimizando o tratamento de roupa contaminada e promovendo uma redução sustentada dos custos com o Kg de roupa lavada.

O resultado apurado nas duas lavandarias em 2025 traduz uma concretização do proposto para o Equipamento dos Olhos de Água (ODA) mas um aumento do custo do Kg de roupa lavada na Lavandaria Central.

Lavandaria no Equipamento Olhos de Água

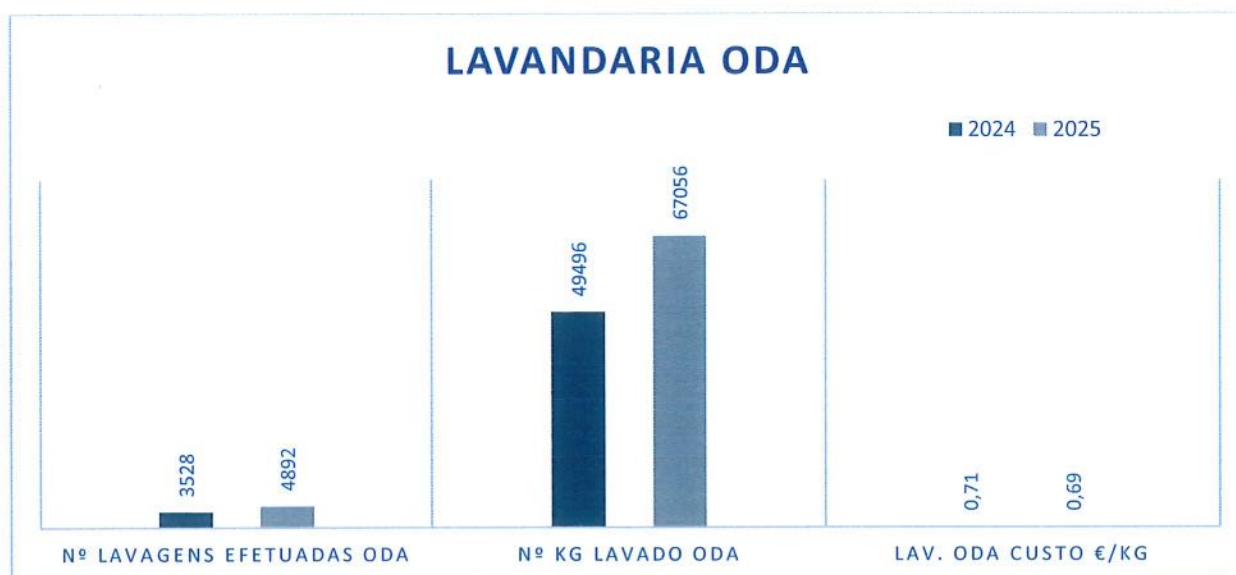
Na lavandaria do ODA, o aumento do volume de trabalho reflete a consolidação dos serviços e a maximização da capacidade instalada. Atualmente, a infraestrutura assegura o tratamento de roupa de seis respostas sociais: ERPI ODA, Centro de Dia (CD) ODA, CD Roseiral, SAD ODA, SAD Roseiral e Creche ODA.

O crescimento do número de quilogramas processados é o resultado direto de três fatores operacionais determinantes:

- O preenchimento total das vagas do ERPI, que gera um fluxo constante de roupa pessoal e de cama;
- A decisão de concentrar o tratamento de roupa do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) nesta lavandaria aumentou, pelo motivo das obras e requalificação do Roseiral, também contribui para o aumento da roupa processada;
- A inclusão do Centro de Dia do Roseiral na logística da unidade.

Esta agregação de serviços permitiu um ganho de escala de roupa processada. Apesar do **aumento de aproximadamente 28% no número de lavagens e de 26% no volume de kg processados**, a estabilização dos custos com recursos humanos permitiu otimizar a eficiência financeira. Como resultado, **verificou-se uma redução de 2,8% no custo unitário, fixando o custo de processamento em 0,69 €/kg**, conforme o verificado no gráfico.

Gráfico 7 – Evolução do custo do KG de roupa lavada na lavandaria do equipamento Olhos de Água.



NOTA: Os custos €/Kg inclui todas as despesas com RH e FSE's

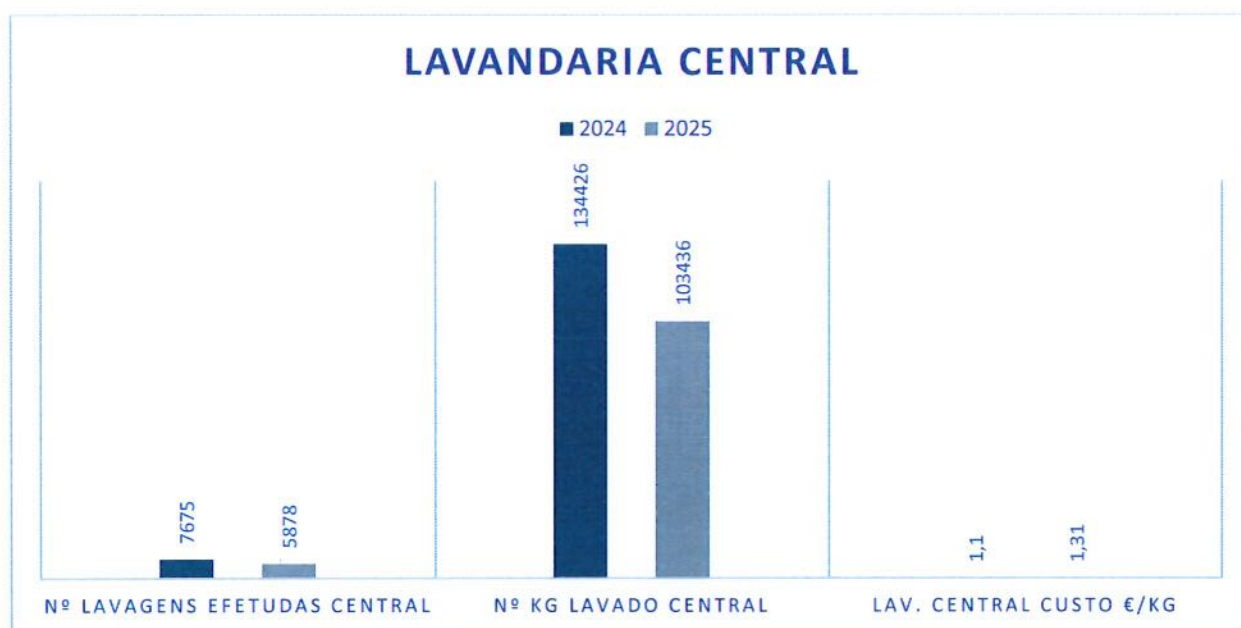
Lavandaria Central

Na lavandaria central, verificou-se uma redução no volume de roupa higienizada, justificada por três alterações estruturais e logísticas:

- **Requalificação do ERPI Roseiral:** A mudança temporária para o Espaço Bússola implicou uma redução do número de utentes instalados, resultando num menor fluxo de roupa de cama, banho e vestuário pessoal, aproximadamente em 28 %, face a 2024.
- **Projeto de Autonomia (Lar "A Gaivota"):** No âmbito do seu processo de autonomização, os jovens desta valência passaram a tratar do seu próprio vestuário dentro do Lar, retirando essa carga da lavandaria central, o que originou uma redução de 31%, face a 2024.
- **Descentralização de Serviços:** O tratamento da roupa proveniente do Apoio Domiciliário e do Centro de Dia do Roseiral foi transferido para a lavandaria do ERPI dos Olhos de Água.

Estas três alterações no seu somatório global provocaram **uma redução de aproximadamente 23% de roupa processada durante todo o ano de 2025**, mantendo-se todos os recursos humanos existentes na lavandaria, ou seja, todos os encargos com o pessoal não reduziram e tiveram as atualizações que a lei protagoniza, originando um aumento com os custos com pessoal versus uma redução de Kg de roupa lavada, pelo que originou um aumento com o custo do Kg de roupa lavada perto dos 16%, **fixando o custo de processamento em 1.31 €/kg**, conforme o gráfico apresenta.

Gráfico 8 – Evolução do custo do KG de roupa lavada na lavandaria central.



NOTA: Os custos €/Kg inclui todas as despesas com RH e FSE's

Conclui-se que o desempenho das unidades de lavandaria em 2025 revela realidades distintas: enquanto a lavandaria do ODA reduziu o custo unitário para 0,69 €/kg através do ganho de escala, a lavandaria central enfrenta o desafio da subutilização da capacidade instalada. A redução do volume processado nesta última, motivada por fatores conjunturais e estratégicos, resultou num aumento dos custos fixos por quilograma. Face a este cenário, foram já implementadas medidas corretivas, nomeadamente a reafecção de recursos humanos e o encerramento da unidade aos fins de semana, visando a mitigação dos custos com o pessoal e com FSE (Fornecimentos e Serviços Externos), ajustando a Lavandaria Central à nova realidade logística da instituição procedendo à monitorização dos indicadores de desempenho da lavandaria Central.

2.7.7. Setor dos Transportes e Gestão de Frota












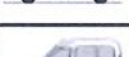


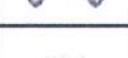






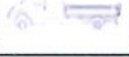

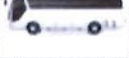
Em 2025, a Gestão de Frota da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira pautou a sua atuação pelos pilares da eficiência operacional, segurança e conformidade legal. Embora o objetivo estrito de redução de custos não tenha sido atingido — fruto de decisões estratégicas e investimentos de médio prazo —, o setor garantiu a plena execução de todos os serviços programados junto das Respostas Sociais, priorizando a excelência e a pontualidade no transporte de utentes.

Com o foco na otimização logística, a Instituição deu início ao plano de renovação das viaturas de maior desgaste. Destaca-se a aquisição de uma nova unidade de transporte alimentar, num investimento de 43 mil euros (capitais próprios). Esta viatura apresenta maior capacidade de carga e uma transformação específica no compartimento de carga que permite a polivalência no transporte de outros produtos, como é o exemplo da roupa por higienizar. Esta aquisição foi fundamental para:

- O Apoio Logístico, dando resposta à centralização dos serviços de alimentação e lavandaria no Espaço Bússola, decorrente da requalificação da ERPI Roseiral;
- Ao nível da Segurança Alimentar, com a compartimentação por forma a segregar a roupa limpa e suja, assegurando o cumprimento rigoroso das normas de higiene.
- Contributo para a Eficiência, por Substituir uma unidade em fim de vida útil, com elevado desgaste e custos de manutenção crescentes.

O esforço financeiro realizado foi crucial para sustentar uma operação que, em 2025, percorreu cerca de 390.000 quilómetros — um crescimento de 25,5% face a 2024. No encerramento do exercício, a frota apresentava a seguinte composição.

Tabela 69 – Listagem das viaturas em 2025

FROTA DE VIATURAS DA MISERICORDIA DE ALBUFEIRA					
	Skoda Superb , 5 Lugares	1		Renault Master, 9 Lugares	1
	Renault Mégane , 5 Lugares	1		Mercedes Sprinter, 9 Lugares (possibilidade de 2 adaptados)	1
	Dacia Lodgy, 7 Lugares	1		Toyota Hiace, 9 Lugares	2
	Renault Captur , 5 Lugares	1		Toyota Hiace, 3 Lugares	1
	Renault Kangoo, 3 Lugares + 1 Adaptado	1		Peugeot 207 SW, 5 Lugares	1
	Renault Kangoo Curta, 5 Lugares	1		Peugeot Partner, 5 Lugares	1
	Renault Kangoo Curta, 3 Lugares	1		Seat Ibiza, 5 Lugares	1
	Renault Kangoo Curta, 2 Lugares	1		Ford Transit 3 Lugares, Longa teto alto	1
	Renault Kangoo Curta 100% elétrica, 2 Lugares	1		Ford Transit 3 Lugares, Longa - Alimentação	1
	Renault Kangoo Longa, 2 Lugares - Alimentação	1		Ford Transit Cabine Dupla, 5 Lugares, com Caixa aberta	1
	Mercedes Citan, 2 Lugares	2		Iveco 37 + 1 Lugares	1
	Renault Trafic, 9 Lugares	2		Fiat	1
Nº Total de Viaturas 27					

Em alternativa à aquisição imediata de novas viaturas, a Mesa Administrativa optou pelo acondicionamento estratégico de quatro unidades-chave, prolongando a sua operacionalidade e otimizando recursos para outros investimentos prioritários:

1. Autocarro de 38 lugares (Transporte Escolar): Face à revisão legislativa que estendeu a vida útil destes veículos, suspendeu-se o seu abate. Foi realizado um acondicionamento de 5,3 mil euros, garantindo a conformidade legal para o transporte de crianças até dezembro de 2026 e servindo como ativo de reserva para a utilização de outras Respostas Sociais (ERPI, Centro de Dia, ...).

2. Viatura de Caixa Aberta (Carrinha Ford Transit): Requalificação de mecânica geral integral (investimento de 5 mil euros) com vista a prolongar a sua utilização por mais quatro anos.
3. Renault Kango XXL: A antiga viatura de alimentação, inicialmente destinada a substituição, foi recondicionada (cerca de 2 mil euros) e reafectada ao SAD, reforçando a capacidade logística deste serviço. Renault Master (Transporte de Utentes – Centro de Dia): Realização de uma manutenção corretiva extraordinária profunda (sistema de sobrealimentação, escape e filtros de partículas), num valor de 12 mil euros, garantindo pelo menos mais 4 anos de utilização, com uma viatura que é adaptada para o transporte de Utentes em cadeira de rodas.

Numa análise isolada à manutenção preventiva e corretiva geral, registou-se uma redução de 3,8% face a 2024. Contudo, o investimento total do setor reflete o esforço financeiro de recondicionamento das quatro viaturas mencionadas, decisão que permite à Instituição adiar investimentos vultuosos em novas aquisições, mantendo a frota segura e operacional.

Gráfico 9 – Evolução do custo da manutenção das viaturas em 2025.

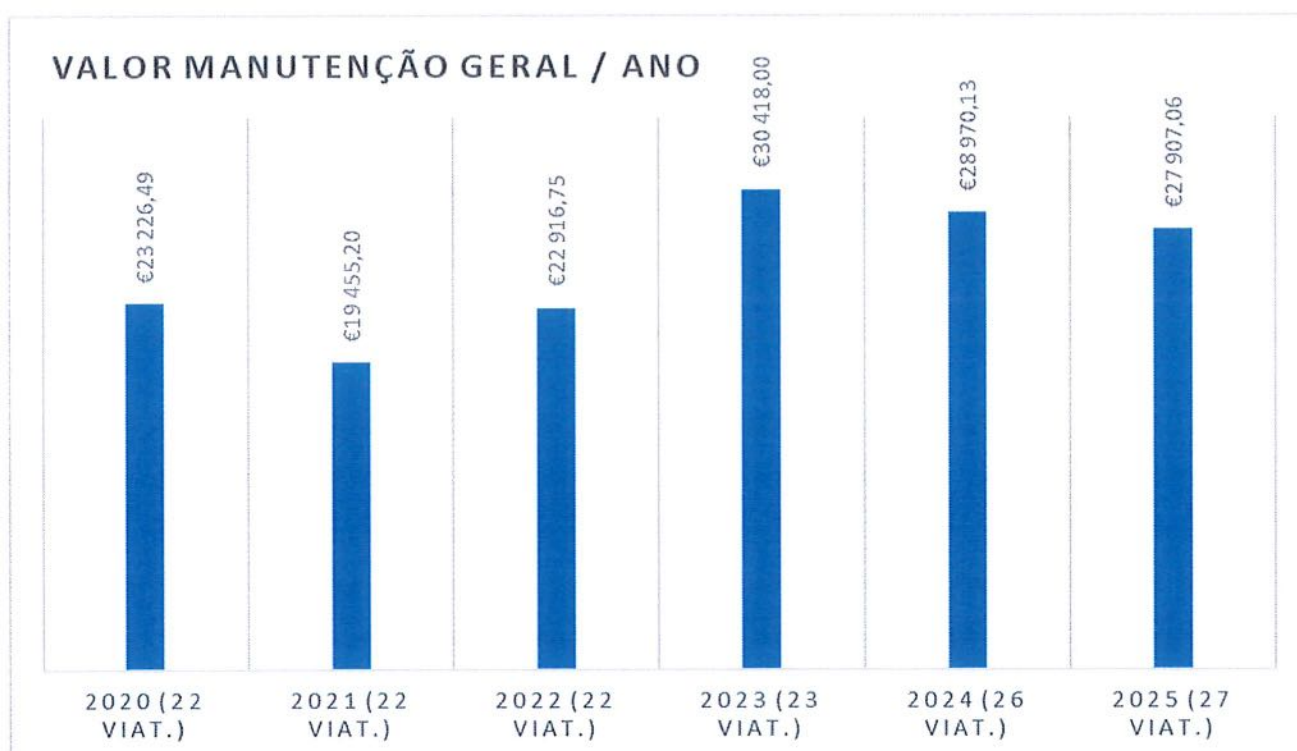


Gráfico 9 – Evolução dos custos da manutenção geral com todas as viaturas em 2025.

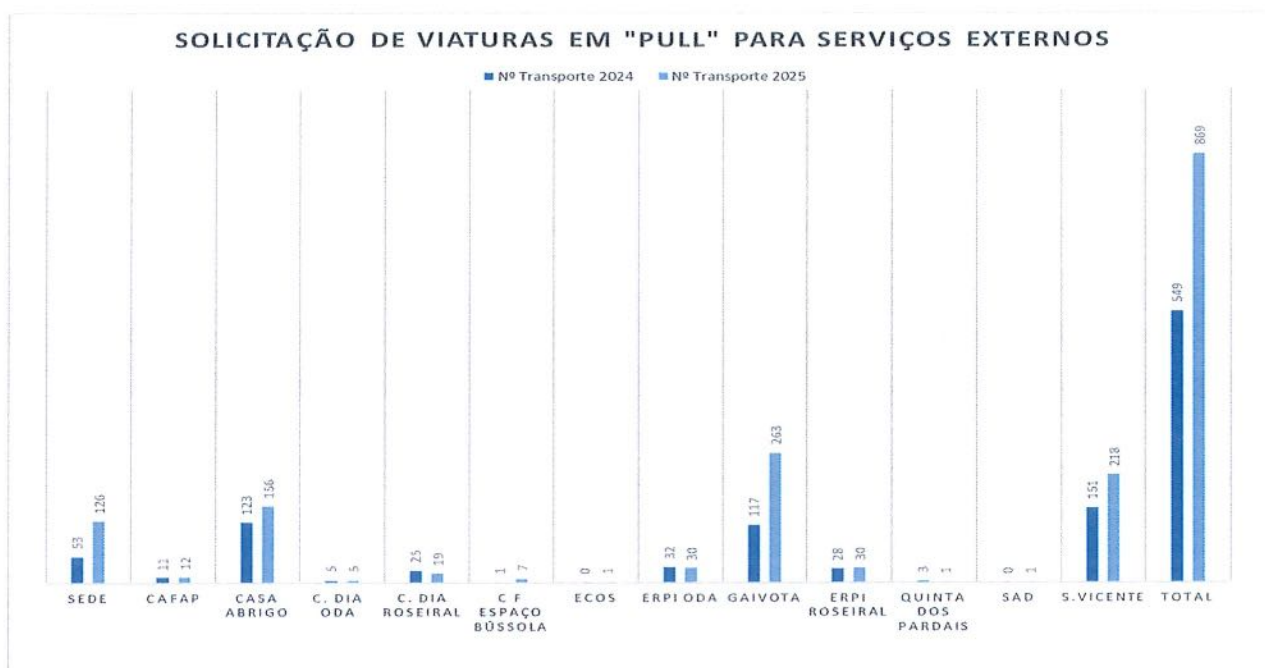
No que respeita à utilização da frota em regime de "Pool" — viaturas requisitadas pelos diferentes serviços e Respostas Sociais sem recurso a motorista afeto ao setor dos transportes —, registou-se um crescimento acentuado de 36,8% face ao exercício de 2024.

Este incremento reflete a dinâmica operacional da Instituição em 2025, sendo justificado por dois eixos principais:

1. Nos Serviços Centrais pelo Aumento das necessidades de deslocação para tratamento de expediente e apoio administrativo da Sede, assim como pelo aumento de atividade de algumas áreas de desenvolvimento e controlo que tiveram o seu início de atividade durante o ano.
2. Nas Respostas Sociais pela Intensificação das atividades externas, transporte de utentes e rotinas logísticas, principalmente nas valências Gaivota, S. Vicente e Casa Abrigo.

A gestão partilhada destes recursos permitiu uma resposta ágil às necessidades imediatas de cada serviço, garantindo a autonomia das equipas técnicas e operacionais. O gráfico seguinte detalha a distribuição destas requisições por centro de custo.

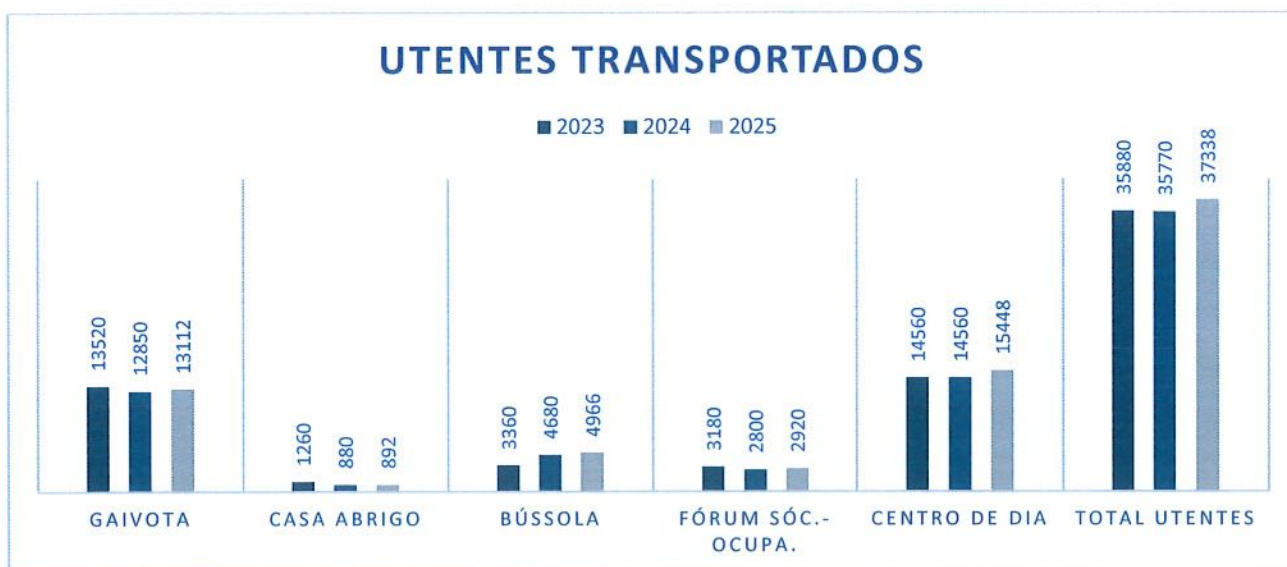
Gráfico 10 – Evolução do custo da manutenção das viaturas em 2025.



No que concerne à atividade de transporte de utentes, a Misericórdia de Albufeira manteve a continuidade do modelo de transporte de utentes consolidado no exercício anterior. A análise dos indicadores de transporte diário revela um crescimento de aproximadamente 5% face a 2024.

Este incremento é o resultado direto da taxa de ocupação das Respostas Sociais, com o preenchimento de vagas. A estabilidade do modelo implementado permitiu absorver este aumento de procura sem comprometer os padrões de pontualidade e segurança que definem o serviço.

Gráfico 11 – Evolução comparativa do volume de utentes transportados em 2025.

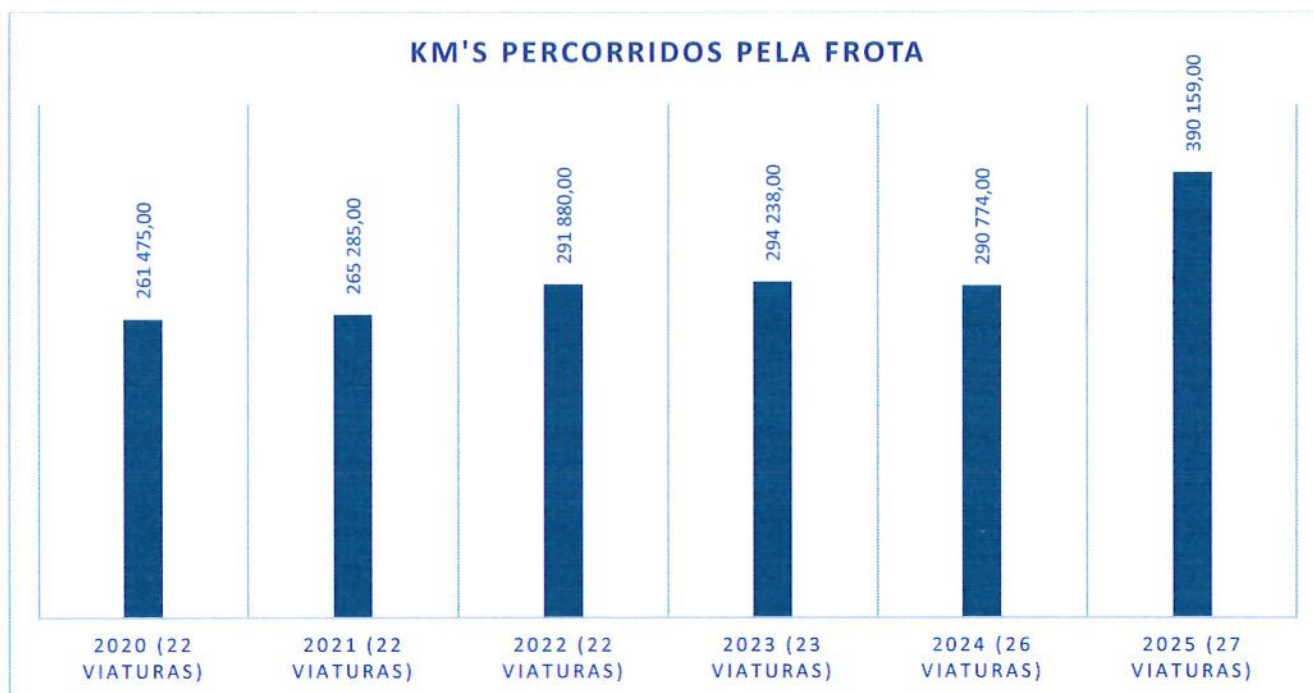


Face aos indicadores expostos, conclui-se que o objetivo inicial de redução da quilometragem anual não foi atingido, registando-se, pelo contrário, um acréscimo de 25,47% na distância percorrida face a 2024.

Este desvio em relação à meta prevista é justificado por dois fatores operacionais críticos:

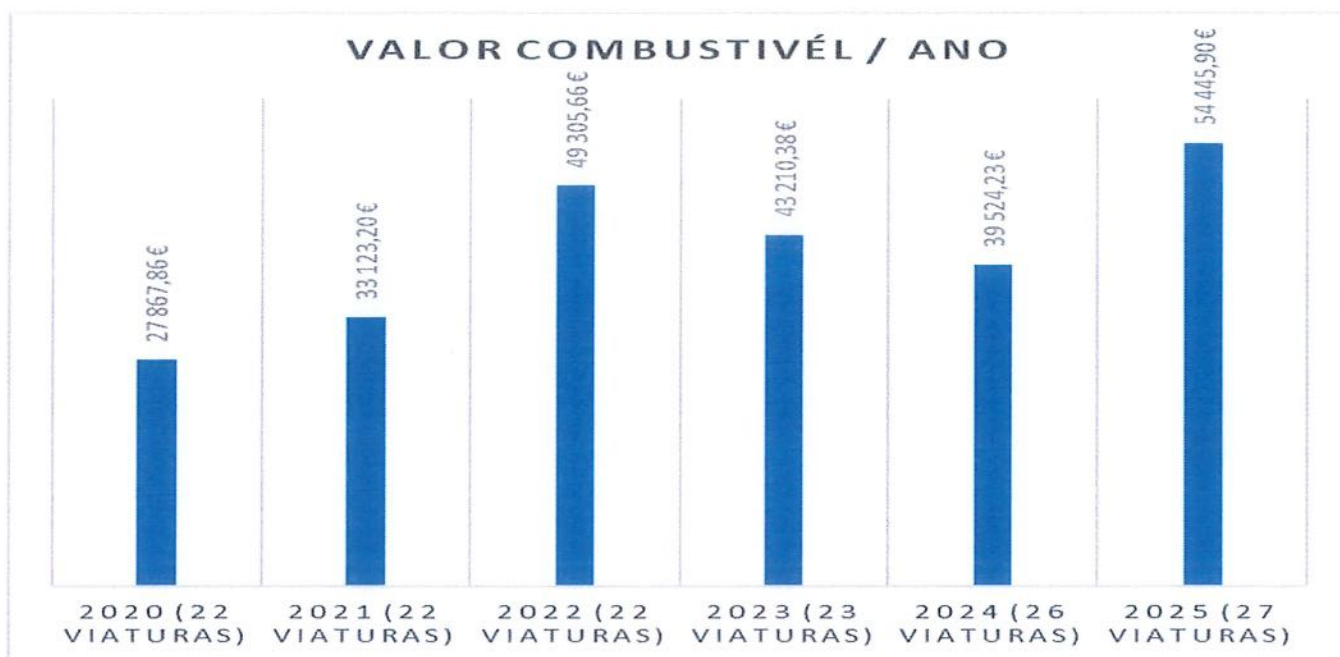
1. Dispersão geográfica, com o aumento do número de utentes acompanhados pela Instituição abrangeu zonas periféricas do Concelho (nomeadamente Vale Parra, Paderne e Olhos de Água), exigindo circuitos de transporte mais extensos e frequentes.
2. Dinâmica Interna, o elevado volume de requisições de viaturas para serviços de apoio direto às Respostas Sociais e dos Serviços Administrativos intensificou a utilização da frota fora dos circuitos fixos.

Gráfico 12 – Evolução dos Kms percorridos pela frota por ano.



O consumo de combustível acompanhou a tendência de crescimento da operação, registando igualmente um desvio face à meta de redução estabelecida para o exercício de 2025.

Este resultado é indissociável dos fatores anteriormente mencionados: o incremento do número de serviços prestados e a maior quilometragem percorrida para assegurar a cobertura logística em todo o concelho e as necessidades transversais executadas pelos serviços gerais. A correlação direta entre o aumento da atividade e os custos com o combustível justifica os valores apresentados de seguida.

Gráfico 13 – Evolução do custo de combustível por ano.

No que concerne aos Recursos Humanos, a manutenção da equipa de sete motoristas tem sido fulcral para a estabilidade e eficiência da operação em 2025. Num ano marcado pelo aumento significativo da quilometragem (25,5%) e da complexidade logística, a experiência e a polivalência destes profissionais garantiram a continuidade dos serviços sem interrupções.

A retenção desta equipa permitiu:

- O Conhecimento dos Circuitos, com o domínio das rotas em todo o concelho (incluindo as zonas periféricas de Paderne, Vale Parra e Olhos de Água) foi determinante para a pontualidade no transporte de utentes.
- Segurança e Confiança, a continuidade dos mesmos profissionais reforça a relação de confiança com os utentes das diferentes Respostas Sociais, fator crítico na prestação de cuidados de proximidade.
- Flexibilidade na Gestão de Imprevistos, a capacidade de resposta da equipa permitiu absorver o aumento do volume de pedidos internos e as necessidades extraordinárias de transporte, mantendo os padrões de segurança rodoviária e conformidade legal.

Esta estabilidade nos recursos humanos é, portanto, o alicerce que sustenta a operação da frota e permite à Instituição responder com eficácia aos desafios de crescimento registados no último ano.

A estratégia definida para 2025 foi monitorizada através de indicadores de desempenho (KPIs) específicos. A tabela seguinte detalha o grau de cumprimento das metas estabelecidas, evidenciando o impacto direto do aumento da atividade operacional na manutenção e gestão dos ativos:

Tabela 70 – Execução anual do Plano de Atividades

OBJETIVO	INDICADOR	META	REALIZAÇÃO	ANÁLISE DE DESVIO
EXECUTAR AÇÕES DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA	Nº de manutenções	23	56	Desvio motivado pelo incremento substancial de quilometragem e pela antiguidade da frota, exigindo substituições preventivas obrigatórias
EXECUTAR AÇÕES DE MANUTENÇÃO CORRETIVAS	Nº de Ações Corretivas (acidente)	10	0	Devido à meta estabelecida pela elevada taxa de utilização diária, optou-se por diferir reparações estéticas/exteriores não impeditivas da circulação.
	Nº de Ações Corretivas (avarias mecânicas)	10	68	Desvio significativo pelo resultado direto do desgaste acentuado das peças face ao volume de serviço e idade dos equipamentos.
CUMPRIR COM A LEGISLAÇÃO E NORMATIVO PARA A DISPONIBILIZAÇÃO TOTAL DA FROTA	Nº de Inspeções Periódicas Obrigatórias (IPO)	20	22	Realização de mais 2 inspeções adicionais para viabilizar a reativação do autocarro e da Ford Transit.
ABATE E VENDA DE VIATURAS OBSOLETAS	Tipo de reparação corretiva versus orçamento da reparação	4	1	Apenas o Seat Ibiza foi encaminhado para abate. As restantes 3 unidades foram mantidas e recondiçionadas para assegurar a continuidade do serviço.
LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS VIATURAS	Nº de viaturas higienizadas semanalmente	10	10	Cumprimento integral do plano de higienização em todas as viaturas de transporte e regime de <i>pool</i> .

Para o exercício de 2026, o desafio operacional mantém-se elevado, condicionado pelo estado de conservação e pela antiguidade média da frota. Para mitigar riscos e otimizar a performance do setor, a Instituição prevê concluir, até ao final do ano, a contratualização de um sistema de gestão de frota.

Este investimento tecnológico permitirá a monitorização de parâmetros de condução e do estado mecânico das viaturas em tempo real. Os dados recolhidos serão cruciais para:

- Otimização de consumos de combustível e desgaste de materiais, proporcionando uma redução de custos.
- Antecipação e prevenção de avarias graves, reduzindo o tempo de imobilização, através da visibilidade de diversos indicadores observados por telemetria diretamente da viatura.
- Monitorização de perfis de condução, garantindo a integridade dos utentes e dos ativos, através da visualização do regime de acelerações e travagens bruscas, regimes de velocidade, alarmística de transgressões do código da estrada, como é o exemplo do excesso de velocidade, deteção de enchimento do depósito e quantidade de litros colocados, entre outros.

O balanço de 2025 reflete um setor de transportes sob elevada pressão operacional, mas resiliente. O aumento de 25,5% na quilometragem percorrida e de 36,8% na utilização em regime de "Pool" demonstra a vitalidade e a expansão do apoio social prestado pela Misericórdia de Albufeira em todo o concelho.

Embora o cenário de envelhecimento da frota tenha exigido um investimento extraordinário em manutenção corretiva e recondiçionamentos, as decisões tomadas permitiram assegurar a continuidade de todos os serviços e o transporte de um volume crescente de utentes com total segurança. A transição para uma gestão digital em 2026, aliada à política de renovação estratégica de viaturas, com a entrada em operação de duas viaturas 100% elétricas adquiridas com o financiamento do PRR, dotará a Instituição das ferramentas necessárias para conciliar a excelência do serviço com a sustentabilidade financeira do setor, assegurando uma resposta logística moderna, segura e eficiente para todas as nossas Respostas Sociais.

Gestão de Projetos



CAPACITAR

Formações

100% GRATUITA

Fortaleça com
com o projeto



2.9. GESTÃO DE PROJETOS

TAXA DE EXECUÇÃO - PROJETOS 2025		Valor total aprovado em candidatura 2810561,57€	Valor Executado em 31/12/2025 556303,65€
03/MQPDI/FI/FC/24	Taxa de Execução		65,34%
08/MQPDI/FI/FC/24	Taxa de Execução		27,23%
Centro de Recursos	Taxa de Execução		87,50%
17/GIP/2018 (Prorrogação 4ª edição)	Taxa de Execução		90,15%
ALGARVE- FSE+-00465000 (SQILLS)	Taxa de Execução		6,46%
ALGARVE- FSE+-1311200 (CAPACITAR)	Taxa de Execução		21,80%
ALGARVE- FSE+-03019000 (CLDS 5G)	Taxa de Execução		3,0%
PESSOAS- FSE+-005323 (Distribuição direta)	Taxa de Execução		16,14%
PESSOAS- FSE+-023557 (Distribuição indireta)	Taxa de Execução		32,76%
TOTAL = 19,8%			



sqills
INOVAÇÃO EDUCACIONAL

2.9.1 SQILLS

O Projeto sQILLS constitui uma **Iniciativa** de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES) que se destina a reduzir o insucesso e abandono escolar no concelho de Albufeira. O projeto é cofinanciado pelo Estado Português e pela União Europeia, através do Programa Regional Algarve 2021-2027 (Algarve 2030), sob a Tipologia de Operação Parcerias para a Inovação Social, que visa o desenvolvimento e/ou crescimento de IIES com elevado impacto na área do desenvolvimento de competências em crianças e jovens. Tem como Investidores Sociais o Município de Albufeira e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira.

O **objetivo** principal da iniciativa é criar uma solução inovadora e integrada para reduzir o insucesso e abandono escolar precoce das crianças e dos jovens do concelho de Albufeira, através do desenvolvimento de ações individualizadas que fortaleçam as suas competências pessoais e sociais. Com o desdobramento do objetivo principal, tomam-se por objetivos de reduzir a taxa de retenção e desistência escolar precoce e aumentar ou fortalecer um conjunto importante de competências das crianças e dos jovens que contribuem para o sucesso escolar. O projeto apresenta como **meta** 1000 crianças ou jovens em situação de vulnerabilidade, ao participarem nas atividades do projeto, melhorarem em pelo menos 20% as suas competências pessoais e sociais que contribuem para a redução do insucesso e abandono escolar.

O projeto tem como **destinatários** as crianças e os jovens do concelho de Albufeira, que frequentam escolas TEIP e/ou que pertencem a um dos seguintes grupos-alvo: migrantes, refugiados ou deslocados, de etnia cigana, em risco de pobreza, em risco de exclusão social, em precaridade habitacional, de famílias monoparentais, de famílias alargadas, de famílias que apresentam deficiência ou incapacidade ou que apresentam problemas de saúde mental, em risco de insucesso e de abandono escolar. O projeto irá decorrer com as crianças e jovens do concelho de Albufeira, durante os anos letivos de 2024/2025, 2025/2026 e 2026/2027 e, ainda, durante os primeiros dois meses e meio do ano letivo de 2027/2028.

Com o projeto efetua-se um conjunto diferenciado de atividades, integradas num **modelo de intervenção** pessoal e social inovador, com 3 eixos e 6 dimensões. Em 2025 foram efetuadas um número muito apreciável de atividades (ver a Tabela 71).

Tabela 71: Execução das atividades e modelo de intervenção pessoal e social do Projeto sQILLS.

EIXOS	- DIMENSÕES	ATIVIDADE	EXECUÇÃO
DESENVOLVIMENTO PESSOAL	- Interno	Avaliação inicial	273
		1. À minha descoberta.	468
		2. Eu desenvolvo as minhas competências.	340
		3. A minha casa e o meu espaço de estudo.	28

DESENVOLVIMENTO PSICOTERAPÊUTICO	- Na relação	4. O que esperam os meus pais e professores.	5
		5. Eu sei falar português.	474
	- Criativo	6. Arteterapia.	84
		7. O meu desafio.	30
	- Na saúde mental	8. Musicoterapia e meditação.	91
DESENVOLVIMENTO SOCIOPROFISSIONAL		9. Desenvolvimento cognitivo.	549
		10. Intervenção em pedopsiquiatria e neuropsicologia	9
	- Social e cultural	11. O meu grupo e os outros.	29
		12. Como é bom viver em Portugal.	12
	- Na autonomização	13. Eu vou ter uma vida sustentável.	69
	14. Autonomia e independência.	21	
		Avaliação do impacto da intervenção	7
		Total	2489

Nota: as 14 atividades do modelo de intervenção são, para cada participante, precedidas pela atividade de avaliação inicial e concluídas pela atividade de avaliação do impacto da intervenção.

O projeto iniciou a operação no dia 29 de novembro de 2024. Nos primeiros três meses do projeto, e primeiros dois meses do ano de 2025, centrou-se a ação no planeamento e na preparação das atividades e da operação em geral do projeto. Já para o final de fevereiro, a ação passou a centrar-se na execução das atividades, que se tornaram mais expressivas em número, a partir de meados de março.

Em termos de **planeamento**, efetuaram-se um conjunto muito apreciável de ações, que incluíram: a) a planificação das atividades e a construção dos materiais e do portefólio de atividades; b) a elaboração dos documentos do sistema documental do projeto, incluindo os formulários de recolha de dados, os instrumentos de avaliação e as folhas de gestão do projeto em Excel; c) o recrutamento da equipa nuclear do projeto, a exercer a tempo inteiro, e da equipa alargada, em regime de prestação de serviços; d) a preparação dos espaços para as atividades, incluindo a aquisição de materiais e de equipamentos; e) a formalização de protocolos de parceria com as instituições intervenientes principais nesta área de atuação, como são o município, as juntas de freguesia, os agrupamentos de escolas e a CPCJ; f) a dinamização da colaboração e articulação com os parceiros, com recurso a reuniões e apresentações formais do projeto; g) a divulgação geral do projeto por outros meios, tais como a participação em eventos, o fornecimento e afixação de materiais de divulgação e a desmultiplicação de contactos por e-mail, por telefone e presenciais e, ainda, através das redes sociais e website da instituição.

Já no que diz respeito à **execução** das atividades propriamente ditas, cresceram a bom ritmo durante todo o ano, acompanhando o aumento do número de referenciações e do início das intervenções com os participantes. Mais precisamente, efetuaram-se 2489 atividades com as/os 319 crianças e jovens que iniciaram a intervenção. A meio do ano a agenda semanal da equipa deixou de comportar mais marcações e teve-se de proceder ao aumento da equipa. O mesmo aconteceu já para o final de 2025, neste caso, aumentando a equipa externa. No final do

primeiro semestre, a equipa era composta por 9 elementos e, no final do ano, por 13 colaboradores, dos quais 5 técnicos/as a tempo inteiro e 8 técnicos/as em prestação de serviços (ver a Figura 1 e a Tabela 71).

Figura 1. Equipa do projeto no final do ano.



Durante 2025, as atividades realizaram-se no Espaço ECOS e em 6 escolas do concelho, pertencentes aos 3 agrupamentos de Albufeira. A colaboração das escolas e dos agrupamentos foi decisiva para se conseguir intervir em mais crianças e jovens e, muito particularmente, naqueles que tinham mais dificuldade ou que não se conseguiam deslocar ao Espaço ECOS para efetuarem as atividades. Isso também foi muito importante para o projeto, porque o espaço ECOS apresenta limitações de número de espaços para as atividades e, ainda mais com o aumento da equipa, tornou-se fundamental descentralizar a execução das mesmas. No final de 2025, o projeto estava a corresponder e praticamente a atingir os indicadores de referência de 2025, estabelecidos e desejáveis para que, no final do projeto, se consiga cumprir a meta inicialmente estabelecida (ver a Tabela 72).

Tabela 72. Execução e cumprimento dos objetivos face aos indicadores de referência.

OBJETIVOS*	PREVISTO	EXECUTADO	CUMPRIMENTO
REFERENCIAÇÕES (ABRANGÊNCIA DE PARTICIPANTES)	≥ 350	344	98,3 %
N.º DE INTERVENÇÕES INICIADAS	≥ 300	319	110,6 %
SATISFAÇÃO COM AS ATIVIDADES	≥ 6	9,5	158,3 %
META	≥ 10	7	70,0 %

Nota: * = nesta fase os objetivos parciais constituem apenas referências, para mais facilmente se atingirem o objetivos e meta finais.

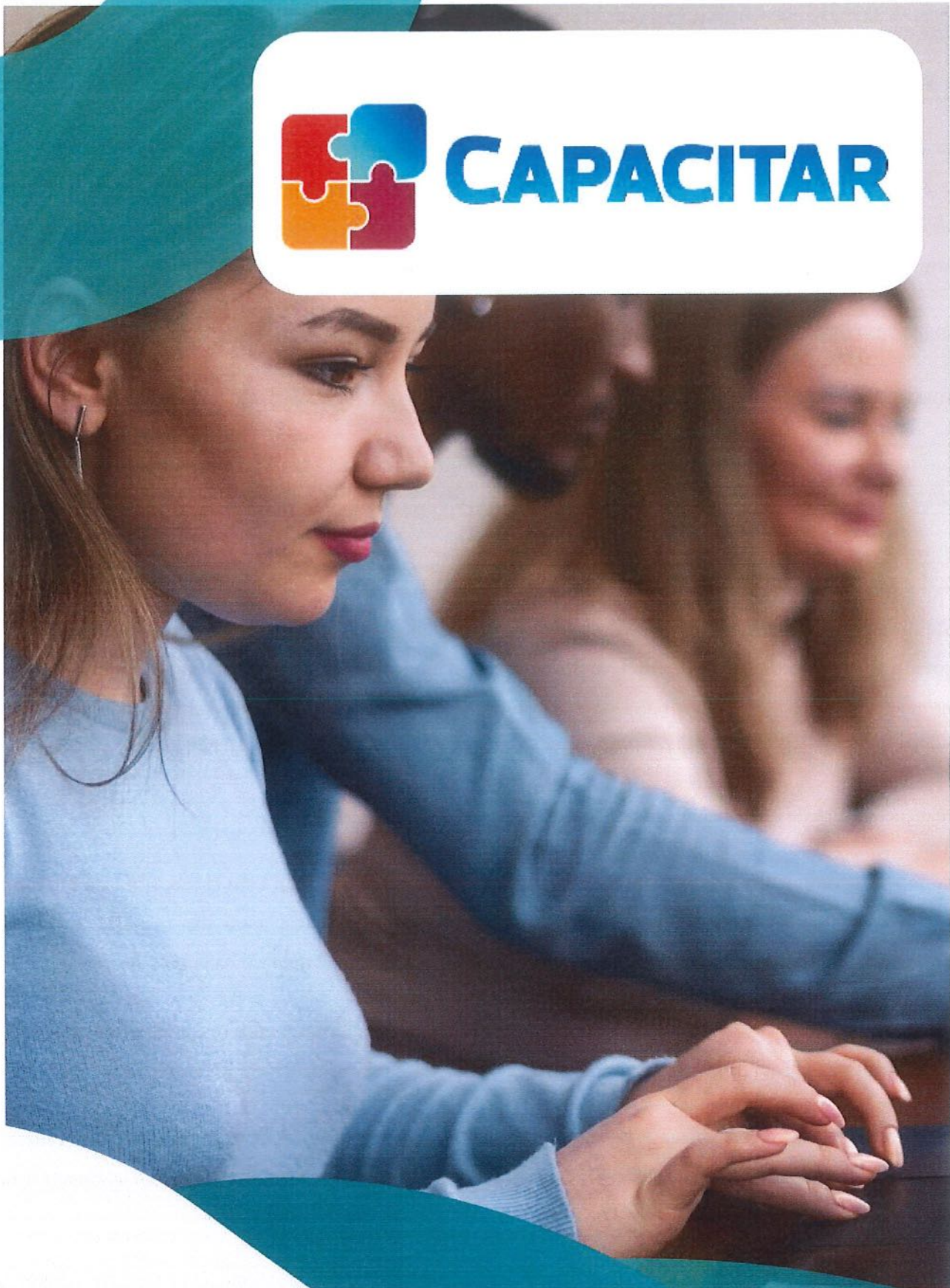
Considera-se que o tempo de execução do projeto é ainda demasiado curto e que a referência para a meta neste ano é demasiado pequena para se poder inferir sobre o seu cumprimento, apenas com base nos resultados atuais. De facto, com os participantes que estão em intervenção neste primeiro ano, é provável que se atinja a meta em mais de 30%, pressupondo que 90% dos participantes em intervenção a atinjam. Considera-se que nesta fase são mais informativos e prevalecem indicadores de realização já conseguidos, tais como: a) o ritmo de referenciação; b) a capacidade de integração de novos participantes na intervenção; c) o ajustamento da equipa e da sua constituição para lhe dar resposta; d) o aumento dos espaços para o fazer, e, e) a capacidade de adaptação da equipa para encontrar novas soluções e superar os desafios.

De facto, muitos foram os desafios até agora enfrentados e, de algum modo já mitigados, dos quais se destacam: a) a insuficiente sinalização e encaminhamento inicial dos casos; b) a baixa disponibilidade dos pais para trazerem filhos/as ao ECOS para efetuarem as atividades; c) a reduzida faixa de horários ao final do dia, em que tanto as crianças e os jovens como os pais podem comparecer; d) a dificuldade em existir ou se obter salas nas escolas para as atividades; d) a escassez de técnicos superiores no mercado para enriquecerem a equipa; e) o elevado consumo de recursos de tempo necessários a toda a logística de suporte à execução do projeto, que é imensa (por exemplo, preparação das atividades, divulgação, marcações, confirmações, faltas, remarcações, atendimento telefónico e presencial tal como dos responsáveis parentais, articulação com técnicos/as e escolas, registos, elaboração de horários, expediente, integração de novos colaboradores, tratamento de dados, relatórios).

Em suma, o projeto encontra-se numa fase decisiva, por estar a atingir o seu limite ou máximo de capacidade de execução, tornando-se necessário redefinir estratégias para fazer face às novas referenciações, à falta de mais espaços para atividades, à necessidade de integração de novos/as técnicos/as e a uma execução que necessita de crescer, para se conseguir atingir minimamente a meta e uma rentabilidade financeira. Encontra-se no limite, tendo também em conta o imenso tempo que é necessário gastar em planeamento, organização e gestão, que sai fora do financiamento do projeto. Mesmo em grande sobrecarga, continua-se a efetuar um esforço para rentabilizar o tempo e os meios, para se ultrapassar sucessivamente as dificuldades e se implementarem novas soluções, para aumentar e melhorar a execução e, tal como os indicadores fazem crer, para se conseguir chegar a uma rentabilidade aceitável e ao tão desejável cumprimento meta do projeto.



CAPACITAR



2.9.2. CAPACITAR

No âmbito da tipologia de operação “(RE) Qualificação de Adultos” do Programa Regional Algarve 2030, o ano de 2025 marcou uma etapa decisiva na implementação do projeto "Formações Modulares Certificadas". Com o início da primeira ação a 24 de janeiro de 2025, o balanço deste ano civil traduz-se na **conclusão de 11 ações de formação (UFCDs)**, que envolveram um total de **198 formandos**.

Tabela 73. Execução e cumprimento dos objetivos face aos indicadores de referência a 2025

FORMAÇÃO	EXECUTADO	NÃO EXECUTADO	FORMANDOS	CANDIDATURA	TAXA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA	TAXA DE EXECUÇÃO FÍSICA
UFCDs	11	21	198	164 605,76 €	19%	34,37%

Este desempenho representa um avanço significativo no cronograma plurianual, que prevê a realização de 32 ações até novembro de 2026. Num contexto regional onde os níveis de qualificação profissional ainda permanecem abaixo da média nacional e a economia enfrenta os desafios da sazonalidade, estas ações revelaram-se fundamentais para reforçar a resiliência e a competitividade do capital humano no Algarve.

A execução física de 2025 incidiu sobre áreas estratégicas para a região:

Saúde – Programas não classificados noutra área de formação (Área 729): Com a conclusão de **3 UFCDs**, o projeto capacitou profissionais num setor em franca expansão, essencial para dar resposta à crescente densificação da rede de equipamentos sociais e à elevada procura de cuidados para a população sénior.

Indústrias Alimentares (Área 541): A realização de **6 UFCDs** permitiu dotar os setores social e turístico de mão de obra mais qualificada, elevando o padrão de serviço em áreas críticas para a economia regional.

Floricultura e Jardinagem (Área 622): Através de **2 UFCDs**, promoveu-se a especialização em processos produtivos sustentáveis, sensibilizando para formas de intervenção que respeitem e valorizem as características naturais do Algarve.

Os resultados alcançados em 2025 consolidam o caminho para o objetivo global do projeto: qualificar e requalificar ativos (empregados e desempregados), promovendo a sua sustentabilidade profissional. Mantemos o foco no cumprimento das metas finais para 2026, visando atingir os **480 formandos previstos**, com o

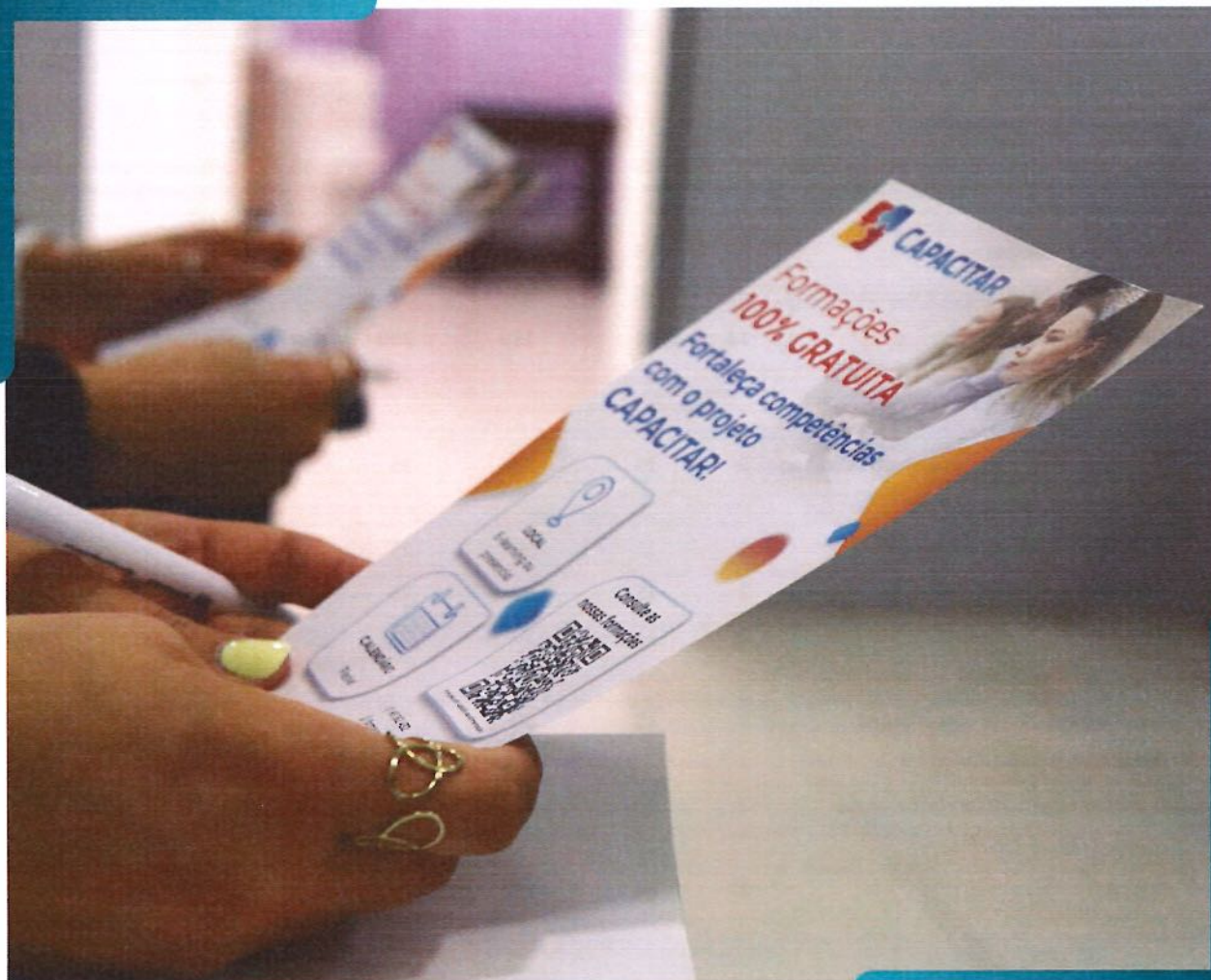
compromisso de garantir uma taxa de certificação mínima de 95% e um impacto duradouro na empregabilidade e no desenvolvimento regional.

A seguir apresentamos o Plano de formação aprovado e a sua execução até 31 de dezembro de 2025.

Tabela 74 – Execução anual do Plano de Atividades

PLANO DE FORMAÇÃO		Nº AÇÕES	Nº PARTICIP. P/ AÇÃO	Nº TOTAL PARTICIP.	Nº HORAS P/ AÇÃO	Nº TOTAL HORAS	Nº DE FORMANDOS ABRANGIDO	CONDIÇÃO
729 - SAÚDE - PROGRAMAS NÃO CLASSIFICADOS								
NOUTRA ÁREA DE FORMAÇÃO								
8852	Prática profissional na prestação de cuidados pessoais em contexto domiciliário, hospitalar e institucional	2	15	30	50	100	0	n/executado
0350	Comunicação interpessoal - comunicação assertiva	2	15	30	50	100	0	n/executado
6571	Técnicas de posicionamento, mobilização, transferência e transporte	2	15	30	50	100	16	1 ação executada
3539	Deontologia e ética profissional no apoio à comunidade	2	15	30	25	50	0	n/executado
3564	Primeiros socorros	2	15	30	25	50	41	executado
3520	Higienização de espaços e equipamentos	2	15	30	50	100	0	n/executado
	Subtotal	12	90	180	250	500	57	
541- INDÚSTRIA								
ALIMENTAR								
0349	Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos	2	15	30	25	50	0	n/executado
3296	Higiene e segurança alimentar	2	15	30	25	50	31	executado
1122	Noções e normas da qualidade	2	15	30	25	50	0	n/executado
3297	Sistema HACCP (Hazard Analysis and Critical Control Points)	2	15	30	25	50	38	executado
7731	Higiene e segurança alimentar na restauração	2	15	30	25	50	33	executado
8211	Higiene e segurança no trabalho na restauração	2	15	30	25	50	0	n/executado
	Subtotal	12	90	180	150	300	102	
621 - PRODUÇÃO								
AGRÍCOLA E ANIMAL								
6278	Modos de Produção Agrícola e agricultura sustentável	1	15	15	25	25	0	n/executado

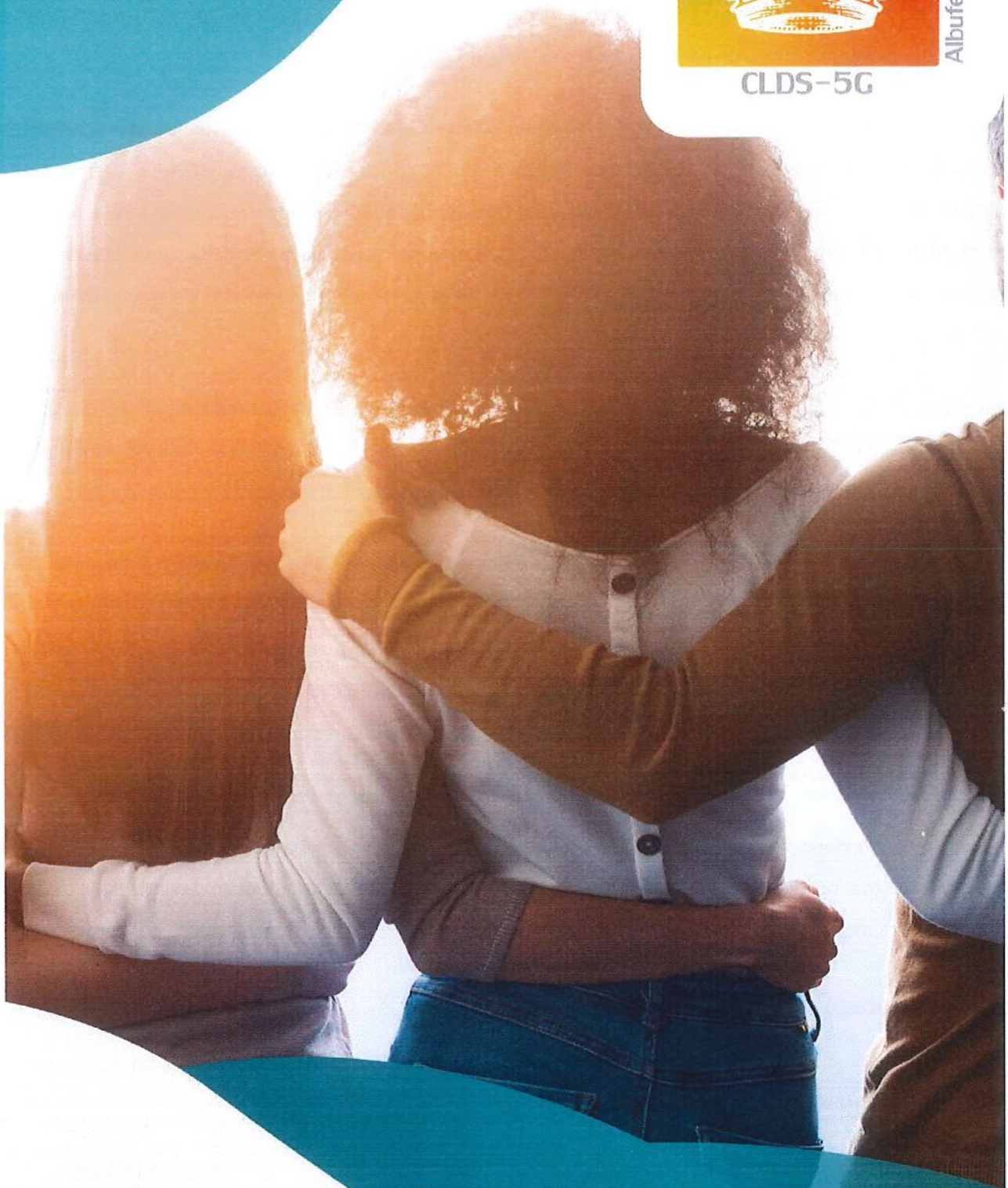
6290	Modo de produção biológico	1	15	15	50	50	0	n/executado
6289	Modo de produção integrado	1	15	15	50	50	0	n/executado
	Subtotal	3	45	45	125	125	0	
622 – FLORICULTURA								
E JARDINAGEM								
3065	Podas	1	15	15	50	50	0	n/executado
3099	Impacto ambiental e fertilização	1	15	15	25	25	0	n/executado
3063	Sistemas de rega e drenagem	1	15	15	50	50	0	n/executado
6281	Processos e métodos de proteção fitossanitária e de aplicação de produtos fitofarmacêuticos	2	15	30	50	100	39	executado
	Subtotal	5	60	75	175	225	39	
	Total	32	285	480	700	1150	198	





AlbufeiraGerAção

CLDS-5G



2.9.5. Contrato Local de Desenvolvimento Social – 5G

O CLDS 5G, designado por - **Albufeira GerAção**, é um projeto de intervenção comunitária, a ser desenvolvido no concelho de Albufeira, com a durabilidade de 36 meses e cofinanciado pela União Europeia, através do Portugal 2030, cujo o montante atribuído para a execução do mesmo é 425 080,22 €.

A visão do projeto concentra-se na coesão da comunidade, e que todos os cidadãos tenham igualdade de oportunidades alinhadas com os objetivos de Desenvolvimento Sustentável nomeadamente, a erradicação à pobreza, saúde e bem-estar, educação de qualidade, trabalho digno e crescimento económico e a redução de desigualdade. A missão centra-se no combate à pobreza, a exclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em situação de vulnerabilidade (crianças, jovens, adultos e famílias), através de 18 atividades integradas nos 3 eixos de intervenção.

Sendo que, o Eixo 1 destina-se ao Emprego, formação e qualificação, o Eixo 2-Combate à pobreza e à exclusão social das crianças e jovens promotor de uma efetiva garantia para a infância e o Eixo 4- desenvolvimento social, capacitação comunitárias e intervenção em contextos de emergência social e de cenários de exceção.

Foi definido em sede de candidatura metas trienais para cada atividade. O projeto iniciou a 2 dezembro 2025, pelo que o período em análise corresponde apenas a um mês de execução, essencialmente dedicado à fase de arranque. Durante este período inicial, foram realizadas reuniões com os parceiros e quanto às atividades desenvolvidas centraram-se na organização, planeamento e preparação das atividades a implementar. Assim, o balanço apresentado reflete a componente das atividades realizadas, correspondendo a uma fase preparatória do projeto do CLDS 5G-Albufeira GerAção.

De acordo com o Plano de Ação definido, estava previsto o início de 13 atividades no mês de dezembro 2025 e consideramos que o objetivo foi concretizável. Desta forma, procedemos à descrição das atividades iniciadas, identificando a meta a cumprir em 36 meses, destinatários abrangidos e taxa de execução.

Eixo 1- Emprego, formação e qualificação

Tabela 75 - Execução e cumprimento das atividades no Eixo 1.

ATIVIDADE	Nº DESTINATÁRIOS NO PERÍODO TRIENAL	EXECUÇÃO	TAXA DE EXECUÇÃO
CLICK EMPREGO	45	4	9%
ROTA QUALIFICADA	35	8	23%

IMPACTO SOCIAL	12	4*	33%*
PROGRAMA ESTÍMULO	30	12	40%

*A atividade teve início, com a realização de 4 contactos diretos junto de empresários locais, encontrando-se ainda em curso.

Eixo 2 - Combate à pobreza e à exclusão social das crianças e jovens, promotor de uma efetiva garantia para infância

Tabela 76 - Execução e cumprimento das atividades no Eixo 2.

ATIVIDADE	Nº DESTINATÁRIOS NO PERÍODO TRIENAL	EXECUÇÃO	TAXA DE EXECUÇÃO
1ª LINHA	30	1	3%
SENSIBILIZAR. MAIS	30	2	7%
CIDADÃO EM PRÁTICA	20	4	20%

Eixo 4 - Desenvolvimento Social, capacitação comunitária e intervenção em contextos de emergência social e de cenários de exceção

Tabela 77 - Execução e cumprimento das atividades no Eixo 4.

ATIVIDADE	Nº DESTINATÁRIOS NO PERÍODO TRIENAL	EXECUÇÃO	TAXA DE EXECUÇÃO
IGUALDADE EM AÇÃO	60	4	7%
MANIFESTARTE	20	6	30%
ALÉM DOS RÓTULOS	40	5	13%
CICLO CIDADÃO	30	4	13%
MUDEI O LAR	30	2	7%
INFORMAR. MAIS	30	6	20%

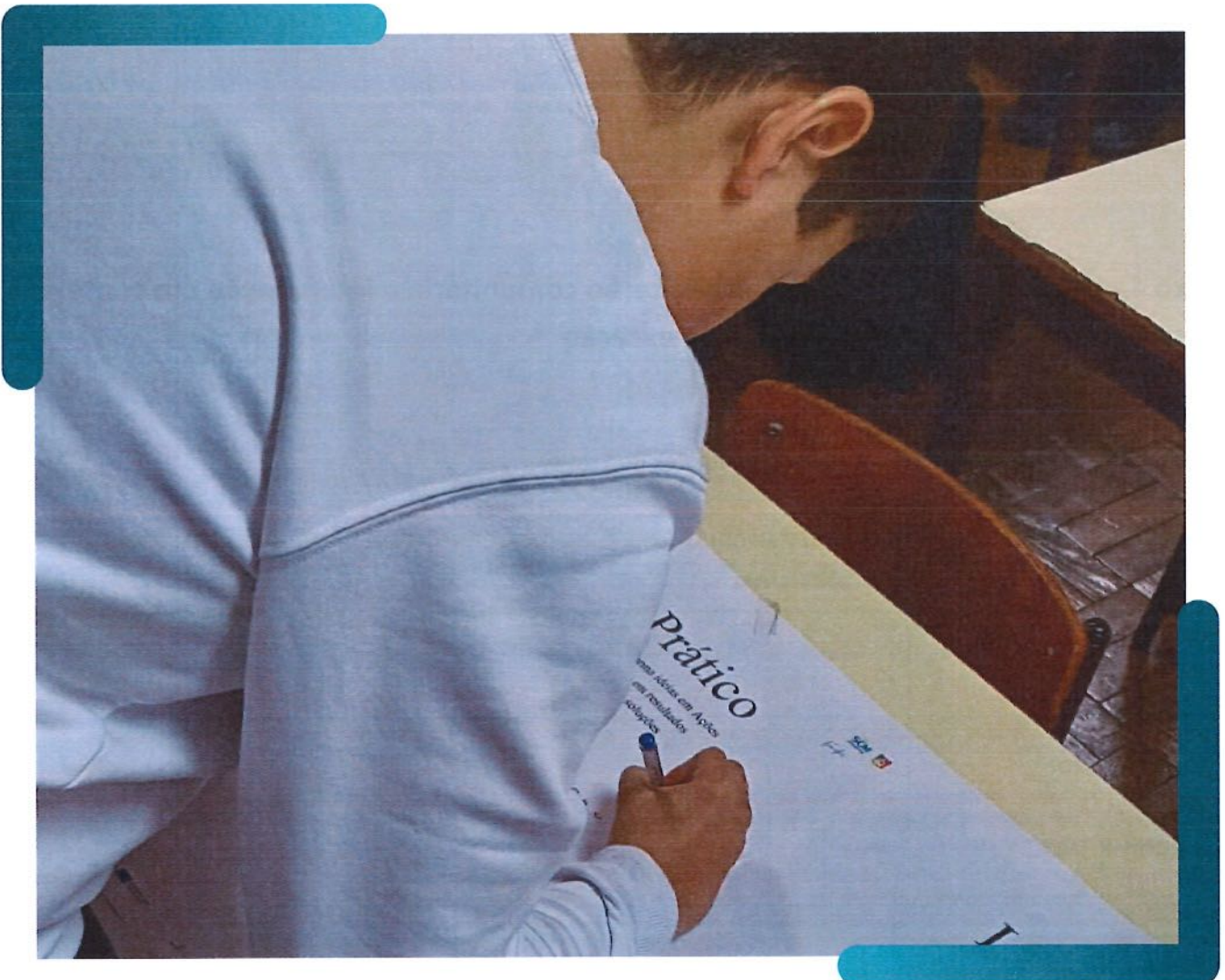
As 13 atividades desenvolvidas permitiram alcançar 62 destinatários, refletindo uma implementação consistente das ações previstas. Este valor corresponde a uma média mensal compatível com o objetivo do projeto, evidenciando um ritmo de execução adequado no planeamento inicialmente proposto. Este resultado representa um número relevante para o objetivo final do projeto, que prevê atingir 532 destinatários ao longo de 36 meses.

Considerando o período total de execução, os resultados obtidos até ao momento demonstram um progresso alinhado com as metas estabelecidas.

Nos próximos meses será mantido o empenho na realização das atividades, de modo a aumentar o número de destinatários, promovendo a expansão do projeto, de forma a garantir os objetivos definidos.

“Inclusão é um direito daqueles que precisam, e incluir é um dever de todos!”

Letícia Butterfield



Demografia, Qualificações e Inclusão (PESSOAS 2030)



2.9.7. Privação Material

Anteriormente, designado como Programa Operacional A Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC) criado no âmbito do Fundo Europeu de Apoio aos Carenciados (FEAC), que visava, com a sua atividade, diminuir as situações de vulnerabilidade que colocam em risco a integração das pessoas e dos agregados familiares mais frágeis, reforçando as respostas das políticas públicas existentes. Este foi desenhado (tendo como foco os referidos objetivos) numa lógica de intervenção mediante distribuição de géneros alimentares aos indivíduos e/ou famílias mais carenciadas, assim como através do desenvolvimento de ações de acompanhamento que capacitem os destinatários finais a vários níveis (seleção dos géneros alimentares e ou bens de primeira necessidade, na prevenção do desperdício e na otimização, da gestão do orçamento familiar, entre outros). Deste modo, visa incentivar a autonomia e a autorresponsabilização pessoal e familiar.

Designa-se atualmente como Pessoas 2030 – Privação Material, financiado pelo Fundo Social Europeu (FSE+), tendo o mesmo objetivo que o antigo FEAC, com o foco na inclusão social e combate à pobreza.

No âmbito do Programa PESSOAS 2030, enquadrado pela Portaria n.º 325/2023, a intervenção na área da privação material visa a mitigação das situações de pobreza e exclusão social, através da disponibilização de apoio alimentar e bens de primeira necessidade a indivíduos e famílias em situação de carência económica.

De acordo com o disposto no artigo 238.º do referido regulamento, as operações de privação material contemplam diferentes modalidades de distribuição, designadamente a distribuição direta e a distribuição indireta de bens, onde a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira assume o papel de entidade coordenadora e mediadora.

A distribuição direta caracteriza-se pela entrega física de géneros alimentares e/ou bens essenciais aos destinatários finais, geralmente sob a forma de cabazes previamente definidos. A nossa Instituição é responsável por receber e armazenar os géneros alimentares, para posterior distribuição direta aos destinatários finais e o desenvolvimento de medidas de acompanhamento. Paralelamente, integra obrigatoriamente medidas de acompanhamento social, com vista à promoção de competências ao nível da gestão orçamental familiar, alimentação saudável, desperdício alimentar e literacia digital.

Por sua vez, a distribuição indireta assenta na atribuição cartões eletrónicos, que permitem aos beneficiários a aquisição autónoma de bens alimentares em estabelecimentos aderentes. Esta abordagem promove a dignidade, a autonomia e a adequação das escolhas às necessidades específicas de cada agregado familiar, estando igualmente associada a processos de acompanhamento social contínuo, nomeadamente na competência na

utilização de cartão social e a sua aplicação, na escolha de seleção de gêneros alimentares saudáveis e na gestão orçamental familiar e desperdício alimentar.

Importa salientar que, no contexto do Portugal 2030, se verifica uma tendência para a valorização de modelos de distribuição indireta, em linha com os princípios de inclusão ativa e empowerment dos destinatários.

Tabela 78: Pessoas 2030 – Privação Material (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas) entre 2017 a 2025.

Nº PROJETO:	POAPMC-01-74F2-FEAC-00120					
DATA DE INICIO:	19/10/2017					
DATA DE FIM:	30/11/2019					
TIPO DE ENTIDADE	Designação da Entidade	Nº Destinatários aprovados	Nº Total de destinatários abrangidos ao longo de toda a operação	Financiamento Aprovado	Financiamento Executado	Taxa de Execução
ENTIDADE COORDENADORA	Santa Casa da Misericórdia de Albufeira	151	233	15 967,83 €	13 070,78 €	81,86%
ENTIDADE MEDIADORA	Fundação António Silva Leal	100	137	4 761,74 €	3 799,40 €	79,79%
ENTIDADE MEDIADORA	Centro Paroquial de Paderne	42	73	2 523,75 €	1 616,41 €	64,05%
TOTAL		293	443	23 253,32 €	18 486,59 €	79,50%

....

Nº PROJETO:	POAPMC-01-74F2-FEAC-00038					
DATA DE INICIO:	30/11/2019					
DATA DE FIM:	30/11/2023					
TIPO DE ENTIDADE	Designação da Entidade	Nº Destinatários Aprovados	Nº Total de destinatários abrangidos ao longo de toda a operação	Financiamento Aprovado	Financiamento Executado	Taxa de Execução
ENTIDADE COORDENADORA	Santa Casa da Misericórdia de Albufeira	293	2394	113 608,94 €	93 913,35 €	82,66%

.....

Nº PROJETO:	PESSOAS-FSE+-005323					
DATA DE INICIO:	01/12/2023					
DATA DE FIM:	28/02/2025					
TIPO DE ENTIDADE	Designação da Entidade	Nº Destinatários Aprovados	Nº Total de destinatários abrangidos ao longo de toda a operação	Financiamento Aprovado	Financiamento Executado até 31.12.2024	Taxa de Execução

ENTIDADE COORDENADORA MEDIADORA	Santa Casa da Misericórdia de Albufeira	1111	1507	79 748,64 €	57 816,10 €	72,50%
---------------------------------	---	------	------	-------------	-------------	--------

.....

Nº PROJETO: PESSOAS-FSE+-005323

DATA DE INICIO: 27/11/2023

DATA DE FIM: 31/01/2027

TIPO DE ENTIDADE	Designação da Entidade	Nº Destinatários Aprovados	Nº Total de destinatários abrangidos ao longo de toda a operação	Financiamento Aprovado	Financiamento Executado até 31.12.2025	Taxa de Execução
ENTIDADE COORDENADORA MEDIADORA	Santa Casa da Misericórdia de Albufeira	602	1364	142 809,51 €	78631.93 €	55%

.....

Nº PROJETO: PESSOAS-FSE+-023557

DATA DE INICIO: 27/02/2025

DATA DE FIM: 31/03/2027

TIPO DE ENTIDADE	Designação da Entidade	Nº Destinatários Aprovados	Nº Total de destinatários abrangidos ao longo de toda a operação	Financiamento Aprovado	Financiamento Executado até 31.12.2025	Taxa de Execução
ENTIDADE COORDENADORA MEDIADORA	Santa Casa da Misericórdia de Albufeira	417	458	64 248,35 €	6424,84 €	10%



Art by Inclusion 

ARTE PELA INCLUSÃO



Lar de S. Vicente

delicência



Casa da Paz

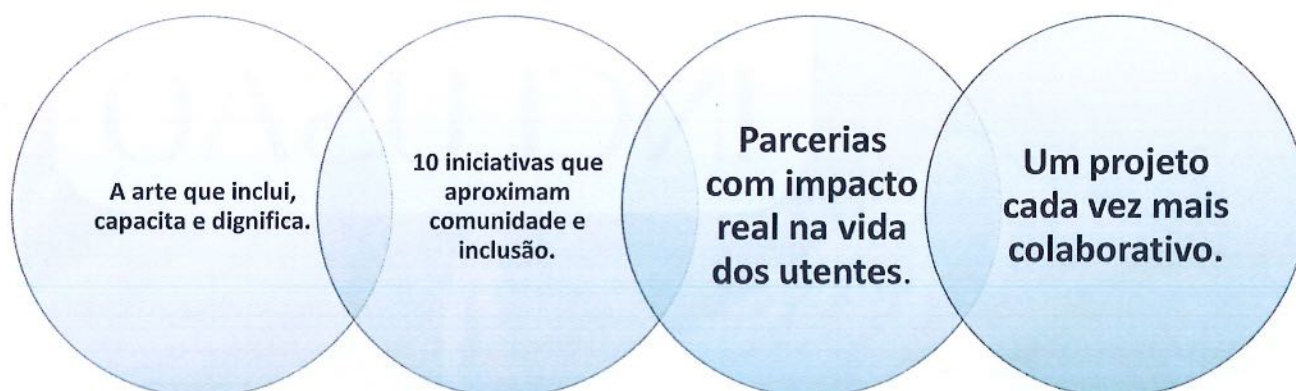
doença mental



F50

doença mental

2.9.9. Arte pela Inclusão



O projeto Arte pela Inclusão destacou-se, em 2025, como uma iniciativa transversal à instituição, afirmando a expressão artística como um instrumento privilegiado de desenvolvimento pessoal, social e emocional dos utentes. Assente na arte enquanto linguagem universal, o projeto proporcionou experiências ajustadas às capacidades, interesses e ritmos individuais, através de práticas como pintura, desenho, trabalhos manuais, empreita, tapeçaria e atividades de estimulação cognitiva, promovendo de forma consistente a autonomia, a autoestima e o sentimento de pertença. Paralelamente, assume um papel relevante na preservação e valorização de técnicas e saberes tradicionais, contribuindo para a sua continuidade e transmissão.

Ao longo do ano, a instituição participou em 43 eventos, dos quais 10 estiveram diretamente relacionados com o artesanato, evidenciando a crescente valorização destas atividades enquanto meio de ligação à comunidade. A presença ativa nestes contextos, muitas vezes com demonstrações ao vivo, permitiu dar visibilidade ao trabalho desenvolvido, reforçando o reconhecimento público das competências dos utentes e promovendo a sua integração em dinâmicas sociais reais, de forma digna e participativa.

No contexto das parcerias institucionais, registaram-se 12 ações dinamizadas em colaboração com as empresas Portimar e Chamaleon, que envolveram 109 visitantes. Estas parcerias resultaram num valor global próximo dos 3.000€, incluindo 2.273,00€ associados à Portimar e 755,00€ provenientes da colaboração com o grupo 3HB Hotels & Resorts, entre donativos e aquisição de artesanato. Este contributo possibilitou a aquisição de camas articuladas, traduzindo-se numa melhoria concreta ao nível do conforto, segurança e qualidade de vida dos utentes com maior grau de dependência do Lar Residencial de São Vicente.

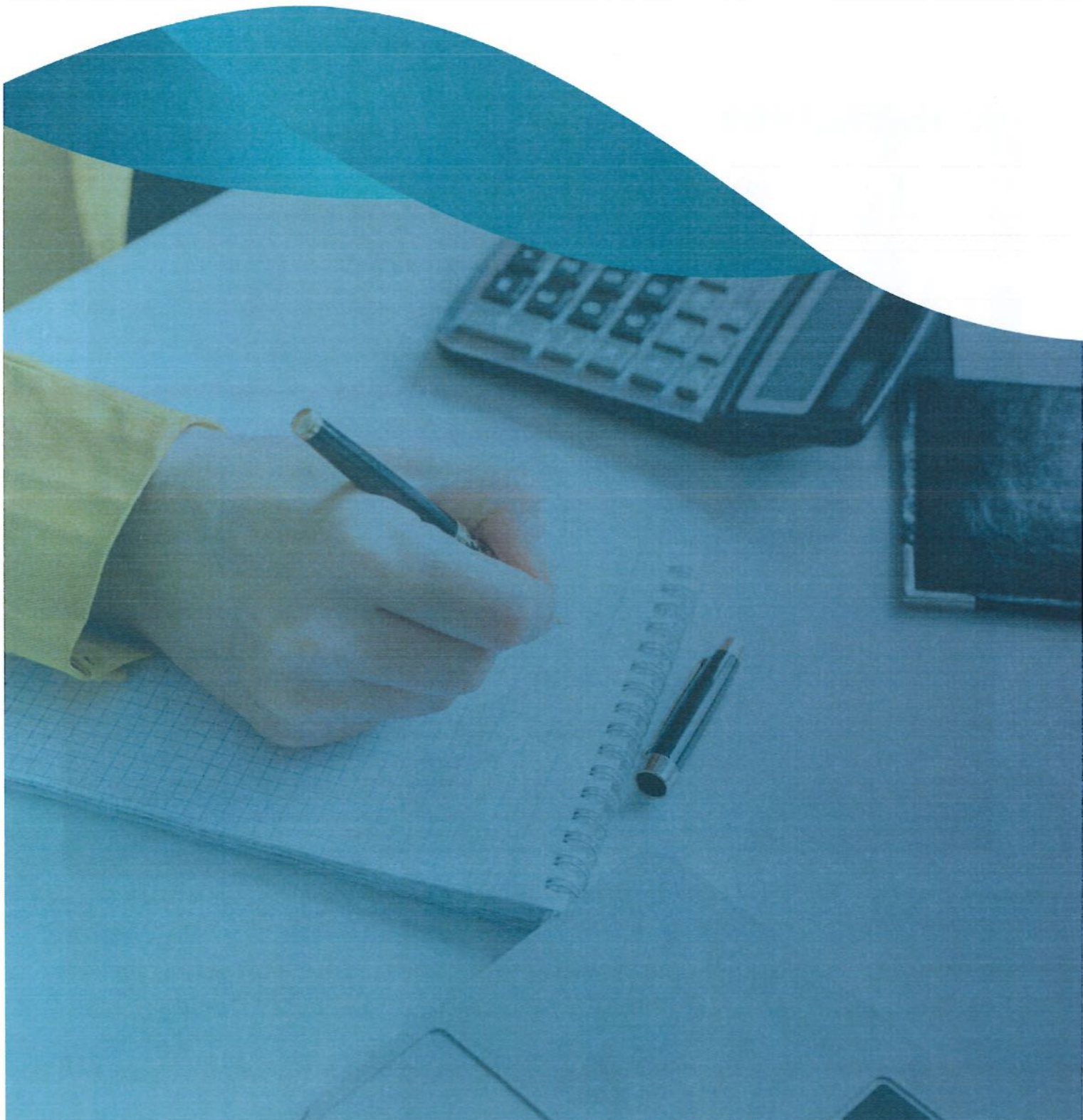
Importa ainda destacar o reforço da resposta interna e o envolvimento de diferentes valências da instituição, particularmente evidente no período natalício, com a participação da ERPI do Roseiral e dos centros de dia, promovendo uma maior articulação e dinamização do projeto para além do Lar Residencial de São Vicente e da

Casa da Paz. Este alargamento contribui para uma abordagem mais integrada, potenciando sinergias internas e ampliando o impacto da iniciativa.

O projeto Arte pela Inclusão continuará a afirmar-se como um eixo fundamental na promoção de uma comunidade mais inclusiva, solidária e consciente, reforçando o compromisso com a valorização individual de cada utente e a sua participação ativa na sociedade. Paralelamente, perspectiva-se a evolução do projeto para modelos de funcionamento cada vez mais estruturados e sustentáveis, capazes de potenciar o seu impacto social, cultural e económico



Contabilidade, Finanças e Auditoria



2.9. CONTABILIDADE, FINANÇAS E AUDITORIA

2.9.1. Gestão de Utentes

Tabela 79 - Capacidade instalada por Resposta Social, com número de utentes abrangidos por acordo de cooperação e número médio a frequentar em 2025

Respostas Sociais	Capacidade Resposta Social	Nº Utentes abrangidos Acordo Cooperação	Nº Médio Utentes / Frequências 2025
Envelhecimento			
ERPI Olhos de Água	57	45	57
ERPI O Roseiral	60	60	40
Centro de Dia Olhos de Água	33	26	23
Centro de Dia O Roseiral	45	30	22
SAD Olhos de Água	40	32	21
SAD O Roseiral	40	36	27
Subtotal	275	229	190
Infância e Juventude			
Creche Tempos de Infância	66	66	64
Creche CIQP	108	108	108
Creche Olhos de Água	46	46	46
Pré-Escolar CIQP	75	50	0
Casa de Acolhimento - A Gaivota	46	46	33
CAFAP - Preservação Familiar	100	25	33
CAFAP - Ponto de Encontro	22	22	28
CAFAP - Reunificação Familiar	30	30	18
Subtotal	493	393	330
Família e Comunidade			
Casa de Abrigo - A cegonha	14	10	10
Saúde Mental			
Unidade de Vida Apoiada	20	20	20
Fórum Sócio Ocupacional	30	30	24
Subtotal	50	50	44
Deficiência			
Lar Residencial - São Vicente	38	38	38
Total	870	720	612

Da análise ao quadro anterior, podemos constatar que a nível do rácio dos utentes com acordo de cooperação com a Segurança Social, o segmento da Infância e Juventude tem o maior impacto na estratégia operacional da Instituição. De seguida, surge o segmento do Envelhecimento e por fim, mas não menos importante a Saúde Mental, Deficiência e Família e Comunidade.

Fatores demográficos da nossa área de atuação assim influenciam estes números, sendo as respostas sociais de Creche as mais procuradas. As novas políticas da gratuitidade no âmbito da Creche Feliz, que abrangem todas as crianças até aos 3 anos, são determinantes para o preenchimento da capacidade total e aumento de receitas, em relação aos anos anteriores. De referir que a receita de Creche também aumentou devido às compensações pagas pelo acolhimento de crianças com deficiências e pelo alargamento do horário de funcionamento igual ou superior a 11 horas. Por sua vez, o Pré-Escolar, mantém suspensa a sua atividade, por constrangimentos no recrutamento de Educadores de Infância, e a necessidade de concretizar o projeto de requalificação, o que justifica a redução de rendimentos em comparação aos anos anteriores. A resposta social de CAFAP, apresentou alguma oscilação do número de utentes, com o maior impacto na medida, Reunificação Familiar, em que a sua procura fica muito aquém da sua capacidade, a Preservação Familiar e o Ponto de Encontro Familiar supera a sua capacidade. A resposta social A Gaivota, diminuiu o seu serviço social devido à necessidade da sua reestruturação para adequação futura à Portaria 450/23 de 22 de dezembro.

Relativamente à população idosa, a Instituição conseguiu preencher a capacidade máxima da ERPI, no equipamento social dos Olhos de Água, desde o início do ano de 2025. Além do preenchimento das vagas abrangidas por Acordo de Cooperação, também foram admitidos idosos em vagas extra acordo, que assumem a totalidade dos seus custos. Nas respostas sociais de ERPI a receita aumenta pelo número de vagas reservadas da Segurança Social e também pela situação de dependência de 2º grau ou demência dos idosos. Relativamente à ERPI O Roseiral, devido ao projeto de requalificação e ampliação do edifício previsto para 2025, fomos obrigados a reduzir a capacidade para 40 utentes, com impacto negativo na receita. As respostas sociais de Centro de Dia e SAD não preencheram as vagas dos acordos em pleno, nem as vagas privadas.

O maior impacto na receita é de facto na área do envelhecimento, por redução de vagas e não ocupação da capacidade máxima, quando temos os quadros de pessoal preenchidos por necessidade do serviço. Por outro lado, é na área do envelhecimento que temos a resposta social, Centro de Dia, mais mal paga pela Segurança Social face ao custo do utente.

As respostas sociais direcionadas para a área da deficiência têm mantido o número habitual de utentes, e o pagamento de acordo com o custo do utente, faz com que esta área seja a de maior sustentabilidade para a Instituição. O Lar Residencial, para além da comparticipação financeira da Segurança Social, acresce a majoração pelas 4 vagas reservadas.

Relatório de Atividades e Contas 2025

A resposta na área da saúde mental, a Unidade de Vida Apoiada mantém a ocupação na capacidade máxima, contudo o Fórum Sócio Ocupacional não registou encaminhamentos por parte da saúde mental, pelo que vem registando ao longo dos últimos anos, seis vagas em aberto, com devolução do valor em acordo.

A Casa de Abrigo A Cegonha, mantém um funcionamento regular com 10 utentes participados.

Importa referir que a SCMA tem uma capacidade total de 818 utentes, sendo que destes 682 são abrangidos pela participação financeira prevista nos Acordos de Cooperação celebrados com a Segurança Social. No ano de 2025, o total do número médio de utentes foi de 612, verificando-se uma redução face ao ano anterior pelos motivos invocados, e que tem maior incidência na área dos idosos.

Tabela 80: Variação com a execução entre 2024 e 2025 no valor em euros, dos acordos e participações familiares recebidas

Respostas Sociais	Acordos cooperação 2024	Participações familiares 2024	Acordos cooperação 2025	Participações familiares 2025	Variação		Variação Total
					A.C. 2025 / 2024	C. F. 2025 / 2024	
Envelhecimento							
ERPI Olhos de Água	272 941	431 790	429 010	725 412	156 069	293 622	449 691
ERPI O Roseiral	447 834	378 532	472 278	283 277	24 444	-95 255	-70 811
Centro de Dia Olhos de Água	44 020	65 433	53 718	131 525	9 698	66 092	75 790
Centro de Dia O Roseiral	55 046	103 898	56 440	105 854	1 394	1 956	3 350
SAD Olhos de Água	98 054	50 862	115 604	72 023	17 550	21 161	38 711
SAD O Roseiral	156 966	146 759	138 084	160 178	-18 882	13 419	-5 462
Subtotal	1 074 861	1 177 274	1 265 134	1 478 269	190 273	300 995	491 268
Infância e Juventude							
Creche Tempos de Infância	347 257	32 421	407 676		60 419	-32 421	27 998
Creche CIQP	562 408	37 323	691 882	2 292	129 474	-35 031	94 443
Creche Olhos de Água	253 502	13 706	294 694		41 192	-13 706	27 486
Pré-Escolar CIQP	78 573	36 628			-78 573	-36 628	-115 201
CA - A Gaivota	513 978		535 666		21 688		21 688
CAFAP - Preservação Familiar	50 154		50 151		-3		-3
CAFAP - Ponto de Encontro	64 060		69 883		5 823		5 823
CAFAP - Reunificação Familiar	79 134		79 691		557		557
Subtotal	1 949 066	120 078	2 129 643	2 292	180 577	-117 786	62 791
Família e Comunidade							
Casa de Abrigo - A cegonha	112 040		117 530		5 490		5 490
Saúde Mental							
Unidade de Vida Apoiada	140 911	74 339	147 816	82 295	6 905	7 956	14 861
Fórum Sócio Ocupacional	110 323	26 548	113 271	29 387	2 948	2 839	5 788
Subtotal	251 234	100 887	261 087	111 682	9 853	10 795	20 649
Deficiência							
Lar Residencial São Vicente	699 861	146 648	735 046	167 051	35 185	20 403	55 588
Total	4 087 062	1 544 887	4 508 441	1 759 295	421 379	214 408	635 787

Da análise comparativa dos valores realizados no ano 2025, face ao ano 2024, foi evidente os aumentos dos rendimentos tanto a nível das comparticipações financeiras da Segurança Social, tanto como das comparticipações familiares dos utentes. Para o efeito, temos como fatores a atualização dos valores dos Acordos de Cooperação. As comparticipações da totalidade das crianças pelas medidas da gratuidade, também fizeram alavancar as receitas, com isto verificou-se um aumento dos rendimentos de 9%, em relação ao ano transato, valor muito aquém dos 31% de aumento de 2023 para 2024, pelo acréscimo da atividade. Esperamos voltar a verificar crescimento desta natureza em 2027.

Relativamente aos rendimentos provenientes dos utentes e seus familiares, devido à atualização das comparticipações familiares (mensalidades) e do aumento do número de utentes, verifica-se também um aumento dos rendimentos em 12 %. Esta melhoria expressa também a capacidade de cobrar dívidas e do impacto das vagas privadas.

Em relação ao orçamento para 2025 foram previstas as vagas em acordo totalmente preenchidas, no entanto, o mesmo não se verificou dado que se tem verificado uma grande dificuldade para preencher as vagas de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário. A procura de serviços é maioritariamente para Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, em virtude dos processos de envelhecimento patológicos, exigindo cuidados de saúde permanentes. Esta realidade obriga-nos a repensar as respostas de Centro de Dia e Serviço de Apoio Familiar, para irem de encontro às verdadeiras necessidades das pessoas. Este será o desafio para 2026.



PARTE III

EXERCÍCIO ECONÓMICO

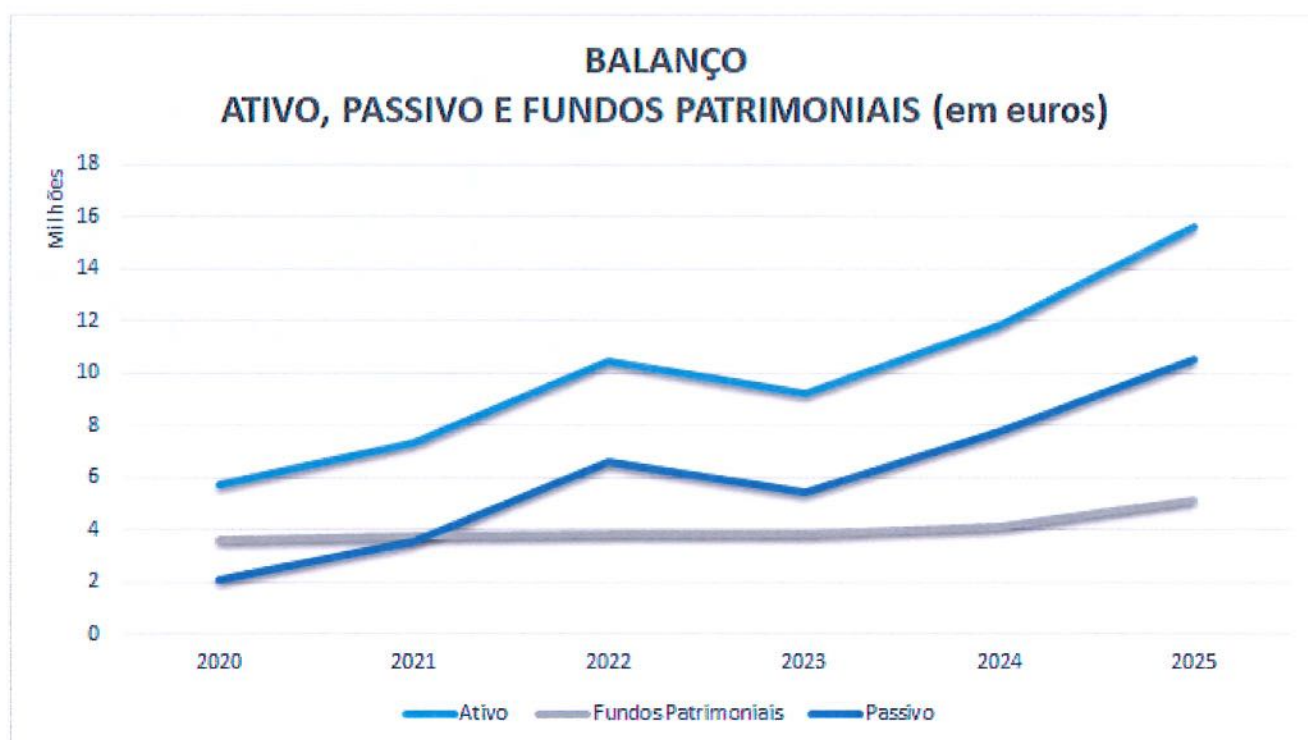
3.1. SÍNTESE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Situação Financeira

Nos termos d alínea c) do artigo 21º do Estatuto da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, vem a Mesa Administrativa submeter à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório e contas do período de 2025. No cumprimento da Lei e do Estatuto, apresentamos mapas de pormenor com informação relevante que facilita uma melhor compreensão e análise. A informação legalmente exigível faz parte integrante da demonstração financeira intitulada "Anexo". Para além daquela, apresentamos informação complementar, a qual permite uma melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação e resultam da atividade desenvolvida, no âmbito do plano de atividades e orçamento aprovados.

Os valores apresentados nos vários quadros encontram-se expressos em euros, suprimidas as casas decimais, podendo este facto influenciar os vários subtotais dos respetivos quadros.

Evolução do Ativo, Passivo e Fundos Patrimoniais



O total do ativo da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, sofreu um acréscimo durante o período em análise, maioritariamente pelo incremento das obras em curso, nomeadamente a recuperação do pavilhão anexo à Gaivota, o início da empreitada do Roseiral e da empreitada do edifício Rainha D. Leonor, bem como o valor registado referente aos termos de aceitação das candidaturas PRR-RE-C03-i01-02-000979 – Obra Roseiral, PRR-

RE-C03-i01-16-000411 - Equipamento Móvel Roseiral e PRR-RE-C03-i01-16-000390 - Equipamento Móvel Habitação Colaborativa que se encontram registadas na rubrica de outros ativos correntes.

Rendimentos

As rubricas com maior realce (designadas de grandes rubricas) são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os rendimentos obtidos, no ano de 2025, um total de 8.462.090 euros:

Rubricas	2025	%	2024	%	Varição 2024/2025	%	Orçamento 2025	Desvio face ao orçamento	%
Vendas e Prestações de Serviços	4 149 350	49,0%	3 692 869	50,0%	456 482	12,4%	4 195 100	-45 749	-1,1%
Subsídios, doações e legados à exploração	3 711 168	43,9%	3 041 390	41,2%	669 778	22,0%	3 474 181	236 987	6,8%
Outros rendimentos	473 727	5,6%	575 571	7,8%	-101 844	-17,7%	339 841	133 885	39,4%
Trabalhos para a própria entidade	127 845	1,5%	73 221	1,0%	54 624	74,6%	105 005	22 840	21,8%
Total	8 462 090	100%	7 383 051		1 079 039	14,6%	8 114 127	347 963	4,3%

Os rendimentos do período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025 comparativamente ao mesmo período de 2024 registaram um aumento de 1.079.039 euros, o que representa um acréscimo de 14,6%. Em relação aos valores orçamentados, os rendimentos apresentam um desvio negativo de 347.963 euros (-4,3%). As prestações de serviços apresentaram uma variação positiva de 456.482 euros (+12,4%), representando 49% do total dos rendimentos da instituição. Esta variação positiva deve-se essencialmente ao preenchimento das vagas do novo Equipamento Social Olhos de Água, em que no ano anterior as admissões dos utentes foram feitas de forma gradual, tanto em ERPI como em Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário. Em relação aos valores orçamentados, as prestações de serviços apresentam um desvio negativo de 45.749 euros (-1,1%).

A rubrica de Subsídios à exploração apresenta uma variação positiva face ao ano anterior em 669.778 euros (+22%) e 236.987 (+6,8%) euros face ao orçamentado. Esta variação positiva resulta essencialmente da atualização dos valores dos acordos de cooperação com a Segurança Social e com a execução dos projetos em curso, tais como MQPDI, sQills e capacitar.

Os trabalhos para a própria entidade apresentam um valor de 127.845 euros, mais 54.624 euros que o valor apresentado em 2024, e um desvio positivo de 22.840 euros (+21,8%) face ao valor orçamentado. Em 2025, a rubrica de trabalhos para a própria entidade inclui os valores referentes a recursos humanos da Misericórdia afetos a obras de remodelação do património da instituição incluídos no investimento em curso em 31 de dezembro de 2025.

Decomposição da rubrica de subsídios à exploração em 2025

Rubricas	2025	%	2024	%	Varição 2024/2025	%
Centro Regional da Segurança Social	2 339 066	63%	2 153 056	71%	186 010	9%
Instituto de Emprego e Formação Profissional	397 326	11%	271 880	9%	125 446	46%
Administração Regional de Saúde do Algarve	3 230	0%	5 538	0%	-2 307	-42%
CLDS 5G	12 740	0%		0%	12 740	
SQills	59 510	2%		0%	59 510	
Formação Modular Capacitar +	35 887	1%		0%	35 887	
Município de Albufeira - Comparticipação Financeira Apoio ao funcionamento	698 205	19%	459 601	15%	238 604	52%
Município S Bras Alportel	200	0%	200	0%	0	0%
Freguesia Albufeira e Olhos d'Água	25 000	1%	25 000	1%	0	0%
Fundação Calouste Gulbenkian		0%	30 000	1%	-30 000	-100%
Doações monetárias	59 140	2%	33 810	1%	25 330	75%
Doações em espécie	80 864	2%	62 270	2%	18 593	30%
Total	3 711 168	100%	3 041 390	100%	669 778	22%

Dentro da rubrica dos subsídios destaca-se a contribuição do Centro Regional da Segurança Social em função dos protocolos estabelecidos com a Santa Casa e dos projetos em desenvolvimento. A segunda maior parcela dentro dos subsídios provém do Município de Albufeira contribuindo com 19% do total dos subsídios recebidos, seguindo-se o Instituto de Emprego e Formação Profissional contribuindo com 11% do total dos subsídios recebidos.

Gastos

As rubricas de maior relevo (designadas de grandes rubricas) são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os gastos, no período em análise, um total de 8.827.782 euros, mais 914.219 euros (+11,6%) face ao ano de 2024 e mais 654.895 euros (+8%) face ao valor orçamentado:

Rubricas	2025	%	2024	%	Varição 2024/2025	%	Orçamento 2025	Desvio face ao orçamento	%
CMVMC	188 003	2,1%	174 345	2,2%	13 658	7,8%	136 348	51 656	37,9%
Fornecimento e serviços externos	2 368 813	26,8%	2 322 111	29,3%	46 702	2,0%	2 300 973	67 840	2,9%
Gastos com o pessoal	6 031 577	68,3%	5 214 210	65,9%	817 367	15,7%	5 559 778	471 799	8,5%
Gastos de depreciação e amortização	169 272	1,9%	164 094	2,1%	5 179	3,2%	152 409	16 863	11,1%
Outros gastos	26 669	0,3%	9 613	0,1%	17 056	177,4%	7 966	18 703	234,8%
Gastos de financiamento	43 447	0,5%	29 189	0,4%	14 258	48,8%	15 414	28 033	181,9%
Total	8 827 782	100%	7 913 563	100%	914 219	11,6%	8 172 888	654 895	8,0%

No ano de 2025, a rubrica gastos com pessoal, com um montante de 6.031.577 euros, apresenta a maior expressão no valor total dos gastos, com um peso de 68,3%, apresenta um aumento em relação a 2024 de 817.367 euros (+15,7%) e um desvio face ao valor orçamentado de mais 471.799 euros (+8,5%).

Os Fornecimentos e serviços externos, a segunda maior rubrica com um peso de 26,8% no total dos gastos, apresenta um valor de 2.368.813 euros, com um acréscimo em relação a 2024 de 46.702 euros (+2%), e um desvio de mais 67.840 euros (+2,9%) face ao valor orçamentado.

A rubrica de mercadorias vendidas e matérias consumidas regista essencialmente os consumos de artigos de higiene pessoal e saúde dos utentes e a aquisição de bens alimentares fornecidos na ajuda alimentar, de acordo com o protocolo estabelecido com o Município de Albufeira.

Investimentos

Os investimentos realizados em ativos fixos tangíveis no período de 2025, totalizaram 3.004.190 euros, apresentados no quadro seguinte (513.687 euros em 2024):

Ativos Fixos Tangíveis	31/12/2024	Adições	Alienações	Transf ^a	31/12/2025
Terrenos e recursos naturais	471 710				471 710
Edifícios e outras construções	5 322 391				5 322 391
Equipamento básico	1 296 693	61 222			1 357 916
Equipamento de transporte	688 374	45 288			733 662
Equipamento administrativo	186 115				186 115
Outros ativos fixos tangíveis	15 791				15 791
Investimentos em curso	1 000 696	2 897 680			3 898 377
Ativo Bruto	8 981 771	3 004 190			11 985 961
Depreciações Acumuladas	3 362 027	169 272			3 531 300
Quantia escriturada	5 619 744	2 834 918			8 454 662

No ano de 2025 foram feitas aquisições de equipamento básico no valor de 61.222 euros. Este valor inclui essencialmente a aquisição de materiais, mobiliário e equipamentos para o funcionamento do pavilhão anexo à Gaivota por forma poder receber a transferência dos utentes da ERPI Roseiral aquando o início da empreitada no edifício Roseiral.

A rubrica de equipamento de transporte, inclui a aquisição de uma viatura transformada para o serviço de distribuição da alimentação para as várias respostas sociais dentro da instituição.

O Valor registado na rubrica de investimentos em curso de ativos fixos tangíveis respeita ao que, a seguir, é apresentado (ver a tabela apresentada a seguir).

Investimentos em curso - Ativos fixos tangíveis	31/12/2024	Adições	Transfª	31/12/2025
Obras ROSEIRAL " Requalificação e ampliação"	208 399	1 330 197		1 538 596
Obras CASA DA PAZ "Remodelação"	112 740	9 873		122 613
Obras CASA ABRIGO "Eficiência Energética"	4 889			4 889
Obras RUA HENRIQUE CALADO "Requalificação"	99 307			99 307
Obras EDIFICIO D. LEONOR "Remodelação"	85 728	430 095		515 823
Obras BÚSSOLA "Projeto Bússola"	8 963			8 963
Construção Lar de Infância e Juventude	77 214			77 214
Obras PIRILAMPOS "REMODELAÇÃO"	190 862	81 853		272 715
Obras S. Vicente	40 536	88 057		128 593
Obras Centro de Dia Roseiral	0			0
Obras Gaivota II	149 240	864 587		1 013 827
Obra "Deslocalização Cozinha e Lavandaria"	22 818	91 524		114 342
Obra "Capela"		1 495		1 495
Ativo Bruto	1 000 696	2 897 680		3 898 377

Durante o ano de 2025 a Misericórdia teve um incremento patrimonial de 2.897.680€ nos investimentos em curso por força da reabilitação do pavilhão anexo à Gaivota, pelo início da empreitada da obra de reabilitação dos apartamentos D. Leonor e pelo início da empreitada de requalificação e ampliação do equipamento Roseiral.

Situação Financeira

A autonomia financeira da Misericórdia em 31 de dezembro de 2025 é 32,8%.

Em 31 de dezembro de 2024 era de 34,6%. Em 31 de dezembro de 2023 era de 41,4%. Em 31 de dezembro de 2022 era de 36,6%.

O rácio de solvabilidade é de 0,49 em 31 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024 era de 0,53. Em 31 de dezembro de 2023 era de 0,71.

Proposta para aplicação dos resultados

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira obteve, no período económico de 2025, um resultado líquido negativo de 366.045,15 €, propondo a Mesa Administrativa à Assembleia Geral a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados: - 366.045,15 €

3.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanco de 2025			
Rúbricas	Notas*	2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1/ 5	8 454 662	5 619 744
Ativos intangíveis	3.2.2/ 6		
Investimentos financeiros	18.5	8 034	41 155
Outros créditos e ativos não correntes	7	2 500 000	2 500 000
Total do ativo não corrente		10 962 696	8 160 899
Ativo corrente			
Inventários	3.2.3/ 10	21 247	22 033
Créditos a receber	18.2	173 547	162 894
Estado e outros entes públicos	18.9	255 669	45 591
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	18.1	25 056	23 760
Diferimentos	18.4	27 549	23 013
Outros ativos correntes	18.3	4 022 097	3 156 520
Caixa e depósitos bancários	18.6	158 756	220 641
Total do ativo corrente		4 683 921	3 654 451
Total do ativo		15 646 617	11 815 350
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	3.2.5/ 18.7	386 481	386 481
Reservas	18.7	11 291	11 291
Resultados transitados	18.7	616 598	1 240 470
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	18.7	4 480 140	2 977 062
		5 494 510	4 615 305
Resultado líquido do período		-366 045	-530 711
Total dos fundos patrimoniais		5 128 465	4 084 594
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9	509 296	698 402
Outras dívidas a pagar	18.10	847 712	744 272
Total do passivo não corrente		1 357 008	1 442 675
Passivo corrente			
Fornecedores	18.8	784 911	320 173
Estado e outros entes públicos	18.9	559 135	224 623
Financiamentos obtidos	9	1 457 931	439 908
Diferimentos	18.4	4 715 558	4 696 491
Outros passivos correntes	18.10	1 643 608	606 887
Total do passivo corrente		9 161 144	6 288 082
Total do passivo		10 518 152	7 730 757
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		15 646 617	11 815 350

Demonstração de Resultados por Naturezas	Notas*	Realizado 2025	Realizado 2024
Vendas e serviços prestados	11	4 149 350	3 692 869
Subsídios à exploração	13	3 711 168	3 041 390
Trabalhos para a própria entidade		127 845	73 221
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-188 003	-174 345
Fornecimentos e serviços externos	18.13	-2 368 813	-2 322 111
Gastos com o pessoal	16	-6 031 577	-5 214 210
Imparidade de dívidas a receber			
Outros rendimentos	4/ 18.14	473 727	575 571
Outros gastos	4 /18.15	-32 369	-9 613
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-158 673	-337 228
Gastos de depreciação e de amortização	5.2	-169 272	-164 094
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-327 945	-501 322
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	9/18.16	-37 747	-29 189
Resultados antes de impostos		-365 693	-530 512
Imposto sobre o rendimento do período	15	-352	-200
Resultado líquido do período		-366 045	-530 711

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Rúbricas	Notas*	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		2 874 832	1 856 398
Pagamentos de subsídios			0
Pagamentos de apoios		-52 172	-9 022
Pagamentos de bolsas		-34 458	-39 504
Pagamentos a fornecedores		-2 344 038	-2 715 939
Pagamentos ao pessoal		-6 031 577	-3 320 573
Caixa gerada pelas operações		-5 587 413	-4 228 640
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		-200	-200
Outros recebimentos/ pagamentos		706 871	-1 446 808
Recebimento de subsídios ao funcionamento		5 888 053	5 093 245
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		1 007 311	-582 403
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1 645 750	-309 954
Ativos intangíveis		0	0
Investimentos financeiros		0	0
Outros ativos		0	0
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0	172 675
Ativos intangíveis		0	0
Investimentos financeiros		33 121	0
Outros ativos		0	0
Subsídios ao investimento		628 950	0
Juros e rendimentos similares		0	0
Dividendos		13	2
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]		-983 666	-137 277
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		600 000	580 000
Doações		60 629	35 345
Outras operações de financiamento		0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-695 756	-399 420
Juros e gastos similares		-50 403	-28 160
Outras operações de financiamento		0	0
Fluxos das atividades de financiamento [3]		-85 530	187 765
Varição de caixa e seus equivalentes [1]+[2]+[3]		-61 885	-531 915
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	18.6	220 641	752 555
Caixa e seus equivalentes no final do período	18.6	158 756	220 641

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 2025

	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Moeda:	Euros
	Notas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	18.7	386 481	11 291	1 240 470	2 977 062	-530 711	4 084 594	4 084 594
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				-530 711		530 711		
		0	0	-530 711	0	530 711	0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						-366 045	-366 045	-366 045
RESULTADO INTEGRAL						164 666	-366 045	-366 045
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								
Subsídios, doações e legados					1 503 078		1 503 078	1 503 078
Outras operações				-93 161			-93 161	-93 161
		0	0	-93 161	1 503 078	0	1 409 917	1 409 917
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	18.7	386 481	11 291	616 598	4 480 140	-366 045	5 128 465	5 128 465

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALBUFEIRA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 2024

	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Moeda:	Euros
	Notas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	18.7	386 481	11 291	1 081 923	2 175 932	158 547	3 814 175	3 814 175
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				158 547		-158 547		
		0	0	158 547	0	-158 547	0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						-530 711	-530 711	-530 711
RESULTADO INTEGRAL						-689 258	-530 711	-530 711
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								
Subsídios, doações e legados					801 130		801 130	801 130
		0	0	0	801 130	0	801 130	801 130
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	18.7	386 481	11 291	1 240 470	2 977 062	-530 711	4 084 594	4 084 594

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de *Associação*, registada no Livro das Irmandades das Misericórdias, sob o número 29/83, folhas 116 e 116 verso, em 14 de abril de 1983. Tem por Missão servir o próximo que se encontra numa situação de vulnerabilidade social ou de outras eventuais dificuldades. Com esse fim praticam-se as Obras ou Atos de Misericórdia, tradicionalmente associados às Santas Casas, e que se instituíram como os valores da nossa Misericórdia.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as novas disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira aplica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as que, a seguir, se descrevem.

3.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade. Com base na informação disponível e nas expectativas, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins, passando a gestão das atividades, pela adaptação às novas realidades socio-financeiras.

3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica). Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (e satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras, de períodos nos quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas *devedores e credores por acréscimos e diferimentos*.

3.1.3. Consistência de apresentação. As demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da sua apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza, que ficarão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada uma informação fiável e mais relevante para os utilizadores.

3.1.4. Materialidade e agregação. A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou

inexatidão influenciarem as decisões económicas. Os itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação. Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa. A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a natureza da reclassificação;
- a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- a razão para a reclassificação.

3.2. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

3.2.1. Ativos fixos tangíveis. Os *ativos fixos tangíveis* encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou de operação que se espera virem a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a entidade tenha com a manutenção e a reparação dos ativos são registadas como gastos, no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada para as IPSS em POCIPSS, para os equipamentos adquiridos até 2011, e pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro, desde 2012.

As taxas aplicadas foram as previstas na tabela I do Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, para os grupos *edifícios e equipamento de transporte* e encontram-se depreciados pelas taxas mínimas e, ainda, foi considerada a depreciação num só período para ativos de reduzido valor, conforme previsto no artigo 19.º, do Decreto Regulamentar. As taxas aplicadas passaram a ser as que, a seguir são apresentadas (ver a tabela apresentada a seguir).

Nota 3.2.1

Terrenos e recursos naturais
Edifícios e outras construções

Vida útil estimada
sem depreciação
6 a 100 anos

Nota 3.2.1

	Vida útil estimada
Equipamento básico	de 1 a 8 anos
Equipamento de transporte	de 1 a 14 anos
Equipamento administrativo	de 3 a 6 anos
Outros ativos fixos tangíveis	6 anos

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas “*Outros rendimentos*” ou “*Outros gastos*”.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição.

Estes ativos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

3.2.2. Ativos intangíveis. É uma política aceite que os *ativos intangíveis* sejam registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e que os mesmos sejam mensurados com fiabilidade. Por sua vez, as amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela que, a seguir, se apresenta.

Nota 3.2.2

	Vida útil estimada
Projetos de desenvolvimento	3 anos
Programas de computador	de 1 a 3 anos
Propriedade industrial	3 anos
Outros ativos intangíveis	3 anos

O valor residual de um *ativo intangível* com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo, no final da sua vida útil, ou houver um mercado ativo para este ativo e seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários. Os *inventários* estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e ao valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os produtos e os trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais. Os Inventários que a entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, no mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos financeiros. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos *instrumentos financeiros* com exceção de:

- investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- direitos e obrigações, no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- direitos decorrentes de um contrato de seguro, exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes, em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - alterações no risco segurado;
 - alterações na taxa de câmbio;
 - entrada em incumprimento de uma das partes;
 - locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - alterações no preço do bem locado;
 - alterações na taxa de câmbio;
 - entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros. As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de *fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros* que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos e outros ativos correntes a receber. Os *créditos e outros ativos correntes a receber* encontram-se registados pelo seu custo, estando deduzidos no balanço das perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido. As *perdas por imparidade* são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem, de forma objetiva e quantificável através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são apresentadas no balanço como ativo corrente, no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de balanço são exibidas como ativos não correntes.

Outros ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo, menos perda por imparidade. À data de relato a entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Ao cessar de estar em imparidade, é reconhecida a reversão. Os ativos e passivos financeiros são desconhecidos segundo a forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e depósitos bancários. A rubrica inclui a caixa e os depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar. As dívidas registadas em *fornecedores e outras dívidas a pagar* encontram-se mesuradas pelo método do custo.

3.2.5. Fundos patrimoniais. A rubrica *funda* constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os *fundos patrimoniais* são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões. Periodicamente, a entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado. O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data do relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data. Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Financiamentos obtidos. Empréstimos obtidos. Encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os *encargos financeiros* são reconhecidos como gastos do período, constando na demonstração dos resultados na rubrica *juros e gastos similares suportados*.

Locações. Os contratos de locações (leasing) são classificados: como *locações financeiras*, quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou como *locações operacionais*, quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras. De referir ainda, que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da *substância sobre a forma*, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato. Os ativos fixos tangíveis que se encontram na entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das políticas contabilísticas. Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do regime do acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo, custos de negociação e de garantia). Não havendo certeza razoável de que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, no que for mais curto. Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de *fornecimentos e serviços externos*.

3.2.8. Estado e outros entes públicos. O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- as pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

No entanto, o n.º 3 do referido artigo menciona que a isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao Diretor-Geral dos Impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável, nos termos do n.º 5 do art.º 87. As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2021 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

As alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros tiveram os efeitos transcritos em quadro e foram registados nos códigos de contas 6881 e 7881, referentes a correções de exercícios anteriores (ver a tabela apresentada a seguir).

Nota 4	6881	7881
	Gastos	Rendimentos
Acerto de fornecedores	853,33	1 191,90
Acerto de clientes e utentes		4,80
Acerto de acordos cooperação	17 237,38	31 280,30
Outras correções	189,77	5 095,89
Total	18 280,48	37 572,89

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público. A entidade não usufrui *ativos fixos tangíveis* do domínio público.

Bens do património histórico e cultural. A entidade não usufrui *ativos fixos tangíveis* dos *bens do património, histórico e cultural*.

Outros ativos fixos tangíveis. A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada, no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o que, a seguir, é apresentado (ver as tabelas apresentadas a seguir).

Relatório de Atividades e Contas 2025

Nota 5.1

Ativos Fixos Tangíveis	2025					
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	471 709,88					471 709,88
Edifícios e outras construções	5 322 390,67					5 322 390,67
Equipamento básico	1 296 693,24	61 222,33				1 357 915,57
Equipamento de transporte	688 374,38	45 287,53				733 661,91
Equipamento administrativo	186 115,34					186 115,34
Outros ativos fixos tangíveis	15 791,22					15 791,22
Investimentos em curso	1 000 696,37	2 897 680,20				3 898 376,57
Total	8 981 771,10	3 004 190,06	0,00	0,00	0,00	11 985 961,16

Nota 5.2

Depreciações	2025				
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Transferências	Saldo final
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	1 501 505,09	76 731,53			1 578 236,62
Equipamento básico	1 073 685,12	65 098,07			1 138 783,19
Equipamento de transporte	595 533,65	24 437,44			619 971,09
Equipamento administrativo	181 746,36	1 888,14			183 634,50
Outros ativos fixos tangíveis	9 556,95	1 117,29			10 674,24
Total	3 362 027,17	169 272,47	0,00	0,00	3 531 299,64

Investimento em curso. O Valor registrado na rubrica de investimentos em curso de ativos fixos tangíveis permanece em curso em 31 de dezembro de 2025 e respeita ao que, a seguir, é apresentado (ver as tabelas apresentadas a seguir).

Nota 5.3

Investimentos em curso	2025					
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Obras ROSEIRAL " Requalificação e ampliação"	208 398,86	1 330 196,92				1 538 595,78
Obras CASA DA PAZ "Remodelação"	112 740,21	9 873,15				122 613,36
Obras CASA ABRIGO "Eficiência Energética"	4 889,27					4 889,27
Obras RUA HENRIQUE CALADO "Requalificação"	99 307,14					99 307,14
Obras EDIFÍCIO D. LEONOR "Remodelação"	85 728,17	430 095,29				515 823,46
Obras BÚSSOLA "Projeto Bússola"	8 962,65					8 962,65
Construção Lar de Infância e Juventude	77 213,75					77 213,75
Obras PIRILAMPOS "REMODELAÇÃO"	190 881,67	81 853,42				272 715,09
Obras S. Vicente	40 536,20	88 056,64				128 592,84
Obras Centro de Dia Roseiral	0,00					0,00
Obras Gaivota II	149 240,24	864 586,50				1 013 826,74
Obra "Deslocalização Cozinha e Lavandaria"	22 818,21	91 523,53				114 341,74
Obra "Capela"	0,00	1 494,75				1 494,75
Total	1 000 696,37	2 897 680,20	0,00	0,00	0,00	3 898 376,57

Em 31 de dezembro de 2025, os movimentos ocorridos na linha “Aquisições” referem-se às grandes obras iniciadas em 2025, nomeadamente o pavilhão anexo à Gaivota, o Roseiral e os Apartamentos Rainha D. Leonor.

6. Ativos Fixos Intangíveis

No que concerne aos *ativos Intangíveis* os movimentos ocorridos foram os que, a seguir, são apresentados (ver as tabelas apresentadas a seguir).

Nota 6.1

Ativos Fixos Intangíveis	2025					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições	Abates	Transferências	Varição do justo valor	
Programas de computador	17 557,98					17 557,98
Outros ativos intangíveis	6 709,65					6 709,65
Total	24 267,63	0,00	0,00	0,00	0,00	24 267,63

Nota 6.2

Amortizações	2025			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Programas de computador	17 557,98			17 557,98
Outros ativos intangíveis	6 709,65			6 709,65
Total	24 267,63	0,00	0,00	24 267,63

7. Outros Créditos e ativos não correntes

Em 2022 a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira selou um acordo com a empresa Breugma – Sociedade de Gestão e Empreendimentos Imobiliários, S.A. em que esta convencionou o pagamento de uma compensação financeira devido às obrigações que ficaram por cumprir ao abrigo da Escritura Pública de 1984 e do Contrato-Promessa, acordando expressamente, nos termos e para os efeitos do disposto nos Artigos 857º e 859º do código civil, as seguintes obrigações:

- a) a empresa Breugma – Sociedade de Gestão e Empreendimentos Imobiliários, S.A. obriga-se a pagar à Santa Casa da Misericórdia o montante de 3.500.000,00€ pelo não cumprimento das obrigações acordadas.
- b) o pagamento será realizado em prestações, mediante cheque bancário ou visado à ordem da Santa Casa, da seguinte forma:

Pagamento no valor de 200.000,00€ na data do acordo

Pagamento no valor de 400.000,00€ até 28/02/2023

Pagamento no valor de 400.000,00€ até 31/08/2023

Pagamento no valor de 1.000.000,00€ até 31/08/2024

Pagamento no valor de 1.500.000,00€ até 31/08/2025

Este acordo encontra-se registado na rubrica de “Outros créditos e ativos não correntes” e “Outros ativos correntes” pelo valor a receber. Em 2024 e 2025 não foram recebidos quaisquer valores referentes ao contrato, pelo que também não foram reconhecidos rendimentos, transitando o mesmo na rubrica de rendimentos a reconhecer.

8. Locações

À data do fim do exercício de 2025 a entidade não detinha quaisquer contratos de locação financeira em vigor.

9. Responsabilidades com Empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos (ver as tabelas apresentadas a seguir).

Nota 9.1	2025			2024			
	Descrição	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
	Empréstimos Bancários	861 447,26	509 295,67	1 370 742,93	239 908,02	698 402,18	938 310,20
	Contas caucionadas				200 000,00		200 000,00
	Contas Bancárias de Confirming	596 484,05		596 484,05			
	Total	1 457 931,31	509 295,67	1 967 226,98	439 908,02	698 402,18	1 138 310,20

Nota 9.2	2025			2024			
	Descrição	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
	Até um ano	1 457 931,31	63 777,08	1 521 708,39	439 908,02	47 751,36	487 659,38
	De um a cinco anos	485 926,67	38 575,00	524 501,67	573 333,17	152 317,19	725 650,36
	Mais de cinco anos	23 369,00	234,00	23 603,00	125 069,01	21 928,61	146 997,62
	Total	1 967 226,98	102 586,08	2 069 813,06	1 138 310,20	221 997,16	1 360 307,36

10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica *inventários* apresentava os valores que, a seguir, se apresentam (ver a tabela apresentada a seguir).

Nota 10	2025				2024				
	Descrição	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
	Mercadorias	10 040,45	75 005,57		9 504,53	8 657,21	9 587,00		10 040,45
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11 992,59	46 701,18	65 510,95	11 742,89		124 844,48	53 289,72	11 992,59
	Total	22 033,04	121 706,75	65 510,95	21 247,42	8 657,21	134 431,48	53 289,72	22 033,04
	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				188 003,32				174 345,37

11. Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os réditos que, a seguir, se apresentam (ver a tabela apresentada a seguir).

Nota 11		
	2025	2024
Vendas	106 013,53	102 421,15
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	1 663 545,34	1 467 321,89
Quotizações e joias	8 013,00	7 942,00
Serviços secundários	109 726,16	89 228,17
Comparticipações Segurança Social	2 262 052,24	2 025 955,52
Total	4 149 350,27	3 692 868,73

12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Provisões. Nos períodos de 2025 e 2024 não ocorreram variações relativas a provisões.

Passivos contingentes e ativos contingentes. Não está prevista a ocorrência de factos que levem a relatar a existência de passivos ou ativos contingentes.

13. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a entidade apresentava os saldos nas rubricas de *subsídios do estado e outros entes públicos* que, a seguir, se apresentam (ver a tabela apresentada a seguir).

Nota 13		
	2025	2024
Centro Regional da Segurança Social	2 339 065,92	2 153 055,59
Instituto de Emprego e Formação Profissional	397 325,76	271 879,95
CLDS 5G FSE (60%)	7 644,22	
CLDS 5G OE (40%)	5 096,13	
Fundo Social Europeu SQills (FSE 60%)	28 564,89	21,14
Orçamento do Estado SQills (OSS 40%)	19 043,26	14,09
SQills - Munic Albufeira (18%)	10 711,83	
Formação Modular Capacitar+ (FSE 60%)	21 532,44	
Formação Modular Capacitar+ (OE 40%)	14 354,95	
Administração Regional de Saúde do Algarve	3 230,29	5 537,64
Município de Albufeira - Participação Financeira Apoio ao funcionamento	698 204,81	459 601,21
Município S. Brás Alportel	200,00	200,00
Freguesia Albufeira e Olhos d'Água	25 000,00	25 000,00

Total

3 569 974,50

2 915 309,62

14. Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

Em 31/12/2025 e 31/12/2024, as alterações das taxas de câmbio não afetaram as contas.

15. Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de **352,41 €**, corresponde ao valor esperado a pagar (ver a tabela apresentada a seguir).

Nota 15		
	2025	2024
IRC liquidado	352,41	199,59
Tributação autónoma		
Total	352,41	199,59

16. Benefícios dos Empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, no período de 2025, foi de 7 irmãos. Os cargos diretivos foram assumidos da forma que, a seguir, é apresentada:

Provedora: Patrícia Maria Arez Dias de Cintra Seromenho;
 Vice-Provedora: Ana Maria da Graça Rosa;
 Secretária: Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis.
 Tesoureiro: Carlos Manuel Conceição Oliveira;
 Vogal: Maria Margarida Santos Feteira;
 Vogal: Jorge Miguel Sousa.
 Vogal: Carla Maria Gonçalves da Ponte

Os órgãos diretivos usufruem as remunerações que, a seguir, se apresentam (ver a tabela apresentada a seguir).

Nota 16		
Nome	Cargo	Vencimento mensal ilíquido
Patrícia Maria Arez Dias de Cintra Seromenho	Provedora	2 090,00

O número de pessoas ao serviço da entidade são os que, a seguir, são apresentados (ver a tabela apresentada a seguir).

Nota 16		
	31/dez/25	31/dez/24
Com vínculo contratual	323	291
Apoio à contratação		4

Estágio profissional	3	3
Emprego-Inserção	1	5
Total	327	303

Os gastos que a entidade incorreu com os funcionários foram os que, a seguir, são apresentados (ver a tabela apresentada a seguir).

Nota 16	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	29 260,00	22 519,57
Remunerações ao pessoal	4 764 642,11	4 057 801,31
Indemnizações	11 199,12	11 883,12
Encargos sobre as remunerações	980 158,35	830 653,20
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	68 374,24	50 482,56
Fardas e equipamentos	9 676,77	28 429,46
Segurança e saúde no trabalho	12 102,37	14 204,26
Formação	4 693,05	7 043,19
Refeições (subcontratos)	100 361,93	105 794,71
Comparticipação despesas pessoal	4 849,29	73 381,72
Seguro de saúde	33 804,71	
Outros gastos com o pessoal	12 454,77	12 016,59
Total	6 031 576,71	5 214 209,69

17. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Em 2025, os honorários dos Revisores Oficiais de Contas ascenderam 5.400 euros acrescidos de IVA à taxa de 23%, referentes a serviços de revisão legal de contas.

18. Outras Informações

De forma a aumentar a compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as informações que, a seguir, são apresentadas.

18.1. Fundadores/ Beneméritos/ Patrocinadores/ Doadores/ Associados/ Membros

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentavam os saldos que, a seguir, são disponibilizados (ver a tabela apresentada a seguir).

Nota 18.1		
	2025	2024
Ativo		
Quotas	25 056,46	23 760,46
Total	25 056,46	23 760,46
Passivo		
Total	0,00	0,00

18.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica de créditos a receber encontra-se desagregada da forma que, a seguir, é apresentada (ver a tabela apresentada a seguir).

Nota 18.2		
	2025	2024
Cientes e utentes (contas correntes)		
Cientes	4 002,17	1 168,21
Utentes	109 523,42	109 192,95
Utentes com gestão de valores	20 787,33	11 860,36
Cientes e utentes (cobrança duvidosa)		
Cientes	236,84	236,84
Utentes	38 997,21	40 435,22
Total	173 546,97	162 893,58

18.3. Outros ativos correntes

A rubrica *outros ativos correntes* tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a decomposição que, a seguir, é apresentada (ver a tabela apresentada a seguir).

Nota 18.3		
	2025	2024
Rem pessoal		2 761,68
Adiantamentos a fornecedores	1 453,23	4 469,85
Devedores por acréscimos de rendimentos	15 412,15	11 828,26
Financiadores com protocolos e acordos	122 548,36	118 259,25
Subsídios à Exploração	3 868 610,72	2 999 399,24
Outros devedores	14 072,23	2 519 801,35
Total	4 022 096,69	5 656 519,63

* Os Subsídios à Exploração estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 18.4.

18.4. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica *diferimentos* englobava os saldos que, a seguir, são apresentados (ver as tabelas apresentadas a seguir).

Nota 18.4		
Gastos a reconhecer	2025	2024
Fornecimentos serviços. externos/ seguros	27 549,12	23 013,16
Total	27 549,12	23 013,16

Nota 18.4		
Rendimentos a reconhecer	2025	2024
Rendas de casa	5 837,90	3 166,96
Quotas de associados	348,00	65,00
CIG - Cartão IKEA / Autonomização	50,73	50,73
Baleeira Várzea da Orada**	2 500 000,00	2 500 000,00
Cartão Continente Dá	982,42	264,23
Subsídios à Exploração		
CLDS	412 339,87	
PESSOAS 2030	123 248,31	21 932,48
Projeto - sQills	862 057,65	921 567,84
Formação Modular - CAPACITAR	128 718,37	164 605,76
IEFP - 07/MQPDPV/FVC/21	0,00	51 198,82
IEFP - 03/MQPDPV/FVC/24	76 299,08	166 913,00
IEFP - 08/MQPDPV/FVC/24	588 964,76	807 726,23
IEFP - Centro de Recursos		1 936,21
IEFP - Gabinete de Inserção Profissional	1 390,22	830,46
IEFP - Medida Estágios ATIVAR.PT	1 423,04	2 168,32
IEFP - Medida Compromisso Emprego Sustentável		35 875,50
IEFP - CEI e CEI+	7 650,60	16 967,95
IEFP - Prémio de contratação de estagiários - (T+ e TP)		1 221,98
IEFP - Estágios de Integração - (EI)	6 247,30	
Total	4 715 558,25	4 696 491,47

*A contabilização dos subsídios atribuídos por entidades públicas está prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) nº 22 – "Subsídios e Outros Apoios das Entidades Públicas"

O reconhecimento inicial do subsídio é efetuado quando a entidade tem segurança de que cumprirá as condições a eles associadas e de que este será recebido.

Para determinar o momento do reconhecimento a entidade procede a julgamentos e a juízos de valor do cumprimento dessas condições na situação em concreto. Com a assinatura do contrato de atribuição do subsídio, a entidade compromete-se a cumprir as condições estabelecidas, estimando o recebimento desse subsídio, pelo que

com assinatura do contrato procede ao reconhecimento inicial do subsídio no Balanço, e também na demonstração de resultados.

No Balanço, o subsídio é inicialmente reconhecido quando existe segurança de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas e de que os mesmos são recebidos, independentemente de ainda não ter sido efetivamente recebido, conforme previsto nos parágrafos 8 e 9 da NCRF 22.

Na demonstração de resultados, os subsídios atribuídos são reconhecidos nos resultados (rendimentos) do período na mesma proporção das respetivas despesas subsidiadas pela entidade e reconhecidas como gastos do período.

Em termos de apresentação nas demonstrações financeiras, de acordo com os parágrafos 23 a 25 da NCRF 22, os subsídios não reembolsáveis relacionados com a aquisição ou construção de um ativo (ativo fixo tangível ou intangível), também conhecidos como subsídios ao investimento, são apresentados como componente do capital próprio (conta 593 e rubrica "Outras variações no capital próprio"), e imputados como rendimentos do exercício (conta 7883) numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, ou seja, pela proporção da depreciação ou amortização do item tangível ou intangível.

** Valor a receber referente ao acordo celebrado em setembro de 2022 entre a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira e a empresa Breugma – Sociedade de Gestão e Empreendimentos Imobiliários, S.A. (ver nota explicativa no ponto 7 do presente anexo)

18.5. Investimentos Financeiros

A Santa Casa, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, detinha os seguintes investimentos:

Nota 18.5		
	2025	2024
Caixa Económica Montepio Geral, S.A.	1 000,00	1 000,00
FRSS Fundo Reestrut Setor Social	7 034,40	7 034,40
Total	8 034,40	8 034,40

18.6. Caixa e Depósitos Bancários

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de *caixa e depósitos bancários* encontrava-se com os saldos que, a seguir, são apresentados (ver a tabela apresentada a seguir).

Nota 18.6		
	2025	2024
Caixa	1 257,20	1 928,39
Depósitos à ordem	157 498,50	218 712,31
Total	158 755,70	220 640,70

18.7. Fundos Patrimoniais

Nos *fundos patrimoniais* ocorreram as variações que, a seguir, são apresentadas (ver as tabelas apresentadas a seguir).

Nota 18.7

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Fundos	386 481,18			386 481,18
Reservas	11 291,00			11 291,00
Resultados transitados	1 240 470,34		623 872,05	616 598,29
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 977 062,33	1 542 663,50	39 586,00	4 480 139,83
Total	4 615 304,85	1 542 663,50	663 458,05	5 494 510,30

Nota 18.7.1

Outras variações de fundo patrimoniais	Aumentos	Diminuições
Subsídios investimento		39 586,00
PRR Roseiral	1 070 850,00	
PRR Mobilidade Verde - Viatura Elétrica 9 lugares	40 000,00	
PRR Mobilidade Verde - Viatura Elétrica SAD	25 000,00	
PRR Equipamento Móvel Habitação Colaborativa	52 752,00	
PRR Equipamento Móvel Roseiral	334 074,00	
Fundo Rainha D. Leonor - Capela	19 987,50	
Total	1 542 663,50	39 586,00

As doações e os subsídios ao investimento não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” e subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos, à medida que são contabilizadas as depreciações destes ativos. No presente exercício foi imputado como rendimentos o montante de 39.586,00 euros (ver nota 18.14).

A rubrica de Outras variações dos fundos patrimoniais apresenta um incremento patrimonial positivo no valor total de 1.542.663,50€, resultante do registo dos Termos de Aceitação aprovados pelo PRR referente à candidatura da resposta social do Roseiral, PRR Equipamento Móvel Roseiral, PRR Equipamento Móvel Habitação Colaborativa, PRR Mobilidade Verde - Viatura Elétrica 9 lugares, PRR Mobilidade Verde - Viatura Elétrica SAD e ainda o contrato de financiamento através do Fundo Rainha D. Leonor para reparação da Capela.

18.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de *fornecedores* é discriminado na forma que, a seguir, é apresentada (ver a tabela apresentada a seguir).

Nota 18.8

	2025	2024
Fornecedores (contas correntes)	784 910,60	320 172,77
Fornecedores - títulos a pagar		
Total	784 910,60	320 172,77

18.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de *estado e outros entes públicos* está dividida da forma que, a seguir, é apresentada (ver as tabelas apresentadas a seguir).

Nota 18.9

Ativo	2025	2024
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	255 263,71	43 332,78
TSU	404,87	2 257,87
Total	255 668,58	45 590,65

Nota 18.9

Passivo	2025	2024
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas	352,41	199,59
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	357 508,03	30 604,40
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	26 335,16	30 652,33
TSU	174 939,79	163 166,88
FCT e FGCT		
Total	559 135,39	224 623,20

18.10. Outras Contas a Pagar

A rubrica *outras contas a pagar* desdobra-se da forma que, a seguir, é apresentada (ver as tabelas apresentadas a seguir).

Nota 18.10

	2025		2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Remunerações a pagar		1 495,24		500,27
Financiadores com protocolos e acordos		24 038,70		69 824,69
Fornecedores de Investimentos		1 044 807,90		10 228,15
Credores por acréscimo de gastos		536 986,17		490 575,81
Utentes c/ gestão valores (lares)	847 712,24		542 973,44	
Outros credores		36 280,25	201 298,99	35 757,96
Total	847 712,24	1 643 608,26	744 272,43	606 886,88

18.11. Outros Passivos Financeiros

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há referência a *outros passivos financeiros*.

18.12. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os subsídios, doações, heranças e legados que, a seguir, são apresentados (ver a tabela apresentada a seguir).

Nota 18.12		
	2025	2024
Subsídios	3 571 164,71	2 945 310,50
Doações e heranças	140 003,34	96 079,73
Total	3 711 168,05	3 041 390,23

Os *subsídios e apoios do governo* estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 13.

18.13. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos *fornecimentos e serviços externos* nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a que, a seguir, é apresentada (ver a tabela apresentada a seguir).

Nota 18.13		
	2025	2024
Subcontratos	582 562,76	568 155,45
Serviços especializados	480 617,29	332 228,90
Materiais	284 459,66	349 136,68
Energia e fluidos	302 311,44	347 228,62
Deslocações, estadas e transportes	3 300,29	4 703,62
Serviços diversos	715 561,96	720 658,06
Total	2 368 813,40	2 322 111,33

18.14. Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de *outros rendimentos e ganhos* encontra-se dividida da forma que, a seguir, é apresentada (ver a tabela apresentada a seguir).

Nota 18.14

	2025	2024
Rendimentos suplementares - Aluguer de Equipamento	23 211,20	31 807,30
Rendimentos em investimentos não financeiros		173 785,55
Rendas e outros rendimentos	59 517,52	45 827,64
Correções de exercícios anteriores	37 572,89	13 682,00
Subsídios de Investimento	39 586,00	40 954,46
Rendimentos por sentença de tribunal	2 800,00	1 850,00
Acerto remuneração		1 437,74
Rendimentos com acertos de projetos		5 227,82
Indemnização por seguros	4 678,26	
Rendimentos com acertos de projetos	25 873,51	
Falta aviso prévio rescisão contrato de trabalho	16 048,94	16 277,10
Subsídio pecuniário alimentação	218 346,00	218 381,18
Valorização Fct	3 154,25	
Incumprimento de prazo pagamento	1 252,42	
Outros rendimentos e ganhos	29 938,68	16 802,19
Rapel	11 747,00	9 537,72
Total	473 726,67	575 570,70

As correções de exercícios anteriores encontram-se apresentadas no ponto 4.

18.15. Outros Gastos e Perdas

A rubrica de *outros gastos e perdas* encontra-se dividida da forma que, a seguir, é apresentada (ver a tabela apresentada a seguir).

Nota 18.15

	2025	2024
Impostos	1 473,04	1 449,08
Correções de exercícios anteriores*	18 280,48	4 062,00
Quotizações	2 092,75	2 062,00
Gastos com acertos de projetos	4 543,89	1 453,47
Outros gastos e perdas	279,17	586,54
Gastos com apoios financeiros concedidos	5 700,03	
Total	32 369,36	9 613,09

Nota: * = apresentado no ponto 4.

18.16. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares (ver a tabela apresentada a seguir).

Nota 18.16		
	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	37 747,35	29 176,53
Outros juros		12,89
Total	37 747,35	29 189,42
Juros e rendimentos similares obtidos		
Outros rendimentos similares		
Total	0,00	0,00
Resultados financeiros	-37 747,35	-29 189,42

18.17. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos outros eventos posteriores a 31 de dezembro de 2025 que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

3.3. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR ESTRUTURAS

As demonstrações dos resultados por estruturas apresentam o somatório dos centros de custos decompostos em função dos serviços prestados e imputados de gastos e rendimentos dos serviços partilhados, atendendo aos princípios da comparabilidade, consistência e coerência, a saber:

Envelhecimento | Infância e Juventude | Crianças e Jovens em Risco | Saúde Mental | Deficiência | Família e Comunidade | Formação Profissional e Projetos

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira desenvolve a sua ação em diferentes áreas de exploração, que se encaixam nos diversos Centros de Custo agrupados pela natureza da sua atividade:

- **Área do Envelhecimento**
Estrutura Residencial Pessoas Idosas O Roseiral | Estrutura Residencial Pessoas Idosas Olhos de Água | Centro de Dia Roseiral | Centro de Dia Olhos de Água | Serviço de Apoio Domiciliário Roseiral | Serviço de Apoio Domiciliário Olhos de Água
Comunidade +65 anos
- **Área da Infância e Juventude**
Infância - Creche Tempos de Infância | Centro Infantil Quinta dos Pardais
Creche Olhos de Água
Crianças e Jovens em Risco – CAFAP | Casa de Acolhimento a Gaivota
- **Família e Comunidade**
GIS | Casa de Abrigo a Cegonha
- **Área da Saúde Mental**
Casa da Paz – Unidade de Vida Apoiada e Fórum Sócio-Ocupacional
- **Área da Deficiência**
Lar Residencial São Vicente | Ateliers Ocupacionais | Centro de Recursos | Qualificação e Reabilitação Profissional
- **Empregabilidade e Formação Profissional**
Centro de Formação Profissional – Bússola | Gabinete de Inserção Profissional |
- **Projetos**
sQills | CAPACITAR | CLDS-5G

Os serviços centralizados e partilhados da Misericórdia de Albufeira estão incrementados nos vários centros de custo, uma vez que oferecem serviços especializados transversais a toda a instituição, nomeadamente:

Contabilidade e Finanças | Recursos Humanos e Formação Interna | Gestão Administrativa e Património | Informática e Modernização | Marketing, Comunicação e Imagem | Auditoria Externa | Jurídico e Contencioso | Institucionais e Estrutura

A imputação dos gastos e rendimentos dos serviços centralizados e partilhados, pelos centros de custos das unidades operacionais da Misericórdia de Albufeira, tem sido efetuada e constituída prática dos últimos exercícios. O ano de 2025 mantém essa regra, atendendo aos princípios da comparabilidade, consistência e coerência.

Assim na análise dos mapas apresentados a seguir deve-se ter em conta que o resultado por área de exploração contém as respetivas imputações.

Relatório de Atividades e Contas 2025

Tempos de Infância	Realizado 2025	Realizado 2024	Varição 2024/2025	%	Orçamento 2025	Desvio face ao orçamento	%
Vendas e serviços prestados	24 782	34 556	-9 774	-28,3%	22 005	2 777	12,6%
Subsídios à exploração	438 480	355 314	83 166	23,4%	413 353	25 128	6,1%
Trabalhos para a própria entidade							
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-3 667	-2 419	-1 248	-51,6%	-1 165	-2 502	-214,7%
Fornecimentos e serviços externos	-75 827	-61 648	-14 179	-23,0%	-49 548	-26 279	-53,0%
Gastos com o pessoal	-376 801	-339 241	-37 560	-11,1%	-364 504	-12 297	-3,4%
Imparidade de dívidas a receber							
Outros rendimentos	3 600	19 914	-16 314	-81,9%	6 276	-2 675	-42,6%
Outros gastos	-3 174	-283	-2 891	-1021,6%	-278	-2 896	-1040,5%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	7 393	6 193	1 200	19,4%	26 138	-18 745	-71,7%
Gastos de depreciação e de amortização	-6 458	-6 470	12	0,2%	-10 294	3 836	37,3%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	935	-277	1 212	437,2%	15 844	-14 909	-94,1%
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-2 905	-2 247	-657	-29,2%	-1 437	-1 468	-102,2%
Resultados antes de impostos	-1 970	-2 525	555	22,0%	14 408	-16 377	-113,7%
Imposto sobre o rendimento do período							
Resultado líquido do período	-1 970	-2 525	555	22,0%	14 408	-16 377	-113,7%

Quinta dos Pardais	Realizado 2025	Realizado 2024	Varição 2024/2025	%	Orçamento 2025	Desvio face ao orçamento	%
Vendas e serviços prestados	32 272	78 145	-45 874	-58,7%	31 155	1 117	3,6%
Subsídios à exploração	752 146	648 903	103 243	15,9%	662 410	89 736	13,5%
Trabalhos para a própria entidade							
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-4 768	-3 842	-926	-24,1%	-832	-3 936	-473,0%
Fornecimentos e serviços externos	-209 759	-248 131	38 372	15,5%	-114 924	-94 835	-82,5%
Gastos com o pessoal	-554 027	-567 932	13 905	2,4%	-543 206	-10 820	-2,0%
Imparidade de dívidas a receber			0			0	
Outros rendimentos	11 745	33 742	-21 997	-65,2%	6 694	5 051	75,5%
Outros gastos	-4 427	-641	-3 786	-590,9%	-192	-4 235	-2205,1%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	23 182	-59 757	82 939	138,8%	41 105	-17 923	-43,6%
Gastos de depreciação e de amortização	-20 242	-20 767	525	2,5%	-21 174	932	4,4%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2 940	-80 523	83 464	103,7%	19 931	-16 991	-85,2%
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-6 216	-4 822	-1 395	-28,9%	-974	-5 242	-538,3%
Resultados antes de impostos	-3 276	-85 345	82 069	96,2%	18 957	-22 234	-117,3%
Imposto sobre o rendimento do período							
Resultado líquido do período	-3 276	-85 345	82 069	96,2%	18 957	-22 234	-117,3%

Relatório de Atividades e Contas 2025

A Gaivota	Realizado 2025	Realizado 2024	Varição 2024/2025	%	Orçamento 2025	Desvio face ao orçamento	%
Vendas e serviços prestados	163	56	107	191,5%		163	
Subsídios à exploração	552 730	593 840	-41 110	-6,9%	547 196	5 534	1,0%
Trabalhos para a própria entidade							
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 026	-11 559	9 534	82,5%	-12 545	10 519	83,9%
Fornecimentos e serviços externos	-175 002	-189 561	14 559	7,7%	-183 583	8 581	4,7%
Gastos com o pessoal	-508 372	-454 862	-53 510	-11,8%	-455 251	-53 121	-11,7%
Imparidade de dívidas a receber							
Outros rendimentos	32 642	30 292	2 350	7,8%	30 121	2 521	8,4%
Outros gastos	-538	-451	-87	-19,4%	-628	90	14,3%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-100 403	-32 246	-68 157	-211,4%	-74 689	-25 714	-34,4%
Gastos de depreciação e de amortização	-12 000	-10 660	-1 340	-12,6%	-16 861	4 861	28,8%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-112 403	-42 906	-69 497	-162,0%	-91 550	-20 853	-22,8%
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-2 389	-1 813	-577	-31,8%	-1 159	-1 231	-106,2%
Resultados antes de impostos	-114 792	-44 719	-70 074	-156,7%	-92 709	-22 084	-23,8%
Imposto sobre o rendimento do período							
Resultado líquido do período	-114 792	-44 719	-70 074	-156,7%	-92 709	-22 084	-23,8%

Relatório de Atividades e Contas 2025

Espaço Em Con_tato	Realizado 2025	Realizado 2024	Varição 2024/2025	%	Orçamento 2025	Desvio face ao orçamento	%
Vendas e serviços prestados	160	1	159	11700,7%		160	
Subsídios à exploração	205 082	202 109	2 973	1,5%	221 050	-15 968	-7,2%
Trabalhos para a própria entidade							
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-59		-59			-59	
Fornecimentos e serviços externos	-30 961	-27 052	-3 909	-14,4%	-25 278	-5 683	-22,5%
Gastos com o pessoal	-172 120	-138 121	-33 999	-24,6%	-183 368	11 248	6,1%
Imparidade de dívidas a receber			0			0	
Outros rendimentos	2 992	5 003	-2 011	-40,2%	5 336	-2 345	-43,9%
Outros gastos	-879	-254	-625	-246,2%	-247	-632	-255,3%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	4 216	41 687	-37 470	-89,9%	17 494	-13 278	-75,9%
Gastos de depreciação e de amortização	-4 997	-4 942	-55	-1,1%	-5 468	471	8,6%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-780	36 745	-37 525	-102,1%	12 026	-12 807	-106,5%
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-2 291	-1 789	-501	-28,0%	-1 144	-1 147	-100,3%
Resultados antes de impostos	-3 071	34 955	-38 026	-108,8%	10 883	-13 954	-128,2%
Imposto sobre o rendimento do período							
Resultado líquido do período	-3 071	34 955	-38 026	-108,8%	10 883	-13 954	-128,2%

Relatório de Atividades e Contas 2025

A Cegonha	Realizado 2025	Realizado 2024	Varição 2024/2025	%	Orçamento 2025	Desvio face ao orçamento	%
Vendas e serviços prestados	52	0	51	11681,8%		52	
Subsídios à exploração	121 853	120 253	1 600	1,3%	121 115	738	0,6%
Trabalhos para a própria entidade							
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-13 357	-15 570	2 213	14,2%	-13 445	88	0,7%
Fornecimentos e serviços externos	-19 007	-17 572	-1 434	-8,2%	-19 473	467	2,4%
Gastos com o pessoal	-181 771	-162 503	-19 269	-11,9%	-174 566	-7 205	-4,1%
Imparidade de dívidas a receber							
Outros rendimentos	11 472	13 021	-1 549	-11,9%	14 918	-3 446	-23,1%
Outros gastos	-224	-80	-144	-181,0%	-120	-104	-86,6%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-80 983	-62 450	-18 532	-29,7%	-71 571	-9 411	-13,1%
Gastos de depreciação e de amortização	-3 998	-5 537	1 538	27,8%	-2 998	-1 000	-33,4%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-84 981	-67 987	-16 994	-25,0%	-74 570	-10 411	-14,0%
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-740	-578	-162	-28,0%	-369	-370	-100,3%
Resultados antes de impostos	-85 721	-68 565	-17 156	-25,0%	-74 939	-10 782	-14,4%
Imposto sobre o rendimento do período							
Resultado líquido do período	-85 721	-68 565	-17 156	-25,0%	-74 939	-10 782	-14,4%

O Roseiral	Realizado 2025	Realizado 2024	Varição 2024/2025	%	Orçamento 2025	Desvio face ao orçamento	%
Vendas e serviços prestados	1 221 615	1 336 909	-115 295	-8,6%	1 261 290	-39 676	-3,1%
Subsídios à exploração	251 938	100 302	151 636	151,2%	114 622	137 316	119,8%
Trabalhos para a própria entidade	64 994	17 862	47 132			64 994	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-32 186	-39 788	7 602	19,1%	-28 961	-3 225	-11,1%
Fornecimentos e serviços externos	-453 202	-518 779	65 577	12,6%	-387 288	-65 914	-17,0%
Gastos com o pessoal	-1 194 604	-1 115 890	-78 713	-7,1%	-1 079 226	-115 377	-10,7%
Imparidade de dívidas a receber							
Outros rendimentos	89 815	79 895	9 920	12,4%	81 338	8 477	10,4%
Outros gastos	-4 103	-1 205	-2 898	-240,5%	-821	-3 282	-399,8%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-55 733	-140 693	84 961	60,4%	-39 046	-16 687	-42,7%
Gastos de depreciação e de amortização	-36 093	-37 169	1 076	2,9%	-34 888	-1 205	-3,5%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-91 826	-177 862	86 037	48,4%	-73 933	-17 892	-24,2%
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-7 582	-5 858	-1 725	-29,4%	-3 744	-3 838	-102,5%
Resultados antes de impostos	-99 408	-183 720	84 312	45,9%	-77 678	-21 730	-28,0%
Imposto sobre o rendimento do período							
Resultado líquido do período	-99 408	-183 720	84 312	45,9%	-77 678	-21 730	-28,0%

Relatório de Atividades e Contas 2025

Casa da Paz	Realizado 2025	Realizado 2024	Varição 2024/2025	%	Orçamento 2025	Desvio face ao orçamento	%
Vendas e serviços prestados	372 812	354 879	17 933	5,1%	377 477	-4 664	-1,2%
Subsídios à exploração	12 704	14 128	-1 424	-10,1%	12 013	691	5,7%
Trabalhos para a própria entidade	1 918		1 918			1 918	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-3 213	-3 549	337	9,5%	-3 400	187	5,5%
Fornecimentos e serviços externos	-109 312	-109 112	-201	-0,2%	-100 594	-8 718	-8,7%
Gastos com o pessoal	-391 704	-360 228	-31 476	-8,7%	-397 071	5 367	1,4%
Imparidade de dívidas a receber							
Outros rendimentos	26 503	19 506	6 997	35,9%	19 352	7 151	37,0%
Outros gastos	-644	-313	-330	-105,4%	-368	-276	-74,8%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-90 937	-84 690	-6 247	-7,4%	-92 591	1 655	1,8%
Gastos de depreciação e de amortização	-10 372	-10 201	-171	-1,7%	-8 818	-1 554	-17,6%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-101 309	-94 891	-6 418	-6,8%	-101 410	101	0,1%
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-2 468	-1 891	-577	-30,5%	-1 209	-1 259	-104,2%
Resultados antes de impostos	-103 777	-96 782	-6 995	-7,2%	-102 619	-1 159	-1,1%
Imposto sobre o rendimento do período							
Resultado líquido do período	-103 777	-96 782	-6 995	-7,2%	-102 619	-1 159	-1,1%

São Vicente	Realizado 2025	Realizado 2024	Varição 2024/2025	%	Orçamento 2025	Desvio face ao orçamento	%
Vendas e serviços prestados	918 093	864 547	53 546	6,2%	919 881	-1 788	-0,2%
Subsídios à exploração	12 372	8 752	3 620	41,4%	4 638	7 734	166,8%
Trabalhos para a própria entidade	7 785	18 585	-10 799			7 785	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-12 000	-14 659	2 659	18,1%	-15 725	3 726	23,7%
Fornecimentos e serviços externos	-174 185	-160 053	-14 133	-8,8%	-151 414	-22 771	-15,0%
Gastos com o pessoal	-594 666	-577 906	-16 760	-2,9%	-604 734	10 068	1,7%
Imparidade de dívidas a receber							
Outros rendimentos	41 737	39 093	2 644	6,8%	37 219	4 518	12,1%
Outros gastos	-665	-339	-326	-96,3%	-336	-330	-98,2%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	198 471	178 019	20 452	11,5%	189 529	8 942	4,7%
Gastos de depreciação e de amortização	-12 184	-9 572	-2 612	-27,3%	-9 929	-2 255	-22,7%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	186 287	168 447	17 840	10,6%	179 600	6 687	3,7%
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-3 195	-2 431	-763	-31,4%	-1 554	-1 640	-105,6%
Resultados antes de impostos	183 093	166 016	17 076	10,3%	178 046	5 047	2,8%
Imposto sobre o rendimento do período							
Resultado líquido do período	183 093	166 016	17 076	10,3%	178 046	5 047	2,8%

Relatório de Atividades e Contas 2025

Espaço Bússola	Realizado 2025	Realizado 2024	Varição 2024/2025	%	Orçamento 2025	Desvio face ao orçamento	%
Vendas e serviços prestados	12 966	11 197	1 769	15,8%	8 452	4 514	53,4%
Subsídios à exploração	350 881	180 868	170 013	94,0%	399 567	-48 685	-12,2%
Trabalhos para a própria entidade		18 243	-18 243	-100,0%		0	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-4 244	-2 464	-1 780	-72,2%	-2 389	-1 855	-77,7%
Fornecimentos e serviços externos	-265 121	-119 475	-145 646	-121,9%	-255 818	-9 303	-3,6%
Gastos com o pessoal	-228 226	-208 569	-19 657	-9,4%	-197 488	-30 738	-15,6%
Imparidade de dívidas a receber							
Outros rendimentos	66 858	46 157	20 701	44,8%	33 081	33 777	102,1%
Outros gastos	-4 113	-224	-3 889	-1736,5%		-4 113	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-70 998	-74 267	3 269	4,4%	-14 595	-56 403	-386,5%
Gastos de depreciação e de amortização	-7 539	-6 174	-1 365	-22,1%	-5 790	-1 749	-30,2%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-78 536	-80 441	1 904	2,4%	-20 384	-58 152	-285,3%
Juros e rendimentos similares obtidos	0						
Juros e gastos similares suportados	-1 293	-998	-294	-29,5%		-1 293	
Resultados antes de impostos	-79 829	-81 439	1 610	2,0%	-20 384	-59 445	-291,6%
Imposto sobre o rendimento do período	-352	-200	-153	-76,6%	-2 072	1 719	83,0%
Resultado líquido do período	-80 182	-81 639	1 457	1,8%	-22 456	-57 725	-257,1%

Gabinete Inserção Social	Realizado 2025	Realizado 2024	Varição 2024/2025	%	Orçamento 2025	Desvio face ao orçamento	%
Vendas e serviços prestados	1 606	93	1 514	1633,5%		1 606	
Subsídios à exploração	360 750	360 831	-81	0,0%	229 993	130 758	56,9%
Trabalhos para a própria entidade							
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-70 453	-62 534	-7 919	-12,7%	-21 600	-48 853	-226,2%
Fornecimentos e serviços externos	-149 116	-168 956	19 839	11,7%	-118 194	-30 922	-26,2%
Gastos com o pessoal	-173 650	-205 293	31 643	15,4%	-84 076	-89 574	-106,5%
Imparidade de dívidas a receber							
Outros rendimentos	18 262	9 391	8 870	94,5%	3 146	15 115	480,4%
Outros gastos	-1 088	-1 746	658	37,7%	0	-1 088	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-13 690	-68 213	54 524	79,9%	9 269	-22 958	-247,7%
Gastos de depreciação e de amortização	-11 733	-12 584	851	6,8%	-11 645	-88	-0,8%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-25 422	-80 797	55 375	68,5%	-2 376	-23 046	-970,1%
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-1 006	-776	-230	-29,6%		-1 006	
Resultados antes de impostos	-26 428	-81 574	55 145	67,6%	-2 376	-24 053	-1012,4%
Imposto sobre o rendimento do período							
Resultado líquido do período	-26 428	-81 574	55 145	67,6%	-2 376	-24 053	-1012,4%

Relatório de Atividades e Contas 2025

Património	Realizado 2025	Realizado 2024	Varição 2024/2025	%	Orçamento 2025	Desvio face ao orçamento	%
Vendas e serviços prestados							
Subsídios à exploração	2 426	3 488	-1 062	-30,5%	5 476	-3 051	
Trabalhos para a própria entidade	53 148	18 531	34 617	186,8%	105 005	-51 858	-49,4%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas							
Fornecimentos e serviços externos	-29 706	-20 690	-9 016	-43,6%	-18 351	-11 355	-61,9%
Gastos com o pessoal	-69 685	-67 325	-2 359	-3,5%	-39 107	-30 578	
Imparidade de dívidas a receber							
Outros rendimentos	68 640	226 020	-157 380	-69,6%	61 405	7 235	11,8%
Outros gastos	-356	-1 968	1 612	81,9%	-3 469	3 112	89,7%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	24 466	158 055	-133 589	-84,5%	110 960	-86 494	-78,0%
Gastos de depreciação e de amortização	-11 041	-11 208	167	1,5%	-10 903	-138	-1,3%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	13 425	146 847	-133 421	-90,9%	100 057	-86 632	-86,6%
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-1						
Resultados antes de impostos	13 425	146 847	-133 422	-90,9%	100 057	-86 632	-86,6%
Imposto sobre o rendimento do período							
Resultado líquido do período	13 425	146 847	-133 422	-90,9%	100 057	-86 632	-86,6%

Irmandade	Realizado 2025	Realizado 2024	Varição 2024/2025	%	Orçamento 2025	Desvio face ao orçamento	%
Vendas e serviços prestados	8 013	7 942	71	0,9%	7 597	416	5,5%
Subsídios à exploração	4 959	5 649	-691			4 959	
Trabalhos para a própria entidade							
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas							
Fornecimentos e serviços externos		-9 521	9 521	100,0%	-9 841	9 841	100,0%
Gastos com o pessoal	-14 294	-14 022	-272	-1,9%	-16 469	2 175	
Imparidade de dívidas a receber							
Outros rendimentos	12		12			12	
Outros gastos	-1 320	-1 320	0	0,0%	-660	-660	-100,0%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-2 630	-11 272	8 641	76,7%	-19 373	16 743	86,4%
Gastos de depreciação e de amortização							
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-2 630	-11 272	8 641	76,7%	-19 373	16 743	86,4%
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados		-2					
Resultados antes de impostos	-2 630	-11 274	8 643	76,7%	-19 373	16 743	86,4%
Imposto sobre o rendimento do período							
Resultado líquido do período	-2 630	-11 274	8 643	76,7%	-19 373	16 743	86,4%

Relatório de Atividades e Contas 2025

Projetos	Realizado 2025	Realizado 2024	Varição 2024/2025	%	Orçamento 2025	Desvio face ao orçamento	%
Vendas e serviços prestados							
Subsídios à exploração	108 258	44	108 214	245717,3%	409 575	-301 317	-73,6%
Trabalhos para a própria entidade							
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas							
Fornecimentos e serviços externos	-42 605	-615	-41 989	-6825,6%	-267 774	225 169	84,1%
Gastos com o pessoal	-108 111	-44	-108 066	-245382,5%	-148 790	40 680	27,3%
Imparidade de dívidas a receber							
Outros rendimentos		454	-454	-100,0%		0	
Outros gastos							
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-42 457	-161	-42 296	-26233,3%	-6 989	-35 468	-507,5%
Gastos de depreciação e de amortização	-870		-870				
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-43 327	-161	-43 166	-26773,1%	-6 989	-36 338	-519,9%
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados							
Resultados antes de impostos	-43 327	-161	-43 166	-26773,1%	-6 989	-36 338	-519,9%
Imposto sobre o rendimento do período							
Resultado líquido do período	-43 327	-161	-43 166	-26773,1%	-6 989	-36 338	-100,4%

Relatório de Atividades e Contas 2025

Olhos de Água	Realizado 2025	Realizado 2024	Varição 2024/2025	%	Orçamento 2025	Desvio face ao orçamento	%
Vendas e serviços prestados	1 556 817	1 004 544	552 273	55,0%	1 567 243	-10 425	-0,7%
Subsídios à exploração	536 588	446 908	89 679	20,1%	333 173	203 414	61,1%
Trabalhos para a própria entidade							
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-42 031	-17 960	-24 071	134,0%	-36 286	-5 745	15,8%
Fornecimentos e serviços externos	-635 010	-670 946	35 936	-5,4%	-598 893	-36 117	6,0%
Gastos com o pessoal	-1 463 547	-1 002 272	-461 274	46,0%	-1 271 922	-191 624	15,1%
Imparidade de dívidas a receber			0			0	
Outros rendimentos	99 449	53 082	46 366	87,3%	40 954	58 495	142,8%
Outros gastos	-10 838	-790	-10 048	1272,1%	-847	-9 991	1178,9%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	41 428	-187 434	228 861	-122,1%	33 421	8 006	24,0%
Gastos de depreciação e de amortização	-31 745	-28 810	-2 935	10,2%	-13 641	-18 104	132,7%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	9 683	-216 243	225 926	-104,5%	19 780	-10 098	-51,0%
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados	-7 662	-5 983	-1 678	28,1%	-3 825	-3 837	100,3%
Resultados antes de impostos	2 021	-222 227	224 248	-100,9%	15 956	-13 935	-87,3%
Imposto sobre o rendimento do período							
Resultado líquido do período	2 021	-222 227	224 248	-100,9%	15 956	-13 935	-87,3%

Relatório de Atividades e Contas 2025

Misericórdia de Albufeira	Realizado 2025	Realizado 2024	Varição 2023/2024	%	Orçamento 2025	Desvio face ao orçamento	%
Vendas e serviços prestados	4 149 350	3 692 869	456 482	12,4%	4 195 100	-45 749	-1,1%
Subsídios à exploração	3 711 168	3 041 390	669 778	22,0%	3 474 181	236 987	6,8%
Trabalhos para a própria entidade	127 845	73 221	54 624	74,6%	105 005	22 840	21,8%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-188 003	-174 345	-13 658	7,8%	-136 348	-51 656	37,9%
Fornecimentos e serviços externos	-2 368 813	-2 322 111	-46 702	2,0%	-2 300 973	-67 840	2,9%
Gastos com o pessoal	-6 031 577	-5 214 210	-817 367	15,7%	-5 559 778	-471 799	8,5%
Imparidade de dívidas a receber	0						
Outros rendimentos	473 727	575 571	-101 844	-17,7%	339 841	133 885	39,4%
Outros gastos	-32 369	-9 613	-22 756	236,7%	-7 966	-24 403	306,3%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-158 673	-337 228	178 556	-52,9%	109 063	-267 735	-245,5%
Gastos de depreciação e de amortização	-169 272	-164 094	-5 179	3,2%	-152 409	-16 863	11,1%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-327 945	-501 322	173 377	-34,6%	-43 346	-284 599	656,6%
Juros e rendimentos similares obtidos	0						
Juros e gastos similares suportados	-37 747	-29 189	-8 558	29,3%	-15 414	-22 333	144,9%
Resultados antes de impostos	-365 692	-530 512	164 820	-31,1%	-58 760	-306 932	522,3%
Imposto sobre o rendimento do período	-352	-200	-153	76,6%	-2 072	1 719	-83,0%
Resultado líquido do período	-366 045	-530 711	164 667	-31,0%	-60 832	-305 212	501,7%

Estruturas da Misericórdia de Albufeira	Tempos de Infância		Quinta dos Pardais		A Galvoa		Espaço Em Con_tato		A Cegonha		O Roseiral		Casa da Paz		São Vicente		Espaço Bússola		Gabinete Inserção Social		Património Irmandade		Projetos		Olhos de Água		SCMA	
Vendas e serviços prestados	24 782	32 272	163	160	52	1 221 615	372 812	918 093	12 966	1 606	0	8 013	0	1 556 817	4 149 350													
Subsídios à exploração	438 480	752 146	552 730	205 082	121 853	251 938	12 704	12 372	350 881	360 750	2 426	4 959	108 258	536 588	3 711 168													
Trabalhos para a própria entidade						64 994	1 918	7 785			53 148				127 845													
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-3 667	-4 768	-2 026	-59	-13 357	-32 186	-3 213	-12 000	-4 244	-70 453	0	0	0	-42 031	-188 003													
Fornecimentos e serviços externos	-75 827	-209 759	-175 002	-30 961	-19 007	-453 202	-109 312	-174 185	-265 121	-149 116	-29 706	0	-42 605	-635 010	-2 368 813													
Gastos com o pessoal	-376 801	-554 027	-508 372	-172 120	-181 771	-1 194 604	-391 704	-594 666	-228 226	-173 650	-69 685	-14 294	-108 111	-1 463 547	-6 031 577													
Imparidade de dívidas a receber																												
Outros rendimentos	3 600	11 745	32 642	2 992	11 472	89 815	26 503	41 737	66 858	18 262	68 640	12	0	99 449	473 727													
Outros gastos	-3 174	-4 427	-538	-879	-224	-4 103	-644	-665	-4 113	-1 088	-356	-1 320	0	-10 838	-32 369													
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	7 393	23 182	-100 403	4 216	-80 983	-55 733	-90 937	198 471	-70 998	-13 690	24 466	-2 630	-42 457	41 428	-158 673													
Gastos de depreciação e de amortização	-6 458	-20 242	-12 000	-4 997	-3 998	-36 093	-10 372	-12 184	-7 539	-11 733	-11 041		-870	-31 745	-169 272													
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	935	2 940	-112 403	-780	-84 981	-91 826	-101 309	186 287	-78 536	-25 422	13 425	-2 630	-43 327	9 683	-327 945													
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0													
Juros e gastos similares suportados	-2 905	-6 216	-2 389	-2 291	-740	-7 582	-2 468	-3 195	-1 293	-1 006	-1			-7 662	-37 747													
Resultados antes de impostos	-1 970	-3 276	-114 792	-3 071	-85 721	-99 408	-103 777	183 093	-79 829	-26 428	13 425	-2 630	-43 327	2 021	-365 692													
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	0					-352																			
Resultado líquido do período	-1 970	-3 276	-114 792	-3 071	-85 721	-99 408	-103 777	183 093	-80 182	-26 428	13 425	-2 630	-43 327	2 021	-366 045													

REFERÊNCIAS FINAIS

Cumpre agradecer de forma muito particular a todos aqueles que, ao longo do ano de 2025, souberam colaborar com a Mesa Administrativa apesar das grandes dificuldades que todos vivemos, com novos conflitos a preocupar o mundo das relações internacionais e a sombra de uma nova crise económica sempre a pairar, para além, dos constrangimentos internos vividos ao longo do ano.

Em primeiro lugar agradecemos a todos aqueles que nas mais elevadas funções do Estado, como responsáveis políticos ou dirigentes técnicos, souberam dizer presentes; aos responsáveis autárquicos, com destaque para o ex-Presidente falecido Dr. José Carlos Rolo, cujo apoio foi muito importante; à Igreja da Diocese de Faro, na pessoa do Senhor Bispo D. Manuel Quintas e ao nosso capelão, o Senhor Padre Flávio Martins, cujos conselhos avisados muito nos gratifica.

Aos Irmãos e Irmãs da Misericórdia de Albufeira, cujo apoio foi sempre decisivo na nossa ação.

Um especial agradecimento aos nossos parceiros e fornecedores que ao longo deste ano nos ajudaram a cumprir a Missão da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira. É nestes momentos particularmente desafiantes, que as ações de solidariedade, nas várias dimensões, se tornam verdadeiramente grandiosas.

Finalmente aos nossos colaboradores e colaboradoras, a quem agradecemos todo o empenho e contribuição junto dos nossos utentes e suas famílias. Sem eles, temos perfeita consciência de que muito do sucesso deste trabalho não seria possível apresentar.

Os resultados aqui apresentados são o reflexo de um ano de trabalho com muitas adversidades e cujo esforço e dimensão não seria possível sem a ajuda de todos. Continuaremos a precisar de todos para a continuidade do trabalho de transformação e crescimento consolidado, da Misericórdia de Albufeira em prol das necessidades da comunidade que servimos.

APROVAÇÃO DA MESA ADMINISTRATIVA

Aprovado por unanimidade na reunião de Mesa Administrativa, realizada em 18 de março de 2026, com as seguintes presenças:

Provedora



Patrícia Maria Arez Dias de Cintra Seromenho

Vice-Provedora



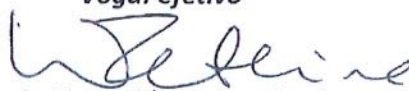
Ana Maria da Graça Rosa

Tesoureiro



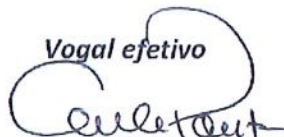
Carlos Manuel Conceição Oliveira

Vogal efetivo



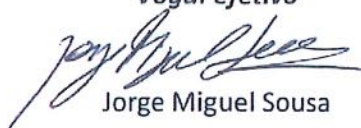
Maria Margarida Santos Feteira

Vogal efetivo



Carla Maria Gonçalves da Ponte

Vogal efetivo



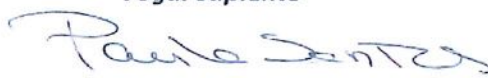
Jorge Miguel Sousa

Vogal suplente



Valentina Cabrita Catuna

Vogal suplente



Ana Paula Silva Santos



PARTE IV

PARECERES E DELIBERAÇÕES



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Albufeira**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 15.646.617 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.128.465 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 366.045 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Albufeira**, em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
LISBOA | FARO | PORTALEGRE | HORTA

Sede | Largo Alberto Sampaio, 3 A - 2795-007 Linda-a-Velha | Tel. 214 14 62 10

Delegação Algarve | Rua Dr. José de Matos, n.º 19 - 8000-503 Faro | Tel. 289 89 49 49

Delegação Alentejo | Travessa da Liberdade, n.º 13 - 7300-215 Portalegre | Tel. 245 60 93 58

Delegação Açores | Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 - 9900-037 Horta | Tel. 292 39 26 01

SROC n.º 64 - Capital Social 9.300 Euros - C.R.C. Coscrais - Contribuinte n.º 502 215 399 - Inscrito como Auditor Externo sob o n.º 20161400 na CMVM



WWW.GNT-SROC.COM



Responsabilidades da Mesa Administrativa e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

A Mesa Administrativa é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



& ASSOCIADOS
SROC

Pág. 3/4

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais



WWW.GNT-SROC.COM



**& ASSOCIADOS
SROC**

Pág. 4/4

Faro, 23 de março de 2026

Galvão, Nunes, Tavares & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

GALVÃO, NUNES, TAVARES & ASSOCIADOS, LDA

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

Fernando Manuel Correia Marques (ROC n.º 2005)
SROC Inscrita como Auditor na CMVM sob o n.º 20161400
ROC Inscrito como Auditor na CMVM sob o n.º 20220025

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA

USBOA | FARO | PORTALEGRE | HORTA

Sede | Largo Alberto Sampaio, 3 A - 2795-007 Linda-a-Velha | Tel. 214 14 62 10

Delegação Algarve | Rua Dr. José do Matos, n.º 19 - 8000-503 Faro | Tel. 289 89 49 49

Delegação Alentejo | Travessa da Liberdade, n.º 13 - 7300-215 Portalegre | Tel. 245 60 93 58

Delegação Açores | Rua Conselheiro Terra Pinheira, n.º 16 - 9900-037 Horta | Tel. 292 39 26 01

SROC n.º 64 - Capital Social 19.300 Euros - C.R.C. Cascais - Contribuinte n.º 502 215 399 - Inscrito como Auditor Externo sob o n.º 20161400 na CMVM



WWW.GNT-SROC.COM

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS



Pág. 1/2

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias submetemos à Vossa apreciação o relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

1. RELATÓRIO

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da entidade através do contacto regular com a Mesa Administrativa e os seus serviços, do exame dos documentos e registos e das informações e esclarecimentos prontamente prestados pelos seus diferentes órgãos e serviços.

O relatório da Mesa Administrativa satisfaz os requisitos legais e estatutários, reflectindo fiel e claramente a evolução da actividade, os problemas e perspectivas da Entidade. Igualmente o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o anexo às Demonstrações Financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Os critérios valorimétricos adoptados constam do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados e conduzem a uma correcta avaliação do património da empresa e dos resultados do exercício.

Referimos como parte integrante deste parecer a Certificação Legal das Contas, emitida nesta data, a qual inclui uma opinião sem reservas e sem ênfases.

2. PARECER

O exercício de 2025, à semelhança de 2024, encerrou com resultados líquidos negativos, situação que se prevê manter em 2026 de acordo com o plano orçamental. Este desempenho é indissociável do atual ciclo de investimento na requalificação e ampliação da ERPI 'O Roseiral'. No entanto, a análise das projeções financeiras permite concluir que a entrada em funcionamento desta nova unidade, prevista para o início de 2027, deverá gerar margens de exploração positivas. Estas serão determinantes para assegurar o equilíbrio económico-financeiro global, permitindo a progressiva absorção dos défices

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA

LISBOA | FARO | PORTALEGRE | HORTA

Sede | Largo Alberto Sampaio, 3 A - 2795-007 Linda-a-Velha | Tel. 214 14 62 10

Delegação Algarve | Rua Dr. José de Matos, n.º 19 - 8000-503 Faro | Tel. 289 89 49 49

Delegação Alentejo | Travessa da Liberdade, n.º 13 - 7300-215 Portalegre | Tel. 245 60 93 58

Delegação Açores | Rua Conselheiro Terra Pinheira, n.º 16 - 9900-037 Horta | Tel. 292 39 26 01

SROC, n.º 64 - Capital Social 9.300 Euros - C.R.C. Cascais - Contribuinte n.º 502 215 399 - Inscrito como Auditor Externo sob o n.º 2016400 na CMVM



WWW.GNT-SROC.COM



& ASSOCIADOS
SROC

estruturais das respostas sociais atualmente em funcionamento. Face ao exposto, e não obstante o esforço financeiro imediato, consideramos que as perspetivas de rentabilidade futura das novas respostas sociais sustentam a continuidade das operações e a estratégia de recuperação da solidez financeira da Entidade

Assim e como resultado das informações recebidas e das verificações efectuadas, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório da Mesa Administrativa e os restantes elementos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2025, bem como a proposta da aplicação de resultados.

Albufeira, 23 de março de 2026

Galvão, Nunes, Tavares & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

GALVÃO, NUNES, TAVARES & ASSOCIADOS, LDA

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:
Fernando Manuel Correia Marques (ROC n.º 2005)
SROC Inscrita como Auditor na CMVM sob o n.º 20161400
ROC Inscrito como Auditor na CMVM sob o n.º 20220025

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA

LISBOA | FARO | PORTALEGRE | HORTA

Sede | Largo Alberto Sampaio, 3 A - 2795-007 Linda-a-Velha | Tel. 214 14 62 10

Delegação Algarve | Rua Dr. José de Matos, n.º 19 - 8000-503 Faro | Tel. 289 89 49 49

Delegação Alentejo | Travessa da Liberdade, n.º 13 - 7300-215 Portalegre | Tel. 245 60 93 58

Delegação Açores | Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 - 9900-037 Horta | Tel. 292 39 26 01

SROC n.º 64 - Capital Social 9.300 Euros - C.R.C. Cascois - Contribuinte n.º 502 215 399 - Inscrito como Auditor Externo sob o n.º 20161400 na CMVM



WWW.GNT-SROC.COM

PARECER DO CONSELHO FISCAL

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALBUFEIRA

Conselho Fiscal

Rua do Oceano, Cerro Alagoa – Apartado 2117 / 8200 915 Albufeira

provedoria@scmalbufeira.com

Tlf.289 515 427



PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2025

Nos termos do artigo 30.º dos Estatutos do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, vem o Conselho Fiscal emitir o seu parecer sobre a prestação de contas do exercício económico findo em 31 de dezembro de 2025.

Após a verificação e análise dos documentos facultados pela Mesa Administrativa aos membros do Conselho Fiscal, conclui-se:

- **Ativo Total:** O total do ativo foi de € 15.646.616,86, registando um aumento de € 3.831.266,39 face ao ano anterior.
- **Fundos Patrimoniais:** O total dos fundos patrimoniais fixou-se em € 5.128.465,15, o que representa um aumento de € 1.043.871,63 comparativamente a 2024.
- **Passivo Total:** O total do passivo foi de € 10.518.151,71, verificando-se um aumento de € 2.787.394,76 em relação ao exercício anterior.
- **Resultado Líquido:** O resultado líquido do período foi negativo em € 366.045,15.

Análise e Considerações:

Pese embora o resultado líquido continue a ser negativo, observa-se uma melhoria significativa face ao défice do ano anterior (€ -530.711,33), representando uma recuperação de aproximadamente € 164.666,18.

Da análise efetuada às demonstrações financeiras, destaca-se:

1. **Gastos com Pessoal:** Esta rubrica continua a ser o maior peso na estrutura de custos, ascendendo a € 6.031.576,71 em 2025, comparativamente aos € 5.214.209,69 de 2024.
2. **Rendimentos Operacionais:** Verificou-se um crescimento positivo nas Vendas e Prestação de Serviços (€ 4.149.350,27) e nos Subsídios à Exploração (€ 3.711.168,05).
3. **Investimento:** O aumento expressivo do Ativo reflete a continuidade do investimento em ativos fixos tangíveis, que passaram de € 5.619.743,93 para € 8.454.661,52.

Apesar dos resultados acima evidenciados, a Instituição demonstra manter a sua regularidade e compromisso perante as obrigações com entidades públicas e privadas bom como as Instituições Financeiras.

Parecer:

Com base na informação contabilística analisada pelo Conselho Fiscal, bem como no relatório e documentos de prestação de contas apresentados, é nosso parecer que:

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALBUFEIRA

Conselho Fiscal

Rua do Oceano, Cerro Alagoa – Apartado 2117 / 8200 915 Albufeira

provedoria@scmalbufeira.com

Tlf.289 515 427



MERECEM APROVAÇÃO AS CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2025

Albufeira, 23 de março de 2025

OS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL


(Presidente do Conselho Fiscal)

(Vice-Presidente do Conselho Fiscal)

(Vogal do Conselho Fiscal)

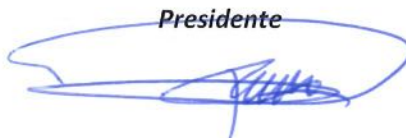
DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

Adoptado por unanimidade na A.G. de
31/03/2026



Pela a Assembleia Geral

Presidente



Paulo Alexandre Figueiredo Freitas

Vice-Presidente

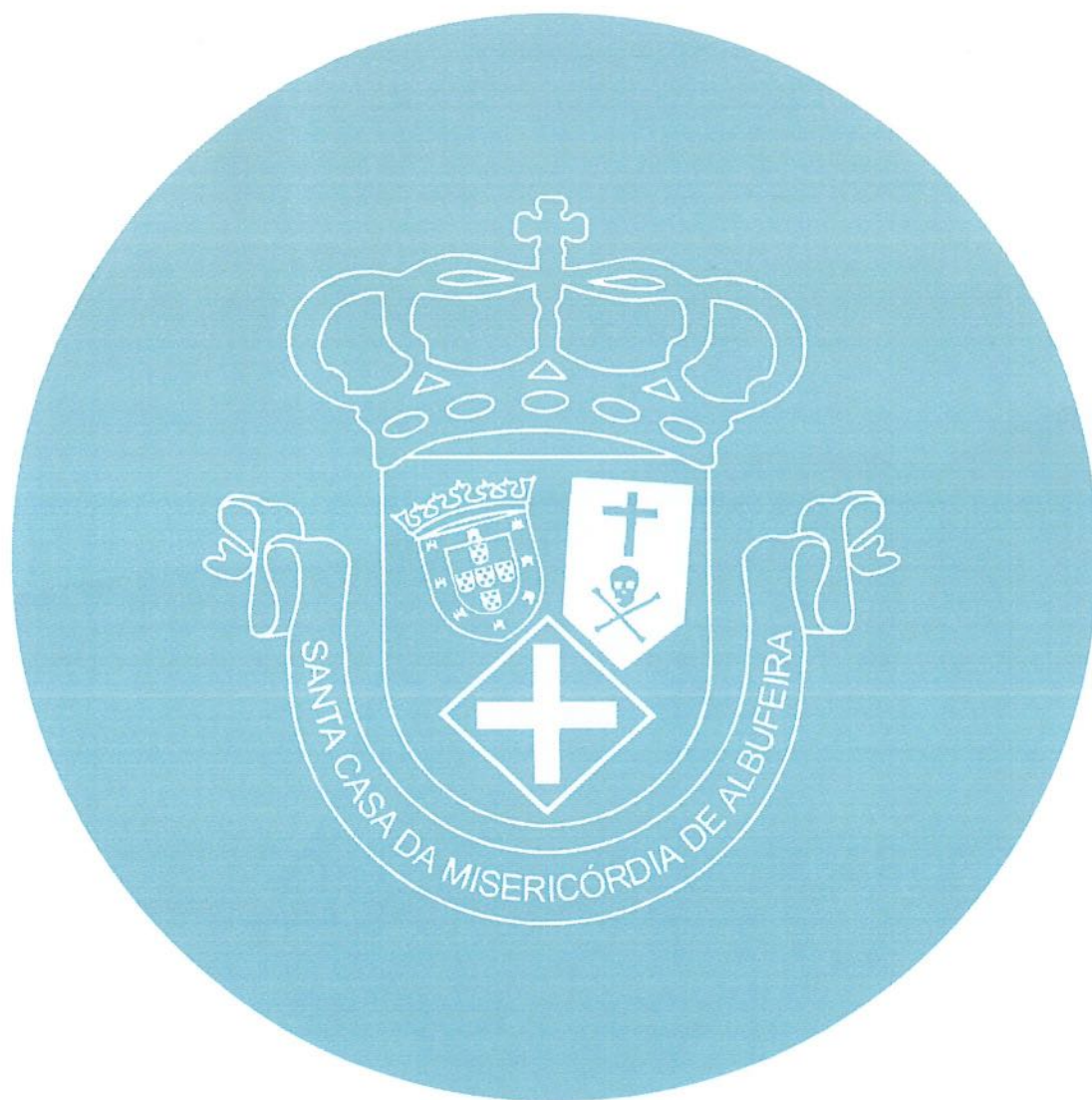
Fernando Manuel Sousa Gregório

Fernando Manuel Sousa Gregório

Secretária



Ana Cristina Neves Pinto Oliveira





Morada: Rua do Oceno, s/ n, Cerro Alagoa, 8200 - 089 Albufeira.

E-mail: provedoria@scmalbufeira.com

Telefone(Chamada para rede fixa nacional):

+351 289 513 444 | +351 289 585 472 | +351 289 515 427

Telemóvel(Chamada para rede móvel nacional):

+351 963 892 903 | +351 969 521 508

Santa Casa da Misericórdia de Albufeira